

A Aquisição da Estrutura Passiva em Português Europeu

Antónia Pimentel Estrela

Tese de Doutoramento em Linguística

Agosto de 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Linguística, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Costa e da Professora Doutora Amália Mendes

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, através da bolsa SFRH/BD/36675/2007

Apoio financeiro do Instituto Politécnico de Lisboa, através da bolsa SFRH/PROTEC/67746/2010

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, de de

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

A co-orientadora,

Lisboa, de de

Ao Henrique, que produz as mais belas passivas

AGRADECIMENTOS

É meu intuito manifestar o meu agradecimento a todos aqueles que estiveram presentes nos últimos anos e que contribuíram, de maneiras diferentes mas todas importantes, para a realização deste projeto. Agradeço profundamente:

Ao professor João Costa, pelo apoio constante ao longo deste trabalho, pela disponibilidade e pelos seus comentários sempre pertinentes e rigorosos.

À doutora Amália Mendes, pela minúcia com que reviu várias versões deste texto, pelos comentários sempre atentos e completos e pelas proveitosas reuniões de trabalho.

Aos colegas e amigos do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que me recebem sempre com muito carinho e que estão sempre disponíveis, especialmente à Luísa Alice, à Sandra e à Rita.

À doutora Fernanda Bacelar, por me ter dado a primeira oportunidade no mundo da linguística e pelo apoio desde então.

Aos professores, colegas e amigos do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, que permitiram discussões de temas de linguística muito interessantes e proveitosas, ao longo de vários anos.

Aos colegas e amigos da Escola Superior de Educação de Lisboa, bem como à direção da Escola, pelo apoio e disponibilidade constantes.

À Otília Sousa, por me ter levado pela mão ao primeiro jardim de infância onde realizei os estudos experimentais e por sempre ter mostrado interesse pelo meu trabalho.

À Ana Lúcia Santos, por me ter disponibilizado o seu *corpus* de aquisição.

Ao Nino Grillo, pelas proveitosas reuniões de trabalho sobre passivas e por todas as referências que me forneceu.

À Patrícia, pela disponibilidade e pela revisão linguística do texto em inglês.

À Rute Vieira e ao Francisco Martins, pela ajuda no tratamento estatístico dos dados.

À Vera Rita, pela rapidez e profissionalismo com que fez os desenhos das experiências.

À Joana, à Stéphanie, à Mariana, à Patrícia, à Beatriz, à Cristiana e à Sara por me terem ajudado na aplicação dos testes.

Ao João Loureiro, por todos os momentos divertidos de partilha linguística e também pela ajuda na aplicação dos testes.

Aos diretores e educadoras dos jardins de infância onde realizei as experiências (Jardim Infantil Pedrita, Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São Domingos de Benfica, do Jardim de Infância do Bairro Horta Nova), pelo apoio, disponibilidade e interesse que sempre demonstraram.

Às crianças que colaboraram nos estudos experimentais, por sempre terem demonstrado alegria e entusiasmo, apesar das perguntas repetitivas, e aos seus pais, por terem dado autorização para que as experiências se realizassem.

À Isabel, pela amizade, pelo interesse nas questões linguísticas e pela compreensão face à minha ausência, especialmente nos últimos meses.

À Paula, que me ensinou que há coisas que não se agradecem (mas esta eu agradeço).

Aos meus irmãos, Tina, Neves, Luís e Sara, e aos meus pais, Cesaltina e António, por estarem sempre presentes e por todo o carinho e apoio incondicionais.

Ao Henrique, que me diz as coisas mais bonitas, fazendo tudo parecer mais fácil.

Ao Nuno, por ter criado uma gramática *degenerativa* para me fazer rir, por me ter lembrado que todo o caminho se faz navegando.

A AQUISIÇÃO DA ESTRUTURA PASSIVA EM PORTUGUÊS EUROPEU

ANTÓNIA PIMENTEL ESTRELA

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como se processa a aquisição de estruturas passivas em português europeu, mais especificamente no que diz respeito à sua compreensão. A pesquisa na área da aquisição e processamento da passiva revela que as dificuldades inerentes a esta construção podem tornar mais difícil não só a sua produção, como também a compreensão em diferentes línguas.

Os aparentes atrasos são explicados de diferentes formas: alguns relacionam-nos com a maturação de habilidades linguísticas (Borer & Wexler 1987; Hirsch & Wexler 2007); outros apontam para um processo de reconhecimento de uma possível hierarquia temática (Fox & Grodzinsky 1998); há ainda os que valorizam o conhecimento que advém do *input* (Gordon & Chafetz 1990; Demuth *et al.* 2010); por fim, alguns estudos enfatizam as funções discursivas e pragmáticas implicadas no uso desta construção (Tomasello 2000; Marchman *et al.* 1991).

Numa posição oposta, começam a surgir estudos que apontam para a inexistência de atrasos com passivas, sendo o sucesso atribuído à necessidade de estarem reunidas as “condições de sucesso” nos estudos experimentais, ainda que outros fatores possam estar implicados (O’Brien *et al.* 2006; Thatcher *et al.* 2008).

Com este estudo, pretende-se colmatar a inexistência de dados sistemáticos sobre a aquisição de passivas em português. Para tal, apresentam-se os resultados de quatro estudos experimentais sobre a compreensão desta estrutura. O primeiro visa testar a compreensão de passivas longas e curtas com verbos agentivos; o segundo e terceiro analisam a compreensão de passivas com verbos agentivos e com verbos não agentivos; e o quarto avalia se as crianças distinguem os três tipos de passiva (passivas eventivas, resultativas e estativas) em análise e as respetivas propriedades.

Os resultados mostram, em primeiro lugar, que as crianças conseguem interpretar passivas com verbos agentivos a partir dos quatro anos, não havendo diferenças no desempenho perante a interpretação de passivas curtas e longas. Em segundo, as passivas com verbos não agentivos revelam-se problemáticas para as crianças das diferentes faixas etárias, sendo de referir que as frases ativas com verbos não agentivos também implicam dificuldades acrescidas. Em terceiro lugar, a análise dos resultados do quarto estudo revela que, aos cinco anos, as crianças não apresentam diferenças significativas entre os juízos de gramaticalidade atribuídos aos vários tipos de passivas, revelando um desempenho ao nível do acaso, ao contrário do que acontece com as crianças de seis anos. Os contrastes de gramaticalidade não são totalmente compreendidos pelas crianças desta faixa etária, mas já se nota um desenvolvimento estatisticamente significativo no reconhecimento que fazem do contraste, nomeadamente, entre as passivas eventivas e estativas; e resultativas e estativas.

A análise dos dados de um *corpus* de aquisição completa estes resultados, mostrando que ainda antes dos dois anos há crianças a produzir passivas estativas, sendo as eventivas e as resultativas produzidas antes dos três.

Este estudo permite-nos avaliar as diferentes propostas da literatura, abrangendo vários aspetos relevantes da aquisição da passiva, uma estrutura em que estão implicados diferentes fatores, que justificam que o processamento dos vários tipos de passiva ocorra de forma gradual.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da linguagem, estrutura passiva, passiva eventiva, resultativa e estativa

THE ACQUISITION OF PASSIVES IN EUROPEAN PORTUGUESE

ANTÓNIA PIMENTEL ESTRELA

ABSTRACT

The aim of this study is to describe the acquisition of passives in European Portuguese, specifically regarding its comprehension. Many studies reveal that this construction is acquired late in different languages, both when production and comprehension are considered.

The apparent cross linguistic delay suggests children's knowledge is somehow restricted, leading some authors to claim that the difficulties are due to syntactic maturation (Borer & Wexler 1987; Hirsch & Wexler 2007) or to the development of thematic role assignment (Fox & Grodzinsky 1998). Other studies value the importance of the input (Gordon & Chafetz 1990; Demuth *et al.* 2010), while others emphasize the pragmatic and discursive features assigned to the passive (Tomasello 2000; Marchman *et al.* 1991). Recently, some important studies point out that the acquisition of the passive construction is not delayed, arguing that if the felicity conditions are met, children will not have problems interpreting this structure, although other factors may be involved (O'Brien *et al.* 2006; Thatcher *et al.* 2008).

This study aims at addressing the lack of systematic data on the acquisition of passives in European Portuguese. In order to accomplish that, it presents the results of four pilot studies on the comprehension of the structure under analysis. The first study is designed to test comprehension of long and short passive with actional verbs; the second and third analyze the comprehension of passives with actional and non-actional verbs; and the fourth assesses whether children distinguish three types of passive and their different properties (eventive, resultative and stative passives).

First, the results show that four-year-old children can understand passives with actional verbs, revealing no difference between short and long passives. Secondly, passives with non-actional verbs are problematic for children of different age groups and even active sentences with non-actional verbs are difficult. Thirdly, the analysis of the results of the fourth experimental study reveals that, at five, children do not show significant differences in the judgments of grammaticality assigned to various types of passive, with a performance at the chance level, contrarily to the performance of six-year-old children. Grammaticality contrasts are not completely understood by children, but we can already notice a statistically significant development in the recognition of the contrast between eventive and stative passives; and resultative and stative passives.

The analysis of an acquisition corpus complete these results, showing that even before the age of two children produce stative passives, and before they are three years old they produce eventive and resultative passives.

The study conducted allows us to evaluate the different proposals in the literature, covering various aspects relevant to the acquisition of passive structure, a structure in which different factors are involved, justifying that the processing of various types of the passive construction occurs gradually.

KEYWORDS: Language acquisition, passive structure, eventive, resultative and stative passives

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Objetivos do trabalho.....	2
Estrutura do trabalho	3
CAPÍTULO I: A TIPOLOGIA DA ESTRUTURA PASSIVA EM PORTUGUÊS EUROPEU.....	7
1.1. A passiva eventiva (sintática/ verbal/ perifrástica/ participial).....	8
1.1.1. Passiva pessoal e passiva impessoal.....	11
1.1.2. Construção passiva e inacusatividade	12
1.1.3. Restrições sobre a formação da passiva eventiva.....	15
1.1.3.1. Restrições sintáticas.....	15
1.1.3.2. Restrições semânticas	18
1.1.4. Resumo da secção	21
1.2. A passiva adjetival (resultativa/ de estado)	21
1.2.1. Divisão da passiva adjetival em resultativa e estativa.....	25
1.2.2. A proposta de Embick (2004)	27
1.2.3. A adequação da tipologia tripartida para o português.....	31
1.2.4. Participípios resultativos	33
1.2.5. Participípios estativos.....	36
1.2.6. A representação sintática da passiva em português	38
1.2.7. A presença do agente da passiva na passiva resultativa e estativa.....	40
1.2.8. Resumo da secção	44
1.3. A passiva pronominal.....	45
1.3.1. Rejeição da existência de passivas pronominais	47
1.3.2. Resumo da secção	51
1.4. A passiva infinitiva	51
1.4.1. Resumo da secção	54
1.5. O estatuto do participípio passado	55
1.5.1. O participípio passado: entre o verbo e o adjetivo	55
1.5.1.1. O participípio passado em estruturas passivas.....	60
1.5.2. Resumo da secção	61
1.6. O agente da passiva	62
1.6.1. O estatuto do complemento agente da passiva.....	62
1.6.2. O agente da passiva: argumento ou adjunto.....	63

1.6.3.	O agente da passiva facultativo	67
1.6.4.	A alternância <i>por/ de</i>	69
1.6.5.	Resumo da secção	72
1.7.	Propostas teóricas para o tratamento da passiva	73
1.7.1.	Chomsky (1981)	73
1.7.2.	Jaeggli (1986)	75
1.7.3.	Levin & Rappaport (1986)	78
1.7.4.	Baker, Johnson & Roberts (1989)	79
1.7.5.	Boeckx (1998)	82
1.7.6.	Collins (2005)	86
1.7.7.	Resumo da secção	90
 CAPÍTULO II: A AQUISIÇÃO DA ESTRUTURA PASSIVA		93
2.1.	Algumas correntes dominantes no âmbito da aquisição	95
2.2.	A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem sintática	98
2.2.1	A-Chain Deficit Hypothesis - ACDH (Borer & Wexler 1987)	98
2.2.2	External Argument Requirement Hypothesis (Babyonyshev <i>et al.</i> 2001).....	105
2.2.3	Universal Phase Requirement (Wexler 2004) e a Universal Freezing Hypothesis (Hyams & Snyder 2005)	106
2.2.4	Estrutura passiva e efeitos de intervenção	108
2.2.4.1.	Argument Intervention Hypothesis (Orfitelli 2012)	111
2.2.5	Implicações do verbo auxiliar na aquisição da estrutura passiva	112
2.2.6	Resumo da secção	113
2.3.	A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem semântica	114
2.3.1	A interpretação do agente da passiva	114
2.3.2	Restrições semânticas na aquisição da estrutura passiva	122
2.3.3	A transitividade semântica da estrutura passiva	126
2.3.4	O mapeamento entre papéis semânticos e funções sintáticas	128
2.3.5	Dos estados aos eventos	132
2.3.6	Resumo da secção	136
2.4.	A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem lexical	137
2.4.1	Resumo da secção	140
2.5.	A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem pragmática	140
2.5.1	Resumo da secção	141
2.6.	A aquisição não tardia da estrutura passiva	142
2.6.1	Os efeitos do <i>priming</i>	145
2.6.2	O caso do sesotho	147
2.6.3	O caso do inuktitut	150

2.6.4	Resumo da secção	151
2.7.	A aquisição da passiva: um estudo interlinguístico	152
2.7.1	Resumo da secção	155
2.8.	Alguns dados de aquisição em português europeu	155
2.8.1	Resumo da secção	158
CAPÍTULO III: A AQUISIÇÃO DA PASSIVA EM PORTUGUÊS EUROPEU: ESTUDOS EXPERIMENTAIS E DADOS DE <i>CORPORA</i>.....		161
3.1.	Estudos experimentais.....	161
3.1.1.	Estudo experimental 1: a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos	161
3.1.1.1.	Participantes	162
3.1.1.2.	Descrição	163
3.1.1.3.	Resultados.....	168
3.1.1.4.	Discussão dos resultados	176
3.1.2.	Estudo experimental 2: a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos e não agentivos	178
3.1.2.1.	Participantes	179
3.1.2.2.	Descrição	180
3.1.2.3.	Resultados.....	182
3.1.2.4.	Discussão dos resultados	193
3.1.3.	Estudo experimental 3: a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos e não agentivos	196
3.1.3.1.	Participantes	197
3.1.3.2.	Descrição	198
3.1.3.3.	Resultados.....	199
3.1.3.4.	Discussão dos resultados	203
3.1.4.	Estudo experimental 4: a aquisição de passivas eventivas, resultativas e estativas.....	204
3.1.4.1.	Descrição	206
3.1.4.2.	Descrição do pré-teste aplicado a adultos.....	207
3.1.4.3.	Descrição do teste aplicado às crianças	213
3.1.4.4.	Participantes	214
3.1.4.5.	Resultados.....	216
3.1.4.5.1	Resultados por verbo.....	221
3.1.4.5.2	Alguns resultados individuais	225
3.1.4.5.3	Resultados perante os <i>fillers</i>	226
3.1.4.6.	Estudo experimental 4: discussão dos resultados	228
3.1.5.	Resumo da secção	233
3.2.	Análise da estrutura passiva com base em dois <i>corpora</i>	235
3.2.1.	A estrutura passiva no <i>corpus</i> de Santos (2006)	235

3.2.1.1. Os dados	237
3.2.1.2. Discussão dos dados	242
3.2.2. A estrutura passiva no <i>corpus</i> C-ORAL-ROM	245
3.2.2.1. <i>Corpus</i> C-ORAL-ROM	246
3.2.2.2. Metodologia.....	247
3.2.2.3. Critérios utilizados para a seleção de contextos	247
3.2.2.4. Os dados	250
3.2.2.5. Discussão dos dados	252
3.2.3. Resumo da secção	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261
BIBLIOGRAFIA	269
ANEXOS [CD-ROM]	

LISTA DE ABREVIATURAS

DP – Determiner phrase

FLEX – Flexão

LF – Logical form

N – Nome

NP – Noun phrase

PP – Particípio passado

SFLEX – Sintagma flexional

SN – Sintagma nominal

SP – Sintagma preposicional

SV – Sintagma verbal

V – Verbo

VP – Verb Phrase

Introdução

Este trabalho pretende contribuir para uma caracterização mais completa da estrutura passiva em português europeu, essencialmente através de vários estudos experimentais sobre a sua aquisição. Pretende, ainda, ser um contributo para a caracterização de uma estrutura que está na interseção de múltiplas abordagens do estudo da linguagem, nomeadamente sintáticas, semânticas, morfológicas, pragmáticas e lexicais.

Sendo uma estrutura que desde há muito é tratada de diferentes pontos de vista, tornou-se uma área bastante investigada também no âmbito da gramática generativa. Esta é, precisamente, a linha em que se inscreve este trabalho de investigação.

Conhecendo-se todas as controvérsias que existem em torno da construção passiva e da sua aquisição no âmbito da primeira língua, torna-se muito desafiador enveredar por este campo de estudos. Por um lado, julga-se existir um atraso universal na aquisição dessa estrutura, por outro, começam a surgir estudos que apontam na direção oposta. Neste trabalho, retomamos, por isso, as principais pesquisas que tentam dar conta destas duas perspetivas. As pesquisas que relatam os referidos atrasos podem ser divididas, de modo simplista, em quatro grandes áreas:

- i. Estudos relacionados com dificuldades estruturais ligadas à maturação de habilidades linguísticas (Borer & Wexler 1987);
- ii. Estudos que apontam para um processo de reconhecimento de uma possível hierarquia temática e, conseqüentemente, da distinção de verbos por classes semânticas, nomeadamente agentivos e não agentivos (Fox & Grodzinsky 1998);
- iii. Estudos que valorizam o conhecimento que advém do *input* a que a criança está exposta (Gordon & Chafetz 1990; Demuth *et al.* 2010);
- iv. Estudos que enfatizam as funções discursivas e pragmáticas implicadas no uso da construção passiva (Marchman *et al.* 1991).

Não obstante a existência de todos estes trabalhos que apontam no sentido de existirem as dificuldades citadas no que concerne à passiva, o certo é que há também

pesquisas recentes que afiançam a inexistência de atrasos com passivas (O'Brien *et al.* 2006; Crain *et al.* 2009). Estes autores atribuem as dificuldades verificadas à ausência das chamadas “condições de sucesso” que os estudos experimentais com passivas deviam reunir.

Os nossos estudos experimentais contemplam não só as questões relacionadas com a relevância que o papel temático tem no que respeita à distinção entre passivas agentivas (com verbos agentivos) e passivas não agentivas (com verbos não agentivos), como também dão destaque à formação de cadeias argumentais e à proposta de reanálise da passiva verbal curta como passiva adjetival, tal como defendido por Borer & Wexler (1987). Para além disso, o último estudo experimental terá em conta a importância dos diferentes auxiliares (*ser*, *estar* e *ficar*) que se combinam com o particípio passado para formar a passiva.

Paralelamente, e através da análise de dados de *corpora* (Santos 2006; C-ORAL-ROM), vemos que relação se pode estabelecer entre os dados oferecidos pelo *input* e o desempenho que as crianças revelam nos estudos experimentais levados a cabo. O *corpus* de Santos (2006) também nos permitirá estudar o discurso espontâneo de três crianças, dando-se essencial destaque à quantidade e ao tipo de passivas que são produzidas ainda numa fase precoce de aquisição da linguagem.

Pelo que ficou dito, o projeto que levaremos avante prevê um levantamento da bibliografia essencial relacionada com a construção passiva - no português europeu, mas não excluindo estudos noutras línguas - e, mais especificamente, da bibliografia relativa à aquisição da passiva, constituindo-se como objetivo geral contribuir não só para os estudos de aquisição da linguagem, mas de linguística em geral.

Os estudos experimentais constituirão pontos fundamentais deste trabalho, pelo que a maior parte dos objetivos delineados está diretamente relacionada com tais estudos.

Objetivos do trabalho

Tendo em conta as considerações acima expostas, os objetivos específicos que propomos alcançar são os que a seguir se apresentam:

- i. Mostrar os principais estudos produzidos com o intuito de caracterizar as particularidades fundamentais da estrutura passiva, essencialmente dentro do quadro teórico da gramática generativa.

- ii. Destacar as análises sobre o particípio passado, o agente da passiva e os verbos “auxiliares” que concorrem para a formação das passivas no geral.
- iii. Considerar a discussão acerca da aquisição da construção passiva em várias línguas e em português e verificar, através de estudos experimentais, se se manifesta efetivamente um atraso na aquisição dessa estrutura.
- iv. Verificar as implicações que a distinção entre passivas curtas e passivas longas terá no português europeu, dado que está descrita uma maior dificuldade perante passiva longas para as outras línguas.
- v. Averiguar as implicações que a distinção entre passivas com verbos agentivos e passivas com verbos não agentivos terá no desempenho das crianças, tendo em conta que uma maior dificuldade com passivas com verbos não agentivos está descrita para um grande número de línguas.
- vi. Indagar os requisitos de processamento envolvidos em passivas construídas com diferentes auxiliares, nomeadamente, *ser*, *estar* e *ficar*, discutindo o seu papel na aquisição, por um lado, e na própria tipificação das construções passivas, por outro, especificamente no que respeita a uma tipologia tripartida de passivas: eventivas, resultativas e estativas.
- vii. Investigar se a consideração das condições de sucesso para os estudos de aquisição em linguística implicará uma diminuição das dificuldades encontradas.

Estrutura do trabalho

Tendo em vista a concretização destes objetivos, este trabalho de investigação organizar-se-á em três capítulos, para além da introdução e conclusão. Assim, depois de feita a introdução e de apresentados os objetivos gerais, o capítulo I incide sobre aspetos mais teóricos que são importantes considerar quando se estuda a estrutura passiva. Um aspeto fundamental diz respeito às várias propostas de tipologia de construções passivas: verbal, adjetival, pronominal e infinitiva. O destaque será dado à passiva verbal e à passiva adjetival, uma vez que é sobre estes dois tipos de passiva que são construídos os estudos experimentais em aquisição. Ainda nesta secção, damos conta de uma das propostas mais recentes para o tratamento da passiva em português europeu,

nomeadamente a tipologia tripartida: passivas eventivas, resultativas e estativas (Duarte, no prelo).

Também neste capítulo, descrevemos os participios passados a partir do seu comportamento nas estruturas passivas, dando especial destaque à sua definição enquanto elemento mais verbal ou mais adjetival, dependendo esta caracterização da acumulação de particularidades verbais ou adjetivais.

O estatuto do complemento agente da passiva é amplamente considerado nos estudos sobre o tema, dado que está presente na estrutura passiva, seja explicitamente, como nas passivas longas, seja implicitamente, como nas passivas curtas. Importa, também, definir este elemento como argumento ou adjunto, visto que encontramos variação nas propostas apresentadas na literatura.

A terminar este capítulo, trazemos algumas propostas teóricas para o tratamento da passiva, nomeadamente as de Chomsky (1981), Jaeggli (1986), Levin & Rappaport (1986), Baker, Johnson & Roberts (1989), Boeckx (1998) e Collins (2005). Através destes autores, pretendemos ilustrar as abordagens clássicas que representam as principais tendências de análise. Esta lista de autores não pretende ser, de modo nenhum, exaustiva. Limita-se, antes, a apresentar aqueles que, por algum motivo, se distinguiram na descrição que fornecem sobre a estrutura em análise.

Depois de apresentado o aparato teórico relativo a aspetos formais e descritivos que são relevantes para as hipóteses tidas em conta na aquisição da linguagem, abordamos, no capítulo II, as principais teorias no campo da aquisição da estrutura passiva, ao mesmo tempo que revemos alguns estudos experimentais que levaram à elaboração dessas teorias. Estes estudos investigam a aquisição da passiva em línguas distintas, de acordo com várias perspetivas, nomeadamente, sintática, semântica, lexical e pragmática. É com base nestas várias perspetivas que organizamos esse capítulo. Assim, começaremos com uma abordagem sintática, destacando a hipótese inicialmente formulada por Borer & Wexler (1987), a Hipótese de Maturação de Cadeias Argumentais. Seguidamente, numa perspetiva semântica, destacamos os argumentos de Fox & Grodzinsky (1998), que atribuem ao agente da passiva um papel primordial no que diz respeito aos atrasos na aquisição da passiva. A abordagem lexical releva a importância do *input* nos estudos sobre aquisição (Gordon & Chafetz 1990), enquanto,

com recurso a Marchman *et al.* (1991), apontamos o interesse da função discursiva e pragmática da construção passiva.

Ainda neste capítulo, mostramos outros estudos, amplamente divulgados, que apontam na direção inversa, ou seja, defendem a inexistência de atrasos quando se fala em aquisição de passivas. Posteriormente, damos conta de um estudo europeu em larga escala sobre a aquisição de passivas, em que se mostra que não há linearidade na aquisição desta estrutura, porque as línguas se comportam de modos distintos perante passivas longas e curtas, por exemplo. Terminamos este capítulo com uma breve descrição dos escassos estudos feitos sobre a aquisição da passiva em português europeu.

No capítulo III, apresentamos os quatro estudos experimentais sobre a aquisição de passivas em português europeu e os resultados obtidos. O primeiro estudo, através de uma tarefa de seleção de imagem, testa a distinção entre passivas longas e curtas com verbos agentivos; o segundo, através de uma tarefa de julgamento de valor de verdade, testa a distinção entre passivas agentivas e passivas não agentivas; o terceiro testa o mesmo que é testado no estudo anterior, ainda que com uma metodologia diferente (teste de pergunta/resposta); finalmente, o quarto estudo experimental, averigua, através de uma tarefa de juízo de gramaticalidade, se as crianças distinguem os três tipos de passiva (eventivas, resultativas e estativas) e as suas diferentes propriedades.

Fazemos ainda a descrição de um *corpus* de aquisição (Santos 2006), tendo em conta a tipologia tripartida das passivas. Nesta análise, será tida em conta a produção espontânea de três crianças, bem como a fala a elas dirigida pelos adultos que com elas interagem. O objetivo é discutir, por um lado, a ordem de aquisição dos diferentes tipos de passivas e, por outro, a relevância do *input*.

Também neste capítulo, investigamos a frequência de passivas eventivas, resultativas e estativas num *corpus* oral (C-ORAL-ROM), através da análise de todas as ocorrências dos auxiliares *ser*, *ficar* e *estar*, com participios passados. Pretende-se, com esta descrição, ver a possibilidade de se estabelecer uma relação entre a quantidade de passivas no discurso oral e o respetivo impacto na aquisição.

Depois de apresentados e analisados os nossos resultados referentes à aquisição da estrutura passiva, formulamos as considerações finais, recuperando os principais

aspectos discutidos ao longo deste trabalho, e expomos alguns pontos que poderão constituir objeto de estudo em trabalhos posteriores.

Conhecida a estrutura do trabalho, importa dizer que este pretende assumir um caráter mais descritivo do que teórico, na medida em que descreve os vários aparatos teóricos previamente apresentados para a estrutura passiva e os aproveita para dar conta dos próprios dados e resultados encontrados para o português europeu.

O presente trabalho não visa, porém, fornecer uma proposta global para o tratamento formal da estrutura passiva, uma vez que a realização de tal propósito implicaria obrigatoriamente uma reflexão muito mais aprofundada e minuciosa sobre as representações sintáticas a atribuir às várias estruturas passivas sob análise, o que vai para além do nosso âmbito de estudo.

No que se refere a aspectos mais práticos, há que referir que, relativamente à terminologia utilizada, decidimos recorrer, sempre que possível, aos vocábulos portugueses que habitualmente figuram na literatura. Pontualmente, nos casos em que fazemos uma referência direta a uma proposta de análise concreta ou quando não existe uma tradução consensual, optámos por manter os termos originais. Outras indicações sobre algumas opções metodológicas que fizemos serão explicitadas ao longo do trabalho.

Capítulo I: A tipologia da estrutura passiva em português europeu

A literatura relativa ao português europeu apresenta várias propostas de tipologia de construções passivas: eventiva¹, adjetival, pronominal e infinitiva. Dada a pluralidade de designações existentes, optámos por utilizar os termos agora mencionados, por uma questão de coerência. No entanto, quando, na secção 1.2.1, fizermos a divisão das passivas adjetivais em resultativas e estativas, passaremos a usar também esses termos.

Se a própria terminologia é diversificada, também a caracterização destas construções nem sempre é consensual, encontrando-se diferenças dependentes de autores e correntes teóricas (Peres & Mória 1995; Cunha & Cintra 1997; Duarte 2003; Duarte & Oliveira 2010a; Duarte, no prelo).

Neste capítulo, analisaremos com detalhe a passiva eventiva e a passiva adjetival, dando apenas uma breve descrição daquilo que é entendido por passivas pronominais e passivas infinitivas. Esta opção relaciona-se com o facto de apenas as passivas eventivas e adjetivais estarem diretamente relacionadas com os estudos experimentais que desenvolvemos e dos quais daremos conta no capítulo III. Consideramos igualmente importante descrever, ainda que sucintamente, alguns aspetos relevantes sobre o natureza do particípio passado e do agente da passiva. A literatura não se esgotará nas considerações tecidas, antes, pretendemos dar alguma ênfase a aspetos que julgamos pertinentes para a aquisição da passiva. O não desenvolvimento de outros aspetos não lhes retira, obviamente, a sua importância, apenas não terão lugar no âmbito deste trabalho.

Assim, o presente capítulo organizar-se-á do seguinte modo: na secção 1.1, abordaremos alguns aspetos que caracterizam a passiva eventiva, nomeadamente a distinção entre passivas pessoais e impessoais, algumas questões relacionadas com a inacusatividade e a transitividade, bem como as restrições sintáticas e semânticas que se impõem sobre a sua formação.

Na secção 1.2, caracterizamos a passiva adjetival, confrontando-a com as características das passivas eventivas. Nesta secção, damos destaque à proposta recente

¹Assumiremos a designação de *passiva eventiva* como equivalente a *passiva verbal/ sintática/ perifrástica/ participial*, com base na assunção de que a passiva de *ser* tem valor eventivo. A expressão em inglês é também cada vez mais frequente na literatura: *eventive passive*.

de subdivisão da passiva adjetival em passiva resultativa e passiva estativa. Nesse sentido, apresentamos a proposta de Embick (2004) relativa à tipologia tripartida de participios; abordamos a adequação dessa tipologia para português europeu (Duarte & Oliveira 2010a; Duarte, no prelo); caracterizamos detalhadamente as resultativas e estativas; apresentamos algumas propostas de representação sintática dos três tipos de passiva em português; e referimos a possibilidade de ocorrência de passivas resultativas e estativas com agente da passiva. Passamos, na 1.3, à descrição da passiva pronominal e, na secção 1.4, da passiva infinitiva.

Na secção 1.5, descreveremos o estatuto do participio passado no geral e na passiva eventiva e adjetival, em particular. Veremos como o participio oscila entre uma caracterização verbal e adjetival, apontando as semelhanças e diferenças entre adjetivos e participios que têm também sido amplamente discutidas. Para além de surgir na construção passiva, o participio ocorre também noutro tipo de construções, nomeadamente construções com tempos compostos. Estes dois tipos de participios são originados através de processos morfológicos distintos. Faremos também uma caracterização do participio passado em termos sintáticos, morfológicos e semânticos.

A secção 1.6 é dedicada ao complemento agente da passiva e à sua caracterização. Continua aberto o debate em torno do carácter de argumento ou adjunto do agente da passiva, pelo que ambos os aspetos serão aqui considerados. Investiga-se ainda a alternância entre as preposições *por/ de* na introdução do agente da passiva, bem como o carácter indeterminado que por vezes assume.

Na secção 1.7, descrevemos várias propostas teóricas para o tratamento da passiva, que consideramos ser as mais relevantes no sentido em que tiveram impacto nos estudos da área: Chomsky (1981); Jaeggli (1986); Levin & Rappaport (1986); Baker, Johnson & Roberts (1989); Boeckx (1998) e Collins (2005).

1.1. A passiva eventiva (sintática/ verbal/ perifrástica/ participial)

O primeiro tipo de construção passiva que interessa identificar – aquele que é o mais facilmente reconhecível – é a passiva eventiva. Para se estudar devidamente a construção passiva, é importante compará-la com a sua correspondente ativa. As gramáticas tradicionais sugerem uma relação de sinonímia entre a frase ativa e a passiva. Estas duas estruturas seriam equivalentes e poderiam substituir-se uma à outra

em contextos idênticos. Ainda nesta secção, veremos que essa aparente sinonímia não é total. De qualquer modo, tenhamos em consideração os seguintes exemplos:

- (1) O João leu o livro.
- (2) O livro foi lido pelo João.

A passiva é formada pelo verbo *ser* e o particípio passado. Ao contrário do que acontece na ativa, a forma participial que se combina com o auxiliar² perde a propriedade de marcar com acusativo o argumento interno direto. Veja-se o contraste entre os exemplos (3) e (4)³:

- (3) O Luís ofereceu-*o* à Maria.
- (4) *Foi-*o* oferecido à Maria pelo Luís.

Na formação deste tipo de construção não há a intervenção de qualquer operação lexical sobre papéis temáticos. A diferença entre estas construções e as ativas correspondentes atribuem-se:

ao efeito da morfologia passiva que se combina com o verbo para formar a forma participial: ela absorve (ou elimina) o caso acusativo, impedindo que o verbo legitime casualmente o seu argumento interno directo. Esta absorção (ou eliminação) desencadeia uma estratégia de legitimação do argumento interno directo idêntica à que caracteriza as construções com verbos inacusativos: o argumento tem de ser movido para uma posição acessível a Caso Nominativo. (Duarte 2003: 527)

Ao alinhamento de papéis temáticos e de funções sintáticas apresentado em (1) chama-se diátese⁴ ativa. Pelo contrário, o alinhamento representado em (2) denomina-se diátese passiva, constituindo orações passivas as orações que o exibem.

A frase em (2) é a versão passiva da frase apresentada em (1). Semanticamente, as duas frases são, no essencial, equivalentes, uma vez que exprimem a mesma predicção básica, havendo uma relação entre os elementos designados pelas expressões *O João* e *o livro*, assim como os mesmos valores de tempo, aspeto e modo. Os predicadores das duas frases são formas derivadas do mesmo verbo *ler*. A expressão que assume o papel de objeto direto na ativa realiza-se como sujeito da passiva. A expressão

² Por comodidade, referimo-nos ao verbo *ser* que ocorre na estrutura passiva como verbo auxiliar. Estamos conscientes, contudo, de que existem estudos que apresentam uma visão alternativa (Gonçalves & Colaço 1991), caracterizando-o como verbo copulativo.

³ Os exemplos são de Duarte (2003: 523).

⁴ Denomina-se como *diátese* o alinhamento entre os papéis temáticos dos argumentos de um verbo e as funções sintáticas que esses argumentos desempenham numa oração. Para vários autores, *diátese* e *voz* são sinónimos. Neste trabalho, seguindo Duarte (no prelo), optámos por recorrer ao termo *diátese*.

que assume o papel de sujeito na ativa realiza-se como complemento agente da passiva na correspondente passiva. A opcionalidade do sintagma-*por* poderia levar-nos a pensar que se trataria de um adjunto⁵. Contudo, mesmo nas passivas eventivas em que este complemento não é foneticamente realizado (que denominaremos por *passiva curta* ao longo de todo este trabalho, por oposição a *passiva longa*), o papel temático externo está implícito, como se pode comprovar através da existência de advérbios orientados para o agente:

(5) O livro foi lido *atentamente*.

As funções semânticas são mantidas nas estruturas (1) e (2): *O João* tem o papel de agente, tendo *o livro* o de tema.

Estando amplamente difundida esta perspetivação da passiva como contrapartida da ativa, há argumentos que podem ser apresentados no sentido de rebater essa suposta equivalência total. O primeiro relaciona-se com o princípio da economia que subjaz a qualquer língua. Seria redundante haver duas estruturas que servissem exatamente o mesmo fim. Outro argumento diz respeito à não equivalência total, em termos semânticos, entre algumas ativas e passivas, como se pode constatar através dos exemplos (6) e (7), de Chomsky (1965):

(6) Everyone in the room speaks two languages.

(7) Two languages are spoken by everyone in the room.

Vemos, portanto, que a equivalência total entre diátese ativa e passiva nem sempre é conseguida. Os exemplos acima mostram que os SN quantificacionais na passiva e na ativa podem ter escopos diferentes. A leitura preferencial de (6) será a de haver várias línguas a serem faladas, enquanto a de (7) será a de haver apenas duas línguas faladas por todos.

Podemos ainda acrescentar que a diversidade de funções assumidas pela passiva (como o apagamento do agente, a focalização sobre o processo e ainda a atribuição de cadência ao discurso)⁶ serve para acentuar a ideia de que a opção por uma estrutura ativa ou por uma passiva não constitui uma decisão irrefletida do utilizador da língua, servindo antes para melhor cumprir certas escolhas discursivas.

⁵ A caracterização do agente da passiva (sintagma-*por*) é retomada na secção 1.6.

⁶ Para aprofundamento sobre as funções discursivas da passiva, veja-se Correia (2003).

A focalização sobre o processo parece ser a função principal das passivas impessoais, dado que a orientação sobre o segundo argumento é impossível. Contrariamente, a passiva pessoal não permite essa perspectiva centrada no processo. Os exemplos ilustrativos desta diferença, bem como outros aspetos que contribuem para a distinção entre a passiva pessoal e a impessoal, são apresentados na próxima secção.

1.1.1. Passiva pessoal e passiva impessoal

Ainda no âmbito do estudo da passiva eventiva, podemos estabelecer uma distinção entre a passiva pessoal e a impessoal. Na primeira, o argumento interno é interpretado como sujeito e ocupa a periferia esquerda da frase, como pudemos ver no exemplo (2) acima. Na passiva impessoal, o argumento interno ocorre em posição pós-verbal, como se mostra no exemplo (8):

(8) Foi lido o livro pelo João.

Nas passivas pessoais, o argumento interno do participio passivo é interpretado como sujeito e ocupa a posição de especificador de SFlex. Nas passivas impessoais, a posição do sujeito frásico não está preenchida e o argumento interno ocupa a posição básica, característica do argumento interno nominal do verbo.

No mesmo sentido, Duarte (2003), referindo-se às passivas verbais pessoais, defende que:

o argumento interno directo do participio passivo, para além de ter a relação gramatical de sujeito, é interpretado como tópico, deslocando-se para a posição de especificador de SFlex, onde é legitimado casualmente com Caso nominativo. Nas passivas perifrásticas impessoais o argumento interno directo desloca-se até à posição de especificador do SV superior, onde é legitimado casualmente com Nominativo, sob c-comando do verbo auxiliar amalgamado com Flex. (Duarte 2003: 528)

Este movimento do argumento interno para locais distintos na estrutura explica a alternâncias de ordem SV-VS (sujeito/verbo – verbo/sujeito), independentemente atestadas na língua, não se tratando de uma questão específica da estrutura passiva.

Para além disso, as passivas pessoais distinguem-se das impessoais porque revelam a possibilidade de o argumento interno direto controlar a referência do sujeito

de uma oração subordinada não finita. Os exemplos em (9) e (10) mostram esse contraste de gramaticalidade⁷:

- (9) [Os meninos]_i foram obrigados [a [-]_i arrumar os brinquedos].
[Arrumados [-]_i os brinquedos, [os meninos]_i foram felicitados.
- (10) *Foram obrigados [os meninos]_i [a[-]_i arrumar os brinquedos].
*[Arrumados [-]_i os brinquedos, foram felicitados [os meninos]_i.

1.1.2. Construção passiva e inacusatividade

Têm sido apresentados na literatura alguns argumentos a favor da ideia de que há pontos semelhantes entre as construções passivas e as construções com verbos inacusativos. Estes verbos caracterizam-se por selecionarem um argumento interno que ocorre com a função gramatical de sujeito. Se preferirmos ser mais abrangentes, podemos referir-nos a construções inacusativas e estas serão definidas como aquelas em que o objeto direto se realiza sintaticamente como sujeito, quer o verbo seja inacusativo, quer seja transitivo. A estrutura das construções inacusativas é, em vários aspetos, semelhante à estrutura das construções passivas, dado que ambas as construções parecem derivar de construções transitivas correspondentes. Contudo, a frase com um verbo inacusativo distingue-se de uma frase com verbo transitivo em dois pontos: (i) naquela, em estrutura-P, a posição de sujeito não é ocupada por nenhum argumento visto que o verbo inacusativo não seleciona argumento externo, enquanto na última essa posição é ocupada; (ii) o SN argumento interno de um verbo inacusativo não recebe Caso acusativo do verbo que o rege (dado que os verbos inacusativos são deficitários do ponto de vista casual), mas o SN argumento interno de um verbo transitivo, sim (Duarte 2003: 511).

De qualquer modo, parece ser possível agrupar as construções passivas e construções com verbos inacusativos, confrontando-as com as construções com verbos inergativos. Os verbos inergativos são verbos de um lugar, que selecionam um argumento externo com a relação gramatical de sujeito (*As crianças espirraram.*) A forma participial dos verbos inergativos não pode ocorrer nem em posição predicativa nem em posição atributiva (cf. (11) e (12)); já a forma participial do verbo inacusativo, sim, como mostram os exemplos (13) e (14):

- (11) *O menino está espirrado.

⁷ Os exemplos são de Duarte (2003: 529).

(12) *O menino espirrado chegou cedo.

(13) A chave está desaparecida.

(14) A chave desaparecida faz falta.

O uso do *se* impessoal constitui mais um argumento a favor da aproximação entre construções inacusativas (15) e passivas (16). É de notar que ambas as construções se tornam estranhas quando ocorrem com o pretérito perfeito, mas não com o presente:

(15) Desaparece-se facilmente de uma festa.

(16) É-se apanhado com muita facilidade na estrada.

(17) ?Desapareceu-se facilmente de uma festa.

(18) ?Foi-se apanhado com muita facilidade na estrada.

Pelo contrário, as construções inergativas, por exemplo, constroem-se frequentemente com o pretérito, sem que daí resulte qualquer estranheza, como o exemplo (19) confirma:

(19) Saltou-se e cantou-se toda a noite.

Exibidas as semelhanças entre construções passivas e inacusativas, é também importante mostrar que há muitos aspetos que marcam as diferenças entre ambas. Enquanto a passiva eventiva se forma com o verbo *ser* e um particípio derivado de um verbo transitivo, as construções com inacusativos não exibem marcas morfológicas distintivas de outros verbos intransitivos e dos transitivos.

Relativamente ao significado dos tipos de predicado, ambas as construções destacam o objeto. Nas construções (21) e (22), o objeto direto apresenta as funções discursivas de tema (ponto de partida) e tópico não marcado (informação conhecida), opondo-se à oração transitiva (20), que apresenta o sujeito a exercer essas funções:

(20) O João fechou a porta.

(21) A porta fechou-se. (construção inacusativa)

(22) A porta foi fechada. (construção passiva)

Enquanto a passiva eventiva aceita a existência de um agente ou de uma causa, que serão realizados, por exemplo, através de um sintagma-*por*, como em (23), ou que estarão implícitos, a construção inacusativa é incompatível com adjuntos do tipo *ele próprio* ou com sintagmas-*por*, uma vez que não admite a intervenção de um agente, como em (24), mas admite a existência de uma causa externa, como em (25):

- (23) A porta foi fechada pela Sara.
(24) A porta fechou-se sozinha/ *por ela própria/* pela Sara.
(25) A porta fechou-se com o vento.

Uma diferença importante é a que existe entre a passiva pronominal e a inacusativa com *-se*. Como se nota, uma frase como *A porta fechou-se* é ambígua entre uma leitura inacusativa e uma leitura passiva. Na verdade, qualquer verbo que surja numa construção inacusativa com *-se* pode também surgir em construções passivas pronominais. A exceção serão alguns verbos psicológicos que aceitam a construção inacusativa, mas não ocorrem facilmente com a passiva pronominal, por não aceitarem um agente:

- (26) O João preocupa-se.
(27) * Preocuparam-se os pais. (interpretação passiva)

O contrário não é, contudo, verdade, ou seja, nem todos os verbos que surgem nas passivas pronominais podem ocorrer nas construções inacusativas com *-se*.

Mendikoetxea (1999a: 1585) aponta os verbos *construir* e *divulgar* como exemplo de verbos que podem formar passivas com *-se*, mas que não podem surgir em construções inacusativas, dado que não expressam eventos que se realizam de forma espontânea, sem a intenção de um agente. Deste modo, os exemplos (28) e (29) têm apenas uma leitura passiva, mas não inacusativa:

- (28) Construiu-se um prédio.
(29) Divulgaram-se notícias assustadoras sobre a crise.

Assim sendo, estes exemplos são incompatíveis com os adjuntos que surgem nas construções inacusativas com *-se* (*As janelas fecharam-se por si só*), mas admitem advérbios orientados para o agente e orações finais⁸:

- (30) Construiu-se um prédio rapidamente.
(31) Construiu-se um prédio para colmatar carências relativas à habitação.

⁸ Muito sucintamente, focamos aqui as questões de concordância. Podemos perceber que nem sempre é o padrão de concordância que é utilizado como critério para definir se se trata de uma construção de *se*-passivo ou *se*-nominativo. Muitos estudos limitaram-se a constatar a existência da falta de concordância em algumas construções passivas com *-se*. Correia (2003) descreve vários fatores que podem interferir na questão da concordância. Por sua vez, Raposo & Uriagereka (1996: 750) tentam resolver o problema, argumentando que as construções com *-se* com verbos transitivos que apresentam concordância com o seu argumento interno plural são estruturas ativas, tal como são as construções sem concordância. Esta questão será retomada na secção 1.3.

Como vimos, podemos constatar a existência de dois tipos de verbos intransitivos: os intransitivos puros/inerativos e os inacusativos/ergativos que exibem propriedades particulares. Os verbos inacusativos constituem-se como uma classe autónoma de verbos intransitivos, já referenciada por várias gramáticas (Duarte 2003; Mendikoetxea 1999a).

Tendo em conta que as construções inacusativas apresentam o objeto direto (tema ou paciente) realizado sintaticamente como sujeito, parece consensual as construções passivas incluírem-se no grupo das construções inacusativas, não obstante as relevantes diferenças apontadas.

1.1.3. Restrições sobre a formação da passiva eventiva

Nas construções passivas eventivas, a natureza aspectual do participípio é irrelevante, como se pode verificar em (32), em que ocorrem participípios eventivos pertencentes a diferentes classes aspectuais básicas⁹:

- (32) a. Bagdad foi destruída pelos bombardeamentos americanos. (processo culminado)
- b. A janela foi aberta para arejar o quarto. (culminação)
- c. O carro foi conduzido por um piloto experiente. (processo)
- d. A sobremesa foi apreciada por todos. (estado)

Geralmente, as orações passivas eventivas descrevem situações dinâmicas, em que uma das entidades envolvidas sofre alguma mudança (de estado, lugar ou posse). Isto explica a existência de fortes restrições relativamente à ocorrência nestas orações de verbos transitivos estativos. Para que um verbo seja aceite numa construção passiva eventiva, há um conjunto de restrições a que está sujeito, nomeadamente restrições de ordem sintática e semântica. As restrições de ordem sintática ligam-se essencialmente a questões de transitividade. É dessa matéria que trata a secção seguinte.

1.1.3.1. Restrições sintáticas

Como referido anteriormente, os verbos transitivos são tidos como os únicos verbos que podem ser utilizados na construção passiva verbal. No entanto, alguns autores (Jaeggli 1986; Baker *et al.* 1989) discutem a transitividade como condição fundamental para a criação de passivas sintáticas. Se em português a construção de passivas com verbos intransitivos não é geralmente autorizada, outras línguas, no

⁹ Os exemplos são de Duarte & Oliveira (2010: 403).

entanto, permitem-no. Um exemplo frequentemente apontado é o inglês, que permite frases como as seguintes:

(33) John was asked to do the job by Mary.

(34) John was asked by Mary to do the Job.

(35) Mary asked John to do the job.

Para o português, no entanto, Peres & Mória (1995: 212) admitem que verbos como *obedecer* (transitivo indireto) possam constituir uma exceção:

(36) Os soldados obedeceram prontamente ao general.

(37) O general foi prontamente obedecido pelos soldados.

Referindo-se ao francês, Gaatone (1998: 73) apresenta alguns dados que também são válidos para o português. O autor refere o verbo *pardonner* (perdoar) que, sendo um verbo transitivo, se torna transitivo indireto quando é acompanhado por um complemento com um traço semântico [+HUM] (*perdoar aos superiores*). O verbo *perdoar* constrói-se com dois argumentos, *perdoar qualquer coisa a alguém*, sendo, nesta situação, o seu comportamento regular:

(38) O professor perdoou os copianços aos alunos.

(39) Os copianços foram perdoados aos alunos pelo professor.

O interessante de *perdoar* é poder ter o constituinte [+HUM] realizado como objeto indireto (como em (38)) ou objeto direto (como em (40)):

(40) O professor perdoou os alunos (pelos copianços).

(41) Os alunos foram perdoados pelo professor.

Para Gaatone (1998: 73), estes verbos, porém, parecem não aceitar facilmente outras construções semelhantes à passiva, que exigem um verbo transitivo direto, como as construções infinitivas¹⁰:

(42) Une personne facile à convaincre/?*pardonner.

Se para o francês o exemplo com *pardonner* se torna problemático, o mesmo não acontece em português, parecendo-nos o exemplo (43) perfeitamente aceitável:

(43) Uma pessoa fácil de convencer/ de perdoar.

¹⁰ O exemplo é de Gaatone (1998: 73).

Estes dados parecem mostrar que se está, de facto, perante casos excepcionais. Gaatone (1998: 73) atribui este carácter excepcional a estados passados da evolução da língua, afirmando que “l’on est en presence de cas typiquement exceptionnels, dont le comportement à l’égard du passif n’est plus qu’un trait résiduel d’un ancien état de langue”.

Seria interessante analisar dados que atestam essa utilização em estádios passados da língua. Pensamos, no entanto, que talvez se trate de uma tendência e não de uma questão apenas relacionada com estádios anteriores da língua, tendo em conta a utilização de estruturas passivas com verbos que não a admitem por natureza. Estrela (2011) analisou produções escritas de alunos do ensino superior e verificou que são produzidas frases passivas a partir de verbos que não as permitem: *refletir*, *esbarrar*, *prescindir* e *optar*.

Como vimos, a possibilidade de haver a correspondente passiva de uma frase ativa depende do verbo utilizado, pois nem todos são compatíveis com esta estrutura. Assim, para haver uma passiva, o verbo em questão tem de ser transitivo (ou ditransitivo), isto é, um verbo com um argumento interno com a função sintática de complemento direto. São, portanto, excluídas, entre outras, passivas formadas com formas participiais de verbos inergativos, como em (44), de verbos inacusativos, como em (45) e de verbos que selecionam argumentos internos preposicionais, como em (46):

(44) *O João foi trabalhado.

(45) *O João foi desmaiado.

(46) *O trabalho foi interferido.

Relativamente ao auxiliar, sendo o verbo *ser* o auxiliar da passiva por excelência, não surge nesta construção uma vez que o seu objeto é o predicativo do sujeito. Há um conjunto mais alargado de verbos do mesmo tipo que veem o seu uso restringido nesta construção: *constituir*, *ficar*, *representar*.

(47) A ansiedade constitui um aspeto a ignorar.

(48) *Um aspeto a ignorar é constituído pela ansiedade.

(49) A Sara ficou arguida no processo.

(50) *A arguida no processo foi ficada pela Sara.

(51) A instituição representa uma mais-valia no panorama internacional.

(52) *Uma mais-valia no panorama internacional é representada pela instituição.

Se os fatores sintáticos (como a estrutura argumental do verbo) parecem ser os mais determinantes quando se fala de restrições sobre a passiva, o certo é que, numa perspetiva semântica, também fatores como a estatividade ou a agentividade do verbo têm sido tidos em conta.

1.1.3.2. Restrições semânticas

No que diz respeito às restrições semânticas, podem ser encontradas restrições de natureza aspetual que se prendem com a distinção perfeito/imperfeito. Os verbos télicos, por exemplo, raramente admitem passivas sintáticas em tempos imperfeitos como o presente e o imperfeito, quando a situação descrita não assume o valor de habitualidade, sendo as mesmas restrições válidas para a ativa¹¹:

(53) A janela foi aberta pelo gato Riscado.

(54) *A janela era aberta pelo gato Riscado. (* na interpretação não habitual)

Para além disso, outro verbo que sofre restrições é o próprio verbo *ter* (no sentido de possuidor), que ocorre com um SN sujeito não agentivo:

(55) A Sara tem uns brincos novos.

(56) *Os brincos novos são tidos pela Sara.

Há também outros verbos que se comportam do mesmo modo quanto à construção passiva, que têm a não agentividade do sujeito como característica. São exemplo disso os verbos como *conservar* e *revelar*:

(57) A Sara conserva a frescura da juventude.

(58) *A frescura da juventude é conservada pela Sara.

(59) A Sara revelou sensatez na sua atitude.

(60) *Sensatez na sua atitude foi revelada pela Sara.

No entanto, quando usados no seu sentido pleno, estes verbos, com sujeito agentivo, admitem a passiva:

(61) A Sara conserva as laranjas no frigorífico.

(62) As laranjas são conservadas no frigorífico pela Sara.

(63) A Sara revelou todos os detalhes da operação.

¹¹ Os exemplos em (53) e (54) são de Duarte (2003: 530).

(64) Todos os detalhes da operação foram revelados pela Sara.

Verbos como *medir* e *pesar*, que se constroem com um sujeito com papel de tema, também não dão lugar à criação da passiva verbal:

(65) O saco de fruta pesa 3 quilos.

(66) *3 quilos são pesados pelo saco de fruta.

Há outra classe de verbos cujo objeto direto designa os elementos que compõem a entidade representada pelo sujeito como, por exemplo, *comportar* ou *compreender*. Este tipo de verbos não admite a passiva:

(67) O jornal comporta três suplementos.

(68) *Três suplementos são comportados pelo jornal.

Não são permitidas em construções passivas eventivas formas participiais de verbos (transitivos) estativos de posse como se pode ver nos exemplos abaixo:

(69) *As riquezas são tidas pelos reis.

(70) *Os títulos desportivos são possuídos pelos jogadores capazes.

No mesmo sentido, alguns verbos aceitam a construção passiva quando surgem no seu emprego dito habitual, mas não a admitem em determinadas distribuições particulares dos seus argumentos, nomeadamente nos empregos metafóricos:

(71) A Sara coleciona amores.

(72) *Amores são colecionados pela Sara.

Note-se que, nos exemplos (71) e (72), por um lado, a questão passa essencialmente pela grande coesão existente entre o verbo e o seu objeto e, por outro lado, parece que o sujeito não é agentivo, ao contrário do uso próprio de *coleccionar*.

Repare-se ainda nos seguintes exemplos que constituem expressões idiomáticas:

(73) A Sara pôs o dedo na ferida.

(74) *O dedo foi posto na ferida.

(75) A Sara puxou os cordelinhos.

(76) *Os cordelinhos foram puxados pela Sara.

(77) A Sara lambeu as botas ao chefe.

(78) *As botas foram lambidas.

As locuções verbais do tipo das que apresentámos [V-SN] e [V-SN-SP] mostram a estrutura de um sintagma verbal com objeto direto. Contudo, não são passivizáveis porque são sequências não analisáveis separadamente, tendo de ser abordadas como um todo. Na verdade, os exemplos mostram unidades multilexicais com alto grau de fixidez, que não permitem, por isso, a passiva ou outras alterações:

(79) *Os cordelinhos, a Sara puxou-os.

(80) *Foram os cordelinhos que a Sara puxou.

(81) *Os cordelinhos que a Sara puxou foram muito úteis.

Para Gaatone (1998: 114) há muitas locuções verbais que admitem a passiva, essencialmente quando o sujeito é detentor do traço semântico [+ HUM]:

(82) A polícia deu seguimento à inspeção.

(83) Foi dado seguimento à inspeção.

No entanto, parece sobrepor-se aqui o facto de persistir ainda uma leitura composicional para além da possível leitura idiomática. Note-se que só são possíveis paráfrases passivas destas expressões idiomáticas em construções passivas impessoais, não sendo aceitáveis com passivas pessoais.

Também em situações em que os verbos inergativos surgem com objetos cognatos, como no exemplo (84), não é admitida a passiva sintática:

(84) (a) O impostor chorou lágrimas de crocodilo.

(b) *Foram choradas lágrimas de crocodilo pelo impostor.

Já os verbos cujo objeto designa a entidade e o sujeito as partes, como *constituir* e *formar*, podem surgir em passivas:

(85) Para além de outros órgãos, a faringe e a laringe constituem o aparelho respiratório.

(86) O aparelho respiratório é constituído pela faringe e pela laringe, para além de outros órgãos.

É importante salientar que as restrições de seleção da formação dos participios passivos mostram que o papel temático dos argumentos do verbo tem um peso importante. Estas restrições serão visíveis, por exemplo, quando abordarmos questões relativas à aquisição de passivas. Alguns estudos (Pinker *et al.* 1987) apontam no sentido de as

crianças terem acesso a uma restrição semântica que permitiria a distinção entre verbos passivizáveis e verbos não passivizáveis, o que revelaria uma certa sensibilidade perante o mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais dentro de subclasses verbais.

1.1.4. Resumo da secção

Nesta secção, descrevemos a passiva eventiva, tendo em conta as várias restrições a que esta estrutura está sujeita, nomeadamente a nível sintático e a nível semântico. As restrições de ordem sintática ligam-se essencialmente a questões de transitividade, enquanto as restrições de ordem semântica se baseiam na estrutura temática dos verbos.

Traçámos ainda a distinção entre passivas pessoais (o argumento interno do participio passivo surge como sujeito, ocupando a posição de especificador do sintagma Flex) e passivas impessoais, em que o argumento interno ocupa a posição básica, não se encontrando preenchida a posição do sujeito da frase.

Foram também apresentados alguns dados que mostram que as construções passivas eventivas se aproximam em muitos aspetos das construções inacusativas, havendo, no entanto, pontos em que diferem. Por este motivo, é comum referir-se as estruturas passivas como estando incluídas no grupo das construções inacusativas, por oposição às inergativas.

Na próxima secção, trataremos um outro tipo de passiva descrita na literatura, a passiva adjetival, que apresenta algumas semelhanças com a passiva eventiva.

1.2. A passiva adjetival (resultativa/ de estado)

Relativamente à passiva adjetival (resultativa ou de estado), constatamos que se trata de uma construção que partilha características com a passiva eventiva (89) e com a passiva pronominal (90): o constituinte com a função gramatical de sujeito corresponde ao argumento interno direto do verbo a partir do qual se forma o participio. Os exemplos (87) e (88) correspondem a passivas adjetivais:

(87) Os ficheiros estão corrompidos.

(88) Os ficheiros ficaram corrompidos.

(89) Os ficheiros foram corrompidos.

(90) Corromperam-se os ficheiros.

Em Duarte (2003: 533), segue-se a ideia de que a forma participial¹² nas passivas adjetivais é um adjetivo (e não um verbo como na passiva sintática), “formado por um processo morfológico de conversão”. Também Mendes (1994, 2004) e Santos (1999) defendem o mesmo. Vários argumentos são apresentados nesse sentido. As passivas adjetivais admitem formas participiais com o prefixo *in-* que não correspondem a verbos em português, como em (91); formas participiais com sufixos diminutivos¹³, como em (92) e formas participiais derivadas de verbos inacusativos, como em (93):

(91) A obra de requalificação continua inacabada.

(92) A casa está limpinha.

(93) A rapariga ficou desmaiada no chão.

Contraste-se estes exemplos com os seguintes, que dizem respeito a passivas sintáticas:

(94) *A obra de requalificação foi inacabada.

(95) *A casa foi limpinha.

(96) *A rapariga foi desmaiada no chão.

Relativamente ao último argumento, a passiva adjetival revela-se distinta da eventiva na medida em que esta apenas admite formas participiais de verbos transitivos e ditransitivos, como se vê pela agramaticalidade de (96).

Alguns verbos inacusativos permitem construções com *estar* que expressam o estado resultante. Quando quando temos culminações ou processos culminados, as orações do tipo *ser* + participípio passado expressam tanto a ação como o estado resultante, construindo-se apenas com verbos transitivos. São, portanto, incompatíveis com verbos que expressam unicamente o estado resultante da ação .

Mendes (1994: 85) acrescenta ainda mais quatro propriedades que estabelecem a distinção entre a passiva eventiva e a passiva adjetival. A primeira relaciona-se com a

¹² A natureza da forma participial será discutida com detalhe na secção 1.5, pelo que não é vista minuciosamente nesta secção.

¹³ Os participípios com diminutivos, para além de estarem restringidos a um registo mais familiar e de possuírem um valor afetivo, transportam frequentemente informações aspectuais. Assim, nas frases abaixo, a expressão *carregadito de presentes* significa *totalmente cheio*. Os participípios que admitem diminutivos são adjetivais pelo que aceitam também construções com *estar*.

- i. Um trenó carregadito de presentes.
- ii. O trenó está carregadito de presentes.

existência de expressões fixas, que podem originar passivas com *ser*, mas não com *estar* e *ficar*. Veja-se os exemplos em (97) e (97)¹⁴:

(97) Foi tirado partido da situação.

(98) *Está tirado partido da situação.

Marques (1998: 59) rejeita que a frase em (97) possa ser considerada uma frase passiva, na medida em que a expressão fixa *tirar partido de* não parece permitir a construção passiva pessoal, o que é comprovado, segundo a autora, pelo exemplo (100):

(99) Eles tiraram partido da situação.

(100) *O partido foi tirado da situação (pelo Pedro).

Retomando Gaatone (1998), o que parece aqui relevante é que podemos considerar que só são possíveis paráfrases passivas destas expressões com construções passivas impessoais, mas não com passivas pessoais. O exemplo (97) será, então, aceitável, mas não o exemplo (100).

A segunda propriedade estabelecida por Mendes (1994: 85) diz respeito ao facto de não ser possível haver elevação do sujeito de uma oração subordinada para sujeito das construções com *estar* e *ficar* (veja-se (103)), havendo um comportamento diferente quando se trata da construção com *ser* (102)¹⁵:

(101) O João mandou o Pedro entrar.

(102) O Pedro foi mandado entrar.

(103) *?O Pedro está mandado entrar.

Além disso, a passiva adjetival, como vimos acima, aceita a inserção de um advérbio para alterar o grau do elemento à sua direita:

(104) Ele está muito assustado com essa notícia.

(105) Ele ficou pouco entusiasmado com essa ideia.

Os exemplos apresentados atestam as propriedades adjetivais do predicador, nas passivas com o verbo *estar* e *ficar*. Relativamente à possibilidade de ocorrência desses advérbios na passiva sintática, há variação de gramaticalidade nos exemplos:

(106) ?Cartago foi muito destruída pelos Romanos.

(107) Estas maçãs foram muito vendidas na semana passada.

¹⁴ Os exemplos (97) – (99) são de Mendes (1994: 85-86).

¹⁵ Os exemplos (101) – (111) são de Mendes (1994: 84-87).

Portanto, quer o critério da inserção do advérbio, quer o critério da possibilidade de ocorrência de afixos adjetivais com o particípio passado nas passivas adjetivais (mas não nas eventivas) não funcionam em todos os contextos, originando variação de gramaticalidade.

Para Mendes (1994: 86), o facto de ser possível a inserção de um advérbio de grau parece invalidar a proposta de que as passivas eventivas não aceitam o advérbio. Torna-se também problemático decidir se as passivas representadas em (106) e (107) são eventivas ou adjetivais, dado que o verbo *ser* também pode entrar na construção destas últimas. A frase (108), por exemplo, apresenta o típico auxiliar da passiva eventiva, aceita um SP introduzido pela preposição *por*, está associada a um evento e não a um estado. Contudo, estas propriedades não são exclusivas da passiva eventiva:

(108) Ele foi afectado pelos acontecimentos.

O mesmo exemplo aceita a inserção de um advérbio de grau:

(109) Ele foi muito afectado pelos acontecimentos.

Segundo Mendes (1994: 87), parece que estamos, de facto, perante uma passiva adjetival e não uma passiva sintática. Em trabalho mais recente, porém, Mendes (2004: 71) reconhece que o advérbio *muito* pode ocorrer com passivas eventivas, não sendo exclusivo da passiva adjetival. Relativamente à aceitação de modificação através do advérbio de grau, o que se pode concluir é que não parece haver distinção entre os particípios passados que entram na passiva com *ser* e os que entram na passiva adjetival (com *estar* e *ficar*).

Finalmente, o valor aspetual é outra das características de natureza semântica que distingue os dois tipos de passivas. Enquanto a passiva de *ser* tem valor eventivo, a passiva com *estar* e *ficar* tem valor estativo:

(110) O João foi afectado pelo Pedro.

(111) O João está/ficou afectado com essa história.

Em relação à interpretação, enquanto na passiva sintática se focaliza a transição sofrida pelo argumento com o papel temático interno direto, na passiva adjetival, o enfoque recai sobre o estado resultante da transição sofrida. Segundo Duarte (2003: 535), “esta interpretação aspectual das passivas adjetivais está plausivelmente na origem de restrições sobre os verbos a partir dos quais podem ser derivados os adjectivos que nela ocorrem”.

As restrições recaem sobre os adjetivos derivados a partir de verbos atélicos¹⁶ psicológicos, que denotam geralmente predicados de indivíduo. Atente-se na agramaticalidade de (112):

(112) *A Sara estava adorada.

Já os adjetivos formados a partir de verbos atélicos locativos são legítimos, ocorrendo tipicamente neste caso o constituinte com a interpretação locativa precedido da preposição *de*:

(113) O palco está rodeado de cadeiras.

Nos casos em que a passiva adjetival se forma com o verbo *estar* e um adjetivo que surge a partir de um verbo tendencialmente télico como *construir*, a frase torna-se agramatical se o auxiliar surgir no pretérito perfeito:

(114) *A casa esteve construída.

1.2.1. Divisão da passiva adjetival em resultativa e estativa

Apesar de habitualmente se falar em passivas adjetivais, não são novas as propostas que vão no sentido de refinar a tipologia das construções passivas. Cunha & Cintra (1997: 383) falam em quatro tipos de passivas, nomeadamente a passiva de ação com auxiliar *ser* (115), a passiva de estado com os auxiliares *estar*, *andar*, *viver*, etc. (116), a passiva de mudança de estado com o auxiliar *ficar* (117) e passiva com expressão do movimento com os verbos *ir* e *vir* (118)¹⁷:

(115) Pedro foi ferido por João.

(116) Os homens já estavam tocados pela fé.

(117) Ficou atormentado pelo remorso.

(118) Os pais vinham acompanhados dos filhos.

Duarte (2003: 533) também dá conta de exemplos de construções passivas construídas com outros verbos predicativos diferentes de *ser*¹⁸:

(119) A cidade ficou destruída.

(120) As pessoas andam assustadas com o aumento da criminalidade.

¹⁶ Verbos atélicos são aqueles que referem uma situação que não tem um limite temporal interno bem definido.

¹⁷ Os exemplos são de Cunha & Cintra (1997: 383).

¹⁸ Os exemplos são de Duarte (2003: 533).

Estas frases entram no conjunto das construções a que a autora chama de passivas adjetivais, uma vez que reúnem características sintáticas que as colocam ao mesmo nível das passivas com *ser*, nomeadamente:

- i. ocorrência de uma forma flexionada de *ser*, seguida de um particípio de um verbo transitivo;
- ii. ocorrência de SN na passiva que na ativa corresponde a um objeto direto;
- iii. possibilidade de ocorrência de um SN introduzido por uma preposição que, na ativa, corresponde a um sujeito;
- iv. concordância em género e número entre o particípio passado e o sujeito.

Marques (1998: 120) considera as construções com *estar* e *ficar*, a par de *ser*, como construções passivas, diferenciando-as com base nos respetivos valores aspectuais. Para tal, a autora recorre a uma análise de verbos psicológicos do português que mostra a partilha das propriedades sintáticas nas construções com estes três verbos. Pondo de parte as escolhas terminológicas de Cunha & Cintra (1997), Marques prefere utilizar as designações de passiva de evento (com *ser*), passiva de estado (com *estar*) e passiva de estado resultativo (com *ficar*). Segundo a autora:

a construção com *ficar* partilha com a construção com *estar* o facto de exprimir um estado, no entanto distingue-se desta por envolver dinamismo e uma alteração do estado-de-coisas. Por outro lado, a construção com *ficar* partilha com a passiva com *ser* o dinamismo e a mudança do estado-de-coisas, mas afasta-se desta por descrever um estado. (Marques 1998: 101)

Também Barreiros (1998) tem uma visão muito abrangente daquilo que pode ser a construção passiva. Nas próprias palavras da autora:

(...) na minha definição de passiva, cabem perfeitamente as propriedades das construções de estado resultante. (...) A minha definição de passiva aceita construções passivas sem agente expresso e com “ser”, “estar” e “ficar”. O que posso postular para a diferença entre construções passivas e construções de estado resultante tem a ver com critérios semânticos, concretamente, com o traço distintivo “resultado” definido por Comrie (1976: 52) que está incluído na própria definição do verbo, ou seja, que lhe é intrínseco. (Barreiros 1998: 32)

Mais recentemente Duarte & Oliveira (2010) e Duarte (no prelo), baseadas em Embick (2004), também utilizam uma tipologia tripartida das construções passivas, e propõem as seguintes designações: passiva eventiva, passiva resultativa e passiva estativa. Na

secção seguinte, veremos a abordagem proposta por Embick (2004), para depois, com mais detalhe, apresentarmos a proposta das autoras para o português europeu.

1.2.2. A proposta de Embick (2004)

São alguns os estudos que questionam a distinção entre passivas verbais e passivas adjetivais. Embick (2004) apresenta argumentos contra essa divisão e propõe uma tipologia tripartida para o inglês, em que distingue participípios eventivos, participípios resultativos e participípios estativos. Contrariamente ao que assumem as teorias lexicalistas, o autor assume que as passivas resultativas e estativas também podem ser formadas na sintaxe, recorrendo ao arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993), um dos recentes desenvolvimentos da gramática generativa, que assume que não existe uma componente lexical. Nas próprias palavras do autor:

A modular distinction, between lexical and syntactic derivation, cannot be the source of differences among participles, because there is no lexicon. The task that remains therefore consists of identifying the different structures and features that are responsible for the different types of participles. (Embick 2004: 356)

A separação das passivas adjetivais em resultativas e estativas justifica-se pelo comportamento que revelam em quatro contextos distintos. O primeiro diz respeito à possibilidade de coocorrência com advérbios de modo e outros advérbios¹⁹. Os participípios resultativos admitem advérbios orientados para o sujeito, mas não os participípios estativos²⁰:

(121) The package remained carefully opened.

(122) *The package remained carefully open.

O segundo contexto relaciona-se com a possibilidade de ocorrência de participípios estativos com contextos com predicados secundários de verbos factitivos, ao contrário do que acontece com os resultativos:

(123) This door was built open.

(124) *This door was built opened.

O terceiro contexto distingue os participípios resultativos dos estativos porque os participípios estativos podem ocorrer como predicado secundário nesta construção, mas não os resultativos:

¹⁹ Este teste foi proposto por Kratzer (1994).

²⁰ Os exemplos (121)-(130) são de Embick (2004: 357-359).

(125) John kicked the door open/*opened.

(126) Mary pounded the apple flat/*flattened.

(127) Bill drank the glass empty/*emptied.

(128) The heat turned the meat rotten/*rotted.

Finalmente, o quarto contexto relaciona-se com a possibilidade de prefixação com *un-*: os participípios resultativos são compatíveis com essa prefixação, mas não os estativos:

(129) participípios estativos: *un-rott-en, *un-bless-ed, *un-shrunk-en

(130) participípios resultativos: unrott-ed, un-bless-ed, un-shrunk

No quadro abaixo, resumimos o diferente comportamento de participípios resultativos e estativos nos quatro contextos.

	Participípios resultativos	Participípios estativos
Coocorrência com advérbios orientados para o sujeito	+	-
Ocorrência com predicados secundários de verbos factitivos	-	+
Predicado secundário resultativo	-	+
Prefixação com <i>un-</i>	+	-

Quadro 1. O comportamento de participípios resultativos e estativos nos quatro contextos.

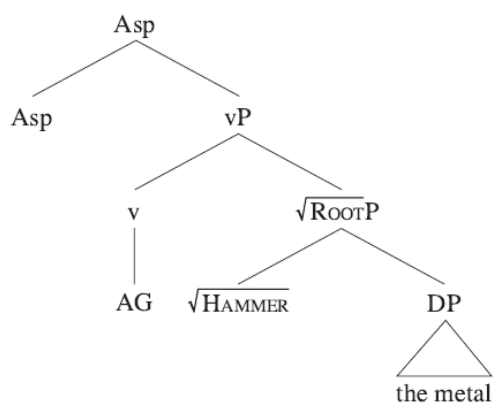
Se a caracterização da passiva eventiva não parece suscitar dúvidas maiores (assume-se que o núcleo *v* codifica eventividade e agentividade), há a necessidade de explicar esta divisão da passiva adjetival em estativas e resultativas. Como vimos, a diferença assenta na identificação da presença de um evento na última. Nesta perspectiva, o posicionamento de *Asp* acima de *v* ou numa estrutura sem *v* terá evidentes consequências semânticas. No que respeita à passiva estativa, o participípio comportar-se-ia como um adjetivo, não estando incluído *v* na sua estrutura, nem eventividade.

A diferença entre a passiva eventiva e a resultativa baseia-se na existência de um agente na primeira, mas não na segunda. Assim, a passiva resultativa implica menos estrutura verbal do que a passiva eventiva e mais do que a passiva estativa. Dada a assunção de que a eventividade está codificada gramaticalmente na forma de *v*, o complemento de *AspR* deve incluir um *v*. Uma vez que os resultativos não são

agentivos, o v que surge como complemento de AspR não pode ser v[AG], tem de ser outro tipo de verbo.

Abaixo apresentamos as propostas do autor no que diz respeito à representação sintática da estrutura dos participios eventivos, resultativos e estativos:

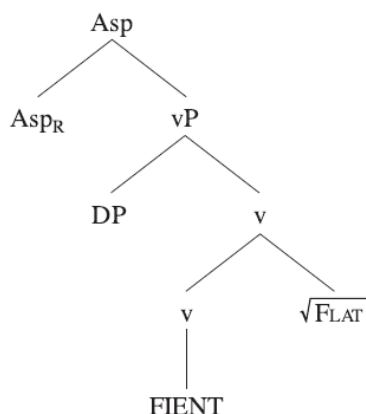
(131) Estrutura do participio eventivo (Embick 2004: 364)



Na estrutura acima, Asp é inserido acima de v, o núcleo verbalizador que contém eventividade e agentividade. O núcleo Asp é o local da morfologia participial em que está codificado *-ed*, *-en*, *-t* e *-∅*, do inglês.

Uma diferença entre as passivas eventivas e as resultativas diz respeito à agentividade. Nas passivas resultativas, o sintagma-*por* não é licenciado. Embick assume que a interpretação agentiva é associada com o traço [AG] em v, que está presente na representação em (131), mas não em (132):

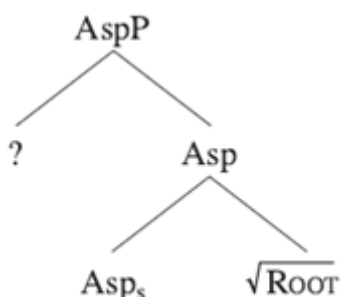
(132) Estrutura do participio resultativo (Embick 2004: 364)



No que diz respeito à representação da passiva resultativa, o traço [FIENT] relaciona-se com os operadores BECOME (telicidade do evento) e INCH (*inchoative*). O traço [FIENT] é um operador do tipo BECOME, no sentido em que denota um evento e a sua transição para estado. Asp_{PR} exibe um complemento com o núcleo v[FIENT]. Por sua vez, v[FIENT] exibe um estativo como complemento.

A estrutura proposta para o particípio estativo é a seguinte:

(133) Estrutura do particípio estativo (Embick 2004: 363)



No que se refere à estrutura do particípio estativo, a interrogação refere a dúvida em relação ao sítio onde o argumento é licenciado. É importante destacar ainda que o núcleo Asp está anexado à raiz. Não havendo nenhum v, também não há eventividade.

Como referimos, as representações em árvore apresentadas acima corresponderiam àquilo que Embick (2004) consideraria como particípios eventivos, resultativos e estativos. É, em certa medida, com base nas diferenças apresentadas nas representações em árvore que Embick (2004) propõe uma tipologia tripartida de particípios. No mesmo sentido, Alexiadou & Anagnostopoulou (2008) defendem que esta tipologia é igualmente adequada para o grego moderno, uma língua que distingue morfologicamente particípios eventivos, resultativos e estativos.

O quadro abaixo mostra os critérios de diagnóstico apresentados pelas autoras para cada um dos tipos de particípios (Alexiadou & Anagnostopoulou 2008: 5):

	Particípios eventivos em <i>-menos</i> :	Particípios resultativos em <i>-menos</i> :	Particípios em <i>-tos</i> :
<i>By-phrases</i>	+	-	-
Controlo do sujeito nulo de orações finais	+	-	-
SP instrumentais	+	-	-
Advérbios orientados para o sujeito	+	-	-
Ocorrência como complementos de Vs de mudança de estado	-	-	+
Prefixação de negação <i>a-</i>	-	-	+

Quadro 2. Critérios de diagnóstico de particípios eventivos, resultativos e estativos, de Alexiadou & Anagnostopoulou (2008).

1.2.3. A adequação da tipologia tripartida para o português

Tal como Rodero (2010) defende a adequação da tipologia tripartida para o português do Brasil, também Duarte & Oliveira (2010) e Duarte (no prelo) argumentam a favor da adequação da proposta de Embick (2004) para o português europeu e apontam argumentos nesse sentido. Os exemplos (134) - (136) constituem uma passiva eventiva, uma passiva resultativa e uma passiva estativa, respetivamente²¹:

(134) O exemplo foi corrigido por um falante nativo.

(135) O exemplo ficou corrigido (depois de ter sido revisto).

(136) O exemplo está correcto.

Quer os particípios eventivos, quer os resultativos exibem uma componente eventiva que falta aos particípios estativos. A componente agentiva, por sua vez, é apenas característica dos particípios eventivos. Estes são os únicos que podem ocorrer, em português, com agente da passiva, com advérbios orientados para o agente, com SP instrumentais. Para além disso, podem controlar o sujeito nulo de orações finais. Os exemplos (137) e (138) dão conta desse contraste:

(137) a. O exemplo foi corrigido por um falante nativo.

b. O exemplo foi corrigido propositadamente (pelo autor).

c. O exemplo foi corrigido com tinta azul.

²¹ Os exemplos (134) – (143) são de Duarte & Oliveira (2010: 401-402).

d. O exemplo foi corrigido por [um falante nativo]_i para [-]_i mostrar a pronúncia correcta.

(138) a. *O exemplo ficou corrigido por um falante nativo.

b. *O exemplo ficou corrigido propositadamente (pelo autor).

c. ?O exemplo ficou corrigido com tinta azul.

d. *O exemplo ficou corrigido para mostrar a pronúncia correcta.

Como vimos, a ausência de uma componente eventiva nos participípios estativos marca a diferença em relação aos eventivos e aos resultativos. Deste modo, se os participípios estativos podem ocorrer enquanto complemento de certos verbos de mudança de estado e como predicados secundários em construções resultativas, os participípios eventivos e resultativos não podem:

(139) a. Construiu-se o bunker oculto.

b. O pai pôs-se descalço na relva.

(140) a. *Construiu-se o bunker ocultado.

b. *O pai pôs-se descalçado na relva.

Como vemos, em verbos com participípios duplos, apenas a forma irregular pode ser usada como participípio estativo. Pelo contrário, nas orações passivas resultativas, em alguns casos pode ocorrer a forma recategorizada como adjetivo, enquanto noutros é mesmo obrigatório que isso aconteça, como se pode observar em (141):

(141) a. O veículo ficou submergido/submerso na torrente.

b. O fuzileiro ficou *cegado/cego em consequência dos estilhaços da bomba.

Duarte (no prelo) explica a generalização que rege esta alternância do seguinte modo:

“Nos casos em que a recategorização do participípio irregular como adjetivo foi concluída em época anterior à presente sincronia, é obrigatória a ocorrência da forma recategorizada como adjetivo; nos casos em que a recategorização do participípio irregular é um processo ainda em curso, os falantes tanto usam o participípio regular como o irregular nas orações passivas resultativas.” (Duarte, no prelo)²²

Em relação ao quarto critério apontado por Embick (2004) – a possibilidade de prefixação com *i(n/m)* –, o português aproxima-se do grego e distancia-se do inglês, dado que nesta língua a prefixação com *un-* é produtiva com participípios resultativos e

²² Seria interessante verificar este processo de recategorização através de dados de *corpora*.

casual com adjetivos, enquanto em português é apenas produtiva com participípios estativos, como se vê em (142):

(142) Participípio estativo – inato, incompleto, incorrecto, inculto

(143) Participípio resultativo – *inascido, *incompletado, *incurrido, *incultivado

Se habitualmente não se fazia a divisão dentro das passivas adjetivais, com a distinção entre os participípios resultativos e estativos, essa separação torna-se mais clara, podendo ser perspectivada não apenas a partir do auxiliar com que se constrói (*ser*, *estar* e *ficar*), mas também com os tipos aspectuais de predicções (Duarte & Oliveira 2010a: 402).

No quadro seguinte, apresentamos um resumo dos contextos que poderão ser usados para aferir se determinada construção exhibe uma estrutura com participípio eventivo, resultativo ou estativo.

	Eventivo	Resultativo	Estativo
Sintagmas preposicionais de valor instrumental	✓	*	*
Orações subordinadas finais	✓	*	*
Complemento agente da passiva	✓	*	*
Advérbios orientados para o agente	✓	*	*
Expressão <i>em x tempo</i>	✓	✓	*

Quadro 3. O comportamento de participípios eventivos, resultativos e estativos em Português.

Na próxima secção, centraremos a nossa análise na distinção entre a passiva resultativa e a passiva estativa.

1.2.4. Participípios resultativos

Os participípios resultativos constroem-se tipicamente com *ficar*. Este verbo marca o fim de um evento e o início de um estado resultativo. No entanto, podem também construir-se com *estar*, como se vê em (145)²³:

(144) a. O poste ficou caído.

b. As pontes ficaram destruídas.

(145) a. O poste está caído desde o temporal de há um mês.

²³ Os exemplos são de Duarte & Oliveira (2010: 402-403).

b. As pontes já estavam destruídas quando os Aliados chegaram a Colónia.

Esta possibilidade de a passiva resultativa poder ser construída com o auxiliar *ficar* ou *estar* aponta para o facto de ser a forma participial envolvida a principal responsável pela operação aspetual implicada. Aspetualmente, os participios resultativos surgem principalmente com predicacões básicas de tipo télico: culminações e processos culminados, como se ilustra em (146) e (147)²⁴:

(146) a. O espelho ficou partido.

b. O espelho já está partido.

(147) a. A cidade ficou destruída.

b. A cidade já está destruída.

Este tipo de participios é incompatível com estados e raramente ocorre com processos, necessitando neste caso de contextos especiais (Kratzer 2000; Embick 2004), como se vê nos exemplos (148) e (149):

(148) a. *A Rita ficou amada. (estado)

b. *A Rita já está amada.

(149) a. *O carro ficou empurrado. (processo)

b. */?O carro já está empurrado.

Contrariamente às passivas eventivas, as passivas resultativas não ocorrem com o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*), como mostra o contraste entre (150) e (151), que são exemplos de Duarte (no prelo):

(150) a. Quando ouvi o noticiário, os museus de Bagdade *estavam a ser* destruídos (pelos bombardeamentos americanos).

b. Quando a polícia chegou, a vítima do assalto *estava a ser* ferida (pelos assaltantes).

(151) a. *Quando ouvi o noticiário, os museus de Bagdade *estavam a ficar* destruídos.

b. *Quando a polícia chegou, a vítima do assalto *estava a ficar* ferida.

²⁴ Os exemplos (146)-(149) são de Duarte & Oliveira (2010: 403).

Outra característica que diferencia as passivas eventivas das passivas resultativas é o facto de estas últimas não admitirem, em princípio, a realização lexical do argumento externo do verbo através de um agente da passiva, como vimos através do exemplo (138), aqui repetido como (152):

(152) *O exemplo ficou corrigido por um falante nativo.

A impossibilidade de ocorrência do agente da passiva deve-se, nestas construções, ao facto de o argumento externo não estar implícito, ao invés do que acontece nas passivas eventivas. Assim, as passivas resultativas não admitem advérbios orientados para o agente (152), não coocorrem com orações subordinadas finais (153) e não admitem sintagmas preposicionais de valor instrumental (154):

(153) *O espelho ficou partido para não se gastar mais dinheiro.

(154) *O espelho ficou partido com um martelo.

Como vimos na secção anterior, no caso dos verbos que têm uma forma participial verbal e outra recategorizada como adjetivo, enquanto nas passivas eventivas é usado o participio verbal, nas passivas resultativas, em alguns casos pode ocorrer a forma recategorizada como adjetivo, enquanto noutros é obrigatória, como se mostra nos exemplos (155) - (158)²⁵:

(155) O veículo foi submergido/*submerso pela torrente.

(156) O fuzileiro foi cegado/*cego pelos estilhaços da bomba.

(157) O veículo ficou submergido/submerso na torrente.

(158) O fuzileiro ficou *cegado/cego em consequência dos estilhaços da bomba.

As passivas resultativas assinalam não só o estado resultante como ainda a fronteira da passagem a esse estado, pelo que admitem a expressão *em x tempo*, “que mede o tempo que o processo demora até atingir o estado resultante” (Duarte, no prelo):

(159) O jantar fica servido em 5 minutos.

Já quando a expressão *em x tempo* coocorre em passivas com *estar*, a interpretação primeira da expressão *em x tempo* é *daqui a x tempo*, como se observa em (160):

(160) ?O jantar está servido em 5 minutos.

²⁵ Os exemplos são de Duarte (no prelo).

A passiva estativa contempla então o estado resultante, mas não a fronteira de passagem a esse estado.

1.2.5. Particípios estativos

Como vimos, as passivas estativas descrevem situações estativas mas não incluem a componente da fronteira da passagem ao estado, como se pode observar nos exemplos (161) e (162):

(161) O autor é reconhecido mundialmente.

(162) A professora está desorientada.

Os exemplos acima mostram a distinção das passivas estativas relativamente às eventivas e às resultativas uma vez que a seleção do verbo auxiliar é sensível ao tipo de predicado: com predicados estáveis (que denotam propriedades estáveis dos indivíduos), utiliza-se o verbo *ser* (cf.(161)), enquanto com predicados episódicos (que denotam propriedades transitórias dos indivíduos) se utiliza o verbo *estar* (cf. (162)) (Duarte, no prelo).

Os particípios estativos de predicados *stage-level*²⁶ são apenas possíveis com *estar*, enquanto os particípios estativos de predicados *individual-level* são apenas compatíveis com *ser* (Duarte & Oliveira 2010: 402). Quer as passivas eventivas, quer as passivas resultativas com *ficar* podem ocorrer com predicados estáveis e com predicados episódicos.

Como vimos na secção 1.2.3, nas passivas estativas é obrigatória a ocorrência da forma recategorizada como adjetivo, como mostra o exemplo (163):

(163) A cliente está descalça.

Vimos também que as passivas estativas não podem coocorrer com a expressão *em x tempo* uma vez que esta expressão é usada essencialmente com eventos télicos, que identificam o intervalo que descrevem com a totalidade da situação. Esta característica é reflexo da natureza não eventiva da passiva estativa:

(164) *A cliente está descalça em cinco minutos.

²⁶ Na literatura em inglês, estes predicados são conhecidos como *individual-level* e *stage level*, respetivamente (Carlson 1977). Em português, são por vezes usados os termos *estados individuais* e *estados permanentes*. Paralelamente, também se pode encontrar referência a *predicados estáveis* e *predicados episódicos*.

As condições semânticas mencionadas são cumpridas com a maior parte dos verbos transitivos estativos, como *rodear*, *ocupar*, *cercar*, *habitar*. São verbos que não descrevem necessariamente ações, mas propriedades das entidades sobre que predicam. Estes verbos admitem complementos agente sem que na realidade tenha lugar qualquer ação.

Os participípios dos verbos transitivos construídos com complementos preposicionais agentivos mantêm o argumento externo do verbo. Não existe uma componente eventiva nestes participípios, o que os aproxima dos adjetivos e os diferencia dos participípios mais puramente verbais, como os que se constroem com a passiva de *ser*. Assim, há uma interpretação eventiva sugerida pela frase (165), em oposição à situação estática descrita em (166):

(165) O castelo é rodeado por tropas inimigas.

(166) O castelo está rodeado por tropas inimigas.

Bosque (1999: 209) adianta que os complementos preposicionais citados não são complementos agentes nas construções com *estar*. Deste modo, o participípio adjetival, com o seu complemento “pseudoagentivo”, é compatível com a significação estativa dos adjetivos.

Voltando ao auxiliar que contribui para a formação da passiva estativa, as construções com *estar* não têm valor de processo culminado nem de culminação. O verbo *estar* é um auxiliar aspetual que expressa estado e é tendencialmente durativo e não pontual, o que o torna distinto do auxiliar *ficar*.

Já as construções com *ficar* constituem uma culminação com características especiais, segundo Marques (1998: 100). Por um lado, são construções perfetivas, visto que exprimem a consequência, o estado resultante de uma culminação, e não a culminação *per se*. Por outro lado, as construções com *ficar* aceitam advérbios durativos, o que não pode, no entanto, constituir evidência de que se trate de atividades.

Para Marques (1998: 100), a distinção entre predicados de estado, atividade, processo culminado e culminação poderá não constituir a melhor forma de atribuir uma categorização aspetual à passiva com *ser* e às construções com *estar* e *ficar*.

O que se nota é que a construção com *ficar* e a construção com *estar* partilham o facto de exprimirem um estado, mas distinguem-se por a primeira implicar dinamismo e

uma alteração do estado de coisas. A construção com *ficar* e a passiva com *ser* partilham o dinamismo e a mudança do estado de coisas, mas distinguem-se por a primeira descrever um estado.

Marques distingue passivas com *estar* como passivas de estado e com *ficar* como passivas de estado resultativo. Defende então que os verbos *ser*, *estar* e *ficar* nas construções que analisou (verbos psicológicos) são verbos aspectuais e que se podem ligar opcionalmente a determinados participios passivos.

Após análise dos seus próprios dados, a autora apresenta uma explicação que assenta no carácter causativo da passiva para justificar que todos os verbos agentivos aceitem a passiva com *ser*. Um agente será sempre um causador, apesar de o contrário nem sempre se verificar. Já os verbos não agentivos mais dificilmente ocorrerão na passiva com *ser*, uma vez que os participios correspondentes, pelo seu significado intrínseco, apontam mais para um estado ou para um resultado de um processo do que para o processo em si. Esta poderá ser, aliás, uma explicação para o facto de as crianças revelarem maiores dificuldades quando se deparam com passivas com verbos não agentivos, como veremos na secção 3.1.2.

1.2.6. A representação sintática da passiva em português

O facto de o português ser uma língua de participio duplo ajuda a marcar a distinção entre os três tipos de participios analisados por Duarte & Oliveira (2010). Assim, no caso dos verbos com participios duplos, a especificação das formas irregulares e regulares como eventivas, resultativas ou estativas não é fixa nem homogénea, estando antes dependente de fatores de ordem histórica e de fatores relacionados com a frequência dos verbos.

Já quando se trata de verbos com uma única forma participial, “ela é subespecificada quanto à distinção eventivo/resultativo/estativo. Neste caso, são propriedades dos nós funcionais ou dos verbos flexionados que operam esta distinção, através das suas propriedades de seleção” (Duarte & Oliveira 2010a: 406). As autoras optam por fazer representar tais propriedades²⁷ do modo como se mostra no quadro seguinte:

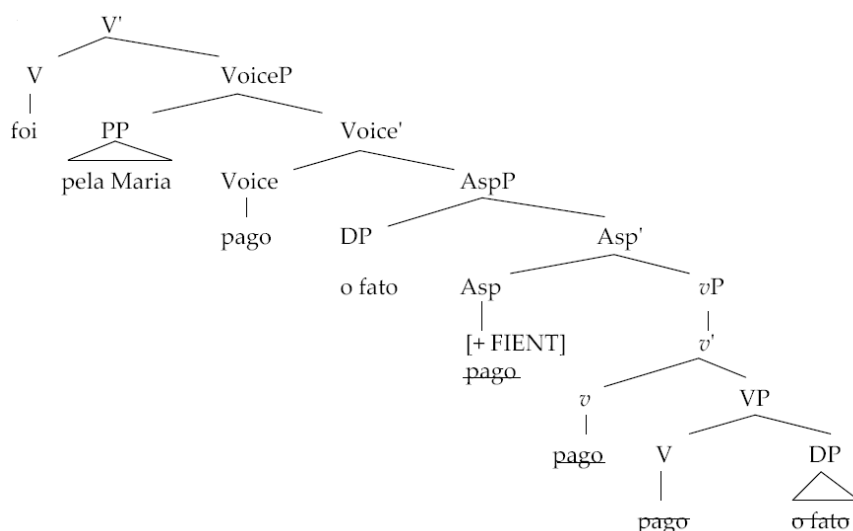
²⁷ A partir da proposta de Embick (2004).

auxiliar	
<i>ser</i>	seleciona como complemento uma projeção funcional VoiceP, cujo núcleo seleciona uma projeção funcional AspP com o traço [+ Fient ²⁸]
<i>ficar</i>	seleciona tipicamente como complemento uma projeção funcional AspP com o traço [+Fient]
<i>estar</i>	seleciona tipicamente como complemento uma projeção funcional AspP com o traço [+Stative].

Quadro 4. Propriedades sintáticas das passivas eventivas, resultativas e estativas.

Duarte & Oliveira (2010b) propõem como representações sintáticas dos participípios eventivos, resultativos e estativos das frases as esquematizações que vemos abaixo:

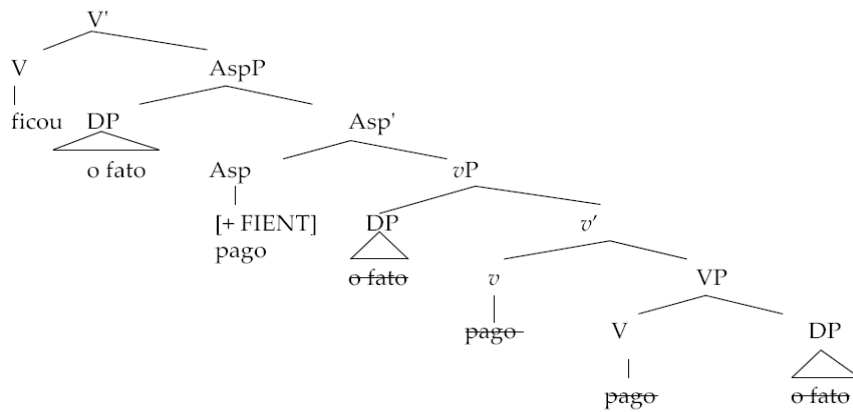
(167) Participípio eventivo



A construção passiva eventiva em (167) está associada a um núcleo *v* que implica a existência de agentividade e eventividade. A passiva resultativa em (168), por sua vez, está associada a um núcleo *v* que implica eventividade e o núcleo FIENT que não implica agentividade.

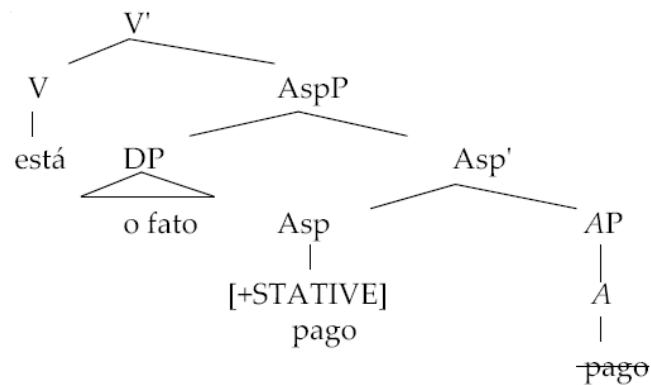
(168) Participípio resultativo:

²⁸ Embick (2004: 366) explica que: “The feature [FIENT], for fientive, is a type of BECOME-operator. It denotes a becoming—or perhaps better, transition event—that moves toward a state. The difficulty in using a term like BECOME-operator, or the feature [BECOME], lies in the fact that this type of operator is often defined in terms of telic events, which is unwanted; see the discussion in Borer 2003. For this reason, I refer to the feature in question as [FIENT], with the note that it is of course related to BECOME and INCH (for inchoative), features familiar from the literature”.



O participio resultativo denota um estado que resulta de um evento anterior. Dado que a eventividade está gramaticalmente ligada à forma do v, o complemento de AspR deve incluir um v que não pode ser v[AG], uma vez que a resultativa não é agentiva. Já a construção em (169) não apresenta eventividade nem agentividade, visto que o núcleo v não está associado a tais traços.

(169) Participio estativo



A menor complexidade da representação sintática da passiva estativa contrasta com a elevada complexidade da passiva eventiva, situando-se a representação da passiva resultativa entre uma e outra. Estas diferenças poderão ter implicações na interpretação que as crianças fazem do contraste entre passivas eventivas, resultativas e estativas.

1.2.7. A presença do agente da passiva na passiva adjetival (resultativa e estativa)

Para Jaeggli (1986), as passivas eventivas e as passivas adjetivais distinguem-se no que diz respeito à presença do sintagma-*por*. Para o autor, a presença desse sintagma nas passivas adjetivais revela-se mais rara. Estando presente, contém geralmente SN

genéricos. Levin & Rappaport (1986) argumentam que o sintagma-*por* que ocorre nas passivas adjetivais contempla objetos inanimados.

Mendes (1994) analisa diversos verbos psicológicos com base em dados de *corpora*, o que lhe permite avaliar o tipo de SN que surge nos complementos agente da passiva. A autora verifica que a passiva eventiva ocorre essencialmente com um agente da passiva que integra um SN [+ HUM], sendo a passiva adjetival formada, na maior parte dos casos, por um agente da passiva [- HUM].

Habitualmente, defende-se que, nas passivas adjetivais, o argumento externo do verbo está ausente, dado que não há controlo em orações finais e não há o efeito de referência disjunta²⁹ (Kratzer 1994, 2000). A passiva eventiva comporta-se de modo diferente: o argumento externo está presente sintaticamente, mesmo que não surja explicitamente (Baker *et al.* 1989; Kratzer 1994).

É também comumente aceite que o agente da passiva representa sintática e semanticamente o argumento externo nas passivas e nas nominalizações. Uma vez que não há argumento externo na passiva adjetival, não devia ser possível a sua ocorrência nesta construção. No entanto, em dados do alemão, a passiva adjetival surge associada a um sintagma-*por* (Kratzer 1994). Os seguintes exemplos do espanhol, por sua vez, estão atestados em *corpora*³⁰:

(170) La sociedad está barrida por un vendaval de igualitarismo.

(171) Los expertos advierten de los peligros de las dietas que no están supervisadas por los especialistas.

Há diferentes explicações teóricas para os dados encontrados. Tais combinações não seriam verdadeiras passivas adjetivais, mas sim passivas verbais que ocorrem com *estar* em vez de *ser*. Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 2) rejeitam esta ideia.

Outros autores defendem que estes complementos agente da passiva modificam o estado diretamente, na ausência de um evento (Meltzer-Asscher 2011)³¹. Assim, tais participios seriam como verdadeiros adjetivos que surgiriam com SP argumentais (*sad with the proposal*) e como os *sintagmas-por* com nomes (*a book by Perez-Reverte*).

²⁹ A ausência do efeito de referência disjunta diz respeito ao facto de a seguinte frase poder ter também uma interpretação reflexiva. (Kratzer 1994):

i. Das Kind war schlampig gekammt.

ii. The child was slopp(ily) combed.

³⁰ Os exemplos são de Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 2).

³¹ *Apud* Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 2).

Para o alemão há uma proposta semelhante de Maienborn (2011)³², que argumenta que os modificadores direcionados para o evento se aplicam a um estado e são responsáveis pela coerção de uma situação estativa em eventiva.

Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 2) discordam das abordagens anteriores. A passiva adjetival contém um argumento externo (Bruening 2013³³), tal como a passiva eventiva. A falta do efeito de referência disjunta, referida acima, é enganadora, pois apenas surge com predicados potencialmente reflexivos. As autoras adiantam que há muitos exemplos em que passivas adjetivais em inglês permitem controlo em orações finais. As orações finais em passivas adjetivais em espanhol também estão atestadas em *corpus*. Além disso, o facto de os sintagmas-*por* e sintagmas preposicionais de valor instrumental, por exemplo, ocorrerem mais frequentemente com passivas eventivas do que com adjetivais relaciona-se com a natureza eventiva da passiva verbal, por oposição à natureza estativa da adjetival.

Para as autoras, ambos os tipos de passiva têm argumentos externos implícitos, de acordo com Bruening (2013). No entanto, contrariando Bruening (2013), defendem que os sintagmas-*por* que surgem nas passivas adjetivais são diferentes das que ocorrem nas passivas verbais e dos sintagmas-*por* que surgem a acompanhar adjetivos.

As autoras analisaram um *corpus* de espanhol, constituído por oito milhões de palavras de textos de diversos géneros e verificaram que 8,7% das passivas adjetivais em espanhol contêm sintagma-*por* e 11,7% das passivas eventivas contêm sintagma-*por*, sendo a diferença não significativa. Os adjetivos que se combinam com o sintagma-*por* são em número muito mais reduzido: 0,6%. Esta diferença é muito significativa quando se compara com as passivas eventivas e as passivas adjetivais.

Há também diferenças significativas no tipo de complementos do sintagma-*por* que surgem nas passivas eventivas e adjetivais:

i. A frequência de sintagmas-*por* com SN complemento com artigo definido é significativamente superior com *ser*+PP do que *estar* +PP.

ii. A frequência de sintagmas-*por* que contêm pronomes é significativamente maior com *ser*+PP do que *estar*+PP.

³² *Apud* Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 2).

³³ Gehrke & Sánchez-Marco (2012) referem-se à obra de Bruening como (no prelo). A versão que consultámos é de 2013.

iii. A frequência de sintagmas-*por* que contêm nomes próprios é significativamente maior com *ser*+PP do que *estar*+PP.

iv. A frequência de sintagmas-*por* que contêm *bare nouns* é significativamente menor com *ser*+PP do que *estar*+PP.

v. A frequência de sintagmas-*por* com determinantes indefinidos é significativamente menor com *ser*+PP do que *estar*+PP.³⁴

No *corpus* analisado, também os adjetivos se combinam com sintagma-*por* com determinantes definidos, pronomes, nomes próprios e *bare nouns*, revelando um comportamento idêntico às passivas adjetivais nestes contextos. Há, contudo, mais sintagmas-*por* com passivas adjetivais do que com adjetivos.

Os sintagmas-*por* que se combinam com passivas adjetivais são diferentes dos que se combinam com passivas eventivas e mais próximos dos sintagmas-*por* que se combinam com adjetivos. As diferenças relativas às frequências dos tipos de complementos com passivas adjetivais e adjetivos não são estatisticamente significativas. Não obstante, a diferença na frequência de sintagma-*por* com determinantes indefinidos nas passivas adjetivais e nos adjetivos é muito significativa, sendo alta no primeiro contexto e baixa no segundo.

Uma interpretação possível, segundo Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 7), é a de que o sintagma-*por* com adjetivos e passivas adjetivais são do mesmo tipo: modificam um estado. Neste sentido, fica por explicar a diferença ao nível da frequência e dos complementos indefinidos.

A parte mais inovadora da proposta das autoras consiste na apropriação da noção de *kind*, de Carlson 1977, e na sua extensão ao domínio eventivo. Assim, para Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 7), as passivas adjetivais são do tipo *event kinds*, enquanto as passivas verbais são do tipo *event tokens*. Os sintagmas-*por* em ambos os tipos de passivas introduzem argumentos externos, mas de tipos diferentes. Em ambos os casos, os sintagma-*por* são adjuntos, mas enquanto com a passiva adjetival modificam um *event kind* (o seu complemento também permanece no *kind domain*), com a passiva verbal, modificam um *event token*. Segundo as autoras, a proposta apresentada dá conta dos resultados do estudo de *corpus*, uma vez que os complementos do sintagma-*por* das passivas adjetivais têm um carácter mais genérico, enquanto com as passivas eventivas, o

³⁴ Resultados de Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 6).

complemento do sintagma-*por* tem um caráter mais concreto (nomes definidos, pronomes, nomes próprios que retomam entidades do discurso). Além disso, os complementos dos sintagmas-*por* adjetivais não introduzem referentes discursivos, dado que permanecem no *kind domain*.

Na secção 3.2.2, daremos conta da existência do sintagma-*por* em construções resultativas e estativas no *corpus* oral analisado (C-ORAL-ROM).

1.2.8. Resumo da secção

Nesta secção, descrevemos as passivas adjetivais que são formadas pelos verbos *estar* e *ficar* associados a um verbo principal, confrontando-as com as características das passivas eventivas. Destacámos, de forma muito sucinta, os participípios passados que ocorrem nestas construções, tendo sido também abordado o aspeto verbal dinâmico das passivas de *ser*, que é diferente do aspeto estativo das construções com *estar*. Já as construções com *ficar* apresentam pontos em comum com a passiva de *ser* e a passiva de *estar*: aproximam-se da primeira no que diz respeito ao dinamismo e à noção de mudança do estado de coisas, afastando-se porque descrevem um estado. Esta diferença será fundamental para a divisão das passivas adjetivais em resultativas e estativas.

Duarte & Oliveira (2010) fornecem vários argumentos a favor de uma tipologia tripartida também para o português europeu, em que é possível distinguir passivas eventivas, caracterizadas por uma componente agentiva e por uma componente eventiva; passivas resultativas, sem componente agentiva e com componente eventiva e passivas estativas, sem componente agentiva nem eventiva.

Assim, a proposta estrutural de Embick (2004) também dá conta da formação dos participípios implicados nas passivas eventivas, resultativas e estativas em PE. Esta análise estrutural, enquadrada nos pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída, considera que apenas uma componente derivacional (componente sintática) é suficiente para gerar tanto as passivas eventivas como as resultativas e as estativas.

A tipificação tripartida das passivas era já referida por outros autores. Barreiros (1998: 32) apresenta uma visão muito ampla daquilo que pode ser a construção passiva, aceitando como passivas construções com *ser*, *estar* e *ficar*. Marques (1998: 119) opta por incidir na questão da natureza aspetual como fator preponderante que distingue passivas com *ser* e construções com *ficar* e *estar*. Aos três tipos de passivas referidos

anteriormente, Cunha e Cintra (1997: 383) acrescentam a passiva com expressão do movimento com os verbos *ir* e *vir*.

Seguidamente, descrevemos a passiva pronominal.

1.3. A passiva pronominal

Em português e em outras línguas românicas existe uma construção a que se tem chamado de passiva pronominal³⁵. Nesta construção, assume-se que a função de sujeito é desempenhada pelo argumento interno do verbo - característica fundamental da passiva -, o que se pode ver pelo facto de ser o argumento interno que controla a concordância verbal:

(172) Resolveram-se todas as questões problemáticas.

(173) Resolveu-se a questão problemática.

Como se pode constatar pelos exemplos (172) e (173), o argumento interno tem obrigatoriamente traços de terceira pessoa, ao contrário do que acontece com a passiva eventiva. Não obstante, tal como acontece na passiva eventiva, também na passiva pronominal se nota a constância de papéis temáticos entre o constituinte que ocorre como sujeito e o constituinte com o papel temático interno direto da ativa correspondente:

(174) Venderam [os vestidos]_{TEMA} na última edição do Portugal Fashion.

(175) [Os vestidos]_{TEMA} venderam-se na última edição do Portugal Fashion.

Considera-se, ainda, que é o clítico – *se* que recebe o papel temático externo do verbo, ocupando, como tal, na representação sintática inicial a posição de especificador de SV. O facto de não ser possível a legitimação casual do argumento interno direto com Caso acusativo (que no caso da passiva eventiva se atribui à presença da morfologia passiva), pode, na passiva pronominal, ser atribuído à presença do clítico. Ele absorve (ou elimina) o traço casual acusativo do verbo, obrigando o argumento interno direto do verbo a deslocar-se para aceder ao Caso nominativo (Duarte 2003: 532).

A presença desse papel temático externo é visível quando se utiliza um advérbio orientado para o sujeito, como em (176), ou um adjunto final cujo sujeito é controlado pelo argumento implícito da passiva, como em (177):

(176) Resolveram-se todas as questões problemáticas calmamente.

³⁵ Outras designações encontradas na literatura são passiva de *–se*, *de clítico* ou *reflexa*.

(177) Resolveu-se a questão problemática para não se perder tempo.

A passiva pronominal nunca ocorre com um agente da passiva realizado, como se vê em (178), enquanto, por exemplo, a passiva sintática impessoal pode apresentar esse agente realizado foneticamente:

(178) *Os vestidos venderam-se na última edição do Portugal Fashion pelo comissionista.

Como podemos constatar, as passivas pronominais partilham com as passivas verbais curtas um traço de indeterminação relativamente ao referente do argumento externo que está implícito.

Finalmente, nos exemplos com a terceira pessoa do singular (179), a interpretação torna-se ambígua, oscilando entre uma leitura passiva de *-se* (180) e uma leitura de frase ativa com *-se* nominativo (181):

(179) Resolveu-se a questão problemática.

(180) Foi resolvida a questão problemática.

(181) Alguém resolveu a questão problemática.

É interessante notar que neste tipo de construção passiva o sujeito ocorre tendencialmente em posição pós-verbal.

A estrutura passiva pronominal aproxima-se da construção passiva verbal, uma vez que, tal como esta, permite realizar um segundo argumento como sujeito, sendo também limitada a verbos transitivos diretos:

(182) Vê-se esta animação em todas as ruas da capital.

(183) Esta animação vê-se em todas as ruas da capital.

Duarte (no prelo) nota ainda que, ao contrário das passivas eventivas e das resultativas, as passivas pronominais com sujeitos pós-verbais podem ocorrer em frases imperativas, como se mostra a seguir:

(184) Resolva-se a questão problemática.

(185) *Seja resolvida a questão problemática.

(186) *Fique resolvida a questão problemática.

São diversos os fatores que contribuem para diferentes descrições da passiva pronominal e das construções com *-se* nas diversas gramáticas. Geralmente, considera-

se que o *-se* impessoal surge em FLEX e absorve o caso nominativo e a relação temática atribuída à posição estrutural de sujeito da frase. Já o *-se* passivo absorve o caso acusativo e a relação temática atribuída à posição estrutural de objeto direto. Semanticamente, ambas são orações com sujeito indeterminado, o que contribui para que o seu significado seja mais próximo do das passivas verbais curtas dado que também estas constituem orações de sujeito indeterminado.

Parte da literatura atual, como Duarte (2003), defende a coexistência destes dois tipos de construções passivas em português (passiva pronominal e passiva eventiva), ao mesmo tempo que destaca um uso mais alargado da passiva pronominal quando comparado com a passiva eventiva. Tal explicar-se-ia pela tendência para uma especialização da passiva eventiva em contextos representativos de ações de caráter pontual com um sujeito implícito delimitado. Já a passiva pronominal seria uma construção que impunha menos restrições sobre a natureza do sujeito, do objeto e do aspeto verbal.

Há, contudo, alguns autores (Raposo & Uriagereka 1996; Martins 2005) que não consideram estas construções pronominais como passivas, justificando essa visão com o facto de considerarem que o SN argumento interno não está na posição sujeito, nem ligado a uma categoria vazia nessa posição. Este é o tópico da próxima secção.

1.3.1. Rejeição da existência de passivas pronominais

Em línguas como o português, a passiva pronominal constitui um desafio interessante para a teoria sintática no que diz respeito à posição de sujeito e à verificação de Caso. Para tal contribui o padrão de concordância que surge nessas construções: o argumento interno pode desencadear a concordância com o verbo. Duarte (2003), por exemplo, considera essas estruturas como passivas, aproximando-as das construções inacusativas, em que o argumento interno recebe o Caso nominativo e ocupa a posição de sujeito.

Há, porém, outras construções com *-se* que se constroem com diferentes tipos de verbos (transitivos indiretos, inacusativos, inergativo, etc.) e ainda com verbos transitivos diretos que não apresentam concordância com o argumento interno: *-se* nominativo, em que o clítico absorve o Caso nominativo e o argumento interno o Caso acusativo. É portanto o padrão de concordância que se constitui como critério para a definição do tipo de construção: *-se* passivo (187) ou *-se* nominativo (188):

(187) Vendem-se flores.

(188) Vende-se flores.

Segundo Duarte (2003), trata-se de dois pronomes diferentes, na medida em que o *–se* passivo não é um argumento, mas o *–se* nominativo, sim. A análise atribuída a este *–se* passivo é a mesma que é usada para as construções inacusativas e restantes passivas: o argumento interno do verbo move-se para a posição de sujeito para receber o Caso nominativo.

Dentro do quadro teórico Minimalista, Raposo & Uriagereka (1996) propõem tratar construções como (187) como sendo construções ativas em que o SN argumento interno é um objeto que desencadeia concordância com o verbo e o clítico *-se* ocupa a posição de sujeito.

A justificação para afirmar que a estrutura em (187) não é passiva baseia-se na ideia de que o SN argumento interno não está na posição sujeito, nem ligado a uma categoria vazia nessa posição. Para explicar então a concordância, Raposo & Uriagereka (1996) recorrem à Teoria de Verificação de Traços (Chomsky 1999³⁶). Os autores mostram ainda que o SN, quando se move da posição de objeto, vai ocupar uma posição na periferia esquerda da frase, uma posição de tópico. Raposo & Uriagereka (1996) apresentam argumentos nesse sentido, dos quais apresentaremos apenas alguns.

Em frases infinitivas complemento de predicados adjetivos, um sujeito lexical pode ocupar a posição pré-verbal, numa frase ativa (189) ou numa passiva (190). Já nas construções com *–se* indefinido, o SN só pode ocupar a posição pós-verbal (191), e não pré-verbal (192), o que parece indicar que o SN não está na posição de sujeito³⁷:

(189) Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.

(190) Vai ser difícil os documentos serem aceites.

(191) Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.

(192) * Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.

Esta diferença que existe na construção com *–se* indefinido nas frases infinitivas não permanece nas encaixadas finitas: o SN pode aparecer numa posição pré-verbal tanto na passiva (193) como na construção com *–se* indefinido (194). No entanto, Raposo &

³⁶ A edição por nós consultada é a portuguesa, mas a obra foi inicialmente publicada em 1995.

³⁷ Os exemplos são de Raposo & Uriagereka (1996: 754).

Uriagereka (1996: 755) mostram que, em frases encaixadas, é possível a presença de um tópico apenas em frases finitas e não em encaixadas infinitivas, como mostra (196):

(193) Vai ser difícil que os documentos sejam aceites.

(194) Vai ser difícil que se aceitem os documentos.

(195) Vai ser difícil que esses documentos, o tribunal (os) possa aceitar.

(196) *Vai ser difícil esses documentos, os tribunais aceitarem(-nos).

Outro argumento diz respeito às infinitivas complemento de verbos epistémicos em que o SN anteposto nas construções com *–se* indefinido não ocupa a posição de sujeito, mas antes uma posição de tópico, como mostram os contrastes seguintes³⁸:

(197) Eu penso terem os soldados fuzilado os presos.

(198) *Eu penso terem-se os presos fuzilado.

(199) Eu penso terem os presos sido fuzilados.

O exemplo (197) mostra que um SN sujeito pode ocorrer à direita do verbo auxiliar, que sobe para um núcleo acima de T. Por sua vez, o SN na construção *–se* indefinido não pode ocorrer nessa posição, mas o SN sujeito de uma passiva sim, como revela o contraste entre (198) e (199).

Raposo & Uriagereka (1996: 757) afirmam ainda que o SN pré-verbal *os presos* não pode ser um tópico em (198), uma vez não são permitidos tópicos em contextos infinitivos. Se o SN estiver em posição pós-verbal, as construções tornam-se aceitáveis, como se vê em (200) e (201):

(200) Eu penso terem sido fuzilados os presos.

(201) Eu penso terem-se fuzilado os presos.

Os exemplos mostram que o SN argumento interno pode ocorrer na posição de objeto quer na construção passiva, quer na construção de *–se* indefinido.

Os autores referem-se ainda ao facto de os *bare nouns* só poderem ocorrer na posição de objeto e não na de sujeito em português europeu. Os exemplos (202) - (204) mostram esse contraste³⁹:

(202) O Nestor compra salsichas no talho Sanzot.

(203) * Salsichas são compradas no talho Sanzot.

³⁸ Os exemplos são de Raposo & Uriagereka (1996: 756-757).

³⁹ Os exemplos (202) - (209) são de Raposo & Uriagereka (1996: 760-61).

(204) * Salsichas custam caro no talho Sanzot.

No entanto, os *bare nouns* podem ocorrer numa posição de tópico, quando ligam uma categoria vazia na posição de objeto, mas não na posição sujeito, como se vê em:

(205) Salsichas, o Nestor compra cv no talho Sanzot.

(206) * Salsichas, cv são compradas no talho Sanzot.

(207) * Salsichas, cv custam caro no talho Sanzot.

Assim, nas construções com *-se* indefinido, os *bare nouns* podem ocorrer na posição de objeto ou antepostos ao verbo:

(208) Vendem-se salsichas no talho Sanzot.

(209) Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.

Os argumentos que apresentámos são apenas alguns dos que Raposo & Uriagereka (1996) usaram para dar conta de que as análises anteriormente propostas para tratar a construção de *-se* como passivas não são adequadas. Os autores terão mostrado que, nestas construções, o SN não é um sujeito pleno, contrariamente ao SN das estruturas passivas e inacusativas.

Mais recentemente, Martins (2005) argumenta que o *-se* passivo que existia no Português Antigo deu origem a dois tipos de construções ativas com *-se* que se manifestam no português atual (com concordância e sem concordância), paralelamente a uma outra construção encontrada em alguns registos dialetais que apresenta dois sujeitos: um SN e o pronome *-se*. Esta diacronia é apresentada no quadro 5, adaptado de Martins (2005: 22):

Português antigo	Pescam-se sardinhas... (passiva) Pesca-se sardinha... (passiva)
Português atual standard	Pescam-se sardinhas... (ativa com concordância) ⁴⁰ Pesca-se sardinhas... (ativa sem concordância) Pesca-se sardinha... (ativa - ambígua)
Português atual não standard	A gente pesca(mos)-se sardinhas (ativa – duplo sujeito)

Quadro 5. Diacronia das construções com *-se* em Português Europeu.

Segundo Martins (2005), os dados dialetais corroboram o facto de a construção com *-se* (com concordância) ter uma estrutura ativa porque, nesta perspetiva, surge

⁴⁰ “Under the proposed analysis of the standard Modern Portuguese agreeing *se* construction sentences (...) represent an extension of the object-verb agreeing option (the pronoun *se* acting as the mediator in the agreement relation between the verb and the object).” (Martins 2005: 23).

como o elo natural entre a passiva que ocorria no Português Antigo e a construção com duplo sujeito *-se* dialetal.

Como vemos, a ideia de estas construções com *-se* serem efetivamente frases passivas não reúne consenso entre linguistas. Os trabalhos de Raposo & Uriagereka (1996) e Martins (2005) comprovam-no. Esta autora recorre a dados dialetais para evidenciar a sua teoria. Eventualmente, dados de aquisição poderiam fornecer evidência interessante para este debate. Tal, não cabe, porém, no âmbito deste trabalho.

1.3.2. Resumo da secção

Nesta secção, demos conta da construção passiva pronominal, que é reconhecida por alguns autores como cabendo no âmbito das estruturas passivas, enquanto outros não reconhecem essa construção como passiva.

Se reconhecermos a passiva pronominal, assumimos que a função de sujeito é desempenhada pelo argumento interno do verbo, o que constitui uma característica essencial da passiva. Por sua vez, o *-se* passivo absorve o caso acusativo e a relação temática atribuída à posição estrutural de objeto direto.

No entanto, Raposo & Uriagereka (1996) e Martins (2005) não consideram estas construções pronominais como passivas, porque entendem que o argumento interno não está na posição sujeito, nem ligado a uma categoria vazia nessa posição.

1.4. A passiva infinitiva

Para além dos diferentes tipos de passivas anteriormente descritos, Peres & Mória (1995) consideram que certas construções com formas verbais infinitivas têm uma estrutura de tipo passivo, uma vez que o segundo argumento do verbo está associado à posição de sujeito. Será, portanto, uma construção passiva aquela que é destacada a seguir:

(210) Esta situação é difícil de prever.

É uma infinitiva dependente de um predicado adjetival, em que o sujeito da frase matriz está associado à função sintática de sujeito da frase encaixada (infinitiva). Os autores apresentam alguns argumentos a favor de análise passiva deste tipo de construção. Em primeiro lugar, a oração em questão apenas é possível com verbos verdadeiramente transitivos. Note-se a agramaticalidade de (211):

(211) *Esta situação é difícil de escapar.

Para além disso, a oração não é possível com um agente realizado na posição de sujeito:

(212) *Esta situação é difícil de o João prever.

Esta posição, na estrutura infinitiva, está preenchida por um vestígio do SN elevado, de acordo com a análise de Peres & Mória (1995: 218), pelo que não pode ser reocupada por outro SN. Em alguns contextos, pode dar-se a ocorrência de um agente da passiva, mas este terá preferencialmente um valor indeterminado. Veja-se o contraste entre (213) e (214):

(213) Esta situação é difícil de prever por quem quer que seja.

(214) *Esta situação é difícil de prever pelo João.

A estrutura encaixada está em variação livre com outras estruturas passivas, como a passiva eventiva (216) ou a passiva pronominal (217):

(215) Esta situação é difícil de prever.

(216) Esta situação é difícil de ser prevista.

(217) Esta situação é difícil de se prever.

Duarte (2003: 635) aborda esta construção, referindo-se no entanto a ela como *Adjetival Complexa*⁴¹ ou de *Elevação de Objeto*. No exemplo (218), a completiva ocorre como complemento do adjetivo, sendo introduzida por uma preposição; o sujeito da completiva tem uma interpretação arbitrária; o constituinte interpretado como argumento interno do verbo da completiva ocorre como sujeito da frase superior, originando a concordância do verbo copulativo e do predicativo do sujeito (Duarte 2003: 635):

(218) Este livro é fácil de ler.

Para Duarte, a análise adequada da construção acima não será aquela que envolve o movimento do objeto direto da completiva para a posição de sujeito da frase superior (dado que a cabeça da cadeia e o vestígio teriam papéis temáticos atribuídos pelo adjetivo que seleciona a completiva e pelo verbo da completiva, respetivamente). Antes, a análise defendida considera que o constituinte que ocorre na posição de sujeito é o argumento externo do adjetivo e assume que o objeto direto do verbo encaixado é foneticamente nulo.

⁴¹ A partir de Raposo (1987), *apud* Duarte (2003: 635).

Já para Peres & Mória (1995: 217), uma frase como (218) implicaria dois movimentos do SN que é, em superfície, o sujeito da matriz: um movimento passivo e, posteriormente, uma elevação. Este tipo de elevação seria, sim, uma elevação de sujeito (neste caso, uma elevação de sujeito passivo). A ser esta a opção, os autores levantam a hipótese de, em português, não haver instâncias de elevação de complemento direto. A representação de superfície proposta é a seguinte:

(219) [este livro]_i é fácil [de [v]_i ler [v]_i]

Relativamente às restrições impostas, só os constituintes interpretados como argumentos internos diretos do verbo encaixado podem ocorrer como sujeitos da frase superior neste tipo de construção. Note-se a agramaticalidade de (220):

(220) *Este livro é fácil de gostar. (É fácil gostar do livro)

Outras construções que Peres & Mória (1995: 216) consideram ser do tipo passivo são as que se ilustram nos exemplos seguintes:

(221) As salas a pintar são várias.

(222) Esta sala encontra-se ainda por pintar.

(223) Mandei-o vigiar por dois detectives.

Estas estruturas são diferentes entre si, mas como característica comum têm o facto de o argumento interno dos predicadores não ocorrer como seu complemento direto e o argumento externo não ocorrer como seu sujeito. Os autores não discutem mais pormenorizadamente as características específicas destas construções.

Um dos problemas em relação à passiva infinitiva consiste no facto de um verbo transitivo surgir sem objeto direto dentro do complemento de um adjetivo e ter como argumento precisamente o elemento sobre o qual predica o adjetivo que incide sobre esse complemento preposicional. Apesar de apenas verbos transitivos poderem ocorrer nesta construção, o certo é que surgem sem o respetivo objeto direto.

Mendikoetxea (1999: 251) e outros autores aí citados parecem concordar relativamente ao facto de haver muita variação dialetal e de registos quando se fala nos verbos que admitem esta construção com infinitivo. De qualquer modo, Mendikoetxea apresenta vários argumentos a favor de uma análise desta construção como passiva. Destacamos apenas alguns.

O primeiro relaciona-se com a existência de um verbo transitivo sem objeto direto e de um argumento analisado como seu paciente. O segundo diz respeito à possibilidade de ocorrência de um complemento agente da passiva (*difícil de construir por arquitetos especializados*). O último, e o mais consistente, aponta para a aceitação de passivas pronominais (224) e (225) nesta construção:

(224) digno de se notar/ difícil de se ver

(225) digno de ser notado/ difícil de ser visto

Bosque (1999: 249)⁴², para o espanhol, descreve algumas classes semânticas homogêneas a que pertencem os predicados que aceitam esta construção, apesar da variação existente:

- i. Classes que denotam possibilidade, facilidade e dificuldade:

(226) Impossível de resolver/ fácil de ler/ rápido de preparar/ difícil de transportar

- ii. Classes que denotam sensações causadas por aquilo de que se fala:

(227) Música aborrecida de ouvir/ um texto interessante de ler/ carros divertidos de conduzir.

- iii. Classes de adjetivos que denotam merecimento, estima, relevância e frequência:

(228) Um exemplo digno de imitar/ questões difíceis de recordar.

As construções que apresentamos nesta secção mostram que as marcas morfológicas que caracterizam as passivas eventivas (*ser V-do*) e as passivas pronominais (*-se*) não estão presentes na passiva infinitiva. Não obstante as semelhanças sintáticas e semânticas, alguns autores preferem designar estas construções como pseudo-passivas.

1.4.1. Resumo da secção

Nesta secção, abordou-se um tipo de passiva que raramente é descrito nas gramáticas: a passiva infinitiva. São consideradas passivas as construções com formas verbais infinitivas que apresentam o segundo argumento do verbo associado à posição de sujeito. Apenas os verbos verdadeiramente transitivos são aceites nesta construção; a oração não aceita um agente realizado na posição de sujeito; e o agente da passiva, a

⁴² Os exemplos foram adaptados para o português.

ocorrer, terá preferencialmente um valor indeterminado. A construção passiva infinitiva está em variação livre com passivas eventivas e pronominais.

Apresentados os diferentes tipos de construções passivas descritas na literatura, analisaremos, na secção seguinte, o estatuto que o particípio passado assume em construções passivas.

1.5. O estatuto do particípio passado

A análise do particípio passado tem sido alvo de diversos estudos não só em português (Mendes 1994, 2004; Barreiro 1998; Santos 1999; Cunha 2004), mas também em diversas línguas (Bosque 1999). Várias perspetivas são seguidas e as abordagens variam de acordo com o campo teórico. Assim, o que se pretende, nesta secção, é mostrar a natureza e categorização dos particípios passados, nomeadamente a distinção entre particípios passados e adjetivos verbais, que são muitas vezes tratados de igual modo. Tentaremos, depois, descrever os particípios passados a partir do seu comportamento nas estruturas passivas. Muitos aspetos interessantes, nomeadamente alguns valores sintáticos e semânticos das construções participiais, não terão lugar no âmbito deste trabalho.

O particípio passado é geralmente definido como uma forma verbal que, em determinados casos, pode assumir um carácter adjetival. As descrições feitas para o português mostram que o particípio passado acumula as características dos verbos com as do adjetivo. Semanticamente pode estabelecer-se a seguinte distinção: um particípio funciona como adjetivo quando exprime um estado ou uma propriedade e como verbo quando exprime uma ação temporal. Sintaticamente, muitos particípios verbais funcionam como adjetivos, surgindo em posição predicativa ou atributiva, podendo também ser modificados por expressões de grau.

A caracterização do particípio passado faz-se, portanto, pela acumulação de particularidades verbais e adjetivais. Na próxima secção, veremos a natureza dupla do particípio passado e o que o aproxima e/ou distingue do valor verbal e adjetival.

1.5.1. O particípio passado: entre o verbo e o adjetivo

Da secção anterior decorre que o particípio passado é um elemento gramatical que assume ora um função verbal, quando é usado em combinações de tempo e aspeto, ora um função adjetival, quando expõe uma propriedade e exerce uma função

qualificativa, podendo esta ser de natureza atributiva ou predicativa. Este carácter híbrido torna o particípio passado um campo produtivo de estudos e análises.

A dificuldade que subsiste na distinção entre o carácter adjetival e verbal do particípio passado deve-se essencialmente à existência de um único morfema *-do* para as duas formas. Além disso, a distinção torna-se difícil também pelo facto de haver muitas propriedades em comum e contextos semelhantes.

Assim sendo, uma forma participial pode ter duas leituras possíveis e, nesse sentido, é considerada ambígua. Atente-se no termo *pintadas* no exemplo (229): pode ter um valor adjetival, em que o particípio passado funciona como um adjetivo predicativo, ou um valor verbal, funcionando como um verbo.

(229) As paredes pintadas serão fotografadas.

Se entendermos que o particípio passado tem valor adjetival, teremos: *As paredes estão pintadas*. Se entendermos que tem um valor verbal, a leitura será: *As paredes foram pintadas*. Pelo contrário, quando um particípio passado tem apenas valor adjetival perde uma das leituras. Atentemos no exemplo (230):

(230) As ilhas inabitadas permaneceram um segredo bem guardado.

A única leitura possível do termo *inabitadas* é uma leitura com valor adjetival, ou seja, *As ilhas estão inabitadas*, não havendo a leitura alternativa de *As ilhas foram inabitadas*.

Devemos então distinguir os elementos que denotam um estado como etapa final de um processo (particípios), enquanto outros denotam um estado sem ter em consideração o evento que o origina (adjetivos).

Na perspetiva de Bosque (1999: 278)⁴³, os particípios passados são derivados verbais que se comportam parcialmente como os adjetivos. Com exceção dos tempos compostos, têm marcas de género e de número. Contudo, outros aspetos do seu comportamento gramatical são indicadores da sua natureza verbal. Os particípios denotam também propriedades episódicas designando estádios perfetivos, que estão diretamente relacionadas com o verbo de que derivam. Os particípios mantêm propriedades essenciais desses verbos, mais concretamente propriedades relativas à ação e à existência de um agente. Se o falante possui algum conhecimento sobre esse verbo,

⁴³ Bosque (1999) analisa o espanhol, mas a sua análise pode ser adaptada ao português.

não necessitará de as estabelecer independentemente para o participípio. É nesse sentido que o autor afirma que o significado dos adjetivos obtém-se do léxico, enquanto o significado dos participípios é proporcionado, em grande parte, pela sintaxe.

Há muitos adjetivos que morfologicamente não são distintos dos participípios. Há, no entanto, algumas pistas que poderão ajudar nessa destrição. Atentemos nos seguintes exemplos⁴⁴:

(231) Um assunto complicado.

(232) Um assunto complicado deliberadamente.

(233) Um assunto complicado pela administração.

Se a leitura de (231) é ambígua entre uma leitura participial ou adjetival, já a de (232) e (233) não o será, na medida em que os adjetivos não admitem advérbios de modo pospostos nem sintagmas-*por*. Assim, quando a morfologia contribuir para a criação de ambiguidades na interpretação, a sintaxe poderá contribuir para que se desfaçam tais ambiguidades.

Enquanto o adjetivo não encerra em si informação sobre o processo que leva ao estado que descreve, com o participípio passado acontece exatamente o oposto. Assim, para Bosque (1999), o comportamento, geralmente irregular, dos derivados adjetivais contrasta com o funcionamento regular dos participípios verbais, ou seja, o das orações passivas: o significado de *cancelar* e *percorrer*, por exemplo, mantém-se intacto nos participípios: *cancelado* e *percorrido*⁴⁵:

(234) A viagem foi cancelada pela promotora.

(235) O caminho será percorrido pelos animais.

Para Bosque (1999: 284), esta sistematicidade possibilita que os participípios passivos sejam considerados formas verbais, quer no seu significado quer no seu comportamento gramatical. Contudo, o autor admite que tais formas participiais partilham algumas propriedades com os adjetivos. Correia (2003: 67) sistematiza tais semelhanças⁴⁶:

- a) Possuem a mesma flexão em género e número, concordando com o nome a que se referem.

⁴⁴ Exemplos adaptados de Bosque (1999: 282).

⁴⁵ Exemplos adaptados de Bosque (1999: 284).

⁴⁶ Exemplos adaptados de Bosque (1999: 284) e de Correia (2003: 67).

b) Admitem pronominalização.

(236) Quando os professores estão alegres, os alunos também o estão.

(237) Quando os professores estão maravilhados, os alunos também o estão.

c) Admitem clíticos verbais de dativo.

(238) Ele foi-lhe leal.

(239) O presente foi-lhe oferecido.

d) Admitem modificadores de modo antepostos e pospostos (os verbos não admitem modificadores de modo antepostos).

(240) Os problemas foram eficazmente resolvidos.

(241) Os problemas foram resolvidos eficazmente.

(242) O carpinteiro resolveu eficazmente os problemas.

(243) * O carpinteiro eficazmente resolveu os problemas.

e) Surgem, por vezes, com diminutivos, o que apaga a sua natureza verbal:

(244) O livro engraçadito.

(245) Os tapetes estavam esticaditos no chão.

f) Permitem, por vezes, derivados elativos em *-íssimo*, uma propriedade adjetival:

(246) Os atores estão preparadíssimos.

(247) *Os professores têm preparadíssimo o exame.

g) Podem surgir em estruturas restritivas ou apositivas tal como os adjetivos:

(248) O trabalho feito com perfeição surpreendeu o professor.

(249) O trabalho, feito com perfeição, surpreendeu o professor.

h) Podem ser coordenados entre si e com adjetivos:

(250) Os alunos estão revoltados e preparados.

(251) Os alunos estão contentes e preparados.

i) Ambos aceitam o contexto predicativo:

(252) Os médicos são felizes.

(253) Os delinquentes são subjugados.

Como vimos na secção 1.2.3, um dos testes utilizados para diagnosticar um participio passado adjetival assenta na possibilidade de ocorrência de prefixos negativos como *des*, *de*, *in* que se juntam a um grande número de participios passados, tais como

desabitado, injustificado. Levin & Rappaport (1986: 626) qualificam os participípios passados que têm estes prefixos como participípios passados adjetivais, podendo surgir quer em posição predicativa (254) quer em posição atributiva (255):

(254) A casa está desabitada.

(255) A casa desabitada vai ser posta à venda.

A partir da análise de participípios de verbos psicológicos, Mendes (1994) salienta que estes parecem, na sua maioria, não aceitar o prefixo de negação *in-*, como é o caso de **inacalmado* e **incomprovado*. Não obstante, há casos como *inadequado, inacabado* e *inabitado*. Para Mendes (1994: 84), tal não deve “ser encarado como um contra-argumento para a natureza adjetival dos participípios, uma vez que os processos derivacionais não são regulares, no sentido em que não abarcam simultaneamente todo o léxico”. A hipótese aventada pela autora aponta para a possibilidade de participípios com prefixo de negação serem virtuais no léxico, apesar de não atestados.

Para Mendes (2004: 66-67), é muito difícil estabelecer com total clareza uma distinção entre ambos os participípios, pois enquanto o participípio passado das construções com *ficar* e *estar* reúne várias propriedades que apontam para um comportamento adjetival, o participípio passado da passiva sintática com *ser* tem um comportamento ambivalente, aceitando ou recusando essas propriedades, conforme o verbo e os respetivos argumentos. Como tal, para a autora, não é possível estipular a existência de um participípio passado de natureza verbal por oposição a um participípio passado de natureza adjetival. Estas palavras estão em conformidade com Cunha (2004: 208), no sentido em que o autor defende que o participípio passado se comporta como uma categoria multifuncional.

No estudo levado a cabo, Marques (1998: 70) defende que, no que diz respeito ao valor categorial do participípio passado, não foram encontrados indícios de que os participípios passados que entram na passiva com *ser* e nas construções com *estar* e *ficar* pertençam a diferentes categorias morfológicas. Apesar de ambos os participípios revelarem algumas propriedades que os aproximam dos adjetivos, o certo é que são formas verbais.

Pelo que foi adiantado previamente, é importante salientar que a descrição do participípio passado deve ser encarada sob diversos pontos de vista, contemplando não só propriedades de natureza sintática, como também morfológica e semântica. Estes

particípios passados não surgem isolados no contexto, sendo necessário descrever adequadamente os múltiplos tipos de construções em que ocorrem. Na verdade, a descrição das características do particípio passado é de maior importância, uma vez que, também ao nível da aquisição, por exemplo, o seu processamento pode ter implicações.

1.1.1.1. O particípio passado em estruturas passivas

Para este trabalho não nos interessa descrever a atuação do particípio passado nos tempos compostos⁴⁷, mas sim nas construções passivas. As construções passivas verbais admitem geralmente particípios passados de verbos transitivos, que selecionam um argumento interno ao qual atribuem caso acusativo e um argumento externo que admite uma interpretação agentiva. Estas formas participiais são formas flexionadas do verbo, ao contrário das formas de particípio passado que ocorrem nas construções de tempos compostos. Para Villalva (1994), as formas participiais presentes nas construções passivas apenas podem ser analisadas como formas derivadas, tendo em conta as seguintes propriedades:

- a) exibem contrastes de género e de número (características dos adjetivos e dos nomes);
- b) a sua aceitabilidade depende da estrutura argumental do verbo base;
- c) a sua estrutura argumental é distinta da estrutura do verbo base.

A partir de trabalhos anteriores, Villalva (2009) pretende mostrar que as formas participiais que ocorrem nas construções passivas e predicativas são “geradas derivacionalmente por processos distintos, dado que impõem diferentes restrições às suas bases e geram formas com diferentes propriedades inerentes e seletivas” (Villalva 2009: 2).

Para Villalva (2009: 5), as formas de base dos particípios passivos criam-se “a partir de temas verbais de verbos que selecionam um argumento externo agentivo (ao qual pode ser atribuída a função temática de agente, fonte ou experienciador) e um argumento interno nominal que não pode ter uma natureza agentiva e ao qual é tipicamente atribuída a função de tema”.

As formas de base dos particípios predicativos implicam restrições distintas das que caracterizam a formação do particípio passivo, sendo necessária a subcategorização

⁴⁷ Veja-se a esse respeito Correia (2003) e Villalva (2009).

de um argumento interno, de natureza nominal, mas facultativa a presença de um argumento externo. A autora conclui, defendendo que:

A análise morfológica das formas participiais que ocorrem na construção dos tempos compostos, em frases passivas (com o auxiliar *ser*) e em estruturas predicativas (com *estar* ou *ficar*) mostra com clareza que se trata de três unidades lexicais distintas, geradas por processos morfológicos distintos e independentemente especificadas, quer no que diz respeito à categoria a que pertencem quer quanto à sua interpretação. (Villalva 2009: 8)

Villalva (2009: 8) reconhece ainda que a caracterização apresentada pode ser refinada mas o pressuposto de base, que reconhece três tipos de palavras distintas, não deverá ser modificado.

A autora aproxima as passivas anteriormente chamadas de adjetivais (que assumimos que se distinguem em resultativas e estativas) das estruturas chamadas copulativas ou predicativas.

Duarte (1986) caracterizou a categoria sintática das formas participiais, presentes nas construções passivas, como semelhante à categoria das formas participiais que ocorrem em construções atributivas, ou seja, como uma categoria neutralizada [+V] atribuída pelo processo derivacional que as gera. Chomsky (1981) já argumentara nesse sentido, justificando que estas formas, contrariamente aos verbos, não atribuem caso ao argumento interno que selecionam.

Se na literatura tem sido consensual a distinção que se estabelece entre os participios que ocorrem nos tempos compostos e os que ocorrem em construções passivas, predicativas⁴⁸ e absolutivas, já uma caracterização clara dos participios que ocorrem em cada uma destas três construções é muito mais imprecisa.

1.5.2. Resumo da secção

Nesta secção, vimos que o participio passado é um elemento gramatical que assume ora um valor verbal, ora um valor adjetival, tendo sido apresentados os principais argumentos que permitem estabelecer a distinção entre os participios passados verbais e os participios passados adjetivais. No entanto, não parece fácil determinar a existência de um participio passado de natureza verbal por oposição a um de natureza adjetival.

⁴⁸ Duarte (2003: 302) define as construções copulativas ou predicativas como sendo frases em que o verbo pertence à classe dos verbos copulativos, sendo estes percebidos como verbos que selecionam semanticamente um argumento interno – uma oração pequena, cujo núcleo pode ser adjetival, nominal, preposicional ou adverbial.

É importante ressaltar ainda que, Duarte (2003), em consonância com Santos (1999) e Mendes (1994, 2004), considera que o particípio passado é adjetival nas passivas adjetivais, e verbal nas passivas verbais. Villalva (2009) defende que as formas participiais que ocorrem nas construções passivas e predicativas não são geradas por flexão, mas sim por derivação a partir de processos distintos, dado que impõem restrições distintas às suas bases e originam formas com diferentes propriedades inerentes e de seleção.

1.6. O agente da passiva

Neste trabalho, é importante que se apresente uma análise do complemento agente da passiva – sintagma-*por* – que surge explicitamente nas passivas longas e implicitamente nas passivas curtas. Será ainda útil definir-se o estatuto do complemento agente da passiva para posteriormente se delinear a sua caracterização como argumento ou adjunto, bem como as respetivas características sintáticas.

1.6.1. O estatuto do complemento agente da passiva

Na construção passiva, há constância temática quando falamos nos argumentos presentes na frase ativa e na frase passiva. Por outras palavras, o sintagma-*por* apresenta o mesmo papel temático que surge associado à posição de sujeito na ativa correspondente. Esta característica aponta para a distinção do sintagma-*por* que ocorre na frase passiva verbal da preposição *por* que introduz sintagmas preposicionais das projeções máximas de nomes e adjetivos deverbais.

Em relação ao português, podemos distinguir o sintagma-*por* das passivas e os constituintes iniciados por *por* na estrutura argumental de um nome ou adjetivo deverbal. Verifica-se a existência de constância temática na passiva e na ativa⁴⁹, ou seja, o sintagma-*por* é interpretado como tendo o mesmo papel temático que o argumento externo da frase ativa correspondente. Esta propriedade distingue o sintagma-*por* que ocorre nas passivas eventivas dos sintagmas preposicionais introduzidos por *por* internos a projeções máximas de nomes e adjetivos deverbais (Duarte 2003: 525).⁵⁰ Os

⁴⁹ Semanticamente, parece haver, ainda que não em todos os casos, a existência de sinonímia entre a ativa e a passiva, no sentido em que se nota a invariabilidade das relações semânticas entre o verbo e os seus argumentos nas duas diáteses que pode assumir. No entanto, a sequência *por* SN de uma passiva não reflete, necessariamente, um verdadeiro agente, podendo assumir outros valores como foi visto anteriormente.

⁵⁰ Duarte (2003: 525) destaca que esta diferença de comportamento foi primeiramente apontada por Jaeggli (1986). A mesma diferença é ignorada por autores que não reconhecem o estatuto argumental de *por*, como Zubizarreta (1985) e Grimshaw (1990).

exemplos seguintes mostram que o constituinte que corresponde ao que recebe o papel temático de agente/ causador pode ser introduzido por *por*, mas também os constituintes que correspondem ao que recebe o papel temático interno direto (tema) podem ocorrer com regência da preposição *por*⁵¹:

(256) a. [O professor]_{AGENTE} classificou os testes.

b. a classificação dos testes *pelo professor*

(257) a. [Os miúdos]_{EXPERIENCIADOR} temem o escuro.

b. *o temor do escuro *pelos miúdos*

(258) a. [Os miúdos]_{EXPERIENCIADOR} admiram [os heróis]_{TEMA}.

b. a admiração dos miúdos *pelos heróis*

Neste trabalho, não teremos em conta as características dos constituintes-*por* que ocorrem em estruturas com nomes e adjetivos deverbais.

1.6.2. O agente da passiva: argumento ou adjunto

As propostas apresentadas na literatura oscilam entre considerar o sintagma-*por* como argumento ou adjunto. Sendo argumento, poderá ainda levantar-se a questão de se constituir como argumento externo ou argumento interno. Na verdade:

a opcionalidade do sintagma *por* nas passivas sintáticas poderia favorecer a ideia de que tal constituinte tem um estatuto de adjunto. Contudo, mesmo nas passivas sintáticas em que ele não ocorre, o papel temático externo está implícito, como mostra o facto de, quando nelas ocorre um verbo agentivo, ser possível a presença de advérbios orientados para o agente e de adjuntos finais cujo sujeito é controlado pelo argumento externo explícito. Duarte (2003: 525)

Havendo vários fundamentos que mostram que o sintagma-*por* tem um estatuto argumental, podemos destacar o seu comportamento em contextos de extração e de construções de retoma anafórica. Um dos testes utilizados no estabelecimento da análise adequada baseia-se na extração de ilhas fracas. Assim, caso o sintagma-*por* esteja sujeito a ilhas fracas tal originará que só possa ser movido através de movimento cíclico, sendo, portanto, um adjunto. Caso não haja sensibilidade a esse tipo de ilhas, pode ser extraído por movimento longo, sendo, nesse caso, um argumento⁵².

⁵¹ Os exemplos são de Duarte (2003: 525).

⁵² Ver Santos (1999: 91-92) para mais fundamentação nesse sentido.

Atentemos, então, no seu comportamento em situações de extração e em construções de retoma anafórica. Quando extraído de ilhas fracas⁵³ como a Ilha Factiva (259) e a Ilha de Frase Extraposta (260), o sintagma-*por* tem um comportamento de argumento:⁵⁴

- (259) (a) [O que] lamentas [que tenha sido escrito [-]]?
(b) [Quem] lamentas [que [-] tenha escrito esse livro]?
(c) [Por quem] lamentas [que tenha sido escrito esse livro [-]]?
(d) *[Para que] lamentas [que o romancista tenha escrito esse livro [-]]?
(e) *[Como] lamentas [que o romancista tenha escrito esse livro [-]]?
- (260) (a) [O que] é conveniente que [o João critique [-]]?
(b) [Quem] é conveniente [que [-] critique esse artigo]?
(c) [Por quem] é conveniente [que esse artigo seja criticado [-]]?
(d) *[Onde] é conveniente [que o João critique esse artigo [-]]?
(e) *[Como] é conveniente [que o João critique esse artigo [-]]?

Também nas construções de retoma anafórica, o comportamento do sintagma-*por* denuncia a sua estrutura argumental:

- (261) (a) O João devolveu os livros [no domingo]_{adjunto} e a Maria fez o mesmo [no sábado]_{adjunto}
(b) Os livros foram devolvidos [no domingo]_{adjunto} e o mesmo aconteceu às revistas [no sábado]_{adjunto}
- (262) (a) *O João levou os livros [para a biblioteca]_{argumento} e a Maria fez o mesmo [para a livraria]_{argumento}
(b) *Os livros foram comprados [pelo João]_{argumento} e aconteceu o mesmo às revistas [pela Maria]_{argumento}

Assumindo uma perspectiva contrária, Marques (1998:114) classifica o agente da passiva como um adjunto. Este adjunto, o argumento externo da ativa, é um elemento opcional e, como tal, pode ou não aparecer nas construções com *ser*, *estar* e *ficar*. Quando a sua presença se verifica, tal dever-se-á a razões semântico-pragmáticas que visam tornar explícitas informações sobre o agente/ causa/ objeto da emoção. Este argumento do

⁵³ Ilhas fracas constituem-se como frases que admitem a extração de complementos mas não a de modificadores.

⁵⁴ Os exemplos (259) e (260) são de Duarte (2003: 526).

verbo na estrutura ativa tem de ser introduzido pela preposição adequada na estrutura passiva. Nessa perspectiva, ele é um argumento da preposição, porque é selecionado pela preposição e assumirá valores temáticos diferentes consoante a preposição.

Na verdade, são vários os autores que assumem uma ou outra abordagem. Zubizarreta (1985: 254), por exemplo, alega que a preposição *por* pode funcionar como *dummy preposition*, não tendo valor intrínseco, o que pode constituir evidência a favor de uma abordagem do sintagma-*por* como argumento. O facto de *por*, neste contexto, não impor restrições sobre o papel temático do constituinte parece distinguir este sintagma de constituintes de natureza adverbial.

Por sua vez, Jaeggli (1986) propõe que o sintagma-*por* não é um argumento do verbo, mas sim um elemento opcionalmente subcategorizado pelo morfema passivo. Esse sintagma não estaria ligado a um papel temático na entrada lexical do sufixo passivo, tal como acontece com os constituintes opcionais, cujo papel temático está definido na entrada lexical do item que os subcategoriza. O referido papel temático apenas lhe será atribuído depois de o sufixo ser agregado ao verbo. Sendo o sintagma-*por* opcional, o seu papel temático não o é, pois tem obrigatoriamente de corresponder ao papel temático do argumento externo do predicado. O sufixo passivo transferiria o seu papel temático para o SN do sintagma-*por*. Essa transmissão do papel temático ocorre através de um processo de percolação do papel temático para o nó ramificante que domina o núcleo verbal e o sufixo passivo. O papel temático externo é sucessivamente atribuído ao SP, ao núcleo do SP e ao SN do sintagma-*por*.

Para Jaeggli (1986), o sintagma-*por*, não sendo um argumento do verbo, é um argumento de *-en* (afixo do particípio passado passivo em inglês), um elemento opcional que recebe o respetivo papel temático através de um processo de transferência deste sufixo.

Já Roberts (1987) considera que o papel temático atribuído ao sintagma-*por* corresponde sempre ao papel temático do sujeito da ativa e todo o papel temático que pode ser atribuído ao sujeito da ativa pode também ser atribuído ao sintagma-*por*. É por isso que propõe que esse papel temático não é suprimido na passiva, mas é sim reatribuído a um outro argumento: ao *-en* (do inglês), argumento implícito na passiva. Conclui que o sintagma-*por* é tematicamente um argumento, sendo estruturalmente um adjunto de *-en*, estando em sintonia com Baker, Johnson & Roberts (1989), para quem

o sintagma-*por* forma uma cadeia com o sufixo passivo, sendo o papel temático externo atribuído à cadeia.

Grimshaw (1990) adianta que o facto de o sintagma-*por* ser obrigatório em algumas passivas torna inválida a hipótese de o sufixo passivo poder corresponder a um argumento do verbo ativo. Apesar de ser geralmente aceite que enquanto os argumentos podem ser obrigatórios ou opcionais, dependendo do predicado que o seleciona, os adjuntos são sempre opcionais. Grimshaw & Wikner (1993: 143) argumentam que tal nem sempre acontece e apresentam os exemplos (263) a (266), que mostram que o sintagma-*por* é exigido:

(263) *This house was built/designed/constructed

(264) This house was built/designed/constructed by a French architect

(265) Tomatoes are grown; *The best tomatoes are grown

(266) (The best) tomatoes are grown by organic farmers

Assim, propõem que os verbos que necessitam de sintagma-*por* obrigatórios na passiva apresentam uma estrutura de evento complexa constituída por dois subeventos: uma atividade e um estado. Para Grimshaw (1990), o sintagma-*por* é um *a-adjunct*, um elemento com um estatuto intermédio entre os argumentos e os adjuntos. Acontece que esse elemento tem de ser licenciado por uma posição que foi suprimida e uma vez que na passiva a posição suprimida é a do argumento externo, está ligado a esse argumento, o que explica a sujeição a restrições temáticas. Assim, com verbos com estrutura de evento complexa surge o sintagma-*por* obrigatório, sendo os restantes opcionais.

A natureza precisa da transmissão temática constituiu, desde há muito, um tópico de alargado debate (Baker, Johnson & Roberts 1989; Grimshaw 1990). A literatura indica que para a interpretação de passivas longas com verbos não agentivos tem de contribuir um mecanismo (de transmissão temática/papel temático) que transfere o papel temático externo do predicado ao agente da passiva.

De facto, Jaeggli (1986) e Grimshaw (1990) mostram que a transmissão temática não seria necessária para todas as passivas longas, havendo um papel temático (agente) que poderia ser atribuído diretamente pela preposição *by* sem transmissão temática. Só se houvesse necessidade de um diferente papel temático, a transmissão temática seria invocada. Apenas para a interpretação de passivas longas com verbos não agentivos

seria então necessária a transmissão temática para se atingir o nível de compreensão de um adulto.

A interpretação do agente da passiva não está limitada a um único papel temático, sendo este determinado pelo verbo:⁵⁵

(267) Bill was killed by Mary. (Agente)

(268) The package was sent by John. (Fonte)

(269) The letter was received by Bill. (Alvo)

(270) That professor is feared by all students. (Experienciador)

Esta observação levou a que muitos concluíssem que *by* não atribui o papel temático ao complemento. Antes, o papel temático seria atribuído pelo verbo, podendo, por isso, variar.

Dadas as descrições apresentadas anteriormente, nota-se a escassez de consenso quando se trata de atribuir um estatuto ao SP que ocorre nas estruturas passivas. Como vimos, relativamente à passiva sintática, Jaeggli (1986) defende que o SP é um argumento do sufixo passivo (que, por seu turno, é um argumento do verbo); Roberts (1987) aponta-o com sendo um adjunto desse sufixo e Grimshaw (1990) caracteriza-o como um *a-adjunct*. Nos estudos para o português, Santos (1999) e Duarte (2003) consideram o sintagma-*por* como argumento, ao contrário de Marques (1998) que o toma como adjunto.

1.6.3. O agente da passiva facultativo

Vários estudos (Wanner 2009; Biber *et al.* 1999) mostram que as passivas curtas são muito mais produtivas que as passivas longas em vários registos, sejam orais ou escritos. Como tal, a omissão do agente, na passiva curta, constitui-se como uma situação natural, na medida em que é apontada a despromoção do agente como um dos principais objetivos da utilização da passiva, surgindo, conseqüentemente, a topicalização do objeto da ativa.

Esta supressão do sujeito da ativa origina a referida passiva curta, que se distingue da passiva longa precisamente porque não apresenta o complemento iniciado pela preposição *por*. Correia (2003) destaca o grande número de passivas curtas existentes nos manuais escolares. De facto, a maior parte das passivas constrói-se sem

⁵⁵ Os exemplos são de Jaeggli (1986: 599).

agente, segundo resultados com base em *corpora* (Biber *et al.* 1999). Quer na oralidade, quer na escrita, a passiva sem o agente expesso predomina sobre a passiva com o agente expesso. A primeira será, assim, uma boa opção se o agente não for conhecido, se não for importante, ou se não se quiser revelar. Para além disso, pode tratar-se de uma informação já conhecida ou facilmente recuperável pelo contexto, pelo que não importa repeti-la.

A focalização sobre o processo é outra das funções da passiva e está patente especialmente em passivas impessoais e em passivas pronominais. Estas passivas, ao destacarem o processo, evidenciam o evento ou a ação e só depois fazem referência ao primeiro argumento⁵⁶.

Porém, em alguns casos o agente da passiva é obrigatório, como se vê pelos exemplos (271) e (272):

(271) *A cidade é ladeada.

(272) A cidade é ladeada por um rio.

Essa obrigatoriedade é comum a certos verbos na diátese ativa, cujo segundo argumento pode estar omisso mas noutros não. Os exemplos (273) e (274) são disso prova:

(273) *A professora primária adora.

(274) *O recipiente de madeira contém.

Veja-se, em contrapartida, a aceitabilidade dos casos expressos em (275) e (276):

(275) A professora primária adora as crianças.

(276) O recipiente de madeira contém vários instrumentos de trabalho.

Mesmo em frases passivas, o complemento requerido nem sempre é um agente, podendo ser um outro complemento:

(277) *Este território foi percorrido.

(278) Este território foi percorrido pelos exploradores/em todas as direções/com cuidado.⁵⁷

⁵⁶ Para Gaatone (1998), em muitas línguas românicas, nota-se uma certa tendência para fazer anteceder a uma sequência longa uma sequência curta. A construção passiva é a opção ideal para substituir uma ativa que apresente um sujeito pesado, pois ocorrerá na periferia direita da frase.

⁵⁷ *Ce territoire a été parcouru – Ce territoire a été parcouru (par des explorateurs/dans tous les sens/avec prudence)*. (Gaatone 1998: 185)

Pelos dados avançados, vemos que a presença de um complemento agente da passiva se revela facultativa nas construções passivas, exceto se estas necessitarem de algum adjunto para se tornarem mais perceptíveis, a nível informativo. Assim, também a supressão desse agente da passiva não depende de imposições de ordem sintática, mas poderá ser antes condicionada por aspetos interpretativos.

Como veremos na secção 3.1.1, a presença do agente da passiva não acarretará maiores dificuldades para a aquisição da estrutura, não tendo havido diferenças significativas entre a interpretação de passivas longas e passivas curtas.

1.6.4. A alternância *por/ de*

Concomitantemente com o facto de a preposição *por* ser a preposição por excelência da construção passiva, a preposição *de* é usada ocasionalmente. Não faremos uma caracterização exaustiva da alternância *por/de*, mas parece-nos importante referir que, apesar da raridade do seu uso, *de* é considerada uma preposição marcada em relação a *por*. Além disso, o emprego de *por* é superior ao de *de*, uma vez que a preposição *de* não é aceitável na maior parte dos contextos em que surge a preposição *por*.

Não obstante, há algumas classes de verbos em que as duas preposições ocorrem constantemente. Gaatone (1998) apresenta algumas dessas classes, que são depois retomadas por Correia (2003). A autora refere, por exemplo, que, na classe de verbos cognitivos, verbos como *compreender*, *conhecer*, *reconhecer*, *ignorar*, *saber*, entre outros, admitem as duas preposições. Os exemplos seguintes são as traduções do francês disponibilizadas por Correia (2003: 98):

(279) Esta atitude não é compreendida (da/pela) população.

(280) Estes trabalhos são conhecidos/ mencionados/ reconhecidos (dos/pelos) especialistas.

Na nossa perspetiva, quer o exemplo (279) quer o exemplo (280) não são compatíveis com a utilização da preposição *de*, pelo que se tornam agramaticais. Apenas aceitamos os exemplos quando o agente é introduzido pela habitual preposição *por*. Em última instância, o único exemplo que poderia ser aceitável seria o que retomamos abaixo:

(281) Estes trabalhos são conhecidos dos especialistas.

Outras classes de verbos são apresentadas por Correia (2003: 99) a partir de Gaatone (1998: 203), mas destacamos apenas a classe dos “verbos posicionais” que nos fornecem dois dos exemplos mais típicos da alternância *por/de*: os verbos *preceder* e *seguir*.

(282) Ele é sempre precedido/ seguido (de/ por) uma multidão de admiradores.⁵⁸

(283) Cada capítulo é precedido (de/ por) uma introdução e seguido (de/ por) múltiplos exemplos.⁵⁹

No entanto, apenas *por* parece ser admitido quando o verbo *seguir* tem sentido agentivo:

(284) O criminoso foi seguido (pela/*da) polícia.

(285) As pistas são seguidas (pelos/*dos) detetives.

Os verbos psicológicos, como *amar*, *odiar*, *detestar*, e outros, têm sido objeto de vários estudos (Ruwet 1993, 1994, *apud* Gaatone 1998: 204), que demonstram que esta classe de verbos parece ocorrer com relativa facilidade nas construções passivas, independentemente do maior ou menor traço de agentividade que lhe possa estar associado⁶⁰. Isso talvez explique que a seleção das preposições possa estar mais associada ao tipo de verbo do que propriamente à classe a que este pertence, como o demonstram, segundo Correia (2003: 100), os verbos *amar* e *preferir*:

(286) a. O grande público sempre amou os filmes de acção.

b. Os filmes de acção foram sempre amados (pelo/do) público.

(287) a. O grande público sempre preferiu os filmes de acção.

b. Os filmes de acção foram sempre preferidos (pelo/*do) público.

Discordamos do entendimento de Correia nesta matéria, no sentido em que nos parece que também com o verbo *amar* a aceitabilidade da preposição *de* é questionável. Pensamos que os exemplos que Correia apresenta, decalcados do francês (Gaatone

⁵⁸ *Elle est toujours (précédée/suivie) (d'/par) une foule d'admirateurs.* (Gaatone 1998: 203)

⁵⁹ *Chaque chapitre est précédé (d'/par) une introduction et suivi (d'/par des) exercices.* (Gaatone 1998: 203)

⁶⁰ Na secção 3.1.2 e 3.1.3, veremos que a interpretação que as crianças fazem das passivas com estes verbos é variável, apesar da referida facilidade com que estes verbos surgem nas construções passivas.

1998: 205)⁶¹, não representam efetivamente a seleção preposicional do verbo *amar* e *preferir* em construções passivas em português.

Parece-nos ainda importante reter aqui a conclusão apresentada por Gaatone (1998: 209): “On voit que, dans tout cela, se dessine bien une certaine opposition entre stativité et agentivité. Celle-là autorise souvent l’alternance *de/par*, celle-ci impose le choix de *par*. Mais il faut reconnaître qu’il n’y a pas là règle absolue.”

O SP que constitui o agente da passiva, para além da preposição, integra o complemento agente SN que corresponde ao sujeito da frase ativa. Este SN pode ser constituído por elementos diferentes, nomeadamente:

i. Nome:

(288) O queijo é comido pelo rato.

(289) O livro foi escrito por Murakami.

ii. Palavra substantivada:

(290) Os pedidos foram feitos pelos interessados.

(291) A queixa foi apresentada pelos desfavorecidos.

iii. Pronome:

(292) A casa foi apreciada por ele.

(293) Essa decisão foi tomada por mim.

iv. Oração subordinada relativa livre:

(294) O vestido foi comprado por quem pagou mais.

(295) A asneira foi feita por quem sabemos.

Para além da preposição, diferentes constituintes podem integrar o SP que constitui o agente da passiva que surge nas passivas longas, como vimos acima. Na secção 3.1, vemos que todos os testes de aquisição que fizemos apresentaram apenas nomes como agente da passiva.

⁶¹ *Le grand public a toujours aimé les films d’action.*

Les films d’action ont toujours été aimés (du/par le) grand public.

Le grand public a toujours préféré les films d’action.

*Les films d’action ont toujours été préférés (*du/par le) grand public.* (Gaatone 1998: 205)

1.6.5. Resumo da secção

O complemento agente da passiva surge explicitamente nas passivas longas e implicitamente nas passivas curtas. A preposição que introduz o agente da passiva, tendo propriedades distintas da preposição que surge com nomes ou adjetivos deverbais, por exemplo, adquire um carácter próprio, com particularidades específicas.

Outro debate interessante em torno do agente da passiva diz respeito à sua classificação ora como adjunto, ora como argumento, dependendo dos autores referidos. A análise que nos parece mais consensual é aquela que classifica o agente da passiva como argumento. Na verdade, tendo em conta os resultados da extração do sintagma *por*, vemos que este constituinte não se comporta como um adjunto, mas sim como um argumento.

Um aspeto também importante diz respeito à existência de constância temática na passiva e na ativa, na medida em que o mesmo papel temático do argumento externo da frase ativa é mantido no complemento agente da passiva da frase passiva correspondente.

Não obstante as várias abordagens, o certo é que o complemento agente da passiva é facultativo, revelando-se, no entanto, indispensável em certas estruturas, pelo que, muitas vezes, a ausência deste elemento se pode traduzir em falta de informação que pode dificultar a compreensão do enunciado.

Apesar de a preposição *por* ser aquela que é geralmente utilizada para introduzir o agente da passiva, em alguns contextos poderá ser a preposição *de* a cumprir esse papel. A preposição juntar-se-á a um SN (nome, pronome ou outro) para formar o complemento agente da passiva.

Esse complemento caracteriza a passiva sintática, como vimos, mas não a passiva adjetival, como descreve a maior parte das gramáticas. No entanto, dados de *corpora* vão precisamente mostrar que estão atestados exemplos em que a passiva adjetival se faz acompanhar de um complemento agente da passiva, como podemos ver na secção 3.1.2.4.

1.7. Propostas teóricas para o tratamento da passiva

Nesta secção, pretende-se apresentar uma descrição das principais propostas teóricas sobre a sintaxe da estrutura passiva, dentro do quadro teórico da gramática generativa. As análises da passiva que serão apresentadas fundamentam-se essencialmente nos pressupostos teóricos de modelos dos Princípios e Parâmetros e do Programa Minimalista. Ainda que algumas destas propostas tenham já sido referidas em secções anteriores, torna-se importante sistematizá-las adequadamente. Assim, começaremos com a análise de Chomsky (1981), apresentando depois as abordagens de Jaeggli (1986), Levin & Rappaport (1986), Baker, Johnson & Roberts (1989), Boeckx (1998) e Collins (2005).

1.7.1. Chomsky (1981)

Chomsky (1981) identifica três tipos de particípio passivo: o particípio passivo sintático, o particípio passivo lexical e o particípio passivo que, sendo ambíguo, pode aparecer em construções verbais ou adjetivais. Enquanto o particípio passivo sintático possui apenas um traço categorial [+V], o particípio passivo lexical, devido à sua origem lexical, possui os traços [+V,+N]. No que diz respeito aos particípios passivos ambíguos, possuirão as propriedades dos particípios passivos sintáticos se forem formas sintáticas ou as propriedades dos particípios lexicais se forem gerados no léxico. Assim, o exemplo (296) terá uma leitura ambígua:

(296) The window was broken.

Tendo em conta a construção passiva verbal, Chomsky (1981) defende que o processo de criação do particípio passivo é responsável por duas propriedades essenciais da passiva, nomeadamente a perda da capacidade de atribuir Caso acusativo por parte do verbo e o bloqueio da atribuição de papel temático à posição de sujeito. Esta primeira propriedade decorre da alteração sofrida pelo verbo através da junção do morfema passivo. A nova forma verbal deixa de ser [+V,-N] para passar a ser apenas [+V], perdendo o particípio passivo a capacidade de atribuição de caso, dado que perde a especificação [-N].

A segunda propriedade apresentada anteriormente deriva da primeira. Assumindo que a única propriedade da morfologia passiva é a absorção de Caso, o SN subcategorizado pelo particípio [SN, SV] não recebe caso do particípio passivo. Para evitar a violação do Filtro de Caso, é obrigatório que este argumento se mova para uma

posição onde possa receber caso. A passiva tem duas posições argumentais, nomeadamente a de sujeito lógico do verbo e a do seu objeto direto. A única posição para a qual o argumento interno do verbo se pode mover é a de sujeito da frase. De acordo com o Critério Temático, esta posição tem de ser uma posição não temática, isto é, não preenchida por um argumento em estrutura-P.

A base fundamental desta proposta assenta no estatuto categorial do participípio passivo como [+V] e na sua incapacidade para atribuir Caso estrutural, dada a ausência do traço [-N]. Chomsky (1981) não discute o estatuto do agente da passiva.

As passivas adjetivais não têm um objeto direto gerado na base, opondo-se neste aspeto às passivas verbais. Chomsky (1981) menciona que as passivas adjetivais se comportam como as construções copulativas, sendo geradas na base, e que os participípios passivos lexicais são adjetivos, que atribuem ao sujeito o papel temático de objeto direto do verbo correspondente. Ao contrário da morfologia da passiva sintática, em que o sufixo passivo inibe a atribuição de papel semântico à posição externa, na passiva adjetival, o papel semântico é retido pelo sufixo, segundo Jaeggli (1986). O participípio atribui papel semântico à posição externa, e não atribui Caso estrutural, pelo que um dos argumentos internos ocupa diretamente a posição de sujeito.

Chomsky (1981) conclui que as propriedades de ambos os tipos de passivas resultam da origem diferente dos seus participípios passivos e assume algumas particularidades que convém realçar.

- i. As passivas com morfologia complexa são necessariamente lexicais.
- ii. O inglês disponibiliza a opção SV_{-en} da categoria [+V] em que SV apresenta uma estrutura interna standard e o conjunto é pós-copulativo.
- iii. Há uma regra Mover α .
- iv. Há verbos de certas categorias que são gerados ou no léxico (como os adjetivos) ou com base na opção SV_{-en}.

Resumidamente, a proposta de Chomsky (1981) prevê que o sufixo passivo sofre uma derivação, passando de uma categoria verbal [+V, -N], para uma categoria [+V]. Tais alterações têm implicações na estrutura do verbo transitivo: o sufixo bloqueia a atribuição do papel temático ao argumento externo, a categoria [+V] não pode atribuir caso, pelo que o objeto direto tem de se deslocar para receber caso nominativo de Flex.

As propriedades anteriormente indicadas adquiriram grande importância dentro da Teoria Temática que distribui os papéis temáticos na estrutura argumental. A inter-relação entre sintaxe e semântica na estrutura passiva torna-se o cerne de várias propostas. Apresentaremos algumas delas a seguir.

1.7.2. Jaeggli (1986)

Jaeggli (1986) defende que a estrutura passiva tem como característica fundamental a “absorção” pelo sufixo passivo *-en* do papel temático externo e do Caso do verbo, sendo aqui entendida a absorção como a atribuição ao morfema passivo do papel temático externo e do Caso do predicado.

O autor assume que a posição de sujeito das frases passivas é uma posição não temática. Dado que o papel temático externo é o único papel temático que é livre na entrada lexical de um predicado, constitui-se então como único papel temático que pode ser associado ao sufixo passivo.

Considera ainda que, em inglês, a preposição *by* atribui apenas os papéis temáticos de locativo e de instrumento e, por isso, não pode atribuir papel temático externo ao SN do sintagma-*por*. Assim, quando o sufixo se torna o recipiente do papel temático externo, este já não pode ser atribuído ao [SN, SFlex], sendo a posição não temática. A absorção do papel temático externo pelo sufixo tem caráter obrigatório, o que explica o facto de os verbos ergativos e de elevação não poderem formar passiva, visto que não atribuem papel temático externo. Também a absorção de Caso é obrigatória, dado que a morfologia passiva requer que o Caso estrutural do verbo lhe seja atribuído. Assim sendo, o verbo perde a capacidade de atribuir Caso ao respetivo argumento interno, levando a que este se mova para a posição de [SN, SFlex].

Jaeggli aponta ainda que este movimento não é obrigatório em línguas em que um SN pode receber Caso nominativo dentro do SV, tornando-se o movimento do argumento interno do verbo para a posição de sujeito opcional.

No que se refere ao sintagma-*por*, o autor argumenta que este não é um argumento do verbo, tratando-se antes de um elemento subcategorizado opcionalmente pelo morfema passivo. No entanto, ao contrário do que acontece com os constituintes opcionais, o sintagma-*por* não está ligado a um papel temático na entrada lexical do sufixo passivo. Esse papel temático só será atribuído depois de o sufixo se ter agregado ao verbo. Apesar de o sintagma-*por* ser opcional, o seu papel temático não o é, visto que

tem de haver correspondência com o papel temático externo do predicado ao qual o sufixo se juntou.

O sufixo passivo transfere o seu papel temático para o SN do sintagma-*por* através de um processo de percolação⁶² do papel temático para o nó ramificante que domina o núcleo verbal e o sufixo passivo.

Quando o sintagma-*por* não está presente nas passivas verbais, o papel externo mantém-se implícito, o que é comprovado, por exemplo, através da presença de advérbios orientados para o agente.

A atribuição do papel temático ao sujeito não é bloqueada, sendo esse papel temático atribuído ao sufixo passivo⁶³. Contraria a proposta de Chomsky que afirma que a categoria [+V] não pode atribuir caso, propondo que o caso é absorvido pelo sufixo passivo⁶⁴:

(297) a) John was given a book by Bill.

Se o sufixo [+V] não tem a capacidade de atribuir caso, então o caso acusativo recebido pelo SN *a book* tem de ser um caso inerente e não estrutural. O caso inerente está geralmente associado a determinados papéis temáticos. Jaeggli apresenta dados para mostrar que, em outras línguas para além do inglês, o particípio passado da construção passiva consegue atribuir caso a argumentos com papéis temáticos muito variados, como tema, alvo e instrumento. Esses dados contrariam a hipótese de atribuição de caso inerente representada em (297).

Enquanto Zubizarreta (1985) defende que o sufixo passivo não herda o argumento externo do verbo transitivo, sendo o agente da passiva um adjunto na construção passiva, para Jaeggli (1986), o sufixo passivo subcategoriza esse sintagma no que ao agente da passiva diz respeito. Um ponto consensual assenta no facto de o sufixo passivo possibilitar que a posição de sujeito não receba papel temático e o objeto direto não receba caso.

⁶² Apesar de controversa, esta ideia é defendida pelo autor.

⁶³ A atribuição do papel temático ao morfema da passiva não é impedida uma vez que não viola o Princípio de Projeção (Borer 1984). O morfema passivo encontra-se dentro do domínio de regência verbal. Jaeggli (1986) justifica esta hipótese pelo facto de línguas como o inglês não terem a capacidade de originar frases passivas sem atribuir um papel temático a um argumento externo, pois mesmo nas línguas que têm passivas derivadas de verbos intransitivos (alemão), se os verbos forem inacusativos, não poderá ser formada a passiva. Nas línguas em que se constroem passivas com verbos inacusativos, só quando se subcategorizar a posição de argumento externo é que a passiva é possível.

⁶⁴ O exemplo é de Jaeggli (1986: 596).

Em relação à passiva adjetival, Jaeggli (1986) defende que diverge da passiva sintática no sentido em que não implica o movimento do SN objeto do verbo base para a posição de sujeito. Esta construção já possui em Estrutura –P um argumento externo.

É referida ainda a impossibilidade de controlo temático de orações com um sentido de propósito na construção adjetival, o que sugere que não disponibiliza um argumento que possibilite esse controlo. Repare-se nos exemplos (298) e (299)⁶⁵:

(298) *The fact was unmentioned/undetected to prove a point.

(299) The fact was mentioned/detected to prove a point.

A agramaticalidade de (298) sugere que esta frase não contém um papel temático agente acessível para controlo temático, enquanto (299) sim. Apesar de não haver a realização fonológica do agente da passiva, pode-se ver que é o vestígio sintaticamente ativo que vai controlar o sujeito da frase encaixada⁶⁶.

Outra evidência da distinção entre os dois tipos de passiva é a impossibilidade de advérbios orientados para o sujeito nas passivas adjetivais:

(300) Nixon's gaffe wasn't enthusiastically publicized.

(301) Nixon's gaffe was (*enthusiatically) publicized.

Finalmente, a presença do sintagma-*por* nas passivas adjetivais é rara e, quando aceitável, contém geralmente SN genéricos:

(302) Antarctica is uninhabited by men.

(303) *Antarctica is uninhabited by the guy next door who plays dominoes.

Assim sendo, Jaeggli assume que o mecanismo envolvido na interpretação do sintagma-*por* que ocorre na passiva adjetival é diferente e não implica a acessibilidade ao papel temático externo da base verbal dos adjetivos destas estruturas.

Resumindo, o autor rejeita que haja uma regra específica para gerar passivas, preferindo entender esta construção como o resultado da interação de operações morfológicas e sintáticas.

⁶⁵ Os exemplos (298) – (303) são de Jaeggli (1986: 619-620).

⁶⁶ Esta ideia, defendida por Jaeggli (1986), será alvo de acentuado debate na literatura. Sendo consensual a existência deste argumento implícito, a sua natureza e a necessidade de representá-lo sintaticamente como categoria vazia geram controvérsia (Boeckx 1998).

1.7.3. Levin & Rappaport (1986)

Levin & Rappaport (1986) centram o seu trabalho na análise da formação de passivas adjetivais com o intuito de determinar a regra que está na base deste processo e que explicará as propriedades atribuídas a este tipo de passiva.

Para Levin & Rappaport (1986), as propriedades da passiva adjetival (a exteriorização de um argumento, a absorção de caso e a eliminação da posição [SN, SV]) devem-se à conversão do particípio de verbo em adjetivo. As passivas adjetivais formam-se a partir das passivas verbais por um processo de conversão categorial do particípio passado em adjetivo. Até certo ponto, a construção dos dois tipos de passiva implica os mesmos processos, sendo esta a grande vantagem da proposta dos autores.

Há que destacar a Regra de Conversão do particípio passado ([+V,-N] – [+V,+N]). O particípio passado adjetival resultante atua de forma semelhante ao do particípio passado verbal:

- i. aplica-se a morfologia ao particípio e obtém-se a forma passiva à qual se aplica a Regra de Conversão apresentada;
- ii. a morfologia passiva impossibilita que o papel temático de agente seja elegível para sujeito;
- iii. o particípio passado guarda as restantes características lexicais do verbo (número e papel temático dos argumentos internos);
- iv. um dos argumentos internos ocupa a posição de sujeito e é eliminada a posição [SN, SV];
- v. a posição de sujeito da passiva adjetival recebe papel temático do particípio, não podendo esta posição ser ocupada por um argumento que já tenha papel temático. É assim que se explica a impossibilidade de elevação de um argumento de uma oração subordinada que recebe papel temático do verbo inferior para a posição de sujeito da passiva adjetival.

A determinação do argumento externo da passiva adjetival encontra-se relacionada com a expressão sintática dos seus argumentos, dado que a sintaxe da passiva adjetival é determinada pela interação de vários fatores, a saber:

- i. propriedades léxico-temáticas do verbo base;
- ii. propriedades de atribuição de papéis temáticos dos adjetivos;
- iii. princípios gerais da gramática, como o princípio de projeção e o critério- Θ .

Depois de identificarem as propriedades da passiva adjetival, as autoras admitem que há uma correlação entre as estruturas do verbo base que são aceitáveis e a aceitabilidade da passiva adjetival, o que explica que as regras subjacentes à formação da passiva adjetival terão por base os princípios que regem a boa formação da estrutura de complementos de um verbo.

Levin & Rappaport concluem que a regra de exteriorização referida anteriormente é redundante, uma vez que a formação da passiva adjetival pode apenas consistir na conversão categorial:

$$V_{[Part]} \quad [V_{[Part]}]A$$

Quer os adjetivos quer as passivas adjetivais apresentam um argumento externo. Dado que a exteriorização é uma consequência das propriedades gerais dos adjetivos, torna-se desnecessária uma regra que a explicita.

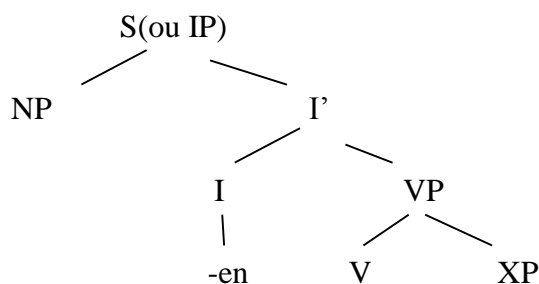
Deste modo, as propriedades partilhadas entre a passiva adjetival e a passiva verbal (a afixação do morfema passivo e a supressão do papel temático externo do verbo) são consequência do facto de o particípio passado adjetival ser formado a partir do particípio passado verbal. As restantes propriedades da passiva derivam da conversão do particípio do verbo em adjetivo, nomeadamente a exteriorização do argumento, a absorção de caso e a eliminação da posição [SN, SV].

1.7.4. Baker, Johnson & Roberts (1989)

Baker, Johnson & Roberts (1989), seguindo Jaeggli (1986), apresentam uma teoria sobre construções passivas que assenta na ideia de que o morfema *-en* é um argumento, mostrando que há várias propriedades que resultam de condições autónomas que concorrem para que tal assim seja. Algumas dessas condições dizem respeito à boa formação de argumentos: Critério- Θ , Condição de Visibilidade, Princípio de Projeção e condições de ligação.

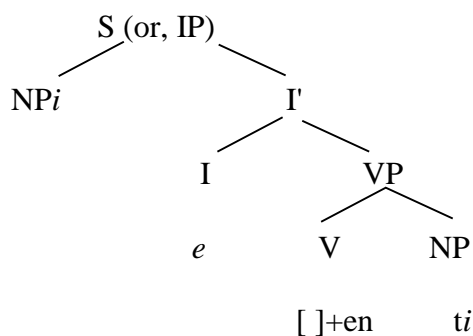
A teoria baseia-se na noção de afixo argumental – uma peça da morfologia que está sujeita às condições de boa formação que se aplicam aos argumentos. O *-en*, o argumento passivo, é gerado na base sob Infl, sendo a estrutura-P da oração passiva a seguinte⁶⁷:

⁶⁷ Por conveniência, mantemos aqui as etiquetas usadas no original. Fá-lo-emos, geralmente, quando nos referirmos a literatura em inglês.



A posição de sujeito não é marcada tematicamente, não podendo ser ocupada por um argumento em estrutura-P. Constitui-se então como possível alvo para o movimento de um NP. A Condição de Visibilidade possibilita esse movimento do NP objeto para a posição de sujeito. Essa condição exige que todos os argumentos marcados casualmente sejam visíveis para atribuição de papel temático em FL, o que implica que os argumentos do verbo passivizados, o *-en* e o NP objeto, têm de receber caso abstrato em estrutura -S. Tendo em conta que o sufixo passivo se desloca de I para VP, só o verbo lhe poderá atribuir Caso, dado que ele é o único atribuidor de caso que o governa. Como o verbo não pode atribuir mais nenhum caso, o NP objeto tem de se mover para a posição de sujeito onde receberá caso de Infl.

A estrutura-S da passiva terá a representação que a seguir se apresenta:



Se *-en* é um argumento então deverá estar numa posição marcada em estrutura-P. Infl é uma posição marcada- Θ . Só pode receber papel temático fora de VP, nomeadamente o papel- Θ de sujeito lógico, o que explica algumas características da passiva:

- i. A não realização do argumento que é o sujeito lógico do verbo através de um NP;
- ii. O fenómeno de “argumentos implícitos” nas passivas;
- iii. O facto de a posição de sujeito ser não temática nas passivas, permitindo o movimento de NP para esta posição;

iv. Existência da 1-Advancement Exclusiveness Law (1AEX).

No que respeita às duas primeiras propriedades, a comparação entre passivas e construções médias relativamente à possibilidade/impossibilidade de controlo do sujeito das orações infinitivas com um sentido de propósito e à aceitação/não aceitação de advérbios orientados para o agente mostra a permanência do argumento externo do verbo⁶⁸:

(304) a. This bureaucrat was bribed [PRO to avoid the draft].

b. *This bureaucrat bribes easily to avoid the draft.

(305) a. This bureaucrat was bribed deliberately.

b. *This bureaucrat bribes deliberately.

A terceira propriedade referida anteriormente, a “destematização” do sujeito, relaciona-se diretamente com o facto de VP apenas ser capaz de atribuir um papel temático. Assim sendo, a posição de sujeito não recebe um papel temático e não pode, por isso, ser ocupada por um argumento em estrutura-P. Como tal, a posição de sujeito na passiva é uma posição possível para o movimento de NP, e quando não existe movimento de NP, é ocupada por um expletivo.

Ao tratar as passivas longas, os autores propõem que *-en* é fonologicamente um afixo, mas um clítico sintaticamente. Como outros clíticos, *-en* forma uma cadeia com um NP pleno (Borer 1984). O NP que forma a cauda da cadeia pode ser abertamente realizado como *by-phrase*, originando as passivas longas. A situação assemelha-se a redobro de clítico. Se o NP não é visível, forma-se a passiva curta, havendo uma categoria vazia ligada ao argumento *-en*. A existência de uma cadeia de clítico na passiva implica que *-en* tem um índice referencial. Um clítico é uma categoria argumental realizada em adjunção a um núcleo. Ao assumir que *-en* é um clítico, assumem a definição de clítico acima e a independência entre fonologia e sintaxe.

Se o SN está ausente, obtém-se uma passiva curta, havendo uma categoria vazia ligada ao argumento *-en*. Na passiva curta, o *-en* revela propriedades semelhantes às de PRO arbitrário, podendo, como tal, apenas ligar pronomes que também sejam arbitrários⁶⁹:

(306) a. *His_i mother was see+en_i.

⁶⁸ Os exemplos são Baker, Johnson & Roberts (1989: 221-222):

⁶⁹ Os exemplos são de Baker, Johnson & Roberts (1989: 228).

- b. This is the kind of show that one_i's children shouldn't be take+en_i to.
- (307) a. *PRO_i to abandon his_i children is irresponsible.
- b. PRO_i to abandon one_i's children is irresponsible.

Estes exemplos constituem evidência da presença do argumento. A proposta dos autores fornece uma explicação que permite mostrar que, em muitas línguas, a passiva obedece à 1-Advancement Exclusiveness Law. Esta lei estipula que apenas um argumento pode obter o estatuto de sujeito na derivação de uma dada oração. Assim, verbos com sujeitos derivados não podem ser passivizados⁷⁰:

- (308) a. *It was seemed to have left (by John).
- b. *It was been broken (by the vase) by John.
- (309) a. *John was seemed to have left.
- b. *The vase was been broken by John.

A morfologia passiva não pode surgir com um verbo que não atribui um papel temático externo. Uma vez que a morfema passivo é um argumento, tem de receber papel temático. Verbos como os de (309) não disponibilizam um papel temático extra para atribuir, pelo que as frases são agramaticais.

Da proposta apresentada por Baker, Johnson & Roberts (1989) podemos reter como linhas principais o facto de o morfema passivo se comportar como outros argumentos sintáticos no que diz respeito à teoria θ , à teoria da ligação e à teoria x-barra.

1.7.5. Boeckx (1998)

A proposta de Boeckx (1998) assenta na assunção de que existe uma categoria *pro* na passiva que é licenciada pela morfologia presente na derivação da estrutura. O autor pretende, acima de tudo, caracterizar os aspetos únicos e peculiares da derivação. Questões como o movimento-A e o sintagma-*por* não são entendidas como específicas da passiva, sendo dado destaque à morfologia passiva e à possibilidade de “logical subject demotion” (Boeckx 1998: 188).

A morfologia da passiva é considerada rica (forte ou visível) relativamente aos traços nela contidos e “that these are irreducible, undeniable passive, is shown by the

⁷⁰ Os exemplos são de Baker, Johnson & Roberts (1989: 229-230).

fact that an isolated word like *poisoned* yields a passive interpretation automatically” (Boeckx 1998: 188). A existência desta morfologia forte é que justificaria, segundo o autor, a manutenção do sujeito lógico da passiva implícito. Esta correlação advém da comparação com a existência de morfologia rica nas línguas de sujeito nulo. Veja-se o exemplo em (310)⁷¹:

(310) Pro hablo español.

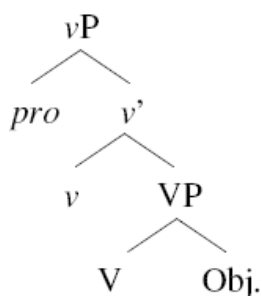
A possibilidade de ocorrência de um sujeito nulo seria licenciada, nesta e noutras línguas, pela riqueza da morfologia verbal. A relação entre *pro* e o verbo *hablo* seria uma relação local tal como a relação entre a morfologia da passiva e o sujeito lógico.

Boeckx (1998) denomina a relação que se cria entre a morfologia passiva (*-ed*) e *pro* como *pro-drop* aspetual e estabelece que este *pro-drop* aspetual da passiva não deve ser interpretado do mesmo modo que o *pro-drop* das línguas morfologicamente ricas. Assim, a simetria com o sujeito nulo diz respeito ao licenciamento (elementos ricos licenciam esses traços) e não aos traços constitutivos de *pro* ou ao tipo de riqueza. Boeckx recorre à associação riqueza/omissão de argumento para aproximar o *pro* da passiva do *pro* sujeito das línguas *pro-drop*. O autor localiza a relação aspetual em v, na medida em que *pro* seria licenciado por v, mantendo-se o mais próximo possível do participio passado na derivação, numa relação local.

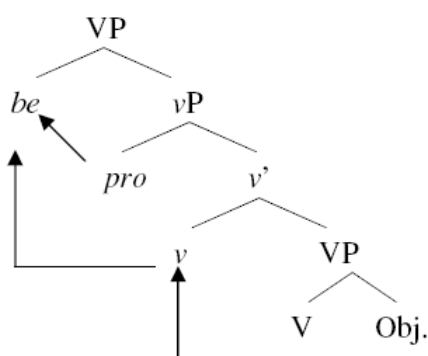
Enquanto argumento, *pro* tem de verificar os seus traços não interpretáveis, como o de Caso. Nas frases ativas, o argumento externo verifica Caso nominativo em T. Mas o *pro* da passiva não pode verificar os respetivos traços de Caso em T, pois não se estaria a respeitar a condição de localidade. Dado que o sujeito lógico é licenciado em LF como *pro*, durante toda a derivação *pro* e *-en* manter-se-iam juntos. Para manter a localidade da relação *pro-drop* aspetual, *pro* “paralisaria” os traços de Caso acusativo de v, perturbando a relação de verificação de Caso acusativo (na frase ativa), e evitando que v entrasse numa relação de verificação com o objeto lógico. Assim, seria *pro* que verificaria o Caso acusativo que o verbo teria de atribuir.

A estrutura inicial da passiva proposta seria a seguinte (Boeckx 1998: 202):

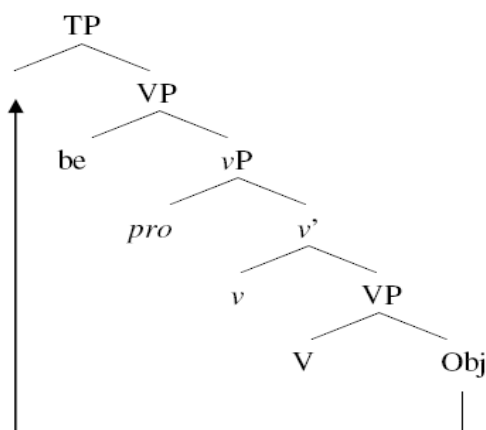
⁷¹ Exemplo de Boeckx (1998: 189).



Boeckx (1998) argumenta que o verbo auxiliar *be* teria seu próprio VP. O verbo *be* não possui papel- θ externo, não projetando, por isso, um especificador, sendo gerado imediatamente após o estágio da derivação representado acima. O particípio passado passivo, que ocupa a posição de V, adjunge-se a *v*, e o complexo [*v*- V-*en*] sobe para *be*. *Pro* adjunge-se ao complexo [*v*- Vpart], e a verificação de Caso acusativo seria feita por adjunção (Boeckx 1998: 2032):

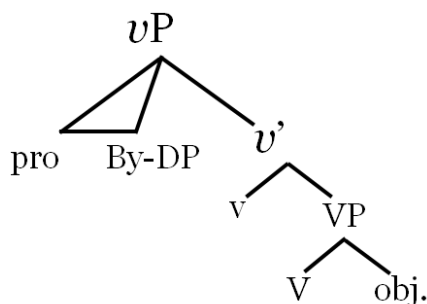


Perante a indisponibilidade dos traços de Caso de *v*, o objeto apenas poderá verificar o seu traço de Caso através de movimento para T. Esse movimento do objeto sobre *pro* levanta algumas questões, na medida em que violaria a minimalidade relativizada (Rizzi 1990: 7). Boeckx (1998: 204) explica o movimento do objeto para T através de um mecanismo próximo de *Feature Specified Constraint* proposto por Murasugi (1994) e de **I/II Constraint*, de Collins & Thrainsson (1996). A ideia é que um elemento mais especificado é mais visível para a atração. Assim, o movimento do objeto, e não de *pro*, para T justifica-se na medida em que este, por ser menos especificado que aquele, se torna invisível para atração Boeckx (1998: 319):



No que diz respeito ao argumento externo da passiva, Boeckx (1998) não partilha da proposta de Jaeggli (1986), rejeitando a assunção de absorção de papel temático. O autor assume que é *pro*, e não a morfologia, que recebe o papel temático do argumento externo.

Esta atribuição temática a *pro* não seria problemática nas passivas curtas, mas nas longas a inserção de um sintagma preposicionado originaria uma dificuldade. Recebendo *pro*, enquanto argumento externo do verbo, o papel temático, é de questionar qual o processo que o transfere para a *by-phrase*. Boeckx (1998) argumenta que, mesmo nos casos em que o sintagma preposicionado é realizado fonologicamente, *pro* é licenciado na derivação. Sendo um elemento opcional, o sintagma preposicional será inserido na estrutura através de duplicação. É por isso que o autor o considera como adjunto e como argumento. É argumento quando ocupa a posição de argumento externo do verbo por duplicação e é adjunto quando se adjunge ao argumento *pro* (Boeckx 1998: 231):



Esta proposta traz uma estrutura diferente para a passiva. Assume-se uma projeção *v* semelhante à da ativa e adota-se a categoria *pro*. No entanto, esta categoria poderá constituir um possível elemento interveniente para a subida do objeto lógico

aquando da formação da cadeia argumental, o que, pensando em termos de aquisição, poderá acarretar maiores dificuldades.

Sendo uma proposta interessante, Lima e Rubin (2008) apontam-lhe, no entanto, alguns problemas. O intuito dos autores é o de verificar a adequação da proposta de Boeckx (1998) a partir do modelo de Agree. Concluem que considerar *pro* como argumento implícito da passiva parece ser incompatível com o sistema de Agree de Chomsky (2001). A alternativa que propõem é considerar que as propriedades temáticas deste argumento estariam configuradas no morfema passivo (Jaeggli 1986; Baker Johnson & Roberts 1989), uma vez que, não tendo o traço de pessoa, não seria um elemento interveniente entre a sonda (*probe*) e o objeto lógico.

O ponto forte da proposta de Boeckx (1998) baseia-se na rejeição de uma categoria funcional específica para a passiva, recorrendo-se à estrutura inicial da ativa.

Na próxima secção, apresentar-se-á a proposta de Collins (2005), em que se assume a existência de um núcleo funcional específico da passiva (voiceP).

1.7.6. Collins (2005)

A proposta de Collins (2005) assentará em dois aspetos importantes. O primeiro diz respeito ao Modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981), em que se assume que não deve haver regras específicas para a derivação de passivas ou de qualquer movimento para baixo; o segundo diz respeito a *Estruturas Sintáticas* (Chomsky 1957). Neste sentido, Collins assume que os argumentos do verbo são gerados do mesmo modo na ativa e na passiva, mas rejeita que haja a absorção de papel temático e absorção de Caso passivo (Jaeggli 1986; Baker Johnson & Roberts 1989).

Segundo o Modelo de Princípios e Parâmetros, não há uma construção passiva: há antes princípios da Gramática Universal (Filtro de Caso, Critério Temático e propriedades de movimento) que determinam as propriedades do particípio passivo. Este modelo tem subjacentes dois princípios essenciais: o sufixo passivo *-en* absorve o Caso acusativo e o papel temático externo do verbo. Atentemos nas frases seguintes⁷²:

(311) John wrote the book.

(312) The book was written by John.

⁷² Os exemplos são de Collins (2005: 81).

Uma vez que o DP [*the book*] necessita de receber caso, sobe para Spec IP (uma posição de Caso Nominativo). Dado que o sufixo *-en* absorveu o papel temático externo do verbo, o argumento externo não necessita de subir para Spec IP para obter Caso, deixando então esta posição disponível para a subida do objeto direto.

Collins aponta como problema o facto de, neste modelo, o argumento externo DP [John] ser gerado numa posição diferente na ativa (Spec IP) e na passiva (complemento da preposição *by*). Collins sugere, em alternativa, uma análise em que a posição subjacente do argumento externo será coincidente, quer na ativa quer na passiva.

Collins (2005) propõe que PRO é o argumento externo nas passivas curtas. Baker *et al.* (1989) já tinham tentado definir o argumento externo das passivas curtas como sendo do mesmo tipo de PRO. Mas enquanto PRO se pode relacionar com a primeira pessoa nas infinitivas, os argumentos não realizados nas passivas não podem⁷³:

(313) PRO to shave ourselves is fun.

(314) *Love letters were written to ourselves.

Partilham todas as outras propriedades, menos esta, pelo que são diferentes.

Collins assumirá ainda a existência de um nó funcional, VoiceP, que é legitimado pelo participio passivo. Existindo este nó, a projeção PartP subiria para a posição de [Spec, VoiceP].

Para Collins, a preposição *by* constitui-se como *dummy preposition*, sendo formada por traços não interpretáveis. *By* é então uma requisição sintática específica da passiva.

Como vimos, Collins assume que o sufixo da passiva não é um argumento. Considera que na ativa o caso seria verificado por *v*, que também atribuiria o papel temático ao argumento externo. Na passiva, *v* também atribui o papel temático, mas a verificação de caso acusativo será efetuada por [Voice, *by*]. No caso da passiva curta, assume a categoria PRO em [Spec, vP] e o núcleo de VoiceP torna-se nulo.

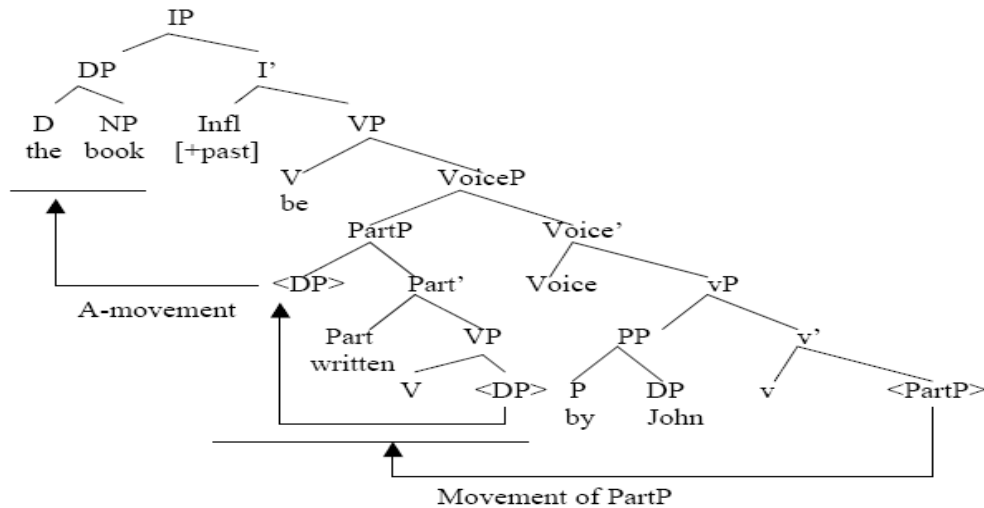
Para Collins (2005), na passiva, o argumento externo (PRO), na passiva curta ocupa a posição de [Spec, vP]. A elevação violaria a Relativized Minimality (RM)

⁷³ Os exemplos são de Baker *et al.* (1989: 229).

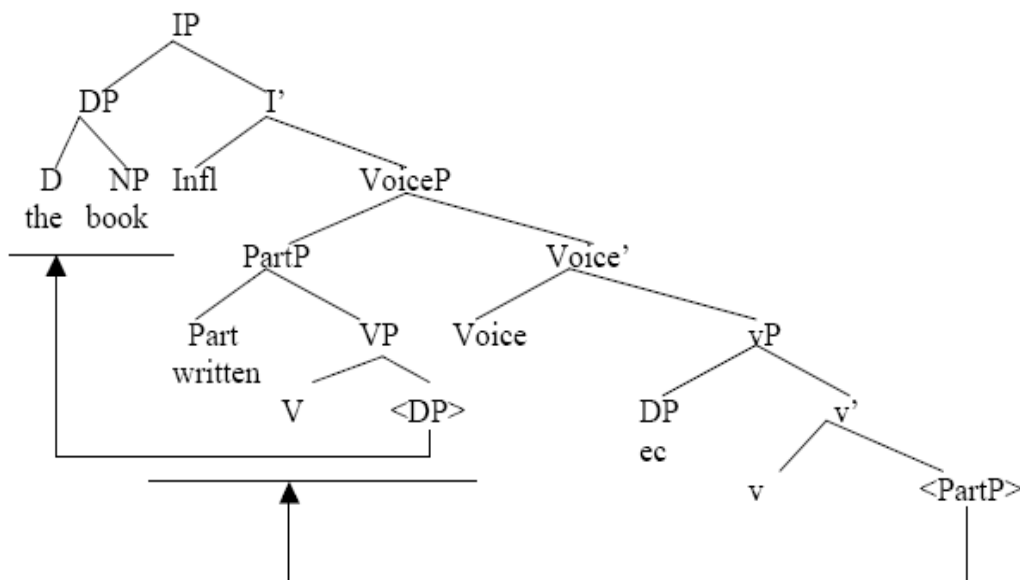
(Rizzi 2001) ou a Minimal Link Condition (MLC) (Chomsky 1995), pelo que a solução passa por *smuggle* o objeto do verbo para a posição de argumento externo.

Assim, a estrutura correspondente à frase (315) seria a que a seguir se apresenta⁷⁴:

(315) The book was written by John.



Collins assume que a passiva curta implica o movimento de PartP para Spec VoiceP.



Como vimos, o contributo de Collins (2005) diz respeito à noção de *smuggling*, que é um processo motivado pelo facto de, numa estrutura do tipo Z [YP XP] W <[YP

⁷⁴ O exemplo e as representações sintáticas são de Collins (2005: 9-17).

XP]>, W bloquear uma relação sintática entre Z e XP, W, sendo uma barreira, fronteira de fase, ou interveniente no âmbito da MLC ou RM. Assim, *smuggling* manifesta-se como sendo o movimento de PartP para a posição de [Spec, voiceP], para que o DP (objeto lógico) se possa mover para a posição de sujeito da frase, independentemente da natureza da intervenção (DP pleno ou categoria vazia).

Resumindo, as grandes linhas da proposta de Collins (2005) para a passiva assentam nas seguintes suposições: o argumento externo é *merged* na passiva do mesmo modo que na ativa (Merge (DP, vP)); verifica-se a existência do núcleo funcional *-en*, que é composto por traços não interpretáveis, assim como a existência de VoiceP. Toda a variação paramétrica localiza-se na variação de traços não interpretáveis. Assim, numa dada língua sem VoiceP (uma projeção composta apenas por traços não interpretáveis) não haveria a passiva (tal como acontece em algumas línguas).

Para o autor, dizer que uma criança adquiriu a passiva significará que já houve lugar para a fixação do parâmetro (+) *voice* na língua. Na ausência deste núcleo funcional, a criança tenderá a recorrer a outras estratégias para compreensão da frase, nomeadamente à atribuição, por exemplo, do papel temático de experienciador ao primeiro DP que surge na frase, como sugerem vários autores, entre os quais Rubin (2009).

Para Gehrke & Grillo (2009), esta proposta de Collins resolve aparentemente o problema da localidade, mas acarreta muitos outros, nomeadamente a falta de um estatuto claro na teoria. Para além disso, não dá conta de factos empíricos básicos sobre as passivas (ou seja, a passivização aplica-se em situações em que não há movimento do argumento interno para Spec TP, como em (316):⁷⁵

(316) There was a man killed.

Smuggling não resolve provavelmente o problema da minimalidade. Esta operação move um subevento (VP) através de outro subevento (vP), o que deve gerar efeitos de minimalidade, segundo o próprio Collins.

Gehrke & Grillo (2009) apresentaram uma nova abordagem sobre a passiva, passando a concentrar-se na estrutura eventiva e não na estrutura argumental. Os autores distinguem o movimento de parte da estrutura de um evento complexo, do movimento de um argumento DP para Spec TP para satisfazer o Princípio de Projeção Alargado.

⁷⁵ O exemplo é de Grillo (2009: 1437).

Propõem que a promoção de um estado resultante de um subevento de um evento complexo para uma posição acima de VP é o que a caracteriza a passiva. Sugerem que uma exigência semântica, algo do tipo de Topicalização, destaca este estado resultante e atribui-lhe um traço que determina o movimento de um VP mais baixo para uma posição *discourse –related* na fronteira da fase VP, representada como VoiceP.

De uma maneira geral, a análise de Gehrke & Grillo (2009) retoma Collins (2005), fazendo um tratamento da passiva dentro de uma estrutura de eventos complexa, em que um evento pode ser decomposto em subeventos específicos. Gehrke & Grillo (2009) mostram que existe uma relação estreita entre a disponibilidade de um estado resultante e a possibilidade de passivização. Defendem que a possibilidade de passivizar um predicado dependerá da sua estrutura eventiva. Assim, os tipos de eventos que podem passivizar são os processos culminados e as culminações. No entanto, os autores Gehrke & Grillo (2007: 132) encontram verbos estativos que admitem passivização (*know, surround*). A explicação surge ligada a uma operação que associaria o predicado BECOME aos verbos que permitissem uma leitura que considerasse um resultado⁷⁶.

1.7.7. Resumo da secção

Nesta secção, apresentámos as propostas de Chomsky (1981), de Jaeggli (1986), de Levin & Rappaport (1986), de Baker, Johnson & Roberts (1989), de Boeckx (1998) e de Collins (2005) no que diz respeito à sintaxe da passiva. A formulação de Chomsky (1981) baseia-se na ideia de que o particípio passivo perde a capacidade de atribuir Caso ao seu argumento interno e de papel temático ao argumento externo. Assim se explica uma caracterização da passiva através da perda do argumento externo da construção ativa e do movimento do argumento interno do verbo para a posição de sujeito da passiva de modo a cumprir-se a atribuição de Caso.

Já a proposta de Jaeggli (1986) e de Baker, Johnson & Roberts (1989) entende a passiva verbal de modo diferente, defendendo não a perda do argumento externo da ativa, mas a sua realização através do morfema passivo *-en*. Para os autores, o particípio passivo não perde a capacidade de atribuição de caso ao argumento interno e papel temático ao argumento externo do predicado, sendo antes o próprio sufixo passivo que recebe o Caso e o papel temático externo do predicado.

⁷⁶ Para aprofundamento desta proposta, veja-se Gehrke & Grillo (2009).

As predições dos autores divergem, no entanto, no que diz respeito à caracterização do sintagma-*por*. Enquanto para Jaeggli, o sintagma-*por* não constitui um argumento do verbo, mas sim do *-en*, um elemento com caráter opcional, através de transferência do sufixo passivo; para Baker, Johnson & Roberts (1989) o sintagma-*por* forma uma cadeia com o sufixo passivo, sendo o papel temático externo atribuído à cadeia. O autor conclui que o sintagma-*por* tematicamente é um argumento, mas sintaticamente é um adjunto de *-en*.

O grande ponto de interesse da proposta de Collins (2005) é a assunção de um núcleo funcional *voiceP*, que permitiria justificar o movimento de toda a projeção de *PartP* para o seu especificador e o movimento do objeto lógico para a posição de sujeito através de *smuggling*, independentemente de haver elementos intervenientes.

Para o autor, quando uma criança adquire a passiva já se observou a fixação do parâmetro (+) *voice* na língua. Quando este núcleo funcional está ausente, a criança recorre a outras estratégias para compreender a frase, nomeadamente à atribuição do papel temático de experienciador ao primeiro DP que surge na frase.

Relativamente à passiva adjetival, Chomsky (1981), Jaeggli (1986) e Levin & Rappaport (1986) defendem que não há um motivo para fazer derivar a passiva adjetival através de uma regra de *Mover- α* . Esta passiva apresenta um argumento externo em estrutura-P, o que explica que não haja um movimento de NP para essa posição. Contudo, Levin & Rappaport (1986), dado que fazem derivar o particípio adjetival do particípio verbal, falam em exteriorização de um elemento.

Através das diversas sínteses apresentadas, pretendemos ilustrar as abordagens clássicas que representam as principais tendências de análise. Há, porém, outras propostas interessantes que podem ser mencionadas, ainda que não tenham sido desenvolvidas no presente trabalho. É o caso de Borer (1998) e Reinhart (2002). Enquanto o primeiro sugere que o argumento implícito deve ser tratado como um pronome vazio (*pro*), Reinhart (2002) defende uma representação semântica (e não estrutural) do argumento externo.

Capítulo II: A aquisição da estrutura passiva

Os estudos em aquisição da linguagem representam um amplo campo de pesquisa em que podem ser levadas a cabo investigações de aquisição de língua materna, de língua segunda, de crianças com desvios linguísticos, etc. Neste capítulo, ocupar-nos-emos do estudo da aquisição de frases passivas sintáticas por crianças em fase de aquisição da língua materna. A abordagem que será feita levará em conta aspetos de ordem sintática, semântica, lexical e pragmática e tentará descrever as dificuldades manifestadas pelas crianças já reveladas noutras línguas, bem como o bom desempenho que revelam.

O nosso objetivo é tentar oferecer explicações para a natureza das dificuldades com as passivas, ao mesmo tempo que se apresentam vários estudos que indiciam a aquisição precoce dessa estrutura. Não obstante, parece-nos fundamental contextualizar os estudos em aquisição da linguagem que surgiram ao longo dos anos. O capítulo estará organizado do modo que a seguir se enuncia. Na secção 2.1, apresentamos uma breve descrição das várias correntes que, ao longo das últimas décadas, sobressaíram na tentativa de explicar o processo de aquisição da linguagem, nomeadamente as correntes behaviorista, inatista, cognitivista-construtivista, interacionista-social e conexionista. Será dado destaque aos autores que trabalham na perspetiva inatista, havendo lugar, no entanto, para a referência a autores guiados por outros quadros teóricos.

Depois disso, apresentamos, na secção 2.2, vários estudos que investigam a aquisição da construção passiva em diversas línguas, segundo uma perspetiva essencialmente sintática. Ainda que muitos estudos foquem vários aspetos simultaneamente, parece-nos que esta grande divisão se torna conveniente para a clareza dos dados expostos. Assim, no âmbito da perspetiva sintática, aborda-se uma das teorias referentes à aquisição da passiva, nomeadamente a Hipótese de Maturação de Cadeias Argumentais (A-Chain Deficit Hypothesis - ACDH), inicialmente formulada por Borer & Wexler (1987), mas amplamente seguida e reformulada por diversos autores, nomeadamente Babyonyshev, Ganger, Pesetsky & Wexler (2001), com a External Argument Requirement Hypothesis (EARH); por Wexler (2004), com a Universal Phase Requirement; e por Hyams & Snyder (2005), com a Universal Freezing Hypothesis (UFH).

Na secção 2.3, dá-se destaque a uma perspetiva semântica, apresentando-se os argumentos de Fox & Grodzinsky (1998), que atribuem ao agente da passiva um papel de destaque no que diz respeito aos atrasos na aquisição da passiva. Segundo os autores, as crianças não conseguem transmitir o papel temático externo do SV ao agente da passiva, o que justificaria as dificuldades na aquisição desta estrutura.

Apresentamos a visão de Pinker *et al.* (1987), que aponta no sentido de as crianças terem acesso a uma restrição semântica que possibilitaria a distinção entre verbos passivizáveis e verbos não passivizáveis. Para os autores, as crianças utilizam a regra de produção de passivas de forma produtiva, revelando, contudo, sensibilidade perante o mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais dentro de subclasses verbais.

Mostramos como Maratsos *et al.* (1985) sugerem que os verbos se colocam num *continuum* de transitividade, que se organiza a partir do conceito de transitividade que é apresentado por Hopper & Thompson (1980). Apontamos ainda a importância do mapeamento entre papéis semânticos e funções sintáticas e finalizamos com Israel, Johnson & Brooks (2000) a defenderem a existência de três períodos no desenvolvimento da passiva: utilização exclusiva da passiva estativa; utilização de participios passivos em contextos ambíguos (estativos ou eventivos); e, por fim, utilização de participios que denotam eventos.

Na secção 2.4, apresentamos a abordagem lexical, baseando-nos nos estudos de Gordon & Chafetz (1990), de Tomasello (2000) e de Gabriel (2001), em que se dá destaque à importância do *input* e se reconhece a sua utilidade no processo de construção de abstrações sobre a estrutura passiva. Na secção 2.5, destacamos os estudos que apontam para o interesse da função discursiva e pragmática da construção passiva (Marchman *et al.* 1991). A sensibilidade perante a relação entre foco discursivo e passivas foi abordada e comprovada pelos autores.

Para além dos trabalhos que apontam o atraso que se verifica na compreensão e produção da estrutura passiva, outros há que defendem que tal atraso não é universal. Na secção 2.6, mostramos evidência nesse sentido, realçando estudos em que se verificam bons resultados na aquisição da passiva (Allen & Crago 1996; Bencini e& Demuth 1989; Huttenlocher *et al.* 2004; O'Brien *et al.* 2006; Valian 2008; Demuth *et al.* 2010; Thatcher *et al.* 2008).

Novas técnicas experimentais, como o *priming*, têm mostrado uma competência mais precoce no que concerne a aquisição desta construção. Paralelamente, expôs-se estudos feitos sobre línguas, como o sesotho e o inuktitut, em que as crianças têm bons desempenhos no processamento da estrutura sintática aqui em destaque.

Destacamos, na secção 2.7, um estudo interlinguístico sobre a aquisição de passivas, feito recentemente (Armon-Lotem *et al.* 2012), em que se apontam vários aspetos que têm implicações no processamento de passivas: a exposição a construções semelhantes morfológica e sintaticamente e a experiência com flexibilidade na ordem de palavras, entre outros já referidos. Conclui-se o capítulo com a apresentação dos escassos estudos feitos para o português europeu (Secção 2.8).

2.1. Algumas correntes dominantes no âmbito da aquisição

A corrente dominante na investigação na área da aquisição da linguagem, até meados dos anos 50, é o behaviorismo. Esta teoria baseia-se na ideia de que a criança adquire a sua língua materna imitando os adultos à sua volta. Assume-se que a aprendizagem de uma língua se dá pela exposição ao meio e a partir da imitação e do reforço. O ponto de vista teórico behaviorista defende que o ser humano aprende por condicionamento, assim como qualquer outro animal.

Em 1959, Chomsky vem defender que qualquer criança nasce biologicamente equipada para adquirir uma língua, bastando, para isso, estar inserida num contexto linguístico adequado. No seguimento de Chomsky (1959), numerosos estudos (Wexler 1996; Crain & Thornton 1998) defendem a ideia de que existem princípios gramaticais inatos na mente da criança. Estes princípios formam a Gramática Universal (GU) e coexistem com um conjunto de parâmetros que são ajustados, de acordo com a própria língua. Assim, os princípios explicam os aspetos comuns a todas as línguas e os parâmetros, por sua vez, justificam a variação que podemos encontrar entre elas. A evidência empírica pertinente para este modelo assenta na ideia de que qualquer criança adquire um conhecimento completo da sua língua materna estando exposta a um *input* que está, no entanto, longe de ser o ideal, ou seja, é fragmentário e pouco estruturado.

Outro facto que advém do inatismo linguístico é a modularidade cognitiva da aquisição da linguagem, ou seja, o mecanismo de aquisição da linguagem é específico dela, não havendo uma interface óbvia com outros elementos cognitivos ou comportamentais. Assim, a relação que se estabelece entre a língua e outros sistemas

cognitivos, como a percepção, a memória, é indireta. Deste modo, a aquisição da linguagem não depende, inevitavelmente, de outros módulos cognitivos nem de qualquer interação social (Scarpa 2001).

O Modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1986) avança consideravelmente na tentativa de explicar o caráter universal das diversas línguas humanas. As regras sintáticas e a existência de filtros deram lugar à definição de princípios universais verificáveis em todas as línguas. Segundo o modelo, a distinção das gramáticas das diferentes línguas far-se-ia através dos distintos parâmetros que caracterizariam cada uma.

Seguiu-se o Programa Minimalista (Chomsky 1999), que não se constitui como mudança no quadro teórico da teoria generativa, uma vez que não substitui o Modelo de Princípios e Parâmetros. É antes “um conjunto de ‘orientações’ guiadas pela ideia intuitiva de evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceptualmente necessárias dentro da lógica da teoria”⁷⁷. Este programa ambiciona a satisfação de condições de economia que visam eliminar tudo aquilo que não é essencial.

Aitchison (1998) defende uma posição próxima, mas não equivalente, à de Chomsky, na medida em que assume a importância do par *nature/nurture* enquanto princípio de toda a psicologia. Nas palavras da própria autora:

Nature triggers off the behavior, and lays down the framework, but careful nurture is needed for it to reach its full potential. The dividing line between “natural” and “nurtured” behavior is by no means as clear cut as was once thought. In other words, language is “natural” behavior – but it still has to be carefully ‘nurtured’ in order to reach its full potential. In modern terminology, the behavior is innately guided. (Aitchison 1998: 90)

Para a autora, a linguagem não pode ter apenas uma base genética. Os seres humanos falam uma grande variedade de línguas diferentes, e as crianças podem aprender a falar se expostas a modelos adequados durante o seu desenvolvimento.

Os trabalhos desenvolvidos na área inatista têm sido criticados essencialmente por outras duas correntes teóricas que também têm norteado os estudos nesta área: o cognitivismo construtivista e o interacionismo social.

A corrente cognitivista-construtivista caracteriza a aquisição da linguagem como dependente do desenvolvimento da inteligência da criança. Deste modo, a linguagem

⁷⁷ Nota de Raposo (1999: 16), na edição portuguesa.

surge quando a criança desenvolve a função simbólica, sendo, nesse sentido, um sistema simbólico de representações. É, então, necessário que o adulto faça a mediação entre a criança e o mundo (Scarpa 2003). A criança vai construindo o seu conhecimento do mundo a partir das relações estabelecidas através dessa mediação.

Opondo-se ao modelo inatista, a aquisição é vislumbrada como sendo o resultado da interação entre o ambiente e o organismo, através de assimilações e acomodações, que são responsáveis pelo desenvolvimento da inteligência, e não como consequência do desencadear de um módulo — ou um órgão — específico para a linguagem.

Não obstante, tem-se verificado recentemente que o desenvolvimento linguístico é independente do desenvolvimento de outras capacidades cognitivas, sendo tal comprovado pela existência de patologias que afetam capacidades linguísticas, mas não outras capacidades cognitivas.

Tendo como ponto de partida a obra piagetiana, desenvolveram-se muitas pesquisas que também foram criticadas por subestimarem o papel da sociedade no desenvolvimento da criança. É nessa altura que se insiste na importância de um modelo interativo social que pudesse explicar o desenvolvimento da criança. As propostas de Vygotsky começam a fazer-se ouvir e têm grande impacto nos estudos de aquisição da linguagem por volta dos anos 70, surgindo como alternativa ao inatismo de Chomsky e ao cognitivismo-construtivismo de Piaget.

A visão interacionista-social de Vygotsky tem em consideração os fatores sociais, comunicativos e culturais para a aquisição da linguagem, estudando as características da fala dos adultos. De acordo com esta perspectiva, a interação social e a troca comunicativa constituem pré-requisitos básicos para a aquisição da linguagem. A linguagem é, assim, uma atividade constitutiva do conhecimento de mundo em que a criança se constrói como sujeito. O *input* que a criança recebe do meio circundante é considerado um importante fator de aprendizagem da linguagem.

Num campo oposto ao da gramática generativa, constitui-se a linguística funcional, representada por autores como Bates & MacWhinney (1982). Estes linguistas construíram as suas teorias não com base em linguagens formais, mas com base em construções psicologicamente significativas, como símbolos, categorias, esquemas, imagens e perspectivas discursivas. Criticando estas teorias, Tomasello (1995: 153)

afirma que “The theories are thus not driven by considerations of mathematical elegance, but rather by considerations of psychological plausibility”.

Mais recentemente, muitas investigações pretendem averiguar como a aquisição da linguagem se processa na mente. O conexionismo propõe que a aquisição da linguagem tem como base a formação de unidades neuronais de pensamento. Essas unidades neuronais formam redes de associação. Deste modo, a aquisição de uma língua tem subjacente o estabelecimento de novas conexões neuronais.

O conexionismo estuda a mente a partir de uma perspectiva computacional, tentando descrever o processamento cognitivo à semelhança de um computador – os dados que alimentam a mente (*input* ou dados de entrada), o seu processamento e o produto ou *output* (Plunkett 1995).

Depois da descrição das várias correntes que, ao longo das últimas décadas, se destacaram na tentativa de explicar o processo de aquisição da linguagem, o nosso trabalho incidirá sobre os autores que trabalham na perspectiva inatista⁷⁸. Esta perspectiva parece-nos ser aquela que melhor dá conta do processo de aquisição de uma língua. Sendo este um processo por que passam, em princípio, todos os seres humanos, a hipótese inatista tem na universalidade e na sequencialidade do processo de aquisição os seus pontos fortes. A universalidade diz respeito ao facto de todos os bebés nascerem com capacidade para falar uma língua (salvo algumas exceções), enquanto a sequencialidade se refere às várias fases de desenvolvimento observadas. Nesta perspectiva, está previsto que haja diferenças individuais entre crianças⁷⁹, que são explicadas pelo ritmos de desenvolvimento psicomotor (Costa & Santos 2003).

Na próxima secção, apresentamos o trabalho de Borer & Wexler (1987), desenvolvido numa perspectiva maturacional, e de outros assentes na mesma linha de investigação.

2.2. A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem sintática

2.2.1 A-Chain Deficit Hypothesis - ACDH (Borer & Wexler 1987)

Segundo a perspectiva de Borer & Wexler (1987), os princípios não são constantes durante o desenvolvimento da criança. Estes princípios amadurecem, o que

⁷⁸ No entanto, sempre que se justifique, faremos referência a autores guiados por outros quadros teóricos.

⁷⁹ Estas diferenças individuais entre crianças serão visíveis na secção em que apresentamos os nossos estudos experimentais, 3.1.

faz com que não estejam disponíveis em todos os estádios, mas apenas em alguns. Tal explicaria o motivo por que algumas construções apenas se desenvolvem em certas etapas e por que algumas construções precedem outras. É com base no princípio maturacional que Borer & Wexler (1987) tentam explicar a maturação de cadeias argumentais, fundamentais para a conceção da passiva.

Por todas as repercussões que teve, este estudo de Borer & Wexler (1987) foi um dos que mais se distinguiu, ainda que também tenha sido alvo de fortes críticas. Os autores defendem a Hipótese da Maturação, que prevê que a disponibilização de certas estruturas está sujeita a maturação. A partir do modelo de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981), Borer & Wexler propuseram que o princípio que governa o movimento do objeto para uma posição de sujeito apenas matura aos cinco anos. Assim, a A-Chain Deficit Hypothesis (ACDH) prediz uma aquisição tardia das passivas verbais. Além disso, sugere que a aquisição precoce de construções adjetivais não implica movimento. Desta forma, a falha na compreensão dever-se-ia à incapacidade para criar cadeias argumentais e para atribuir o papel temático não localmente ao NP sujeito, através de uma cadeia-A. O sucesso que se verifica na compreensão é justificado por uma interpretação alternativa que não implica cadeias-A, ou seja, a passiva sintática é interpretada como adjetival. Os autores argumentam ainda que as passivas adjetivais do inglês derivam de verbos agentivos e, como tal, a preferência pela passivização precoce de verbos agentivos mostraria que as passivas mais precoces são adjetivais.

O inglês apresenta homofonia entre passivas verbais e adjetivais. Consideremos o seguinte exemplo de Demuth (1990: 57):

(1) The doll was torn (by Mary).

Esta frase apresenta um verbo agentivo e, com o agente da passiva, a leitura de passiva verbal é a única disponível. No entanto, sem este agente expresso, a leitura é ambígua entre uma passiva adjetival e verbal. Por exemplo, o hebraico e o alemão apresentam morfemas diferentes para distinguir estes dois tipos de passivas. Esta homofonia que existe no inglês já levantou alguma confusão sobre que construção é que as crianças falantes de inglês usam.

Borer & Wexler (1987) recorrem também a dados de aquisição do hebraico, que mostram que as passivas adjetivais são adquiridas mais cedo. Nesta língua, a distinção

entre passiva verbal e adjetival reflete-se na marcação morfológica distinta. Enquanto as passivas verbais são construídas por verbos que apresentam distribuição e propriedades verbais, as passivas adjetivais apresentam distribuição e propriedades próprias dos adjetivos. Em hebraico, as passivas verbais apenas surgem quando as crianças já estão em idade escolar, enquanto as passivas adjetivais são usadas produtivamente desde cedo, havendo até casos de sobregeneralização (Berman & Sagi 1981, *apud* Borer & Wexler 1987: 137). Apoiando-se nos dados de Berman & Sagi (1981), Borer & Wexler (1987: 138) afirmam que “verbal passives are missing from their speech. As this cannot be attributed to morphological complexity, we must conclude that verbal passives are excluded in the early grammar due to a non-morphological factor.” Os autores reclamam ainda que as construções passivas em hebraico são semelhantes às do inglês, prevendo então a mesma ordem de aquisição em ambas as línguas.

Em relação à análise do inglês, Borer & Wexler (1987) recorrem aos dados disponibilizados por Horgan (1975) que mostram que o uso adjetival de participios passivos derivados de verbos agentivos está atestado em crianças muito novas. Os seguintes exemplos foram produzidos por crianças entre os 24 e os 48 meses, numa tarefa de produção elicitada⁸⁰:

- (2) a. tree is blowed down
- b. tree is broken
- c. a ball be kicked
- d. the car's parked
- e. lamp got kicked
- f. the tree's smashed
- g. that was colored
- h. the window's brokek again.

As frases produzidas são passivas adjetivais, destacando-se nestes exemplos “the absence of agent and the ‘after the fact’ nature of their [children] observations” (Borer & Wexler 1987: 147). Os autores reclamam então que há poucos exemplos de passivas longas no discurso espontâneo das crianças, o que é consistente, segundo eles, com o pressuposto de que a interpretação que as crianças atribuem às passivas (com participio) é adjetival. Note-se que é de salientar a homofonia que caracteriza a forma participial em

⁸⁰ Todos os exemplos são de Borer & Wexler (1987: 147).

inglês, dado que se torna difícil desvendar a interpretação que as crianças estão efetivamente a utilizar.

Isoladamente, a ACDH não é suficiente para explicar a interação entre ativa/passiva e tipo de verbo na aquisição de passivas em inglês. É por esse motivo que Borer & Wexler recorrem à homofonia entre passivas verbais e adjetivais. Assumem, seguindo Wasow (1975), que a passiva adjetival é formada no léxico e não implica cadeias argumentais, pelo que não estará sujeita à ACDH. Assumem também que os participios dos verbos agentivos são semanticamente compatíveis com passivas adjetivais, enquanto os participios de verbos não agentivos não o são.

Esta compatibilidade entre predicados agentivos e passivas adjetivais fornece às crianças que estão a adquirir o inglês uma estrutura alternativa para processar as passivas agentivas, mas não para as passivas não agentivas. É por isso que só quando as crianças forem capazes de formar cadeias-A conseguirão processar estas últimas. Nessa perspetiva, em línguas em que não há essa homofonia, prevê-se que haja um atraso na aquisição de passivas em geral.

Sobre este assunto, Rubin (2009) afirma não ser possível, em português do Brasil, que as crianças identifiquem a passiva verbal como uma passiva adjetival, apontando o facto de os verbos *ser*, *estar* e *ficar* serem utilizados de modo distinto, marcando a diferença, apesar do carácter adjetival do participio em português.

Se repararmos novamente nos predicados de (2), verificamos que são todos agentivos, o que terá originado a proposta de que a passiva adjetival exclui então predicados não agentivos. Um dos testes usados pelos autores para confirmar se determinada passiva seria verbal ou adjetival consiste na sua ocorrência numa posição pré-nominal ou enquanto complemento de verbos como *seems*. Na verdade, Weinberg (1987: 177-178) considera esta proposta dúbia, dado que um contexto adequado pode permitir a ocorrência de não agentivos nestas circunstâncias, como se pode ver nos exemplos em (3):

- (3) a. ?a loved child
- b. ?The child seems loved
- c. After seeing so many orphans, a loved child is a pleasure to see.
- d. The child seems loved, but then she shows up with all those bruises.

Na comparação que estabelecem entre as propriedades das passivas verbais e as propriedades das passivas adjetivas, Borer & Wexler (1987) assumem que ambas as estruturas revelam semelhanças importantes. Assim, os adjetivos derivados de verbos são operacionalizados no léxico, alterando-se a característica verbal [+V, -N] para [+V, +N]. Tal impossibilitaria a atribuição de Caso por este elemento. O traço [N] do particípio verbal permanece não especificado, tornando-se [+V]. Em relação ao adjetivo, verifica-se a eliminação do requerimento de um sujeito, enquanto no particípio verbal dá-se a absorção do papel temático a ser atribuído ao sujeito (Jaeggli 1986). Na passiva adjetival, o papel temático interno é exteriorizado, o que não acontece na passiva verbal devido ao Princípio da Projeção (Chomsky 1981), havendo a necessidade de movimento para a posição de sujeito. É a este movimento que se deve a formação da cadeia argumental, o que suscitará, segundo os autores, as dificuldades das crianças com as passivas verbais.

Uma das principais ideias de Borer & Wexler (1987) é a de que o movimento-A' é adquirido cedo, estando o movimento-A sujeito a maturação. Quando, em 1987, afirmam que as crianças não formam cadeias-A, não estão a assumir a Hipótese de Sujeito Interno a VP [*VP-Internal Subject Hypothesis*], uma vez que esta apenas é formulada em 1991, por Koopman & Sportiche. Segundo esta proposta, os sujeitos são gerados dentro de VP e depois movidos para uma posição estruturalmente mais alta. Deste modo, existem duas posições para o sujeito, estando cada uma delas associada a uma interpretação distinta.

Se os sujeitos são gerados em VP então sempre que tivermos uma frase em que o sujeito anteceda um auxiliar temos uma cadeia-A. Ao aceitarmos esta hipótese, temos de rejeitar a premissa de que as cadeias-A estão ausentes do discurso das crianças numa etapa relevante de aquisição da linguagem.

Um alargamento da Hipótese da Maturação de Borer & Wexler (1987) poderia contribuir para que o problema fosse ultrapassado. Assim, apenas cadeias argumentais com duas posições temáticas potenciais representariam dificuldades para as crianças. Deste modo, no âmbito da Hipótese da Maturação de Borer & Wexler, a Hipótese de Sujeito Interno a VP deixaria de ser um problema. Ainda que uma frase ativa também possua uma cadeia argumental, esta não é problemática para a criança, uma vez que não relaciona duas potenciais posições temáticas: é uma cadeia com dois membros com um núcleo numa posição à qual o papel temático nunca é atribuído.

Friedmann (2007) põe em causa a Hipótese da Maturação de Borer & Wexler, recorrendo a dados do hebraico. Nessa língua, com inacusativos, são usadas as ordens SV (sujeito/verbo) e VS (verbo/sujeito), o que possibilita que se teste a maturação de cadeias-A. Se as crianças não dominarem esta estrutura, espera-se que produzam inacusativos com o objeto na posição em que foi gerado. Se atribuírem uma leitura de inergativo aos inacusativos, espera-se que produzam ambas as estruturas do mesmo modo: SV.

A autora levou a cabo inúmeros estudos experimentais: no primeiro, analisou a ocorrência de ordem SV e VS em frases com verbos inacusativos e comparou-as com inergativos e reflexivos no discurso espontâneo; no segundo, testou a repetição de frases que incluíam inacusativos com ordens SV e VS e comparou-os com ordens SV e VS com transitivos; no terceiro, comparou a repetição de frases com ordem SV com inacusativos e inergativos; a experiência quatro testou o reconto de uma história com frases com a ordem SV com inacusativos, inergativos, reflexivos e ainda ordem VS com inacusativos; a experiência cinco testou o reconto de uma história, com frases com ordem SV em que os sujeitos eram pronomes e nomes próprios; as experiências seis (teste de repetição) e sete (reconto) testaram a produção de inacusativos com dativos possessivos.

A partir dos dados obtidos, a autora concluiu que as 149 crianças testadas produzem cadeias argumentais. Mesmo as crianças com menos de dois anos já distinguem entre inacusativos e inergativos. Usam ordens VS e SV para os inacusativos, mas apenas SV para os inergativos, reflexivos e transitivos. Portanto, produzem cadeias-A.

Mais recentemente, Costa & Friedmann (2012) recorrem a dados quer do português, quer do hebraico, para mostrar que crianças com menos de dois anos analisam as construções com inacusativos como inacusativas e conseguem mover o argumento dos inacusativos da posição de objeto para a de sujeito, formando, portanto, cadeias-A. Apresentam evidência contra a análise de inacusativos como inergativos por crianças, reforçando a aquisição precoce de cadeias-A.

Na tabela 1, de Costa & Friedmann (2012: 12), apresentam-se dados relativos à análise do discurso espontâneo de crianças falantes de português entre os 2;7 e os 3;7, quando a frase-alvo produzida terá a ordem VS:

Idade	Inergativos		Inacusativos	
	SV	VS	SV	VS
2;7 - 3;7	94.1%	5.9%	0%	100%

Tabela 1. Dados de discurso espontâneo com frase alvo produzida com a ordem VS.

Poder-se-ia pensar que a ordem SV com inacusativos seria originada pela deslocação à esquerda clítica, mas esta formulação é rejeitada, tendo em conta que a estratégia de topicalização não é frequente nas primeiras produções das crianças falantes de PE (Carrilho 1994).

Costa & Friedmann (2012:15) também mencionam uma tarefa de repetição levada a cabo anteriormente (Friedmann & Costa 2011). Os resultados mostram que as crianças tiveram um melhor desempenho na tarefa de repetição de ordem SV do que VS em contextos inergativos, não tendo revelado qualquer diferença entre ordem SV e VS em contextos com inacusativos:

Idade	N	Inergativos		Inacusativos	
		SV	VS	SV	VS
2;1 - 3;0	21	92.9%	41.9%	81.4%	71.4%

Tabela 2. Repetição de ordem SV e VS em contextos inergativos e inacusativos.

Os autores recorrem ao português e ao hebraico para mostrar que a aquisição dos inacusativos não é tardia em nenhuma das línguas. Esta comparação entre línguas não aparentadas é importante, uma vez que, se as crianças reagirem de igual modo nos estudos experimentais, tal significa que estamos perante uma propriedade abstrata da gramática em desenvolvimento.

Para além destes estudos mais recentes, outros também confirmam um uso adequado de estruturas com inacusativos. Snyder, Hyams & Crisma (1995) mostram que as crianças falantes de italiano selecionam corretamente o auxiliar *essere* com inacusativos e *avere* com inergativos e transitivos, o que constitui evidência contra a ideia de os inacusativos serem interpretados como inergativos.

Similarmente, Pierce (1992a) mostra que crianças que estão a adquirir o inglês apenas produzem frases com ordem VS com inacusativos, mas não com inergativos.

Toda esta evidência a favor de uma aquisição precoce da inacusatividade é importante para mostrar que as relações entre sintaxe (movimento) e semântica (papéis temáticos) são muito precoces.

Como referimos, desde a formulação da Hipótese da Maturação de cadeias-A em 1987, o modo de refletir sobre cadeias alterou-se, sobretudo devido à Hipótese de Sujeito Interno a VP. Tendo em conta essa hipótese, as cadeias-A incluem o movimento do objeto para a posição de sujeito nas passivas e inacusativas e o consequente movimento de Spec VP para Spec IP. Uma vez que este tipo de movimento é comum a todos os sujeitos (das construções passivas, inacusativas, inergativas e transitivas), tal não explicará as dificuldades na interpretação das passivas.

2.2.2 External Argument Requirement Hypothesis (Babyonyshev *et al.* 2001)

Um problema empírico que se impõe à estratégia adjetival relaciona-se com os trabalhos mais recentes que dizem respeito à sintaxe das passivas adjetivais. Estas abordagens mais recentes assumem que a passiva adjetival é derivada sintaticamente (Kratzer 2000; Embick 2004), o que significa que também implicam cadeias-A

Babyonyshev, Ganger, Pesetsky & Wexler (2001) avançaram que a dificuldade na aquisição da passiva não estaria relacionada com cadeia-A, mas com a falta de argumentos externos (sujeitos lógicos) no *input*. Quando o agente da passiva não está expresso, o sujeito lógico pode apenas ser inferido, o que poderá constituir um problema para as crianças. Neste sentido, Babyonyshev *et al.* (2001) propuseram a External Argument Requirement Hypothesis (EARH), como possível explicação para o atraso verificado. Estes autores apresentam dados do russo.

Dado o Critério Temático, a ausência de um argumento externo é um pré-requisito para a formação das cadeias-A tal como surgem na construção passiva. A EARH faz as mesmas predições que a ACDH em relação à passiva, no sentido em que uma cadeia-A cujo núcleo ocupa a posição de sujeito não pode ser formada, salvo se a posição de sujeito for não temática (ex. o argumento externo não é projetado na posição canónica). As duas teorias apresentam, portanto, explicações distintas mas com pontos em comum sobre a incapacidade de as crianças criarem cadeias-A nas fases iniciais.

Segundo a EARH, na perspetiva das crianças, os verbos devem ter argumentos externos na posição de sujeito. Por esse motivo, interpretariam bem os inergativos, mas não as passivas, por exemplo. Neste sentido, as estruturas com expletivos constituem um teste crucial. Na seguinte frase, a oração principal não apresenta um argumento externo (*v* é defetivo):

(4) It seems that Mary is singing.

No âmbito desta hipótese, estas construções não são compreendidas pelas crianças; segundo a ACDH, são corretamente processadas por elas. Hirsch *et al.* (2007) comprovam, através de experiências realizadas, que a interpretação dada pelas crianças a frases como (4) é bastante aceitável, pelo que a EARH não se revela eficaz, uma vez que não fornece explicação para o processamento de estruturas com expletivos.

No estudo que levaram a cabo, Babyonyshev *et al.* (2001) verificaram que as formas passivas em que as crianças erram numa fase inicial são aquelas que não são homónimas das formas adjetivais na gramática do adulto.

2.2.3 Universal Phase Requirement (Wexler 2004) e a Universal Freezing Hypothesis (Hyams & Snyder 2005)

Wexler (2004) e Hirsch *et al.* (2007) reformulam a ACDH e a EARH, tendo em conta os desenvolvimentos posteriores da teoria sintática, nomeadamente a Hipótese de Sujeito Interno a VP (Koopman & Sportiche 1991) e algumas propostas do campo da aquisição que tratam questões de elevação⁸¹. Segundo Hirsch *et al.* (2007), a EARH prediz que as passivas verbais, os inacusativos, as estruturas de elevação e respetivas contrapartidas sem elevação se tornam difíceis para as crianças, uma vez que são estruturas que não apresentam argumento externo⁸². Outros trabalhos defendem, no entanto, que as crianças não têm problemas com estas estruturas que não implicam

⁸¹ Nas estruturas de elevação, também está subjacente o movimento-A. No sentido de o verbo ter um sujeito associado, duas possibilidades estão disponíveis:

- i. a inserção de um sujeito *dummy* na posição de sujeito (é o que acontece em construções com sujeitos expletivos, por exemplo: *It seems Sara is happy.*)
- ii. a utilização do sujeito da oração encaixada (*Sara seems to be happy.*)

No último caso, há um movimento do sujeito da posição mais baixa para uma posição de sujeito mais alta. Dado que há movimento para uma posição argumental, estamos perante um movimento-A e, como tal, deveriam fazer-se sentir as mesmas dificuldades postuladas pela ACDH relativamente à passiva. Borer & Wexler (1987) sugerem que, quando a criança se depara com uma construção com elevação, vai processá-la como se fosse uma construção com cópula. Assim, a interpretação seria *Sara is happy*. Becker (2006), usando uma tarefa de julgamento de valor de verdade com 43 crianças entre os três e os cinco anos, mostrou que a interpretação que fizeram de construções de elevação está ao nível do adulto, ou seja, as frases com elevação são interpretadas adequadamente e não como construções com cópula. Porém, Hirsch *et al.* (2008), replicando o teste de Becker (2006), concluíram que, em estruturas de elevação, as crianças têm um desempenho fraco, atingindo um desempenho próximo do do adulto apenas aos sete anos. Para os autores, os resultados são consistentes com a ACDH.

⁸² Como exemplos de estruturas de elevação e de estruturas sem elevação temos i. e ii., respetivamente:

- i. John seems to Mary to be wearing a hat.
- ii. It seems to Mary that John is wearing a hat. (Hirsch & Wexler (2007: 3)

Um problema que surge é o facto de sujeitos expletivos serem aceites por crianças. Wexler (2004: 4) mostra que as crianças testadas percebem frases do tipo iii), mas não do tipo iv):

- iii. It seems to Ernie that Bert is wearing a hat.
- iv. Bert seems to Ernie to be wearing a hat.

No entanto, estruturas de elevação sem experienciador não são problemáticas para as crianças:

- v. The dog seemed to be purple. (Becker 2006: 448)

elevação (Hirsch, Orfitelli & Wexler 2008) nem com passivas verbais e inacusativos, mostrando que não é a falta de um argumento externo que é problemática. Não obstante, os autores preferem apoiar-se em duas teorias maturacionais mais recentes:

- Universal Phase Requirement (UPR; Wexler 2004)
- Universal Freezing Hypothesis (UFH; Hyams & Snyder 2005)

Em Wexler (2004), defende-se a UPR (Hipótese de Requerimento de uma Fase Universal) que postula que, para as crianças, o vP define sempre uma fase forte, sendo ou não v defetivo na gramática do adulto⁸³. De acordo com Chomsky (2001), quando se trabalha numa fase (vP ou CP), só o limite (especificadores e núcleo) da fase seguinte mais baixa está acessível para verificação. As passivas, os inacusativos e as estruturas de elevação são aceites na gramática do adulto, porque o vP relevante não define fases fortes (é fraco, defetivo⁸⁴).

A UPR prediz ainda que as estruturas passivas, as construções com inacusativos e as estruturas de elevação (com e sem a existência de experienciador) constituirão exemplos de estruturas perante as quais as crianças revelarão dificuldades.

Argumentando contra a UPR, Hyams & Snyder (2005) defendem a UFH que postula que as crianças sobregeneralizam o Freezing Principle (Muller 1998) a casos de movimento que implicam *smuggling*⁸⁵ (Collins 2005) sobre um experienciador, tal como acontece nas passivas e nas estruturas de elevação. Para as crianças (pelo menos até aos quatro anos), o Freezing Principle aplica-se sempre, pelo que nenhuma subparte da frase pode ser extraída. Isto leva a que as crianças cometam uma violação da minimalidade nestas duas estruturas, mas sem impacto nas estruturas com inacusativos e com elevação sem experienciador, uma vez que estas não implicam *smuggling*.

Em relação aos inacusativos e às estruturas de elevação sem experienciador, a UPR e a UFH, que se baseiam na noção de localidade, fazem predições distintas. A primeira prediz problemas para qualquer subida de sujeito, assim como de inacusativos, uma vez que a criança os interpretará como tendo uma fase forte. A UFH não antecipa

⁸³ Legate (2003) disponibiliza vários argumentos contra a existência de fases defetivas com construções inacusativas e passivas, apresentando evidência da “reconstruction, Antecedent Contained Deletion (ACD) movement, and nuclear stress assignment” (Apud Orfitelli 2012: 40).

⁸⁴ Chomsky (2001) propõe que v das estruturas passivas e inacusativos é “defetivo,” ou seja, não atribui argumento externo e não funciona como fase. Deste modo, o objeto de V está disponível para o C mais alto acima.

⁸⁵ Collins (2005) define *smuggling* como sendo um movimento preliminar à esquerda de um VP *chunk* contendo o verbo e o objeto e excluindo o argumento externo, como vimos no capítulo anterior.

problemas para estruturas de elevação, visto que não implicam *smuggling*, pelo que constituirão uma violação da minimalidade para a criança que sobregeneraliza o Freezing Principle.

O estudo de Hirsch & Wexler (2007) confirma que as crianças manifestam dificuldades na compreensão de estruturas de elevação quer tenham ou não uma frase com experienciador. Estes resultados estão de acordo com o UPR, que prevê que estruturas de elevação de sujeito serão difíceis para as crianças. Os resultados não estão em conformidade com a UFH, que pressupõe que apenas quando existe um experienciador é que as crianças terão dificuldades na estrutura de elevação. Para estes autores, os dados fornecem evidência a favor da UPR como explicação maturacional para o atraso das crianças quer com estruturas de elevação quer com passivas verbais.

Na verdade, a UFH revela-se problemática ao apoiar-se em representações sintáticas muito específicas da passiva, como *smuggling* e *freezing*. Gehrke & Grillo (2009) apresentam várias críticas à existência de *smuggling* e, baseando-se a UFH nessa operação, é rejeitada pelos autores.⁸⁶

2.2.4 Estrutura passiva e efeitos de intervenção

Também relacionada com o movimento, outra noção relevante, no que à aquisição de passivas diz respeito, é a noção de intervenção: em certas operações ocorre um “efeito defetivo de intervenção” (Chomsky 2001). Este efeito seria responsável por impedir determinadas relações entre elementos, quando entre eles existe um outro interveniente com determinadas características.

A noção de intervenção relaciona-se com o princípio geral de localidade: Relativized Minimality (Minimalidade Relativizada) (Rizzi 1990), que também caracteriza o discurso dos adultos. Para Belletti & Rizzi (2010), os efeitos de intervenção podem ser anulados se se adotar determinadas estratégias que se tornam acessíveis numa fase posterior do desenvolvimento. Os autores centram-se nas estratégias usadas pelos adultos para evitar a intervenção em duas estruturas, relativas de objeto e passivas.

Estudos teóricos apresentaram a Minimalidade Relativizada como um princípio de localidade que dá conta dos efeitos de intervenção. Numa configuração como aquela que é representada em a):

⁸⁶ Ver Gehrke & Grillo (2009) para mais detalhes.

visível através do atraso na aquisição da passiva nos primeiros anos de aquisição sintática; mas assim que se desenvolve, as crianças e os adultos recorrem a este processo frequentemente.

2.1.4.1. Argument Intervention Hypothesis (Orfitelli 2012)

A hipótese adiantada por Orfitelli (2012), também baseada na noção de localidade, prevê que as crianças tenham dificuldades com estruturas que implicam movimento-A sobre um interveniente, nomeadamente as estruturas em que se viola a Minimalidade Relativizada (Rizzi 1990). A Argument Intervention Hypothesis (AIH) distancia-se de noções como *Smuggling* e *Freezing* e apresenta duas componentes básicas:

- a. para os adultos, as passivas verbais requerem algum tipo de operação sintática que permita ultrapassar restrições de localidade no movimento-A⁸⁹.
- b. as crianças não têm acesso a este mecanismo.

A partir das experiências que levou a cabo, Orfitelli (2012) verificou um atraso na aquisição de Subject to Subject Raising do tipo de *seem* e de passivas verbais com verbos não agentivos. Aliás, as crianças revelam um comportamento paralelo face às duas estruturas: quando uma se desenvolve o mesmo acontece com a outra; se uma está atrasada, a outra também está. Esta ligação, segundo a autora, comprova a existência de uma propriedade gramatical que está associada a ambas as estruturas e que causa as dificuldades: o movimento de um argumento sobre outro. Os dados confirmariam a AIH como uma explicação viável para o atraso na aquisição de passivas e de Subject to Subject Raising.

No que diz respeito ao bom desempenho em certas passivas, a autora propõe que as crianças recorreriam a uma leitura baseada na homofonia sintática, nos casos em que não há qualquer interveniente, como as construções adjetivais ou resultativas, dado que não possuem um argumento implícito.

⁸⁹ No original: “a. for adults, verbal passives and experiencer-type Subject to Subject Raising sentences (with *seem* and *appear*) require some (as of yet unspecified) syntactic operation that allows them to circumvent typical locality constraints on A-movement; b. children do not have recourse to this syntactic mechanism.” (Orfitelli 2012: 44)

2.2.5 Implicações do verbo auxiliar na aquisição da estrutura passiva

Volpato *et al.* (2011) testaram, para o italiano, a aquisição de passivas curtas e longas com verbos agentivos e não agentivos. Para além disso, introduziram uma nova variável: o verbo auxiliar. Em italiano, é possível criar-se passivas com os auxiliares *essere* e *venire*. Para além de terem constatado que as passivas com verbos agentivos são mais acessíveis do que as passivas com verbos não agentivos, viram também que a passiva curta acarreta menos dificuldades do que a passiva longa.

As autoras notaram ainda que a compreensão de passivas curtas com verbos não agentivos era superior com o verbo *venire*. Uma vez que este auxiliar apenas permite uma leitura verbal, as autoras concluem que as crianças dominam a interpretação da passiva desde cedo. Por sua vez, o verbo *essere* permite ambas as interpretações: verbal e adjetival. Tal facto poderá explicar as maiores dificuldades em passivas com o auxiliar *essere*, visto que as crianças hesitarão entre a interpretação verbal e a adjetival.

Para o português do Brasil, Júnior (2012) levanta a hipótese de a criança, numa fase inicial, ignorar as diferenças aspectuais relativas aos auxiliares *ser*, *estar* e *ficar* e dar maior relevância aos traços semânticos e aspectuais do particípio passado e à sua relação com o SN (objeto lógico). Tal facilitaria a compreensão de passivas verbais curtas que seriam então interpretadas como passivas estativas ou resultativas.

Júnior (2012) adianta que, na possibilidade de encararmos a passiva como a aquisição de diferentes tipos de particípio, a passiva estativa será a primeira a ser adquirida, no sentido em que não apresenta diferenças relativamente às construções de cópula, pois a criança interpretaria o particípio passado como um atributo, sem a necessidade de uma interpretação de qualquer evento implícito.

Para a criança ter sucesso na interpretação da passiva resultativa, já seria necessário estabelecer uma distinção entre particípios e adjetivos. O autor defende que, num primeiro momento, todos os particípios seriam representados no léxico como adjetivos, pelo que a especificação de um sintagma partP no léxico só ocorreria posteriormente. Depois de estabelecida a distinção, a criança conseguiria derivar a passiva resultativa.

No estudo experimental que levou a cabo com 24 crianças de cinco e seis anos, verificou que as passivas longas são mais complexas do que as curtas e que os verbos não agentivos são mais complexos que os agentivos.

Tendo como assunção que a construção resultativa fosse a mais relevante para a criança, Júnior (2012) levantou a possibilidade de a diferença entre verbos agentivos e não agentivos se esbater frente a verbos psicológicos que implicassem uma leitura resultativa, isto é, que permitissem um traço de afetação com mudança de estado do SN. Um dos estudos experimentais que levou a cabo mostrou precisamente que a impossibilidade de determinar a afetação do SN, com os verbos *ver*, *ouvir*, *admirar* e *respeitar* tornou a tarefa mais árdua para as crianças. Já com verbos psicológicos com SN que possuem o traço de afetação com mudança de estado (*assustar*, *magoar*, *irritar* e *animar*), o desempenho das crianças foi tão bom como com verbos agentivos.

O autor nota ainda que os resultados obtidos parecem mostrar que as crianças nem sempre recorrem à estratégia de atribuir o papel temático de agente ao primeiro SN, como proposto por Rubin (2006) para o português do Brasil. A criança já seria capaz, sim, de derivar certas passivas desde que disponível a leitura adjetival. Júnior (2012: 160) defende que, para português do Brasil, faz sentido falar-se de uma interpretação adjetiva das passivas curtas agentivas, como proposto por Borer & Wexler (1987) para o inglês, o que pode sugerir que a aquisição de passivas depende essencialmente da aquisição dos diferentes participios da língua. Isto significa que, independentemente de os auxiliares codificarem diferenças entre passivas eventivas, resultativas e estativas, as crianças derivariam a estrutura que exigisse menor custo computacional⁹⁰.

Assim, o autor propõe que a aquisição da passiva em português do Brasil seja feita de modo progressivo, havendo primeiramente a compreensão de passivas estativas, depois de passivas resultativas e, por fim, de passivas eventivas.

2.2.6 Resumo da secção

A Hipótese do Deficit de Cadeias-A apoia-se numa hipótese maturacional para explicar que, numa fase inicial, a criança não consegue atribuir um papel temático não localmente (o SN formaria uma cadeia com o seu vestígio), mas apenas nas situações em que a posição final seria uma posição argumental, uma vez que a criança se mostra capaz de formar outras cadeias com elementos *wh*- em posição A'. Borer & Wexler (1987) recorrem à homofonia existente entre passivas verbais e adjetivais (no inglês) para explicar a facilidade das crianças em lidar com passivas verbais.

⁹⁰ Remetemos para Júnior (2012) para um estudo sobre o processamento computacional da aquisição da passiva.

De um modo simplificado, podemos dizer que a EARH constitui um apuramento da ACDH, na medida em que parte das mesmas previsões relativamente à passiva, mas assume que a dificuldade das crianças surge quando não há um papel temático externo atribuído à posição de [Spec, v].

Wexler (2004) levanta um problema para a EARH, defendendo que as crianças obtêm bons resultados perante construções (com movimento) com o verbo *seem*, sem que este atribua papel temático a [Spec, v]. Assim, Wexler propõe a necessidade de uma fase universal (UPR), pensada dentro do conceito de fases do Programa Minimalista, e assume que as crianças (até aos seis anos) entenderiam todos os vP como fases fortes, tendo problemas com as frases passivas e inacusativos. O problema seria ultrapassado quando as crianças deixassem de entender os vP como fases fortes.

Hyams & Snyder (2005), reagindo à UPR, desenvolvem a UFH, em que assumem que as crianças estendem o princípio de *freezing* (Müller 1998) a todos os casos de movimento que impliquem *smuggling* (Collins 2005).

Na perspetiva de Collins (2005), as dificuldades na aquisição da passiva relacionam-se com a operação de movimento de VP *chunk* (*smuggling*) implicada nas passivas, que representaria custos acrescidos para as crianças e justificaria os atrasos na aquisição da estrutura em análise.

A seleção do auxiliar também pode constituir fundamento para explicar o atraso na compreensão de passivas. É o que mostram Volpato *et al.* (2011), baseadas em estudos que fazem a distinção entre os auxiliares *venire* e *essere*. No sentido oposto, Júnior (2012) fala na possibilidade de a criança, numa fase inicial, ignorar as diferenças aspectuais relativas aos auxiliares *ser*, *estar* e *ficar*, dando destaque ao participípio passado e à sua relação com o SN (objeto lógico).

Para além das explicações baseadas na sintaxe das construções passivas, a abordagem semântica também foi considerada no sentido de se explicar as dificuldades no campo da aquisição. É sobre essa perspetiva que incide a próxima secção.

2.3. A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem semântica

2.3.1 A interpretação do agente da passiva

Talvez pelo facto de a sua presença nem sempre ser efetivamente visível nas estruturas passivas, a representação do agente da passiva há muito tem sido alvo de

intenso debate. A sua interpretação é, aliás, apontada como possível explicação para as dificuldades com que se deparam as crianças quando com esta estrutura se confrontam. Neste sentido, Fox & Grodzinsky (1998) atribuem as dificuldades da criança face à passiva a uma interpretação inadequada do agente da passiva, defendendo ainda que estas se dissipam assim que o agente é eliminado. Na perspectiva dos autores, as crianças controlam todos os aspetos da passiva, exceto a transmissão do papel temático externo do predicado ao agente da passiva. Rejeitam, portanto, a predição de Borer & Wexler (1987) de que esta dificuldade se prende com a maturação de cadeias-A, apresentando três argumentos contra essa hipótese:

i) as crianças são bem-sucedidas em construções que implicam cadeias argumentais; conseguem, por exemplo, formar passivas *get* (que têm uma cadeia-A) desde cedo⁹¹.

ii) as crianças falham em construções que não contêm cadeias argumentais, mas mesmo assim têm bons desempenhos nas passivas;

iii) dados empíricos mostram que a dificuldade das crianças com as passivas (partindo do princípio de que existem) resultam de um problema específico que não está relacionado com cadeias argumentais.

Os autores baseiam-se nos resultados de experiências feitas que indicam que as propriedades temáticas do agente da passiva constituem a origem da dificuldade. Argumentam que as crianças não conseguem transmitir o papel temático externo do VP ao agente da passiva.

Fox & Grodzinsky (1998) apoiam-se ainda nas conclusões de Pierce (1992a) com dados do espanhol que revelam que as dificuldades das crianças estão relacionadas com outro fator que não o movimento de NP. Através de duas experiências, Pierce

⁹¹ Haegeman (1985) argumenta que *get* é um verbo inacusativo (de elevação) e uma passiva com *get* implica movimento de SN na sua derivação e uma cadeia-A na sua representação. Portanto, a passiva com *get* é idêntica à passiva dita canónica.

O inglês dispõe de dois verbos auxiliares para a produção de passivas: *be* e *get*. Brooks & Tomasello (1999) afirmam que a passiva com *get* é preferencialmente usada quando um paciente animado é afetado adversamente por uma entidade inanimada ou não agentiva. Por outro lado, a passiva *be* é tendencialmente utilizada quando uma entidade inanimada sofre uma mudança de estado mais neutra em que se desconhece o agente ou este é irrelevante.

Marchman *et al.* (1991) mostram a preferência das crianças por passivas com *get*, usando-as até duas vezes mais do que os adultos para descreverem uma cena. Meints (1995) indica que as passivas com *get* são menos frequentes no inglês britânico em comparação com o americano, quer em crianças quer em adultos, e são mais usadas no discurso oral informal.

testou a compreensão de crianças de passivas com sujeitos pré e pós-verbais em espanhol. Atentemos nos exemplos (6) e (7) de Pierce (1992a):

(6) Maria fue peinada por Juan.

(7) Fue peinada Maria por Juan.

Na teoria adotada por Pierce, assume-se que o exemplo (6) contém uma cadeia-A, mas não o exemplo (7). Neste exemplo, ao sujeito pós-verbal é atribuído caso nominativo diretamente à posição pós-verbal, sem que haja a formação de uma cadeia-A (Jaeggli 1986). Uma das predições de Pierce era de que as crianças mais novas teriam mais dificuldades na interpretação das passivas que apresentavam ordem SV do que na interpretação das que apresentavam ordem VS, de acordo com a ACDH e com a ideia de que os sujeitos pós-verbais da passiva sintática não formam uma cadeia-A com uma posição vazia. A partir das duas experiências, Pierce conclui que as crianças têm mais dificuldades com as passivas com sujeitos pós-verbais (que não exibem cadeias-A⁹²).

Assim, baseando-se nas conclusões de Pierce, Fox & Grodzinsky (1998) afirmam que o problema que as crianças exibem face às passivas é ultrapassado assim que o agente da passiva é eliminado. Para chegarem a esta conclusão, levaram a cabo uma experiência que se dividia em duas fases. A primeira tinha como objetivo verificar a validade dos resultados de Borer & Wexler (1987), ou seja, as crianças falham na interpretação de passivas com verbos não agentivos por não conseguirem formar cadeias-A⁹³, e conseguem interpretar passivas com verbos agentivos porque encaram essas construções como passivas adjetivais, que não implicam uma cadeia-A. Com a segunda fase, pretendiam averiguar a dificuldade das crianças com o agente da passiva. Nesta perspectiva, foram testadas várias frases: frases passivas longas com verbos agentivos (com auxiliar *be*), como em (8); frases ativas com verbos agentivos, como em (9); frases passivas longas com verbos agentivos (com auxiliar *get*), como em (10); frases ativas com verbos não agentivos, como em (11); frases passivas longas com verbos não agentivos como em (12); frases passivas curtas com verbos não agentivos como em (13). As frases testadas foram as que a seguir se apresentam⁹⁴:

⁹² Note-se que, de acordo com Burzio (1986) e Belletti (1982), estes sujeitos pós-verbais podem formar uma cadeia-A. Nesta perspectiva, os resultados estariam em conformidade com a ACDH e explicar-se-iam as dificuldades. De qualquer modo, a amostra de Pierce (18 crianças) é demasiado pequena para constituir evidência a favor ou contra a ACDH.

⁹³ Como as passivas com verbos não agentivos não formam boas passivas adjetivais, as crianças falham na sua interpretação.

⁹⁴ Os exemplos são de Fox & Grodzinsky (1998: 317).

- (8) The rock star is being chased by the koala bear.
- (9) The mouse is touching the little girl.
- (10) The boy is getting touched by the magician.
- (11) The pizza baker sees the buffalo.
- (12) The boy is seen by the horse.
- (13) The bear is seen.

Todas as frases são semanticamente reversíveis e têm apenas argumentos animados. Participaram no estudo experimental treze crianças, todas falantes nativas de inglês, testadas através de uma Tarefa de Juízo de Valor de Verdade (Crain & McKee 1986). Os resultados obtidos são os que a seguir se apresentam⁹⁵:

passivas longas com verbos agentivos com <i>be</i>	100%
ativas com verbos agentivos	100%
passivas longas com verbos agentivos com <i>get</i>	100%
ativas com verbos não agentivos	100%
passivas longas com verbos não agentivos	46,1%
passivas curtas com verbos não agentivos	86,5%

Tabela 3. Resultados obtidos por Fox & Grodzinsky (1998).

O desempenho nos quatro primeiros contextos é idêntico ao de um adulto, ou seja, houve 100% de respostas corretas, o que demonstra a capacidade interpretativa das crianças com passivas e ativas com verbos agentivos. Já com a passiva longa com verbo não agentivo a percentagem é de 46,1%, enquanto com a passiva curta com verbo não agentivo é de 86,5%. Segundo os autores, estes resultados implicam a rejeição da Hipótese de Deficit da Cadeia Argumental (ACDH), porque indiciam que o problema reside na interpretação do agente da passiva e não na formação da própria cadeia-A. Parece-nos, no entanto, que esta análise não é refinada uma vez que agrupa crianças de várias idades (3;6 – 5;5 anos).

Numa etapa seguinte, Fox & Grodzinsky (1998) dividiram estas crianças em três grupos. Do primeiro faziam parte duas crianças com comportamento igual ao dos

⁹⁵ Fox & Grodzinsky (1998: 317).

adultos, do segundo, oito crianças que revelaram dificuldades na interpretação do agente e do terceiro três que apresentaram dificuldades com passivas curtas com verbos não agentivos. O primeiro grupo foi posto de parte, por não oferecer dados relevantes, segundo os autores. Na verdade, estes dados podem revelar-se interessantes, na medida em que mostram que as dificuldades não são universais, tal como já foi constatado por vários autores (Demuth 1989; Allen & Crago 1996; Rubin 2009). O terceiro grupo foi considerado problemático para esta hipótese, por apresentar problemas que não estão relacionados com o agente da passiva. Ao excluir estes dois grupos, parece-nos que os autores optaram por considerar apenas o grupo que, de algum modo, serve a hipótese por eles formulada, o que pode ser questionável.

Os autores centraram-se no grupo 2, que engloba as crianças cujos resultados mostravam que a presença ou a ausência do agente tinha implicações na compreensão da frase. As crianças apenas têm problemas com passivas com verbos não agentivos sempre que existe um agente da passiva expresso. Então, para os autores, tornou-se necessário descobrir que mecanismo é indispensável para interpretar passivas não agentivas apenas quando o agente está presente.

A natureza precisa da transmissão temática constituiu, desde há muito, um tópico de alargado debate (cf. Baker, Johnson & Roberts 1989; Grimshaw 1990). A literatura indica que a interpretação de passivas longas com verbos não agentivos tem de incluir um mecanismo (de transmissão temática/papel temático) que transfere o papel temático externo do predicado ao agente da passiva.

Para Fox & Grodzinsky (1998), tendo em conta os seus propósitos, são apenas necessárias duas propriedades da transmissão temática: a transmissão temática é tematicamente ilimitada (o agente da passiva assume qualquer papel temático, desde que seja o atribuído ao argumento externo do predicado em questão); e o argumento externo da passiva tem uma realização implícita, mesmo quando não é realizado através de um agente da passiva.

As crianças revelam dificuldades na transmissão do papel temático externo à *by-phrase*. Com predicados agentivos, a preposição *by* atribuirá o papel de *affector* (agente, instrumento, possuidor...) ao NP. No entanto, com predicados não agentivos, o papel temático de *affector* não é compatível com o papel temático atribuído pelo predicado. É esta incompatibilidade semântica que explica o fraco desempenho na interpretação de passivas longas com verbos não agentivos.

Em certas circunstâncias, o papel temático que *by* atribui ao seu complemento é determinado não pelo predicado mas pelas propriedades semânticas de *by*. A explicação de Fox & Grodzinsky (1998) para o desempenho das crianças em relação às passivas com verbos agentivos irá basear-se nesta ideia. É, por isso, importante delinear as propriedades de *by* como um atribuidor independente de papel temático. O comportamento de *by* é diferente quando estamos perante passivas verbais ou nominalizações. Com passivas verbais, o constituinte *by* recebe o papel temático do argumento externo; nas nominalizações⁹⁶, o constituinte *by* é tematicamente limitado (só pode ser interpretado como agente (14), instrumento (15) ou possuidor (16):⁹⁷

(14) The refugees were imprisoned by the government.

the imprisonment of refugees by the government

(15) The city was destroyed by lightning.

the destruction of the city by lightning

(16) book/article/painting by John

CK1 by Calvin Klein

(17) Harry was feared by John.

the fear of Harry *by John

Analisando as nominalizações, Fox & Grodzinsky (1998: 326) defendem que “in nominals a *by*-phrase can receive an affector theta-role without the process of theta-transmission. From this we conclude that the complement of *by* can always receive an affector theta-role without theta-transmission”.

Para os autores, as dificuldades das crianças na compreensão de passivas não agentivas longas deverão estar relacionadas com a operação que transfere o papel temático do sujeito ao constituinte *by* ou com a aplicação dessa operação no contexto específico das construções passivas. Para Fox & Grodzinsky (1998), uma hipótese será

⁹⁶ Nas nominalizações, a transmissão temática é bloqueada. Tal não acontece, porém, quando o papel de *affector* é atribuído diretamente ao oblíquo (*the imprisonment of refugees by the government*). Então, a diferença entre as passivas verbais e as nominalizações no que respeita ao constituinte *by* assenta no facto de nas primeiras o constituinte *by* poder ser interpretado através da transmissão temática, sem restrições temáticas, enquanto nas nominalizações a transmissão temática não é uma opção. Assim, a única maneira de interpretar o constituinte *by* é através de uma atribuição de papel temático independente pela preposição *by* e o único papel disponível é o de *affector*. Assim, se *by* pode atribuir o papel temático de *affector* em nominalizações também o poderá fazer em passivas verbais. É o que demonstram precisamente as passivas com *get*, em que o constituinte *by* é licenciado apesar de não haver um argumento externo implícito. Nas passivas *get*, ao contrário das passivas *be*, o argumento de VP não tem uma realização implícita. É a preposição *by* que atribui o papel temático ao seu complemento, independentemente da transmissão temática.

⁹⁷ Exemplos de Jaeggli (1986: 599, 606).

assumir que a transmissão temática implica uma dependência similar àquela que é criada pelo movimento. Se for esse o caso, é possível que as crianças não consigam lidar com uma representação sintática contendo mais do que uma dependência. O processamento pode ultrapassar a sua capacidade. No entanto, as crianças conseguem, por exemplo, processar estruturas com extração de objetos (que implicam uma dependência dupla). Seria necessário distinguir diferentes tipos de dependências duplas. É possível que as crianças apenas tenham problemas com o *cruzamento* de dependências.⁹⁸

A conclusão a que chegam os autores é que a falha na interpretação de passivas ocorre quando o processo de transmissão temática é obrigatório – só em passivas com constituintes *by* que não são *affectedors*. As dificuldades de interpretação não se manifestam com passivas agentivas com *be* ou passivas com *get*, porque em ambas as construções há uma atribuição direta do papel temático.

Hirsch & Wexler (2006) vieram rebater esta proposta de Fox & Grodzinsky (1998), baseando-se também em dados do inglês. Para aqueles autores, e de acordo com evidência do *corpus* CHILDES (MacWhinney 1995), não há dados para indicar que as crianças reconhecem que a preposição *by* atribui papel temático de agente independente da transmissão temática. Analisaram, a partir do *corpus* referido, o *input* e o *output* de 1051 crianças falantes de inglês que continham a preposição *by*. Nenhuma das crianças produziu qualquer *by-phrase*, nem ouviu qualquer nominalização com *by-phrase*. No *corpus*, eram muitos os exemplos de *by* com conteúdos semânticos diversos (*by* locativo, *by* temporal), não havendo qualquer registo de *by* com leitura agentiva no discurso das crianças ou a elas dirigido.

Para além dessa análise baseada no *corpus*, Hirsch & Wexler (2006) aplicaram testes para verificar se as crianças de 3, 4 e 5 anos percebiam as nominalizações com *by* e com *about*, como nos exemplos seguintes:

⁹⁸ Cerejeira (2009) estudou a aquisição de interrogativas de sujeito e de objeto em português europeu, tendo verificado que há uma assimetria entre relativas de sujeito e de objeto uma vez que estas são adquiridas mais tardiamente. Portanto, será a natureza da dependência (especialmente a intervenção de um argumento) o fator mais importante e não o tipo de estrutura ou a natureza do movimento. Também Friedmann & Costa (2010) testaram a compreensão de dependências do mesmo tipo em contextos de coordenação e apuraram resultados semelhantes. Friedmann, Belletti & Rizzi (2009) mostraram que os resultados obtidos pelas crianças relativamente à compreensão de relativas de objeto melhoram bastante se o alvo e o interveniente forem dissemelhantes estruturalmente.

(18) A story by Minnie

(19) A story about Minnie

Os autores verificaram que as crianças percebem as nominalizações construídas com *about*, mas não com *by*, situando-se o desempenho perante esta última construção à volta dos 30%. A sua atuação não se revela ao nível do acaso, havendo antes a interpretação de *by* como *about*. Diferenças significativas no que diz respeito à idade não se fizeram sentir. No *corpus* CHILDES, surge *about* no *input*, mas não *by*. As crianças não interpretam as nominalizações com *by* como agentivas, analisam aquelas nominalizações como referentes ao nome adjacente, ou seja, como tema. Assim, a nominalização *a story by Minnie* é interpretada como *a story about Minnie*.

Estes dados levantam problemas à hipótese de Fox & Grodzinsky, precisamente porque mostram que as crianças analisam *by* como tema e não como agente. Hirsch & Wexler (2006) concluem que a única interpretação que as crianças dão a *by*, para além de ser locativo e temporal, é a de tema.

Além disso, criticam Fox & Grodzinsky por os resultados dizerem respeito somente a oito crianças e por haver apenas quatro verbos por cada condição. Outra crítica relaciona-se com a inexistência de qualquer replicação posterior dos seus dados.

Hirsch & Wexler (2006) testaram 140 crianças que tiveram um desempenho ao nível do acaso com passivas curtas com verbos psicológicos. Uma vez que está reportado que as crianças têm problemas com passivas curtas com verbos psicológicos, não há razão para acreditar que o fraco desempenho com passivas longas com verbos psicológicos se deve à *by-phrase*. Portanto, as teorias que tentam explicar as dificuldades com a passiva recorrendo à interpretação da *by-phrase* não podem estar corretas. Segundo os dados dos autores, as passivas curtas, sejam agentivas ou não, não são mais facilmente compreendidas do que as suas contrapartidas longas⁹⁹. Na verdade:

As no evidence for Fox and Grodzinsky's by-phrase theory was obtained from either the CHILDES data or the by-about experiment, we were drawn to reconsider the validity of these authors' claim that children comprehend truncated psychological passives. As it turns out, there are many reasons to question this claim. Hirsch & Wexler (2006: 9)

⁹⁹ Na secção 3.1.1 deste trabalho, mostramos dados do português europeu que apontam no mesmo sentido.

Tendo falhado, segundo os autores, a teoria defendida por Fox & Grodzinsky, para explicar os atrasos na aquisição das passivas, o único caminho que encontram para explorar esses atrasos assenta nas teorias maturacionais.

2.3.2 Restrições semânticas na aquisição da estrutura passiva

Numa perspectiva diferente, Pinker *et al.* (1987) defendem que a aquisição da passiva em inglês representa um problema para a teoria da aprendizagem. Este trabalho de Pinker *et al.* surge com base na questão seguinte: se as crianças não recebem evidência negativa para dizer que sequências são agramaticais, o que as impede de sobregeneralizarem uma regra produtiva de passivas com verbos que constituem exceção? Aparentemente, a solução seria as crianças serem conservadoras, ou seja, só passivizavam verbos que já tivessem ouvido na forma passiva. Os autores refutam esta possibilidade visto que as crianças produzem construções passivas que nunca teriam ouvido no *input*.

Uma alternativa seria as crianças, em dada altura, terem acesso a uma restrição semântica que distinguiria verbos passivizáveis de verbos não passivizáveis. A partir de duas experiências, os autores mostram que as crianças não possuem uma restrição semântica absoluta que as proíba de passivizar certos verbos. Assim, concluem que a tendência para passivizar depende do mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais especificados pelo verbo.

Quando as crianças começam a falar, generalizam a partir de uma amostra finita do discurso do adulto para uma linguagem imensa. Como não têm acesso sistemático a evidência negativa, torna-se necessário explicar por que motivo as crianças eliminam as sobregeneralizações criadas por uma regra produtiva, ou como evitam fazer essas generalizações.

Para tentar responder à pergunta, Pinker *et al.* (1987) investigaram três hipóteses: a conservadora, a produtiva e a produtiva limitada. Se as crianças forem conservadoras, produzirão e compreenderão os verbos apenas na diátese em que tiverem sido ensinados. Se estiver disponível uma regra produtiva para passivas que se aplique a todos os verbos transitivos, deverão ser capazes de produzir e compreender todos os verbos na ativa e na passiva, independentemente da diátese em que tiverem sido ensinados. Se tiverem acesso a uma regra produtiva para passivas que se aplique a todos os verbos transitivos que denotem ações ou que tenham argumentos como agentes e

pacientes, deverão compreender e produzir os verbos agentivos ensinados e não ensinados, mas apenas os verbos de percepção ensinados.

Na experiência levada a cabo, os autores recorreram a dois métodos diferentes que visam avaliar a produtividade da construção passiva. Primeiramente, examinaram transcrições de discurso espontâneo para averiguar se as crianças produziam com regularidade passivas que nunca poderiam ter ouvido no *input*. Depois, expuseram crianças a novos verbos na ativa e na passiva e testaram a sua habilidade para produzir cada verbo na voz em que o tinha ouvido e, mais importante, na voz em que o verbo nunca tinha sido usado. Nas experiências, os autores alteraram a semântica do verbo (verbos agentivos *vs* verbos não agentivos) para certificar que a tendência da criança para passivizar, se existe, é sensível às restrições que se impõem nos domínios de passivização dos adultos.

Neste estudo, os autores examinaram as produções de quatro crianças para ver a prevalência de construções passivas e examinaram também relatórios sobre inovação verbal em crianças, nomeadamente com causativas e formação adnominal de verbos.

Nestas circunstâncias, o primeiro tipo de erro ocorre quando as crianças produzem o particípio de forma incorreta (*It's brooked*), apesar de na gramática do adulto haver uma forma disponível. Para os autores, este erro constitui evidência a favor da produtividade. Outro erro consiste na passivização de verbos que não são transitivos em inglês.

Na primeira experiência, os autores ensinaram quatro verbos às crianças: dois em construções passivas e dois em ativas. Na passiva e na ativa, testou-se verbos agentivos e verbos de percepção, quer ao nível da compreensão quer da produção. Segundo os autores, a tarefa de compreensão é menos exigente para a criança e, por vezes, basta prestar atenção à morfologia do verbo ou ao auxiliar para se garantir uma prestação acima do acaso.

Os autores constataram que as crianças foram altamente produtivas, demonstrando possuir uma regra produtiva de passivização para aplicar na produção e na compreensão. As crianças não restringiram a passivização produtiva a predicados com verbos agentivos¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Também Brooks & Tomasello (1999) alertaram para a importância do *input*, mostrando que crianças com menos de três anos conseguem aprender a usar passivas de forma produtiva.

Pinker *et al.* (1987), depois de analisados os resultados, põem de lado a hipótese conservadora, uma vez que as crianças revelaram criatividade nas suas produções. Concluem que as crianças utilizam a regra de produção de passivas de forma produtiva, mostrando-se, no entanto, sensíveis ao mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais dentro de subclasses verbais. Estas restrições ligam-se à Restrição sobre a Hierarquia Temática (Jackendoff 1972)¹⁰¹ que prevê que o mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais especificadas pelo verbo impede uma sobregeneralização da regra de produção de passivas por parte das crianças. Esta condição, no entanto, não resolve o problema de aprendizagem de que falam Pinker *et al.* (1987), visto que não explica o motivo por que alguns verbos que marcam o sujeito como agente apresentam uma construção passiva e outros não.

No que à Hierarquia Temática diz respeito, Jackendoff (1972) tenta explicar por que motivo apenas alguns verbos passivizam. Assim, para o autor, é a atribuição do papel temático, e não a interpretação do predicado, que governa a construção passiva. O autor propõe a existência de uma hierarquia de relações temáticas e uma restrição para que, na estrutura passiva, o agente da passiva esteja mais baixo do que o sujeito na hierarquia:

- Tema > Lugar/Fonte/Objetivo > Agente

Esta Restrição sobre a Hierarquia Temática (Thematic Hierarchy Constraint, THC) dá conta do motivo pelo qual verbos ambíguos entre uma leitura agentiva e espacial (ex. *cobrir*) na ativa são claramente agentivos na passiva. Nesta interpretação, Jackendoff (1972) não refere as passivas curtas, mas é fácil estender a THC a este contexto. Estas passivas, não tendo um sujeito expresso explicitamente, apresentam um sujeito implícito. Pode-se assumir que os participios em passivas curtas implicam um argumento que corresponde a um sujeito, mas que não está mapeado pelo agente da passiva, mas sim numa função gramatical nula (Bresnam 1982). Esta função nula e a função de agente da passiva teriam a mesma função na delimitação gramatical das passivas no campo da THC.

¹⁰¹ Na literatura, existe consenso sobre a utilidade teórica de uma hierarquia de papéis temáticos dado que ela justificaria a impossibilidade de certos alinhamentos quando coocorrem argumentos com determinados papéis temáticos. No entanto, não existe unanimidade quer relativamente aos papéis temáticos a considerar quer relativamente à hierarquização.

A THC é corroborada pelo facto de a construção passiva ser sensível ao mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais; e as crianças estão sujeitas a esta restrição. Porém, Pinker *et al.* (1987) criticam esta hipótese, porque prevê que qualquer verbo não agentivo apenas é passivizável em função de o respetivo tema ser mapeado através das funções do sujeito passivo e do oblíquo. Pinker *et al.* descobriram que apesar de as crianças preferirem vagamente passivas com verbos de lugar que tenham sujeitos como tema, tal como previsto pela THC, também verificaram que as crianças preferiam verbos agentivos a verbos não agentivos, o que é consistente com a teoria do núcleo temático, mas não com a THC.

Um ponto que talvez deva ser questionado em Pinker *et al.* (1987) assenta na afirmação de que a criança não recebe evidência negativa do *input*. Segundo Pinker *et al.* (1987: 196):

When children learn to speak, they generalize from a finite sample of adult speech to an infinitely large language. How they succeed is the most important problem in language acquisition research. It is a particularly difficult problem because children have no systematic access to *negative evidence*: information about which strings of words are not grammatical sentences in the language. Children are neither corrected nor miscomprehended more often when they speak ungrammatically (Brown & Hanlon, 1970; Hirsh-Pasek, Treiman, & Schneiderman, 1984), and anecdotal evidence suggests that they pay no attention when they are corrected (Braine, 1971; McNeill, 1966). The absence of negative evidence makes acquisition difficult for the following reason: if the child hypothesizes a rule system generating a language that is a superset of the target language, the *input*, strictly speaking, can never tell the child he or she is wrong (Gold 1967; Osherson, Stob e Weinstein 1985; Pinker 1979).

Na verdade, parece-nos que o facto de os próprios adultos não passivizarem determinados tipos de verbos pode constituir uma espécie de evidência negativa que tem de ser tida em consideração.¹⁰² É certo que à criança não são ensinados os verbos que são passivizáveis. No entanto, ela poderá talvez deduzir que certos verbos não surgem em estruturas passivas pelo simples facto de não receber *input* nesse sentido.

Como referimos, a regra de passivização das crianças é sensível ao mapeamento entre papéis temáticos e funções gramaticais. No entanto, parece-nos que a THC falha

¹⁰² Para Gabriel (2001: 189), “(...) a ausência de evidências negativas explícitas, tais como um adulto dizendo à criança que determinada construção não é gramatical em uma língua, não implica em ausência de evidências negativas implícitas ou indiretas, tais como a não ocorrência de uma forma possível (mas não usada) na linguagem do adulto (por exemplo *O leão foi carinhado pelo domador*, mas sim *O leão foi acariciado pelo domador*)”.

na tentativa de explicar o motivo por que alguns verbos que apresentam o sujeito como agente podem surgir em estruturas passivas e outros não.

2.3.3 A transitividade semântica da estrutura passiva

Questões relacionadas com a transitividade semântica poderão ter também implicações na interpretação da estrutura passiva. Maratsos *et al.* (1985) desenvolveram um estudo que visava testar a compreensão de passivas com verbos agentivos e passivas com verbos não agentivos¹⁰³. No estudo levado a cabo, as crianças (de quatro e cinco anos) revelaram-se mais eficazes na interpretação de passivas com verbos agentivos do que em passivas com verbos não agentivos, apesar de compreenderem as ativas correspondentes da mesma forma. Para os autores, o problema é específico das passivas e não de dificuldades de processamento aliadas aos verbos não agentivos, visto existir um idêntico nível de desempenho quando estão perante as ativas¹⁰⁴. Os autores levantam ainda a hipótese de a habituação ao teste poder originar melhores resultados nos itens que surgem na parte final do teste. No entanto, indicam que, aparentemente, a prática não faz diferença. Apesar da variedade de métodos, as crianças, consistentemente, compreendem melhor as passivas com verbos agentivos do que com verbos não agentivos, sendo esta diferença persistente. Aos sete anos, as crianças ainda revelam algumas dificuldades com passivas com verbos não agentivos.

Como já referimos, os resultados obtidos apontam para uma melhor compreensão de passivas com verbos agentivos por parte das crianças. No centro do estudo, está a ideia de que as crianças têm por base núcleos semânticos de transitividade que constituem um auxílio quando têm de produzir passivas. Os autores afirmam que a regra de passivização das crianças aplicar-se-á preferencialmente a relações semanticamente transitivas, no sentido de Hopper & Thompson (1980), segundo os quais, verbos altamente transitivos implicam dois participantes: um agente (sujeito) volitivo e um objeto que é totalmente afetado pela ação.

Maratsos *et al.* (1985) sugerem que os verbos se colocam num *continuum* de transitividade, que se organiza do seguinte modo:

[+transitivo]

verbos que resultam numa mudança de estado;

¹⁰³ Os verbos testados foram *see, hear, like, love, hate, remember*.

¹⁰⁴ Os dados que obtivemos a partir das experiências 2 e 3 mostram resultados diferentes, como podemos ver nas secções 3.1.2 e 3.1.3).

verbos que não resultam em mudança de estado;
 verbos de percepção com *stimulus subjects*;
 verbos de percepção com sujeitos experienciadores;
 verbos de relações estáticas que não passivizam (em inglês).

[-transitivo]

Importa retomar aqui o conceito de transitividade, que é apresentado por Hopper & Thompson (1980) como um *continuum*, o que faz com que as orações possam ser caracterizadas como mais ou menos transitivas. As Componentes de Transitividade propostas pelos autores constam do quadro seguinte:

Componentes	Transitividade Elevada	Transitividade Baixa
A. Participantes	2 ou mais participantes, A(agente) e O(objeto)	1 participante
B. Cinese	ação	não ação
C. Apeto	télico	atélico
D. Pontualidade	pontual	não pontual
E. Volição	intencional	não intencional
F. Afirmação	afirmativa	negativa
G. Modo	real	irreal
H. Agente	agente elevado em potência	agente baixo em potência
I. Afetação do objeto	objeto totalmente afetado	objeto não afetado
J. Individualização do objeto	objeto altamente individualizado	objeto não individualizado

Quadro 6. Componentes de Transitividade, Hopper & Thompson (1980: 252).

A noção de transitividade relaciona-se com a questão de a diátese ser passiva ou ativa. Uma frase é prototipicamente ativa se tiver elevada transitividade: um agente animado age sobre um objeto afetado pela ação.

A partir destes autores, podemos ver a relação entre ativas e passivas como um *continuum*: num extremo temos frases que apresentam Componentes de Baixa Transitividade (*A música está composta.*) e no outro temos frases com Componentes de Transitividade Elevada (*Os rapazes leram os livros.*)

Ainda numa perspectiva semântica, Meints (1995) defende a ideia de que as construções passivas exibem efeitos de prototypicalidade, propondo também uma abordagem semântica e conceptual para a aquisição de passivas. Os resultados obtidos no estudo que levou avante permitiram que Meints (1995) concluísse que:

The internal structure of the action expressed by the verb played a crucial role in the comprehension and production of the English passive. The higher the degree of implicit actionality and punctuality of the action, the more obviously the action brings about a visible result, and the more direct the contact between patient and agent, the more the production and the comprehension of the passive is facilitated. (Meints 1995: 76)

Estas conclusões vêm corroborar a proposta de Hopper & Thompson (1980) relativa às Componentes da Transitividade, uma vez que a existência de dois participantes numa ação que ocorre pontualmente apontam para uma cena de elevada transitividade que será mais facilmente interpretada pelas crianças.

Como vemos, a abordagem semântica abre vastos campos de análise no que à construção passiva diz respeito.

2.3.4 O mapeamento entre papéis semânticos e funções sintáticas

Atentemos então na ideia de que a semântica assume um papel de relevo na aquisição da linguagem. Os defensores da Hipótese de *Bootstrapping* Semântico (Semantic Bootstrapping Hypothesis) defendem que as crianças têm conhecimentos inatos na área da semântica que as ajudam na aquisição da sintaxe (Grimshaw 1981; Pinker 1984). A categorização das palavras em classes sintáticas e a identificação das funções sintáticas na frase estão intimamente relacionadas com a respetiva interpretação semântica. O *bootstrapping* semântico tem um papel importante na medida em que se assume que as crianças recorrem às noções canónicas de sujeito e objeto para a interpretação de todas as frases. Na verdade, as crianças tendem a associar determinados papéis temáticos a funções sintáticas específicas: deste ponto de vista, a um sujeito corresponde um agente e a um objeto corresponde um tema/paciente. Esta assunção ajuda as crianças a determinar a ordem de palavras, sendo esta uma boa estratégia, dado que papéis semânticos e funções sintáticas se encontram geralmente alinhados. Como resultado, esta associação, já mencionada, constitui regra nas mais variadas línguas (Baker 1996).

Na Hierarquia Temática proposta por Jackendoff (1972), no início estará o tema e no final da hierarquia o agente no que à passiva diz respeito. O problema surge precisamente porque a construção passiva constitui uma exceção à regra, havendo, portanto, uma não correspondência entre sintaxe e semântica. Deste modo se explica que as crianças que ainda não adquiriram a sintaxe relevante interpretam as passivas

reversíveis como se fossem frases ativas, analisando o primeiro SN como o agente da ação (Maratsos 1974; Rubin 2009).

Tendo por base evidência deste tipo, Hyams & Snyder (2005) referem que a falha na interpretação resulta da ordem marcada dos papéis temáticos. Propõem a Canonical Alignment Hypothesis (CAH), que postula que na gramática inicial qualquer argumento externo tem de estar na posição de sujeito (Spec, IP). Não são as cadeias-A *per se* que levantam problemas, mas apenas aquelas que violam o CAH. Se as crianças têm dificuldades com este mapeamento entre sintaxe e semântica, então deveriam ter um bom desempenho em passivas em que a ordem canónica dos papéis temáticos se mantém.

Kirby (2010) testa o modo como as crianças fazem esta associação entre papéis temáticos e funções sintáticas. A autora reconhece a importância de primeiro se apresentar às crianças exemplos de frases na forma ativa com verbos transitivos agentivos, uma vez que é sobre estas estruturas que as crianças constroem o seu conhecimento linguístico. Só depois é que seria possível a existência de extrapolação, através da identificação de sujeitos e objetos aos quais não estão atribuídos os papéis temáticos habituais.

Neste sentido, as crianças teriam um bom desempenho perante passivas que apresentassem o alinhamento prototípico de papéis temáticos. Tais passivas podem ser encontradas em subordinadas com verbos de elevação¹⁰⁵. Nesta construção, o objeto

¹⁰⁵ Convém aqui distinguir a estrutura de controlo e a estrutura de elevação. Nos casos em que uma completiva ocorre como complemento de um verbo, o seu sujeito sem realização lexical tem geralmente a sua referência associada a um dos argumentos do verbo da frase superior. Quando é o sujeito da frase superior que controla a referência do sujeito foneticamente nulo da completiva de infinitivo não flexionado, estamos perante uma construção de controlo de sujeito (Mateus *et al.* 2003: 632):

i. [Os professores]_i pensam [-]_i concluir a avaliação na próxima semana.

Por sua vez, “quando é o objeto direto da frase superior que fixa a referência do sujeito sem realização lexical da completiva de infinitivo não flexionado, a construção denomina-se de controlo de objeto” (Mateus *et al.* 2003: 632):

ii. [Os professores]_i autorizaram [os alunos]_j a[-]_j realizar o teste durante as férias de semestre.

Já a estrutura de elevação surge quando alguns verbos que não selecionam argumento externo se constroem com uma completiva não finita de infinitivo flexionado, permitindo que o constituinte interpretado como sujeito da completiva tenha a relação gramatical de sujeito da frase superior, como em:

iii. [Os organizadores]_i parecem [v]_i ter adiado o congresso. (Mateus *et al.* 2003: 634)

O constituinte [*os organizadores*]_i é selecionado como argumento pelo verbo *adiar*, ocorrendo na posição de sujeito da frase superior, desencadeando o processo de concordância do verbo *parecer*.

Dado que “é interpretado como argumento do verbo encaixado e não do verbo *parecer*, considera-se que o constituinte que ocorre como sujeito da frase superior numa construção de Elevação é deslocado para essa posição, deixando um vestígio nas posições relevantes da completiva. Esta análise prediz corretamente que uma construção de Elevação só seja legítima quando a completiva é de infinitivo não flexionado, dados os requisitos de localidade a que estão sujeitos os vestígios deixados por Movimento-A.” (Mateus *et al.* 2003: 634)

semântico comporta-se como objeto sintático: *Scott* é o paciente semântico de *beijar* e o objeto sintático de *want* (Kirby 2010: 110):

(20) Olivia wanted/needed Scott_i [t_i to be kissed t_i by Misha]

Pelo contrário, as passivas que surgem em orações encaixadas com verbos de controlo de objeto funcionam sintaticamente como as passivas matrizes: a oração encaixada, com o seu sujeito PRO, é essencialmente uma passiva matriz no que respeita ao alinhamento entre sintaxe e semântica (Kirby 2010: 110):

(21) Olivia asked/told Scott_j [PRO_j to be kissed t_j by Misha]

A comparação entre desempenho com passivas encaixadas e o desempenho com orações matrizes torna-se fundamental. Se os problemas com as passivas se deverem à CAH, o desempenho nas passivas com orações encaixadas com verbos de elevação deve ser melhor do que nas passivas matrizes. Este, por sua vez, deve ser semelhante ao das passivas com verbos de controlo de objeto em orações encaixadas. Pelo contrário, se os problemas se deverem à interpretação de cadeias argumentais não triviais, o desempenho deve ser idêntico nos vários tipos de orações.

Depois de testadas crianças de quatro e cinco anos, através de uma Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade, Kirby (2010) verificou que crianças de quatro anos falantes de inglês falham na compreensão de passivas matrizes ou passivas encaixadas com verbos de controlo de objeto, interpretando-as como ativas. A percentagem de acerto foi 64.6% no primeiro contexto e de 50% no segundo. Mas até as crianças de quatro anos tiveram um bom desempenho em passivas encaixadas em orações com verbos de elevação: 75%. Estas orações são mais longas e mais complexas do que as orações passivas matrizes. Os resultados obtidos pela autora foram os seguintes:

	Passivas matrizes	Passivas encaixadas com verbos de controlo de objeto	Passivas encaixadas com verbos de elevação
4 anos	64.6%	50%	75%
5 anos	79.2%	64.6%	79.2%

Tabela 4. Resultados obtidos por Kirby (2010).

Esta evidência leva a autora a retomar a noção de *semantic scaffolding* (Kirby 2009) que prediz que as crianças recorrem à semântica para ajudar na interpretação de representações sintáticas. À estratégia do *semantic scaffolding* está subjacente a tendência para a correspondência canónica entre semântica e sintaxe, tal como previsto

pela *Canonical Alignment Hypothesis* (CAH). Assim, a interpretação que as crianças fazem das passivas não assenta na inabilidade para formação de cadeias-A, mas na interação entre sintaxe e papéis temáticos.

A partir de trabalhos como os de Maratsos *et al.* (1974), também Rubin (2009) assumiu a hipótese de que crianças interpretam a passiva como ativa e, nas próprias palavras da autora:

Essa hipótese tem força porque a estrutura adotada para explicar a passiva é semelhante à da ativa. Essa é a proposta de Boeckx (1998). Para ele, ativa e passiva possuem em sua estrutura um verbo leve fonologicamente nulo, e dessa forma, ambas as estruturas possuem argumento externo e Caso acusativo, e se constroem de forma semelhante até um determinado ponto da derivação. A diferença é que na ativa, o DP/NP sujeito lógico possui Caso nominativo, e o checa em T, e o DP/NP objeto lógico possui Caso acusativo, e o checa em v; e na passiva se dá o contrário: o DP/NP sujeito lógico possui Caso acusativo, e o objeto lógico possui Caso nominativo. Portanto, para formar a ativa, o DP/NP nominativo tem que ser concatenado em [spec v], e o DP/NP acusativo, como complemento de V; e para formar a passiva, o contrário: o elemento com Caso acusativo, pro, tem que ocupar [spec, v], e o DP/NP nominativo é o complemento de V. Minha hipótese de que a passiva reversível é interpretada como ativa é explicada pelo fato de que, ao ouvir a passiva, o indivíduo interpreta o primeiro DP/NP como agente/causador da ação/não-ação, e por isso concatena o nominal agente/causador/nominativo em [spec,v], e o nominal tema/paciente/oblíquo, interpretado como acusativo, como complemento de V, formando, portanto, uma sentença ativa. Rubin (2009: 170)

Rubin (2009) mostra que a análise individual de resultados que dizem respeito à aquisição de passivas se revelará ser útil. A partir dos dados recolhidos, considera que poderá haver um estágio no seu desenvolvimento em que a criança interpreta a frase passiva como se fosse uma construção ativa. A evidência que leva ao levantamento desta hipótese assenta no facto de existirem 72% das crianças, de cinco e seis anos, que apresentam resultados abaixo do nível do acaso, pelo que revelam não compreender as passivas longas: trocam sistematicamente os papéis temáticos dos SN, interpretando o paciente do primeiro SN da passiva como o agente da ação, e o agente do segundo SN como o paciente, a ordem linear de uma frase ativa.

Na interpretação de passivas, os resultados ao nível do acaso parecem ser distintos dos resultados abaixo do nível do acaso. Uma vez que estes indicariam a interpretação da passiva como ativa, aqueles apontariam para algo diferente: uma incerteza no modo como interpretar passivas. Esta hipótese surge a partir da diferença entre ambos os tipos de resultados na interpretação de passivas longas.

Há uma percentagem considerável de crianças que compreendem a construção passiva (27.08%) e uma percentagem mais elevada (52.08%) compreende passivas curtas. Estes números indicam que, se tivermos em conta desempenhos individuais quando tratamos a aquisição da passiva, a assunção de que é um processo tardio não se verifica.

Este estudo traz duas conclusões essenciais sobre o atraso na aquisição de passivas. Os resultados de grupo sugerem um atraso na aquisição da passiva, enquanto os resultados individuais sugerem que para algumas crianças, não há qualquer atraso. Estas conclusões parecem indicar que afirmar que há um atraso universal é muito forçado, uma vez que existem diferenças individuais nas estratégias de aquisição da linguagem.

2.3.5 Dos estados aos eventos

Ainda ao nível do tratamento semântico da aquisição de passivas, Israel *et al.* (2000) defendem que as propriedades gramaticais que distinguem os participios passivos como uma categoria surgem gradualmente e são aprendidas como propriedades de uma complexa construção polissémica. Os dados analisados pelos autores (produções espontâneas de sete crianças, disponíveis no *corpus* CHILDES (MacWhinney 1995)) revelam uma progressão regular de um uso adjetival para um uso verbal do participio passivo. Este é um processo consistente durante o qual as crianças usam o participio em contextos de interpretação dúbia em que ora pode ter características estativas ora eventivas. Este desenvolvimento é analisado numa perspetiva construcionista, na medida em que a criança se apoia num tipo de construção simples para construir uma estrutura mais complexa. Esta utilização progressiva de estativos e eventivos sugere como as categorias sintáticas e construções gramaticais podem ser aprendidas gradualmente, baseadas em estruturas mais simples.

Como sabemos, o participio em inglês tem uma natureza dupla: ora se comporta como um adjetivo denotando um estado, como em (22), ora se comporta como um verbo, como em (23), denotando um evento dinâmico (Israel *et al.* 2000:104):

- (22) a. The stereo has been broken for three weeks now.
- b. The children were very scared during the earthquake.
- (23) a. The stereo was broken when it fell out the window.
- b. The children were scared by the loud crash.

Os autores¹⁰⁶ apresentam dados de uma utilização primeira de formas adjetivais e estativas, passando apenas mais tarde as crianças a usar eventivos. As crianças usam particípios em contextos dúbios como forma para estender a leitura estativa a um significado eventivo. Os particípios estativos são aprendidos porque são produzidos geralmente no contexto a que dizem respeito.

Na análise apresentada pelos autores, os particípios estativos servem de base num processo construcionista, sendo os particípios eventivos o alvo. Distinguem dois tipos de usos ambíguos que podem servir de ponte entre os estativos e os eventivos: o primeiro tipo envolve o uso de particípios em passivas-*get*, em que o auxiliar *get* fornece uma leitura eventiva à construção como um todo; o segundo tipo implica o uso de particípios que se referem a mudanças de estado passadas ou futuras. Veja-se os seguintes exemplos (Israel *et al.* 2000: 108):

(24) The spinach is cooked. (estativo)

(25) The spinach needs to be cooked. (sobreposição)

(26) The spinach was cooked by Mommy. (eventivo)

Enquanto o exemplo (24) é claramente estativo, (26) é claramente eventivo e (25) tem uma leitura ambígua entre estativo e eventivo. Os autores argumentam que o particípio estativo poderá ser mais fácil de apreender porque surge geralmente no contexto que refere, o que facilita a ligação entre forma e significado para a criança. Com estativos, a coocorrência da palavra e da situação descrita parece ser a norma, e é esta coocorrência que parece facilitar a aquisição inicial.

A preferência inicial por um significado estativo em relação a um eventivo pode estar relacionada com a observação de que as crianças, no desenvolvimento inicial, são mais sensíveis às propriedades aspetuais dos verbos do que às propriedades temporais (Bloom *et al.* 1980).

Neste sentido, as relações estativas parecem ser mais salientes para as crianças. Não que sejam conceptualmente mais simples que os eventos, mas são simbolicamente

¹⁰⁶ Numa perspectiva construcionista, uma construção simples, diretamente relacionada com o contexto, serve de base à hipótese inicial da criança sobre uma construção mais elaborada. Tal acontece porque certas construções que podem ser interpretadas como a construção de origem também possuem propriedades da construção-alvo. Dado que uma construção é, por definição, o par forma e significado (Kay & Fillmore 1999), a aquisição de qualquer construção consiste em duas partes: o domínio da forma e do conteúdo semântico que lhe é atribuído.

mais simples, visto que os estados¹⁰⁷ são estáveis e mais facilmente ficam associados à entidade a que se referem. Para além disso, são homogêneos, não apresentando diferentes fases, como acontece, por exemplo, com os eventos.

Quando as crianças aprendem a interpretar as construções ambíguas, podem associar gradualmente o participípio a uma interpretação eventiva. É neste sentido que a utilização ambígua de alguns participípios parece facilitar a interpretação. Para os autores, as crianças devem produzir participípios em contextos ambíguos, antes de os produzirem em contextos claramente eventivos.

Os autores analisaram as produções de sete crianças disponíveis no *corpus* CHILDES. Os participípios foram marcados como ambíguos quando a leitura estativa e a eventiva estavam disponíveis. Os participípios com *get* constituíram casos de ambiguidade, na medida em que estas construções funcionam com predicados estativos, mas denotam uma mudança de estado. Israel *et al.* (2000:113) consideram a seguinte frase ambígua porque apresenta, por um lado, um estado resultante, descrevendo, por outro, o evento que produz esse estado:

(27) She got broken. (Adam 3;1)

Para além disso, o uso de *get* com um participípio que denota uma situação passada ou futura também foi considerado ambíguo. O participípio denota um estado que resultará de um evento. Portanto, ambas as leituras estão disponíveis no seguinte exemplo (Israel *et al.* 2000: 113):

(28) I'm gonna be scared. (Peter 2;11)

Todas as crianças produziram participípios estativos desde cedo e só mais tarde (passando um período considerável, por vezes mais de um ano) começaram a produzir participípios com leitura eventiva. As crianças derivam participípios estativos produtivamente antes de lhes atribuírem uma interpretação eventiva. Todas as crianças produziram participípios

¹⁰⁷ “O facto de não possuírem fases sucessivas e não provocarem qualquer mudança de estado, ou seja, de serem perfeitamente "uniformes", em virtude do seu não dinamismo, conjugado com a sua extensão ao longo do tempo, conduz à completa homogeneidade patenteada por esta classe aspetual, bem como à correlativa cumulatividade (a soma de duas "porções" de um mesmo estado dá sempre origem a um estativo totalmente idêntico). Com efeito, um estado é verdadeiro em todos os momentos em que ocorre: sendo "inalterável" ao longo do seu decurso e desprovido de "estrutura" interna, a propriedade de subintervalos que manifesta pode ser levada ao extremo, i.e. aos próprios "instantes" de tempo. Por outro lado, ao contrário das restantes classes aspectuais, os estativos não parecem admitir "pausas" no seu interior, o que derivará, mais uma vez, do carácter completamente "uniforme" que lhes está associado.” (Cunha 2004: 20-21)

passivos com *get* antes de criarem estruturas passivas eventivas. É notória a semelhança no desenvolvimento destas estruturas pelos sujeitos. Como veremos na secção 3.2.1, encontrámos no *corpus* de aquisição consultado (Santos 2006) dados que apontam no mesmo sentido, isto é, desde muito cedo as crianças produzem passivas estativas¹⁰⁸ e só consideravelmente mais tarde as eventivas¹⁰⁹.

As frases ambíguas são simples para as crianças uma vez que a sua leitura é compatível com a interpretação estativa que a criança atribui ao particípio; mas o sentido dinâmico abre o caminho para uma nova interpretação, o que permite que a criança atribua a leitura eventiva do predicado como um todo ao particípio.

Segundo Israel *et al.* (2000), este tipo de procedimento pode refletir a estratégia para lidar com a polissemia, que seria aqui entendida como um facilitador e não como um obstáculo como geralmente acontece. De acordo com uma perspetiva construcionista, a criança, em vez de ativar princípios formais inatos, adquire a passiva através de um domínio gradual dos aspetos que a caracterizam, quer ao nível da forma, quer ao nível do significado.

Os autores reconhecem ainda que o modo como a passiva é adquirida em inglês pode ser diferente do de outras línguas e que tal depende das características de cada língua. A hipótese construcionista assenta na sobreposição de propriedades dos pares forma-significado. As propriedades formais e semânticas dos particípios surgem a partir de um processo de aprendizagem gradual. As crianças aprendem alguns aspetos da passiva em inglês, baseando-se na experiência diária. Neste sentido, os autores questionam a necessidade de princípios formais tão abstratos para aprender a linguagem, sugerindo que aquilo de que as crianças precisam para dominar a língua, como a distinção entre estativos e eventivos, pode ser aprendido com base em construções com que as crianças lidam diariamente.

No nosso entender, esta perspetiva de que existe uma aprendizagem gradual na aquisição de passivas estativas e eventivas é corroborada, por um lado, pelos dados apresentados pelas autoras e, por outro, pelos dados de português europeu que

¹⁰⁸ No *corpus* de Santos (2006), uma criança com menos de dois anos produz já as seguintes passivas estativas:

- i. a@ (a)pagada (está apagada) (TOM, 1:9;14)
- ii. (es)tá pa(r)tido. (TOM, 1:10;8)

¹⁰⁹ Apenas com 2;6 meses, a mesma criança produz uma passiva eventiva:

- i. +< xx mas # tem # de se(r) # lavado [?]. (TOM, 2;6;6)

encontramos em Santos (2006). Tal não implicará necessariamente a inexistência de princípios formais inatos.

Resumindo, Israel, Johnson & Brooks (2000) analisaram o CHILDES e identificaram três períodos no desenvolvimento da passiva: as crianças usam primeiramente a passiva estativa, depois recorrem aos participios passivos em contextos ambíguos (em que podem ser interpretados como estativos ou eventivos) e, por fim, usam os participios para denotar eventos. A função da passiva muda ao longo do tempo, passando de estativa (descrevendo estados) para eventiva (descrevendo eventos). A partir de conhecimento da passiva estativa constroem a passiva eventiva. Para os autores, os participios estativos são adquiridos em primeiro lugar, porque geralmente são produzidos aquando das próprias situações que denotam nas interações conversacionais entre adultos e crianças.

2.3.6 Resumo da secção

Nesta secção, mostrámos diversos estudos que equacionam semanticamente os problemas que surgem com a aquisição de estruturas passivas. Fox & Grodzinsky (1998) visam mostrar que as dificuldades com as passivas estão relacionadas com a transmissão de papéis temáticos dos verbos não agentivos a um agente da passiva explícito. Como tal, o problema com as passivas não seria um problema de dependência, mas de transmissão de papel temático.

Hirsch e Wexler (2006) rebatem esta proposta de Fox & Grodzinsky (1998), mostrando que não há dados para indicar que as crianças reconhecem que a preposição *by* atribui papel temático de agente independente da transmissão temática.

Maratsos *et al.* (1985) apontam para uma melhor compreensão de passivas com verbos agentivos por parte das crianças, baseando-se na ideia de que as crianças têm por base núcleos semânticos de transitividade que constituem um auxílio quando têm de produzir passivas.

Tendo em conta que as crianças recorrem à semântica para ajudar na interpretação de representações sintáticas, Kirby (2009) propõe a noção de *semantic scaffolding* que está ligada à tendência para a correspondência canónica entre semântica e sintaxe, tal como previsto pela *Canonical Alignment Hypothesis* (CAH). Defende que a interpretação que as crianças fazem das passivas depende da interação entre sintaxe e papéis temáticos e não da incapacidade para formar de cadeias-A.

No mesmo sentido, Rubin (2009) assume a hipótese de a passiva ser interpretada como ativa, dado que a criança interpretaria o primeiro SN como agente/causador da ação. Os dados mostrados pela autora são relevantes nesse sentido.

Israel, Johnson & Brooks (2000) assumem a ideia de que, para as crianças, a função da passiva evolui ao longo do tempo, passando de estativa (descrevendo estados) para eventiva (descrevendo eventos).

Paralelamente aos estudos sintáticos e semânticos sobre a aquisição da passiva, estudos baseados numa abordagem lexical também têm sido levados em linha de conta. É sobre esses últimos estudos que incide a próxima secção.

2.4. A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem lexical

Para além de serem mais comuns, numa perspetiva generativista, as abordagens sintática e semântica sobre a aquisição da construção passiva, outros estudos também foram feitos (no âmbito de outros quadros teóricos) no sentido de analisar os efeitos que questões lexicais podem produzir.

Para Tomasello (2000), para além da criatividade linguística que a criança possui, é necessário que haja uma exposição intensa e constante a exemplos de um tipo particular de construções para que o aparato cognitivo consiga criar as analogias necessárias e construir abstrações¹¹⁰. Relativamente à análise da estrutura passiva, as construções iniciais das crianças seriam organizadas em torno de verbos individuais e, só posteriormente, as crianças passariam a gerar estruturas mais abstratas e comuns a outros verbos. Por outras palavras, as suas construções iniciais organizar-se-iam a partir de verbos individuais e só depois conseguiriam construir novas frases a partir das abstrações feitas.

Também Gordon & Chafetz (1990) optam por uma abordagem lexicalista, preferindo apresentar uma abordagem centrada no verbo. Os autores rejeitam a explicação sobre as propriedades semânticas adiantadas por Maratsos *et al.* (1985). Para eles, as crianças ouvem mais verbos agentivos do que não agentivos na passiva, precisamente pelo facto de aqueles serem mais frequentes. Como tal, não é a natureza semântica das classes verbais que restringe a aquisição, mas o *input*. Estes autores adiantam que as passivas são adquiridas e representadas em cada verbo individualmente dentro do léxico. Mostram ainda que, em inglês, a passiva é pouco frequente no *input*.

¹¹⁰ De acordo com a perspetiva cognitivista apresentada na secção 2.1.

Os autores, através da análise do *corpus* Brown, apontaram que a quantidade de passivas usadas na fala dirigida às crianças é mínima (apenas 0.4% do discurso que lhes é dirigido consiste numa passiva), representando 92% verbos agentivos. A pergunta que colocam não diz respeito à aquisição tardia, mas sim ao facto de as crianças aprenderem a estrutura sendo ela tão pouco frequente. O *input* é ainda mais restrito no que diz respeito ao verbos não agentivos, pelo que, para os autores, é natural que a aquisição dessas estruturas leve mais tempo a ocorrer.

Para Gordon & Chafetz (1990), as crianças são consistentes em relação aos verbos que compreendem ou não na passiva, o que confirma uma análise baseada no verbo. De qualquer modo, uma análise baseada na classe verbal é também de considerar. As crianças mostram efeitos de agentividade quando o *input* se mantém constante com diferentes tipos de verbos. Isto é visto através da saturação e da privação. Em relação à saturação, um estudo de De Villiers (1984)¹¹¹ mostra que as crianças usam primeiramente as passivas para as quais foram treinadas, não mostrando diferenças na interpretação de agentivas e não agentivas. Estes resultados são muito úteis para defender a abordagem baseada no verbo.

Também Pinker *et al.* (1987) mostram que a saturação parece anular os efeitos da agentividade/ não agentividade dos verbos, uma vez que as crianças passivizam quer uns quer outros na experiência que levaram a cabo. Uma abordagem baseada no verbo não consegue explicar tudo relativamente à aquisição de passivas. Na verdade, não há dúvida de que a passiva agentiva é a prototípica. No entanto, não se pode dar conta das restrições na formação da passiva sem se pensar em restrições de classe verbal. Pinker *et al.* (1987) mostraram que as crianças estavam relutantes em passivizar verbos que violassem as restrições de hierarquia temática, proposta por Jackendoff (1972). Havendo evidência da importância da classe verbal na aquisição da passiva, os fatores baseados no verbo também assumem um papel determinante na compreensão das passivas não agentivas.

A partir de uma comparação entre dados do português do Brasil (PB) e do inglês britânico, Gabriel (2001) afirma que o padrão de desenvolvimento das passivas é determinado pelo uso específico e frequência numa dada língua – ou seja, pelas propriedades do *input*. Esta visão opõe-se à de Borer & Wexler (1987), segundo os

¹¹¹ *Apud* Pinker *et al.* (1987).

quais as passivas sintáticas são adquiridas tarde e de modo uniforme em todas as línguas devido a propriedades inatas da linguagem.

Nas experiências realizadas, Gabriel (2001) mostrou que, quando os falantes adultos do PB precisam de topicalizar um paciente, recorrem não só a estruturas passivas (55%) mas também a outro tipo de estruturas (44%) disponíveis na língua. Esta elevada percentagem de estruturas não passivas reflete-se nas produções das crianças. Neste estudo, Gabriel verifica também que as crianças inglesas produzem mais passivas do que as brasileiras. No entanto, Menuzzi (2001) alerta para o facto de Gabriel não fazer a distinção entre passivas-*be* e passivas-*get* em inglês e considera que estas passivas têm características muito distintas. Ao nível do desenvolvimento da linguagem estas diferenças acarretam resultados distintos. A passiva sintática do PB corresponde à passiva-*be*.

Relativamente aos dados do inglês, 84% das passivas produzidas pelos adultos são passivas-*be*, mas em relação às crianças, verifica-se o oposto: a preferência vai para as passivas-*get*. Isto significa que, de um ponto de vista do desenvolvimento, estes dois tipos de passivas não podem ser considerados exemplos da mesma estrutura linguística. Esta diferença de desenvolvimento não pode ser atribuída ao *input*, uma vez que esta preferência é precisamente o oposto do que o *input* fornece.

O PB disponibiliza diversas estratégias de focalização do paciente o que poderá significar que as passivas-*be* em PB têm uma função mais especializada dos que as passivas-*be* em inglês. Assim, as crianças brasileiras poderão ter uma tarefa mais complexa e precisar de experimentar um número mais elevado de hipóteses, uma vez que o seu *input* disponibiliza um conjunto mais complexo de opções.

Menuzzi (2001) conclui que os dados de Gabriel revelam mais semelhanças entre a aquisição de passivas nas duas línguas do que ela sugere. A autora defende que haverá uma influência do *input*, mas apenas a partir dos sete anos. Ao contrário do que a autora assume, para Menuzzi (2001), os dados de Gabriel (2001) seriam compatíveis com a hipótese maturacional de Borer & Wexler. Aparentemente, as passivas-*be* (que implicam movimento) desenvolvem-se uniformemente em inglês e em PB. Tal parece ocorrer independentemente do *input*. Assim que a capacidade cognitiva fica biologicamente disponível, as crianças podem recorrer ao *input* e progredir na direção da sua gramática de adultos.

2.4.1 Resumo da secção

Nesta secção vimos que as abordagens perante a aquisição da passiva são construídas a partir da ideia de que o papel do *input* é fundamental no processo de aquisição da linguagem. É nessa perspectiva que Tomasello (2000) reforça a necessidade de uma exposição intensa a determinadas construções para que seja possível a criação de analogias e das posteriores abstrações pelo aparato cognitivo. As diferentes abordagens, no entanto, não fornecem dados precisos sobre a quantidade necessária de passivas no *input* para que a aquisição se torne mais fácil.

Por sua vez, Gordon & Chafetz (1990) mostram a consistência das crianças em relação à percepção que exibem face aos verbos que podem surgir em construções passivas, o que parece confirmar também a primazia de uma abordagem baseada no verbo.

Já com dados do português do Brasil, Gabriel (2001) atribui o padrão de desenvolvimento das passivas ao seu uso e frequência numa dada língua, fornecendo às propriedades do *input* um papel de destaque no que à aquisição diz respeito.

As teorias baseadas no *input* amplificam a relação direta entre o que é produzido em redor das crianças e o seu desempenho gramatical. Esta abordagem não prevê que a aquisição da estrutura passiva seja problemática *per se*, mas sim que alguns aspetos relacionados com o *input* determinem a sua produção e compreensão. Pelo contrário, as teorias baseadas em aspetos gramaticais defendem que as diferenças entre a gramática do adultos e da crianças resultam num desempenho mais limitado destas perante certas estruturas, não havendo uma relação direta com o *input*.

Para além das considerações relativas ao *input*, é importante analisar o contexto em que a construção em análise é produzida. É desse aspeto que tratará a próxima secção.

2.5. A aquisição da estrutura passiva: uma abordagem pragmática

Para a criança fazer um uso dito adulto das construções passivas é necessário que exista também uma forte associação entre a estrutura passiva e o seu contexto de uso, segundo Marchman *et al.* (1991). No estudo levado a cabo pelos autores, mostra-se que as crianças que falam inglês são sensíveis à relação entre foco discursivo e passivas. Este tipo de construção foi mais usado quando se descreviam cenas prototipicamente

transitivas, comparativamente àquelas que incluíam argumentos não prototípicos (ex. dativos e locativos).

As experiências que realizaram tinham como objetivo fornecer uma explicação que desse conta não apenas da aquisição da estrutura passiva propriamente dita, mas também dos aspetos de performance (os aspetos cognitivos, comunicativos e processuais) que pudessem estar implicados. No estudo, os autores realizaram duas experiências com crianças entre os três e os onze anos com o intuito de verificar que estruturas eram usadas quando questionadas sobre o paciente de uma determinada ação. Quando não produziram passivas, recorreram às seguintes estratégias (Marchman *et al.* 1991: 80-81):

a) Ativas em que o agente ocupa a posição de sujeito:

(29) The bear is licking the tiger.

b) Ativas com descrições eventivas ou não eventivas em que o paciente é topicalizado:

(30) The tiger is just sitting there.

(31) The tiger let the bear lick him.

(32) The tiger is just sitting there and let the bear lick him.

(33) It was the tiger that the bear licked.

Nestas circunstâncias em que a criança não opta pela estrutura passiva (a produção de passivas em cenas transitivas não prototípicas é menos frequente do que em cenas prototipicamente transitivas), recorre a construções alternativas que cumprem a mesma função discursiva que a passiva. Estas construções “provide children with a ‘legal’ way to use easier and previously mastered constructions (i.e. the active voice) and still solve the discourse problem to topicalize the undergoer in the scene.” (Marchman *et al.* 1991: 88-89). Assim, quando as crianças não usam passivas, tendem a utilizar estratégias alternativas que preservam a função discursiva e pragmática dessa construção.

2.5.1 Resumo da secção

A análise a uma abordagem pragmática da aquisição da passiva mostra que, nos contextos em que as crianças recorrem a estruturas diferentes da passiva, é provável que estejam a utilizar estratégias alternativas que conservam a função discursiva e pragmática da passiva.

No final desta parte, que dá conta da aquisição tardia da estrutura passiva, sob várias abordagens, pensamos ter fornecido uma visão geral daquilo que constitui justificação para o atraso verificado na aquisição da passiva em várias línguas. Muitas são as controvérsias relacionadas com esta temática, mas o ponto que convém ressaltar é que o modo como as crianças nos estádios iniciais encaram a passiva diverge do modo como lidam com a ativa, o que aponta para as especificidades desta construção.

Paralelamente aos estudos que apontam atrasos na aquisição da passiva, outros estudos mostram a não transversalidade desses atrasos. Na secção seguinte, damos conta de estudos que fornecem dados empíricos nesse sentido, atribuindo especial ênfase a línguas como o sesotho e inuktitut em que se defende a existência de uma aquisição precoce da passiva.

2.6. A aquisição não tardia da estrutura passiva

Se uma grande parte dos estudos sobre a aquisição da estrutura passiva dá conta das dificuldades inerentes à sua interpretação, estão também descritos vários estudos experimentais que exibem o bom desempenho das crianças perante tal construção.

Um aspeto fundamental para o sucesso das experiências realizadas com crianças consiste na necessidade de se ter em conta algumas condições que devem ser reunidas. Assim, as atividades propostas devem ser, acima de tudo, divertidas; a atenção da criança deve ser assegurada, pelo que é fundamental que eventuais fatores de distração sejam anulados; e é também importante que a criança não perceba que é a linguagem que está a ser testada (Guasti 2002). Em relação à aquisição particular da estrutura passiva, há características específicas desta construção que deverão ser tomadas em linha de conta, tal como reportaram alguns dos autores a seguir mencionados.

Uma vez que vários estudos mostram que as crianças têm mais dificuldades com passivas longas do que com curtas, também O'Brien *et al.* (2006) investigam a possibilidade de haver um aspeto específico dos métodos experimentais utilizados que pudesse originar essas dificuldades relacionadas com a interpretação das passivas longas. Crain & Fodor (1993) apontam que a passiva longa é favorecida (em detrimento da passiva curta ou da ativa) quando se verifica a existência de dois potenciais agentes/experienciadores no contexto. Seguindo esta ideia, O'Brien *et al.* (2006) levantam a possibilidade de haver um melhor desempenho das crianças com uma

passiva longa se as condições de sucesso estiverem reunidas, nomeadamente a existência de dois possíveis agentes/experenciadores no contexto.

O'Brien *et al.* (2006) replicaram a experiência de Fox & Grodzinsky (1998), introduzindo apenas uma alteração na experiência. Notaram que tipicamente as histórias usadas no Teste de Julgamento de Valor de Verdade para passivas continham apenas duas personagens: uma que atua sobre a outra. O'Brien *et al.* (2006) referem que o objetivo da passiva é “apagar” o agente/ experienciador, e, como tal, surge opcionalmente na passiva como um oblíquo. Como sabemos, a opcionalidade da *by-phrase* parece fundamental, pelo que convém questionar por que motivo se usaria o agente da passiva se o intuito é “apagar” essa informação. Os autores afirmam que o agente da passiva é essencialmente usado quando há dúvidas sobre quem possa ser o agente/ experienciador. Nesse sentido, muitas vezes, o uso do agente da passiva é fundamental. Se não está presente um potencial agente/ experienciador na história, então o recurso à *by-phrase* não é motivado. Este condicionamento pode contribuir para uma performance inferior com passivas longas não agentivas.

O'Brien *et al.* (2006) testaram doze crianças de três e onze crianças de quatro anos, através de um Teste de Julgamento de Valor de Verdade, com uma história que continha agentes/ experienciadores alternativos. As condições de sucesso para o uso da *by-phrase* foram então reunidas. Os verbos testados foram *see, like, hug, chase*.

Quer as crianças de três anos, quer as de quatro revelam entender a passiva longa com verbos agentivos e com verbos não agentivos. Para confirmar que era de facto a existência de condições de sucesso que contribuía para o sucesso no desempenho, os autores repetiram a experiência, mas sem a existência do agente/ experienciador alternativo. Como previsto, a diminuição de respostas corretas fez-se notar: as crianças de três anos tiveram um desempenho inferior na interpretação da passiva.

Estes resultados mostram que, estando reunidas as condições de sucesso, crianças muito novas (3;6 anos) compreendem passivas longas não agentivas, o que mostra que a gramática da criança não é diferente da gramática do adulto.

Vimos que O'Brien *et al.* (2006) criticaram o facto de a experiência levada a cabo por Fox & Grodzinsky (1998) não reunir as condições de sucesso necessárias e, por esse motivo, as crianças não teriam manifestado um bom desempenho na interpretação de passivas longas com verbos não agentivos. No entanto, o facto é que as

mesmas crianças obtiveram ótimos resultados na passiva longa com verbos agentivos (100% de acerto), apesar da inexistência das ditas condições de sucesso, nomeadamente a presença de um terceiro agente/ experienciador. As condições de sucesso não serão, portanto, o único fator determinante¹¹².

Não obstante as questões de ordem metodológica, o certo é que os resultados de O'Brien *et al.* (2006) tornam problemáticas as teorias apresentadas anteriormente: ACDH, UPR e Transmissão Temática.

Outro estudo que põe em causa as teorias mencionadas é o de Crain *et al.* (2009) que concluem que as crianças de três anos interpretam passivas, em inglês, e justificam os atrasos verificados em diversos estudos com fatores de processamento, frequência no *input*, etc.. A passiva não está atrasada interlinguisticamente e, portanto, hipóteses como a maturacional revelam-se insuficientes.

Os autores levaram a cabo uma experiência em que constataram que crianças de três, quatro e cinco anos obtiveram êxito na tarefa de elicitación de perguntas envolvendo passivas. As razões do sucesso, explicam os autores, relacionam-se com a reunião das condições de sucesso, mais uma vez, com a inserção de outro agente/experienciador num contexto, dando a indicação de haver necessidade de contraste entre dois possíveis agentes/experienciadores de um evento.

Também Brooks & Tomasello (1999) verificaram, a partir de uma tarefa de produção elicitada com novos verbos, que as crianças (média de idades 2;10) produzem mais passivas longas do que curtas, independentemente de o verbo ter sido apresentado na forma ativa ou passiva. Cerca de 75% das crianças produziram passivas longas com verbos novos que ouviram na passiva, o que parece sugerir que a gramática inicial da criança não está limitada, numa fase inicial, a estruturas passivas adjetivais, tal como defendido por alguns autores (Borer & Wexler 1987).

Na verdade, os defensores da corrente maturacional que alegam que as primeiras passivas das crianças, em inglês, são adjetivais apontam o baixo desempenho nas passivas longas e nas passivas com verbos não agentivos como evidência a favor da hipótese maturacional. No entanto, como vimos, quando as condições experimentais são as adequadas e quando as condições de sucesso são satisfeitas, o desempenho das

¹¹² A experiência sobre passivas levada a cabo por Orfitelli (2012) também não reúne as condições de sucesso e os resultados obtido foram, ainda assim, bastante satisfatórios.

crianças nas passivas longas e nas passivas não agentivas, em inglês, não é tão pobre como a perspectiva maturacional quer fazer crer.

2.6.1 Os efeitos do *priming*

Uma técnica que é usada para aferir a capacidade linguística das crianças é o *priming* (repetição) que é um processo em que a apresentação de um primeiro estímulo (*prime*) permite uma reação mais rápida e precisa relativamente a um segundo estímulo (*target*). Assume-se que, para que algo possa constituir um *prime*, deve ser conhecido pelo participante. Caso contrário, o *prime* não surte efeito. Assim, o *priming* de estruturas poderá ser tomado como evidência do conhecimento de um determinado tipo de construção, como a passiva, por exemplo. Esta técnica é atualmente usada como método experimental para manipulação do discurso de participantes.

Bencini & Valian (2008) recorreram a esta metodologia para testar 53 crianças falantes de inglês entre os 2;11 e os 3;6 (média 3;2). Os resultados apresentados revelam que, perante a condição sem repetição, as crianças não usam a passiva para descrever uma imagem. Independentemente da repetição, a preferência das crianças recai sobre a ativa. Quando o *prime* é uma frase ativa, a imagem é descrita com recurso a uma passiva apenas 2% das vezes, mas quando o *prime* é uma passiva, a imagem é descrita usando-se uma passiva 16% das vezes. Os resultados são estatisticamente significativos, revelando os efeitos da repetição. Deste modo, os autores mostram que as crianças de 3;2 conhecem a passiva.

No entanto, há algumas ressalvas que devem ser feitas relativamente à experiência levada a cabo pelos autores. Os efeitos da repetição apenas se manifestaram com as frases que tinham sujeitos e objetos inanimados. Com frases com sujeitos e objetos animados, o efeito revelou-se fraco e não significativo. Para além disso, os itens testados não incluíram verbos não agentivos, aqueles que são hipoteticamente mais problemáticos para as crianças. De qualquer modo, os resultados são importantes, porque mostram que as crianças processam um determinado tipo de passivas.

Também Huttenlocher *et al.* (2004) recorreram a estímulos da passiva para obterem descrições de imagens com frases passivas com crianças de quatro anos. Segundo os autores, os efeitos da repetição são bastante duradouros. Neste caso, a repetição sintática refere-se à tendência para repetir a estrutura sintática de uma frase usada previamente no discurso. Depois de processar uma determinada estrutura, é mais

provável que o falante a reproduza. Este efeito de repetição de estruturas é atribuído à repetição de mecanismos de processamento da produção da linguagem (Bock & Griffin 2000). Pressupõe-se que as crianças apenas reproduzirão uma estrutura sintática cuja estrutura já tenha sido adquirida.

Na experiência levada a cabo por Huttenlocher *et al.* (2004), foi mostrado um desenho às crianças, ouvindo-se depois uma descrição sobre esse desenho (uma frase). As crianças repetiam essa frase e, finalmente, era-lhes pedido que descrevessem uma imagem. Os resultados mostram que há 14% de probabilidade de as crianças produzirem frases passivas depois de ouvirem frases passivas. A audição de uma frase seria então suficiente para haver mais probabilidade de uma utilização da forma sintática usada, havendo ou não repetição. Para os autores, os resultados mostram que representamos padrões sintáticos a um nível abstrato, independentemente dos itens lexicais implicados.

Como vimos, métodos experimentais alternativos podem mostrar uma competência mais precoce no que à construção passiva diz respeito. A existência de efeitos de *priming* nas crianças seria uma prova de que, numa determinada idade, elas teriam determinados padrões sintáticos abstratos que poderiam ser usados com diferentes itens lexicais.

Neste sentido, também Thatcher *et al.* (2008) visam descobrir se a repetição poderia influenciar a aquisição de passivas. Dão conta de um estudo de repetição sintática que manipula a estrutura de repetições (ativa vs. passiva) e o tipo de verbo (agentivo vs não agentivo). Encontraram efeitos da estrutura de repetições para as crianças (27%) e para o grupo de controlo de adultos (19%). Não houve qualquer efeito relacionado com o tipo de verbo. Os participantes produziam preferencialmente frases passivas quando a repetição tinha como base uma frase passiva mais do que com uma ativa, independentemente do verbo utilizado. Concluíram que as crianças adquirem uma representação sintática abstrata da passiva por volta dos três/quatro anos que não é restringida pelo tipo de verbo. Recorrendo ao método da repetição sintática, o estudo mostra que as crianças têm uma representação sintática da passiva desde muito cedo.

Para além destes estudos que dizem respeito a tarefas de repetição, há dois outros amplamente divulgados que referem a aquisição da passiva como sendo de aquisição não tardia. São os trabalhos de Demuth (1989) e Allen & Crago (1996), que

foram elaborados sobre duas línguas menos conhecidas: o sesotho e o inuktitut, respetivamente. É sobre ambos que nos debruçaremos na secção seguinte.

2.6.2 O caso do sesotho

A língua sesotho é mencionada sempre que se alude ao facto de o atraso na aquisição de estruturas passivas não ser universal. Segundo Demuth (1989), as passivas verbais em sesotho são adquiridas muito cedo (cerca dos 2;8 anos), o que levanta um problema para a Hipótese da Maturação que apresenta como um dos principais argumentos a ideia de que a ativação de um dado princípio gramatical ocorreria transversalmente em todas as línguas ao mesmo tempo.

Em sesotho (Demuth 1989), por exemplo, a aquisição de passivas verbais numa fase bastante inicial manifesta-se ao mesmo tempo que existe uma grande predominância da passiva quer na língua adulta¹¹³, quer no *input* do adulto para a criança. Isto deve-se a uma elevada quantidade de objetos passivizáveis em sesotho (acusativos e dativos) e à orientação do sujeito para tópico.

Relembremos que Borer & Wexler (1987) argumentam que as passivas adjetivais do inglês derivam de verbos agentivos e, como tal, a preferência pela passivização precoce de verbos agentivos mostra que as passivas mais precocemente produzidas são as adjetivais. Demuth recusa este argumento, lembrando que muitas passivas adjetivais são formadas por verbos não agentivos. A autora suspeita que o uso de passiva com verbos não agentivos, em inglês e em sesotho, é mais frequente em tipos específicos de géneros escritos e orais.

Outra evidência que mostra que as crianças falantes de sesotho dominam a formação de cadeias argumentais é o facto de passarem de frases ativas para passivas sem dificuldades. Perante estes dados, parece não haver evidências que corroborem a Hipótese da Maturação. Os dados recolhidos mostram que a formação de cadeias-A está presente a partir dos 2;8 anos, mas poderá eventualmente estar presente antes: poucas passivas são encontradas mais cedo, mas a compreensão no discurso espontâneo é muito satisfatória e algumas das construções mais precoces constituem formas criativas, isto é, são aplicadas a verbos que não surgem geralmente em construções passivas.

No estudo levado a cabo por Demuth (1990), quatro crianças foram gravadas, na sua interação com os adultos, durante 84 horas. Contam-se seis grupos que se dividem

¹¹³ Como veremos na secção 3.2.2, tal não acontece em português europeu.

do seguinte modo: 1 (2;1-2;3), 2 (2;4-2;6), 3 (2;7-2;9), 4 (2;10-3;2), 5 (3;9-3;10) e 6 (4;0-4;1).

Relativamente aos dados observados, verificou-se que enquanto o uso das passivas curtas é consistente em todos os intervalos, o uso das passivas longas é mais elevado nos intervalos iniciais (2;1-2;6), descendo nos restantes intervalos. A passiva impessoal surge apenas associada às crianças que integram os grupos 3, 4, 5 e 6.

Nota-se uma tendência para um decréscimo no uso das passivas longas no decorrer do tempo. Assim, a língua sesotho não apresenta evidência de que as passivas longas são mais difíceis de aprender do que as passivas curtas. As crianças alternam entre passivas curtas e passivas longas, o que mostra que ambas as estruturas estão disponíveis desde cedo para as crianças.

Em sesotho, palavras-*wh* não são permitidas na posição de sujeito. Por este motivo, as passivas têm um papel importante na gramática: para se questionar sobre sujeitos ou responder a questões sobre sujeitos, deve usar-se a construção passiva. As crianças são, desde cedo, sensíveis a esta restrição. Devido a esta característica funcional da passiva em sesotho, as crianças têm a prática de que necessitam para compreender e produzir passivas no discurso espontâneo. Parece então que o papel que a passiva desempenha na gramática de uma língua e a sua frequência de uso são determinantes para se prever quando se fará a aquisição da passiva numa língua.

A aparente facilidade que as crianças falantes de sesotho revelaram perante estudos experimentais com passivas já foi criticada por Crawford (2009). A autora argumenta que não foram realizados estudos experimentais que corroborassem os dados fornecidos pela fala espontânea das crianças, tendo então colmatado essa falta com um estudo de compreensão de frases ativas, passivas longas e passivas curtas, com 11 crianças (5;0-6;0). Os dados revelam maiores dificuldades com a passiva longa do que com a ativa, o que contraria a explicação da aquisição com base na frequência de frases passivas no *input*. Neste estudo, a autora não terá reunido as condições de sucesso de que falam O'Brien *et al.* (2006) pelo que os seus dados também poderão ser criticados, não obstante a existência de outros estudos que revelam que as condições de sucesso não são tão determinantes como se chegou a pensar para o sucesso das crianças no desempenho da tarefa.

Mais recentemente, Crawford (2012) recorre ao aspeto progressivo e às orações finais como testes de diagnóstico para distinguir as passivas verbais das adjetivais. As orações finais, por exemplo, ou os adjuntos que justificam uma ação, só são possíveis quando um argumento agente está presente. As passivas verbais têm argumentos agentivos, enquanto as adjetivais não.

A autora argumenta contra a hipótese que recorre à homofonia entre passivas verbais e adjetivais em inglês para explicar o desempenho das crianças (Borer & Wexler 1987) e, recorrendo a evidência experimental, mostra que as crianças de 4-6 anos, falantes de inglês e de sesotho, fazem uma interpretação das passivas verbais ao nível do adulto, provavelmente a partir de traços discursivos disponibilizados pelo *input*. No entanto, a autora manifesta-se contra a hipótese de a frequência no *input* explicar a variação interlinguística na aquisição da passiva.

Crawford (2012) explica o atraso na interpretação de passivas longas não agentivas com base nas predições de Gehrke & Grillo (2009) e Grillo (2008), que apontam a complexidade semântica como fundamental para a interpretação da passiva. Estes autores rejeitam a UPR, a AIH e as justificações baseadas no *input*. Defendem, antes, a existência de uma relação estreita entre a disponibilidade de um estado resultante e a passivização. Assim, a possibilidade de passivização de um predicado dependeria da respetiva estrutura eventiva. Para o demonstrar, os autores recorrem a evidência da ordem de palavras em construções com predicados secundários resultativos, quantificadores flutuantes, ditransitivos. Grillo (2008) sugere que os predicados não agentivos não apresentam o operador BECOME que será essencial para que um predicado surja na passiva. O autor sugere que o *type shifting* necessário para criar uma passiva causa uma sobrecarga ao nível do processamento e enquanto a criança não tiver essa capacidade não conseguirá interpretar este tipo de passivas. Os resultados da pesquisa nesta área serão importantes para o estudo da própria passiva.

Demuth *et al.* (2010), levando em linha de conta as críticas apontadas, fizeram novos estudos experimentais, tendo concluído que as crianças compreendem melhor as ativas e que a interação entre voz e tipo de verbo não é significativa, sendo, no entanto, as frases com verbos agentivos mais facilmente compreendidas.

Kline & Demuth (2010) voltam a assumir que é a alta frequência de passivas no *input* que aproxima o desempenho das crianças ao dos adultos, sendo esta uma condição suficiente para a rápida aquisição da passiva. Referem ainda que a alta frequência de

passivas longas facilita a aquisição da estrutura uma vez que este tipo de passivas tem os dois papéis temáticos realizados foneticamente.

2.6.3 O caso do inuktitut

Também Allen & Grago (1996) rejeitam a Hipótese da Maturação de Borer & Wexler (1987), apresentando três argumentos nesse sentido: a metodologia seguida em alguns dos estudos pode ser questionada; há estudos feitos com crianças falantes de inglês e falantes de alemão que mostram que o *input* é importante; em línguas não indo-europeias crianças com idades a partir dos 2;8 produzem passivas verbais no discurso espontâneo.

Com base no seu estudo de 1996, Allen & Grago referem que as crianças falantes de inuktitut produzem estruturas passivas a partir dos dois anos. A língua inuktitut apresenta passivas verbais e adjetivais: enquanto as primeiras representam uma ação em desenvolvimento e implicam agentividade, as passivas adjetivais representam o estado resultativo da ação e não incluem expressões de agentividade. Estes dois tipos de passivas não são similares nas formas, sendo derivados sintaticamente nesta língua.

Do ponto de vista sintático, a passiva verbal em inuktitut exhibe as mesmas características que em inglês. A passiva adjetival, ao contrário do inglês, é formada através do movimento do núcleo e não lexicalmente.

As quatro crianças (com idades entre os dois e os quatro anos) cujas produções foram analisadas produziram passivas curtas e passivas longas. Foram também produzidas formas inovadoras (no sentido em que as crianças conseguiram formar passivas com verbos novos), o que mostra que a construção é produtiva. Além disso, uma das crianças tentou passivizar um nome, o que não é possível, uma vez que o morfema passivo pode apenas juntar-se a um verbo. Outra criança produziu uma frase agramatical uma vez que não havia argumento implícito. Há ainda um exemplo de uma criança que omite o morfema da passiva numa frase e, apercebendo-se do erro, introdu-lo na frase seguinte. Faz, portanto, uma autocorreção.

As crianças alternam entre construções ativas e passivas ao referir-se ao mesmo evento, o que mostra novamente a produtividade associada à construção passiva nesta língua.

Neste estudo, 18% das passivas produzidas eram passivas longas, tendo-se notado uma certa tendência para um aumento do número destas passivas de acordo com

a idade das crianças. Apesar de os verbos agentivos terem uma expressão mais representativa, as crianças também produziram frases passivas com verbos não agentivos, o que mostra que esta construção não lhes é estranha.

Para além do uso frequente entre adultos e crianças, alguns aspetos da estrutura de inuktitut podem estar a afetar a aquisição precoce da passiva: a prevalência de movimento de núcleo, as propriedades ergativas da língua e a prevalência do movimento-NP.

Para concluir, os autores afirmam que, para além destes aspetos particulares do inuktitut, há que ter em conta que o período de aquisição é determinado por fatores específicos da língua, sejam estruturais ou funcionais.

2.6.4 Resumo da secção

Falar sobre a aquisição de passivas nem sempre significa falar de atrasos. São vários os estudos que o comprovam. Para O'Brien *et al.* (2006), as dificuldades com a passiva são ultrapassadas quando a estrutura em análise é representada num contexto contrastivo específico, ou seja, quando o contexto reúne as condições que tornam uma tarefa pragmaticamente feliz.

Uma técnica adequada para aferir o desempenho das crianças perante a passiva é, segundo Bencini & Valian (2008), o *priming*. Quando usada esta metodologia de repetição, nota-se que há uma tendência para produzir passivas, o que revelaria o conhecimento da construção. A existência de efeitos de *priming* nas crianças provaria que, numa determinada idade, as crianças já exibiriam certos padrões sintáticos abstratos.

Para Demuth (1989), a produção de passivas em sesotho acontece muito cedo (2;8 anos), sendo também muito satisfatória a sua compreensão. A autora atribui o sucesso das crianças ao papel que a passiva desempenha na gramática da língua e à sua frequência de uso.

Também para Allen & Crago (1996) aspetos específicos da estrutura do inuktitut parecem justificar a aquisição precoce da passiva, bem como o seu uso frequente entre adultos e crianças.

Comprovando a importância que as questões de ordem linguística, no geral, e de aquisição, em particular, continuam a assumir, desenvolveu-se recentemente um

projeto, a nível europeu, que visa tratar a aquisição da estrutura passiva em onze línguas europeias. É desse projeto, que se reveste de grande importância também porque foi a partir dele que construímos o nosso primeiro estudo experimental, que trata a secção seguinte.

2.7. A aquisição da passiva: um estudo interlinguístico

Muito recentemente, Armon-Lotem *et al.* (2012) descreveram um estudo feito em larga escala, desenvolvido no âmbito do projeto COST ACTION A33 (Crosslinguistically Robust Stages of Children's Linguistic Performance), que engloba onze línguas: catalão, grego cipriota, dinamarquês, holandês, inglês, alemão, lituano, polaco, estónio, finlandês e hebraico.

O intuito dos autores é fornecer uma resposta a questões várias que permanecem abertas a discussão, não obstante todos os estudos anteriormente realizados. Pretendem assim estudar questões relacionadas com a idade de aquisição, a distinção passiva curta/passiva longa e os possíveis efeitos (fatores específicos) da própria língua.

Os autores justificam a necessidade deste estudo com a falta de um guia metodológico para estudar a aquisição de passivas. Tal necessidade relaciona-se essencialmente com o facto de a passiva colocar problemas a crianças com perturbações específicas da linguagem e de ser usada em testes de diagnóstico de desenvolvimento da linguagem.

Os autores começam por caracterizar universalmente a construção passiva, reconhecendo-lhe as seguintes características:

- i. promoção do argumento paciente e “apagamento” do argumento agente
- ii. existência da ordem não canónica de constituintes
- iii. existência de morfologia verbal específica
- iv. redução de um argumento, tornando-o oblíquo.

Nas línguas alvo do estudo, a passiva surgia em estruturas com ordem SVO, havendo concordância entre sujeito e verbo, exceto em inglês e em dinamarquês. Seis das línguas analisadas são *pro-drop*.

A experiência consistiu na aplicação de um Teste de Seleção de Imagem, em que as crianças tinham de identificar a imagem (de entre quatro disponíveis) que

correspondia à frase ouvida. Em todas as imagens¹¹⁴, havia três personagens. Uma imagem mostrava a personagem correta a realizar a ação (resposta – imagem alvo); outra mostrava o paciente (de acordo com a frase ouvida) a realizar a ação (resposta - imagem inversa); a terceira apresentava uma outra personagem agente implicada na ação, que não era sequer referida na frase que as crianças ouviam (resposta – imagem 3º agente); e na última imagem nenhuma personagem desempenhava qualquer ação (resposta – imagem neutra).

A experiência explora a habilidade das crianças de cinco anos para compreender passivas (curtas e longas) e ativas. Quer as respostas corretas quer as incorretas são analisadas pelos autores, que tentam apurar uma justificação para as dificuldades. Algumas das hipóteses previamente adiantadas relacionam-se com as propriedades do agente da passiva, as propriedades dos marcadores morfológicos, a frequência da passiva no *input* e os efeitos da especificidade da estrutura passiva.

Os resultados dos estudos feitos nas onze línguas foram os que se apresentam na Tabela 5. Note-se que em estónio, finlandês e grego cipriota não existem passivas longas.

		Passiva curta	Passiva longa
Estónio	Ativa	95.19	-
	Passiva	96.47	-
Finlandês	Ativa	91.35	-
	Passiva	97.12	-
Grego cipriota	Ativa	93.98	-
	Passiva	83.61	-
Catalão	Ativa	97.44	97.76
	Passiva	84.62	33.65
Dinamarquês	Ativa	92.31	94.23
	Passiva	93.31	86.22
Holandês	Ativa	92.31	90.11
	Passiva	94.46	81.68
Inglês	Ativa	87.18	94.65
	Passiva	79.17	84.28
Alemão	Ativa	93.73	93.49
	Passiva	96.87	80.77
Hebraico	Ativa	98.40	94.87
	Passiva	92.63	60.90
Lituano	Ativa	89.10	85.26
	Passiva	82.37	45.51
Polaco	Ativa	96.29	91.25

¹¹⁴ As imagens usadas no teste constituem o anexo 2.

	Passiva	95.23	82.49
--	---------	-------	-------

Tabela 5. Resultados do estudo experimental nas 11 línguas (adaptado de Armon-Lotem *et al.* 2012).

Depois de analisados os resultados, Armon-Lotem *et al.* (2012) verificam que as crianças têm mais facilidade com a passiva curta do que com a longa. Relativamente à primeira, em todas as línguas as crianças conseguiram obter um desempenho ao nível do adulto, ou seja, superior a 75%.¹¹⁵ No que diz respeito à passiva longa, em catalão, hebraico e lituano, o desempenho das crianças fica bastante aquém do desempenho do adulto.

Uma análise item a item revela que os erros não se restringiram a um conjunto particular de itens. A análise individual dos sujeitos mostra que os padrões de erro se concertavam num grupo pequeno de crianças. No entanto, removendo os *outliers*, o efeito é mínimo.

Nos casos em que as crianças não forneciam a resposta adequada, optavam maioritariamente pela imagem que representava a situação inversa. A opção por essa resposta revela que as crianças percebem a atividade descrita, mas ao mesmo tempo salienta a dificuldade em interpretar o paciente que se assume, sintaticamente, como sujeito da frase. A criança mapeia o papel de agente na posição de sujeito, mostrando não compreender a passiva. Fica patente a falta de habilidade para manipular dois argumentos em vez de um. Neste sentido, a interpretação como adjetival ou inacusativa não ajuda a criança. Deste modo, a variação entre línguas fica por explicar.

Depois de analisados os resultados e apresentadas as características de cada uma das línguas em estudo, os autores concluem que a variabilidade na ordem de palavras e a experiência com o mapeamento entre redução argumental e morfologia passiva na passiva impessoal, adjetivos resultativos e inacusativos nas várias línguas podem ajudar a compreender o sucesso das crianças na interpretação da passiva curta. A experiência com ordem de palavras flexível e com redução argumental também é necessária para interpretar a passiva.

Relativamente à preposição que introduz o agente da passiva, é usada em todas as línguas, exceto em lituano. Em todas, exceto em hebraico, há ambiguidade entre o seu uso no agente da passiva e o seu uso nas ativas como locativo ou possessivo. Em

¹¹⁵ Como veremos na secção 3.1.1, em português europeu, as passivas longas e curtas (com verbos agentivos) já estão adquiridas aos quatro anos.

hebraico, a preposição é unicamente usada na passiva, apesar de ser derivada da preposição locativa e de ser fonologicamente semelhante.

Na passiva, a preposição assume um papel de relevo na transmissão do papel temático. A criança tem de saber que a preposição tem diferentes significados estando na ativa ou na passiva; tem de aprender que na passiva assume uma função gramatical, licenciando o grupo nominal através da transmissão do papel temático de agente.

2.7.1 Resumo da secção

As conclusões mais significativas que advêm deste estudo são as seguintes: na maior parte das línguas a passiva longa é mais difícil do que a passiva curta; as respostas erradas (inversa) mostram a preferência pela ordem canónica de palavras como estratégia quando as crianças não entendem a passiva; as dificuldades com passivas curtas não se devem às propriedades da *by-phrase* nem à frequência no *input*, mas sim à exposição a construções semelhantes morfológica e sintaticamente e à experiência com flexibilidade na ordem de palavras (resultativos e inacusativos em hebraico); aos cinco anos, a preposição e o auxiliar já não causam dificuldades; e há ainda grande variação na compreensão de passivas curtas e longas.

2.8. Alguns dados de aquisição em português europeu

Muito escassos são os estudos que tratam a aquisição de passivas em PE. Sim-Sim (2006) aplicou uma prova (constituída por 32 itens dos quais 4 correspondiam a frases passivas) que visava obter o reconhecimento de um enunciado descontextualizado através da resposta a uma pergunta articulada com base no enunciado apresentado. A amostra foi constituída por 446 crianças, que se dividiam em três grupos etários: 4, 6 e 9 anos. As frases passivas, bem como as perguntas feitas às crianças sobre cada exemplo, foram as seguintes:

- (34) O menino foi arranhado pelo gato. Quem é que arranhou o menino?
- (35) O rapaz foi beijado pela rapariga. Quem é que beijou?
- (36) O leão foi atacado pelo tigre. Quem é que atacou?
- (37) A carteira foi-me roubada no autocarro. Quem é que roubou a carteira?

A instrução que foi fornecida à criança foi a seguintes: "Ouve com atenção. Vou dizer-te uma frase e fazer-te uma pergunta para responderes em seguida" (Sim-Sim 2006: 16). Previamente o avaliador forneceu-lhe três exemplos.

O estudo de Sim-Sim (1998) faz a distinção entre a compreensão de passivas reversíveis (35) e (36) e de não reversíveis (34), apresentando resultados que mostram que as crianças de seis anos ainda manifestam dificuldades na compreensão de passivas reversíveis. Apenas a partir dos nove anos é que têm um desempenho ao nível do adulto, com uma taxa de acerto de 77%. Já as passivas não reversíveis são compreendidas aos quatro anos, com 94% de correção. Perante a frase em (37), as crianças das três faixas etárias revelaram bastante dificuldade, justificando a autora esse elevado grau de dificuldade não com o tipo de passiva, mas com a indeterminação do argumento externo (Sim-Sim 2006).

Afonso (2011) considera que a passiva não reversível poderá ter sido de mais fácil interpretação dada a existência de uma pista semântica, no sentido em que é pouco provável que o gato seja arranhado pelo menino. Mais do que de uma pista semântica, parece-nos que se tratará antes de uma questão metodológica. Na verdade, apenas relativamente a este exemplo de passiva não reversível (34), é formulada uma questão em que se insere já um dos intervenientes na ação (*o menino*). Portanto, o outro elemento disponível para ser integrado na resposta da criança seria *o gato*. Em nenhuma das outras passivas, a pergunta é formulada nos mesmos termos, ou seja, questiona-se simplesmente o agente da ação, sem se indicar quem “terá sofrido” essa mesma ação.

Parece-nos, assim, que esta falha aqui apontada ao teste de Sim-Sim (2006) poderá ter contribuído para os melhores resultados na interpretação da passiva não reversível, quando comparada com a passiva reversível. Outra lacuna que merece ser considerada é o facto de apenas terem sido testadas quatro frases passivas, com quatro verbos distintos. Apesar da quantidade, quanto a nós insuficiente, de frases e verbos, o número elevado de participantes na tarefa confere robustez aos dados apurados.

Como veremos na secção 3.1.1, as passivas não reversíveis não foram objeto de análise no nosso estudo. Apenas as passivas reversíveis foram estudadas. Obtivemos resultados diferentes dos de Sim-Sim (2006), no sentido em que as crianças testadas por nós obtiveram resultados ao nível do adulto em passivas reversíveis com verbos agentivos aos quatro anos. Os fatores aventados nos parágrafos anteriores poderão talvez explicar tais diferenças.

O mesmo teste de Sim-Sim foi aplicado por Pereira (2008) a uma amostra de 60 crianças com idades entre os 5:10 e os 6:11, que estavam divididas em dois grupos: um grupo que frequentou o jardim de infância e outro que não o fez. Os resultados são

consistentes com os de Sim-Sim, não tendo sido apuradas diferenças significativas entre ambos os grupos.

Também para o português, Correia (2003) levou a cabo um estudo com o qual pretendia contribuir com dados empíricos para uma análise do modo como as crianças se apropriam da estrutura passiva. Outro objetivo era identificar estádios de desenvolvimento sintático relativamente às diferentes estruturas passivas. O seu trabalho relativo à aquisição assenta em duas hipóteses fundamentais (Correia 2003: 236):

Hipótese 1 - A complexidade sintática das construções passivas condiciona a compreensão e a produção das mesmas;

Hipótese 2 - O processo de compreensão e de produção das construções passivas ou “pseudo-passivas” está relacionado com o nível etário e com o nível de instrução dos sujeitos.

Foram realizadas três experiências, sendo as duas primeiras de produção e uma terceira de compreensão de diferentes estruturas passivas (sintáticas e de clítico). Daremos apenas conta das duas primeiras. Os testes foram feitos com alunos do 4.º, 6.º e 9.º anos e um grupo de adultos, sendo cada grupo constituído por 20 participantes.

A primeira experiência, de produção provocada de construções passivas perifrásticas, mostrou que, independentemente do tipo de verbo ou do traço semântico dos SN com função semântica de agente e de paciente, os participantes recorrem sistematicamente a passivas longas. Para a autora, “a descontextualização das frases-estímulo e o tipo de questão colocada para cada frase poderão estar na origem desta opção. Estes dados reforçam a pertinência do argumento com função semântica de Agente, nomeadamente do seu carácter informativo” (Correia 2003: 531).

Para além disso, o tipo de verbo utilizado nas estruturas mostrou-se decisivo para o processo da produção, tendo-se constatado que:

verbos ditransitivos como *indicar*, que selecionam dois argumentos internos, um com a função sintática de objeto direto e o outro com a função de objeto indireto em estruturas como “As setas indicam o caminho aos navegadores” limitam a produção de estruturas passivas comparativamente a verbos com um único argumento interno do tipo *comer*: “A Joana come o bolo. (Correia 2003: 532)

Os resultados mostram ainda que a oposição [+/- dinâmico] tem implicações na seleção da classe a que pertence o predicador verbal e, como tal, na produção de passivas verbais ou adjetivais (com *estar e ficar*).

A questão da reversibilidade não revelou quaisquer implicações ao nível da produção, ao contrário do que foi apontado por Sim-Sim (1998) ao nível da compreensão.

Relativamente aos resultados do teste de compreensão, Correia (2003: 537) conclui que “o modo de estruturação do enunciado formado a partir de estruturas passivas perifrásticas impõe custos elevados para o processamento sintático e semântico eficaz, que aumentam quando se trata de passivas de clítico”.

As duas hipóteses inicialmente levantadas pela autora são confirmadas, verificando-se, por um lado, que a complexidade de construção condiciona a respetiva compreensão e produção e, por outro, que os fatores idade e nível de instrução são importantes para a análise desta estrutura.

2.8.1 Resumo da secção

Para o PE, Sim-Sim (2006) mostra que as crianças de seis anos ainda manifestam dificuldades na compreensão de passivas reversíveis, sendo somente a partir dos nove anos que demonstram um desempenho ao nível do adulto. Não obstante a robustez dos dados de Sim-Sim, que é justificada pelo elevado número de alunos que participaram na experiência, parece-nos possível apontar questões relacionadas com o desenho experimental do teste como tendo contribuído para o bom desempenho com passivas não reversíveis. Para além disso, o número de passivas testadas (quatro) é manifestamente baixo.

No seu trabalho, Correia (2003) confirma que, por um lado, a complexidade sintática das construções passivas condiciona a sua compreensão e a produção. Por outro, é possível estabelecer uma relação entre o processo de compreensão e de produção das construções passivas ou “pseudo-passivas” e a faixa etária e o nível de instrução dos participantes.

Na verdade, muitas razões têm sido avançadas para o aparente atraso na aquisição de passivas: raridade no *input*, opcionalidade do agente da passiva, agentividade do predicado. Alguns autores reclamam a universalidade desse atraso, enquanto outros a refutam tendo em conta a variabilidade interlinguística. O certo é que

o trabalho interlinguístico é fundamental para a descoberta da natureza da linguagem infantil. Para além disso, com o desenvolvimento de novas técnicas e teorias, o nosso entendimento dos factos e a sua interpretação têm vindo a alterar-se. É nesse sentido que também nos parece fundamental continuar a desenvolver estudos que analisem o modo como as crianças lidam com a passiva, não só ao nível da compreensão, como também da produção. Na secção seguinte, mostraremos as quatro experiências que levámos a cabo para tentar compreender o modo como as crianças interpretam a passiva e ainda a análise de um *corpus* de aquisição (Santos 2006). Um *corpus* oral (C-ORAL-ROM) será também analisado para averiguar a quantidade de passivas produzidas no discurso.

Capítulo III: A aquisição da passiva em Português Europeu: estudos experimentais e dados de *corpora*

Tendo em conta os desenvolvimentos teóricos apresentados na secção anterior, pretendemos, neste capítulo, mostrar a investigação levada a cabo no que à aquisição da passiva em PE diz respeito. É nosso intuito verificar se existe uma aquisição tardia da estrutura passiva e, em caso afirmativo, tentar identificar os fatores que justificam esse atraso. Para isso, recorreremos à realização de quatro estudos experimentais e utilizámos também o recurso a dados de *corpora*.

Assim, na secção 3.1, apresentamos um conjunto de quatro estudos experimentais que visam testar a compreensão de estruturas passivas no que diz respeito aos seguintes aspetos: passivas longas *vs.* de passivas curtas (experiência 1); pertinência do tipo de verbo implicado, nomeadamente verbos agentivos e verbos não agentivos (experiências 2 e 3); implicações do auxiliar selecionado, nomeadamente *ser*, *estar* e *ficar* (experiência 4)¹¹⁶. O intuito é avaliar que hipótese, a nível teórico, servirá mais adequadamente os nossos dados. Outro propósito é contribuir para tornar mais completa e sólida a teoria relativa à aquisição da estrutura passiva em português europeu.

Na secção 3.2, disponibilizamos a análise feita a partir de um *corpus* de produção (Santos 2006) e num *corpus* oral (C-ORAL-ROM). Essa análise assenta no levantamento de todas as passivas eventivas, resultativas e estativas encontradas nos *corpora* e sua categorização.

3.1. Estudos experimentais

3.1.1. Estudo experimental 1: a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos

Antes de passarmos à descrição deste primeiro estudo experimental, convém expor as hipóteses de trabalho que presidiram à sua elaboração, tornando claras as assunções que lhe estão subjacentes.

Hipótese 1: A interpretação de frases passivas é tardia quando comparada com a interpretação de frases ativas.

¹¹⁶ Dado que estudos recentes (Volpato *et al.* 2011) mostram que as crianças são sensíveis à seleção de auxiliares que formam a passiva, e como a literatura mais recente descreve três tipos de passivas para o português europeu (Duarte & Oliveira 2010a; Duarte, no prelo), nomeadamente a eventiva, a resultativa e a estativa, decidimos verificar o modo como as crianças lidam com estes três tipos de auxiliares.

Hipótese 2: A compreensão de passivas longas suscita maiores dificuldades do que a compreensão de passivas curtas.

A formulação da hipótese 1 justifica-se com a existência de vários estudos em diversas línguas, já mencionados previamente, que postulam uma aquisição tardia de estruturas passivas. Na verdade, as explicações para esse atraso seriam várias: inabilidade para lidar com cadeias-A, a escassez de passivas no *input*, a ordem não canônica dos constituintes. No caso de se constatar maiores dificuldades com estruturas passivas do que com ativas, tornar-se-á necessário apresentar uma justificação para tal.

O estabelecimento da hipótese 2 está diretamente relacionado com a ideia defendida em Borer & Wexler (1987) de que a passiva curta será mais fácil para as crianças, numa fase inicial, porque será interpretada como passiva adjetival, não implicando, portanto, a existência de uma cadeia-A. Como já vimos, os autores assumem que a gramática inicial da criança não lhes permite formar cadeias-A. Contudo, Friedmann & Costa (2011), por exemplo, mostram que as crianças não revelam dificuldades com outras estruturas que também implicam movimento argumental como construções inacusativas e inergativas.

3.1.1.1. Participantes

A experiência que levámos a cabo foi inicialmente desenvolvida no âmbito do projeto COST ACTION A33 (Crosslinguistically Robust Stages of Children's Linguistic Performance), que concebeu um estudo comparativo da aquisição de várias estruturas linguísticas por crianças de cinco anos, de diversos países europeus. Adaptámos a experiência sobre a aquisição de passivas, originalmente concebida em inglês, para o português e alargámos a faixa etária das crianças, tendo participado crianças dos três aos cinco anos.

Grande parte dos trabalhos feitos em aquisição utiliza a idade como critério único quando se trata de constituir grupos. Contudo, alguns autores criticam essa opção quando não existem outros testes que permitam a criação de grupos homogêneos (De Villiers & De Villiers 1985: 114). Dada a não existência, para o português europeu, de testes aferidos que possam ser utilizados de forma complementar, a idade foi, também no nosso trabalho, o critério fundamental para a formação dos vários grupos.

Os testes foram realizados entre janeiro de 2010 e março de 2011, tendo sido testadas 72 crianças (38 do sexo masculino e 34 do sexo feminino) que frequentavam

dois jardins de infância do concelho de Lisboa. As crianças foram selecionadas tendo em conta a sua idade e a língua materna. Todas tinham o português como língua materna, eram monolíngues e não estavam diagnosticadas com qualquer patologia que pudesse perturbar o seu desempenho no teste.

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Média de idades
3;1.5-3;11.23	14	10	24	3;7.15
4;0.23-4;11.27	13	11	24	4;7.16
5;0.18-5;11.10	11	13	24	5;6.14

Tabela 6. Faixa etária, sexo e média de idades das crianças participantes na Experiência 1.

O grupo de controlo foi constituído por 24 adultos do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 22, sendo a média de idades de 19;6.14.

3.1.1.2. Descrição

Com este estudo experimental, pretende-se aferir o modo como as crianças falantes de PE lidam com a interpretação da estrutura passiva, nomeadamente com passivas agentivas curtas e longas. Tratando-se este estudo de uma adaptação de um teste previamente feito para o inglês, tentámos manter a maior proximidade possível no que diz respeito aos verbos testados, de modo a garantir a sua comparabilidade, caso fosse necessário. Assim, os verbos em análise foram escolhidos tendo em conta o teste feito no âmbito do COST ACTION A33. Para além disso, diversas questões, cuja pertinência é conhecida na área da aquisição de construções passivas, foram consideradas, incluindo a reversibilidade do verbo, a agentividade, a ausência ou presença do agente da passiva e o conhecimento do mundo.

Relativamente à questão da reversibilidade, todas as frases eram semanticamente reversíveis, de modo a que a interpretação tivesse por base apenas o conhecimento gramatical. Numa frase semanticamente reversível, o sujeito e o objeto podem comutar os papéis e a frase continua a fazer sentido. Por exemplo, a frase “O avô está a ser fotografado pelo rapaz” continua válida se invertermos os papéis: “O rapaz está a ser fotografado pelo avô”. A mesma reversibilidade não caracteriza a frase “As flores estão a ser fotografadas pelo avô”, uma vez que “O avô está a ser fotografado pelas flores”, apesar de ser uma frase sintaticamente correta, não está em consonância com o nosso conhecimento do mundo, ou seja, com o nosso conhecimento empírico.

Os verbos testados neste estudo experimental foram: *empurrar, examinar, beijar, alimentar, lavar, perseguir, coçar, pentear, desenhar, sujar, acariciar, abraçar, secar, tapar, carregar, puxar, barbear, fotografar, pintar, divertir, magoar, morder*.¹¹⁷

No quadro abaixo, mostramos os verbos da versão em inglês e as respectivas traduções a que recorremos.

Inglês	Português	Inglês	Português
push	empurrar	hug	abraçar
examine	examinar	wipe/dry	secar
kiss	beijar	cover	tapar
feed	alimentar	carry	carregar
wash	lavar	pull	puxar
chase	perseguir	shave	barbear
scratch	coçar	photograph	fotografar
comb	pentear	make-up	pintar
draw	desenhar	tickle	divertir ¹¹⁸
dirty	sujar	hit	magoar
stroke	acariciar	bite	morder

Quadro 7. Verbos utilizados no estudo experimental 1.

Neste estudo, três condições foram testadas: frases ativas, frases passivas longas e frases passivas curtas. No total, o teste foi constituído por 66 frases-estímulo, distribuídas do seguinte modo: 22 frases ativas, 22 frases passivas longas e 22 frases passivas curtas, como a seguir se exemplifica. A lista completa dos itens testados constitui o Anexo 1.

- (1) O rapaz está a fotografar o avô. (ativa)
- (2) O avô está a ser fotografado pelo rapaz. (passiva longa)
- (3) O avô está a ser fotografado. (passiva curta)

O tempo verbal utilizado foi o presente progressivo, tal como se mostra nos exemplos acima. Na maior parte das línguas que integraram o projeto COST ACTION A33, foi

¹¹⁷ Teria sido importante ter verificado o conhecimento das crianças face aos verbos testados, através da aplicação de um teste prévio de conhecimento lexical.

¹¹⁸ O verbo *divertir* não constituirá a melhor tradução do verbo em inglês *tickle*. No entanto, foi o escolhido, dada a necessidade de manter a estrutura transitiva do predicado. A tradução ideal teria sido *fazer cócegas*. A mesma opção foi tomada relativamente ao verbo *hit*.

este o tempo usado. Para além disso, acreditamos que a opção pela utilização deste tempo verbal no progressivo facilita a interpretação das imagens apresentadas, uma vez que, tratando-se de verbos agentivos, mais naturalmente as conseguem descrever.

Cada criança ouviu as frases com personagens masculinas e femininas na mesma sessão. Assim, em cada sessão, apresentaram-se 22 frases com personagens masculinas e 22 com personagens femininas, e cada parte, era constituída por 11 frases na ativa e 11 na passiva (curta ou longa). A experiência consistiu num conjunto de frases com personagens masculinas e noutra com personagens femininas, que foram apresentadas a todas as crianças. Os primeiros 11 verbos da lista apresentada no quadro 7 foram usados em frases com as personagens femininas e os restantes com as masculinas. Na versão feminina os protagonistas eram apenas do sexo feminino (a menina, a rapariga, a mãe e a avó) e na versão masculina os protagonistas eram apenas do sexo masculino (o menino, rapaz, o pai e o avô).

Ao introduzir-se uma versão feminina e outra masculina, evita-se diferenças de género entre os protagonistas dentro de um item (frase), o que poderia fornecer pistas adicionais para compreensão das frases, além da estrutura da própria frase. Na nossa experiência, a concordância não funcionou como pista para interpretação, dada a correspondência em género e número entre o SN sujeito e o SN objeto. Para clareza da explicação, compare-se a frase (4), em que há pistas morfológicas de género, com a frase (5), em que tais pistas não estão presentes:

(4) O João foi penteado pela mãe.

(5) O João foi penteado pelo pai.

Estas pistas morfológicas poderiam servir de auxílio na tarefa de compreensão das frases, pelo que foram anuladas nos nossos estudos experimentais.

Em suma, este Teste de Seleção de Imagem é constituído por 66 itens que foram distribuídos aleatoriamente por duas sessões ocorridas em dias diferentes. Todas as crianças foram testadas na totalidade das frases, tendo sido despendidos, em média, 15 minutos por sessão com cada criança. Os testes foram aplicados individualmente em pequenas salas sossegadas.

Como dissemos, a experiência 1 consistiu na aplicação de um Teste de Seleção de Imagem¹¹⁹. A partir de um *powerpoint*¹²⁰, pedia-se que a criança escolhesse uma imagem (de entre quatro) que correspondesse à frase ouvida, previamente gravada por um falante nativo de português.

Numa primeira fase, e no sentido de a criança se sentir familiarizada com as personagens, estas foram-lhe apresentadas (pai, avô, rapaz e menino), tendo sido depois pedido que identificasse cada uma delas.¹²¹ O mesmo procedimento foi efetuado relativamente às personagens femininas. Assim que a criança revelava identificar devidamente todas as personagens, passava-se à fase seguinte. No caso de a criança falhar na identificação pretendida, não se prosseguia com o teste. Nesta segunda fase, eram apresentados os diapositivos, contendo cada um quatro imagens e uma frase gravada. Como já referido, a criança tinha de apontar a imagem que correspondia à frase ouvida.

Uma imagem mostrava a personagem correta a realizar a ação (resposta – imagem alvo); outra mostrava o paciente (de acordo com a frase ouvida) a realizar a ação (resposta - imagem inversa); a terceira apresentava uma outra personagem agente implicada na ação, que não era sequer referida na frase que as crianças ouviam (resposta – imagem 3º agente); e na última imagem nenhuma personagem desempenhava qualquer ação (resposta – imagem neutra). A distribuição das imagens em cada diapositivo foi aleatória.

Abaixo apresentamos um exemplo de uma das figuras visualizadas pelas crianças:

¹¹⁹ Não obstante alguma literatura (Crain & Thornton 1998) apontar críticas à fiabilidade de alguns métodos experimentais, é importante notar que, apesar de não haver métodos perfeitos, o Teste de Seleção de Imagem oferece uma medida fiável da competência linguística das crianças. Assumindo que a linguagem constitui um universo riquíssimo e cheio de criatividade, torna-se de algum modo limitativo avaliar o desempenho linguístico de forma fragmentada e sem espontaneidade. Não obstante, acreditamos que os métodos experimentais usados nos fornecem fortes indicadores da linguagem infantil perante a estrutura em análise.

¹²⁰ O conjunto de diapositivos que constituem o *powerpoint* constitui o anexo 2.

¹²¹ O teste foi, na verdade, encarado como um jogo. Todas as personagens eram apresentadas como membros de uma grande família, que gostavam de passar tempo uns com os outros e de fazer coisas juntos. A partir daqui, explicava-se às crianças que era necessário identificar os vários membros da família, bem como aqueles que intervinham nas diversas ações. O discurso do investigador era o seguinte: “Bom, agora vamos olhar para um álbum de família. Neste álbum, podemos vê-los [os membros] a fazer coisas diferentes. Eles guardam o álbum no computador. Em cada página há quatro imagens. Vamos agora ouvir o que o computador diz e depois tu escolhes a resposta correta. Podes escolher a imagem que mostra o que o computador diz. Às vezes, as imagens são muito semelhantes, mas não são exatamente as mesmas, por isso tens de ouvir e escolher com atenção. Podemos começar?”



Figura 1. Exemplo de diapositivo mostrado às crianças.

Estando disponíveis quatro imagens, apenas uma corresponde à frase ouvida. Assumindo que essa frase será “O avô é fotografado pelo rapaz”, a imagem do canto superior direito corresponde à resposta alvo; a do canto superior esquerdo à resposta “imagem de 3º agente”; a resposta “imagem inversa” corresponde à imagem da direita em baixo e a resposta “imagem neutra” corresponde à imagem da esquerda em baixo.

Cada item de teste foi repetido no máximo uma vez. As crianças não eram corrigidas quando erravam nas respostas. Todas as respostas das crianças foram registadas, tendo sido feito um registo individual para cada criança, que contemplava ainda os respetivos dados identificativos, tal como se pode observar na imagem a seguir disponibilizada:

Código da Criança	Data	Hora		
Data de nascimento	Idade	Género	M / F	
Sessão	Duração	Posição da imagem		1 2
Jardim de infância	Ordem			3 4
Masculino: Items de Teste (Powerpoint com frases gravadas)				
				Comentários
23	abraçar	ativa	O menino está a abraçar o avô.	
				1 2 3 4
24	secar	ativa	O rapaz está a secar o pai.	
				1 2 3 4
25	tapar	passiva	O menino está a ser tapado pelo pai.	
				1 2 3 4
26	carregar	ativa	O rapaz está a carregar o menino.	
				1 2 3 4

Figura 2. Folha de registo de respostas, com dados identificativos das crianças.

3.1.1.3. Resultados

Na análise levada a cabo, foram utilizados testes não paramétricos¹²² para avaliar a significância das diferenças entre as condições em estudo, uma vez que o número de indivíduos em cada grupo analisado é inferior a 30. Ao realizar-se este tipo de testes, está ser a avaliada a diferença entre as frequências de respostas certas de cada indivíduo e a mediana das frequências de respostas certas de todos os indivíduos. Por essa razão, o parâmetro explorado foi a mediana e não a média¹²³.

Assim, para todas as comparações entre grupos, foi aplicado o Teste Mann-Whitney¹²⁴. Quando a comparação é realizada dentro de um mesmo grupo, entre várias condições, foi utilizado o Teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas (considerando o facto de ser a mesma criança a responder às diferentes condições, o resultado dos testes não é independente).

Para verificar se existe diferenças entre as frequências dos quatro tipos de resposta dentro de cada uma das condições ativa e passiva, foi utilizado o teste de Friedman que permite analisar a diferença entre mais de duas condições simultaneamente para amostras emparelhadas. Assumindo um nível de significância de 5%¹²⁵, considerou-se que a diferença entre as proporções é estatisticamente significativa quando o *p-value* é < 0.05.

¹²² A análise estatística dos dados das experiências 1, 2 e 3 foi efetuada pela Dra. Rute Vieira. A escolha de testes não paramétricos deve-se ao facto de o número de participantes por grupo ser inferior a 30. Uma desvantagem apontada aos testes não paramétricos, quando comparados com os paramétricos “é não serem tão potentes, ou seja, não encontrarem tantas diferenças entre os dados, quando elas realmente existem” (Pereira 2004:166). Não obstante, pensamos que os nossos dados apresentam resultados significativos e preponderantes sobre a interpretação da passiva em português europeu.

¹²³ Os testes não paramétricos recorrem à mediana, enquanto os paramétricos usam a média.

¹²⁴ Como estão a ser comparados grupos com indivíduos distintos, utiliza-se este teste que é adequado para comparar amostras independentes. Este teste é a alternativa mais comum aos testes t para amostras independentes (Pereira 2004:174).

¹²⁵ “É o limite que se toma como base para afirmar que um certo desvio é decorrente do acaso ou não. São aceites como estatisticamente significativos os níveis $P=0,05$ e $P=0,01$, ou seja, 5% e 1% respetivamente. Intuitivamente, poderíamos pensar que um *p-value* de 0.01 seria estatisticamente mais significativo do que um *p-value* de 0.005, mas tal não é o mais adequado. A partir do momento em que é definido o nível de confiança, todos os resultados são "estatisticamente significativos" ou "estatisticamente não significativos". No entanto, há alguns autores que fazem uma distinção no grau de significância e utilizam símbolos para o fazer, mas estas denominações não estão normalizadas.

A partir de um nível de significância convencionado (alfa), os desvios são devidos à lei do acaso e o resultado é considerado não significativo. Na prática, considera-se satisfatório o limite de 5% de probabilidade de erro, não sendo significativas as diferenças que tiverem uma probabilidade acima desse limite. O nível de significância deve ser estabelecido antes de a experiência ser realizada e corresponde ao risco que se corre de rejeitar uma hipótese verdadeira ou aceitar uma hipótese falsa. A significância de um resultado também é denominada de valor *p* (*p-value*)” (Pereira 2004).

Tal como se esperava, o grupo de controlo respondeu corretamente à totalidade das questões, atingindo, portanto, um nível de desempenho de 100%.

Em relação ao desempenho nas frases ativas, verifica-se que 86% das crianças com três anos, 91% das crianças com quatro anos e 93% das crianças com cinco anos escolhem a resposta certa, não tendo surgido, portanto, dificuldades de maior ao nível da interpretação da frase ativa, tal como se pode constatar a partir da tabela 7:

Grupo Etário	Alvo	Inversa	3º Agente	Neutra
3 anos	0.86	0.080	0.023	0
4 anos	0.91	0.057	0.034	0
5 anos	0.93	0.045	0.011	0
Controlo	1	0	0	0

Tabela 7. Resultados obtidos na avaliação das respostas perante as frases ativas.

Já no que diz respeito às frases passivas, as crianças mais novas diversificam as respostas pelas várias opções disponíveis. Assim, aos três anos, a escolha da opção acertada corresponde a 63%; a resposta inversa corresponde a 28%; a resposta 3º agente corresponde a 5,7%; enquanto a resposta neutra corresponde a 2,3%. Nos grupos etários 4 e 5, as respostas Inversa e 3.º agente são também escolhidas pelas crianças, ainda que com uma percentagem mínima. O grupo de controlo tem uma taxa de acerto de 100%, tal como já tínhamos referido:

Grupo Etário	Alvo	Inversa	3º Agente	Neutra
3 anos	0.63	0.28	0.057	0.023
4 anos	0.77	0.18	0.045	0
5 anos	0.91	0.068	0.023	0
Controlo	1	0	0	0

Tabela 8. Resultados obtidos na avaliação das respostas perante as frases passivas.

O gráfico 1 ilustra as opções das crianças e do grupo de controlo:

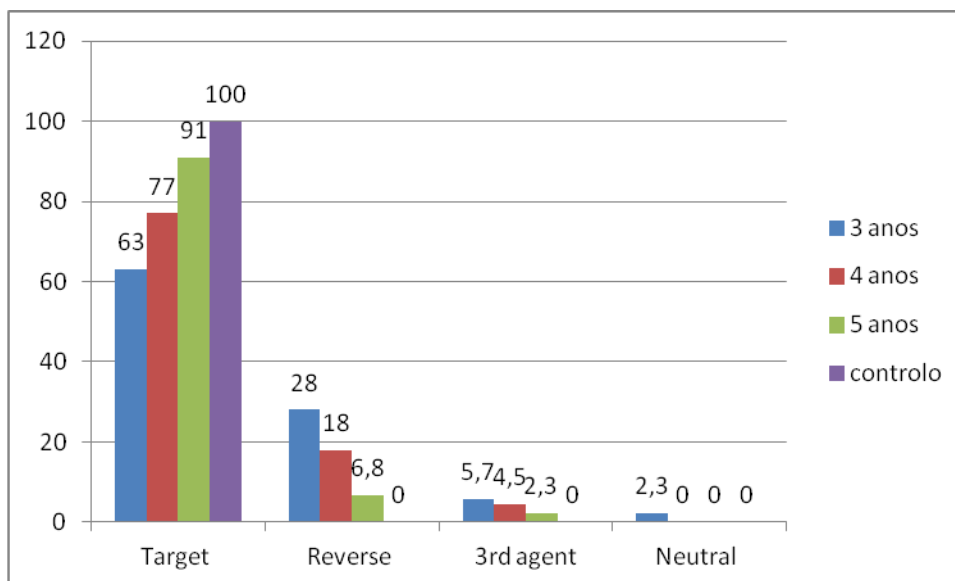


Gráfico 1. Resultados obtidos na avaliação das respostas perante as frases passivas.

Para todas as faixas etárias e ambas as condições passiva e ativa, a variação mais utilizada é a imagem inversa como nos indicam os resultados observados. Como seria de esperar, nas respostas passivas, é na faixa etária dos três anos que há a mais elevada escolha de resposta imagem inversa 28%, seguindo-se a faixa dos quatro anos, que seleciona a opção imagem inversa em 18% das respostas. Aos cinco anos, a escolha por esta opção fica-se pelos 6,8%.

A primeira comparação que importa agora fazer é entre o desempenho que as crianças tiveram relativamente à interpretação das frases ativas e das correspondentes passivas. Os dados mostram que a diferença só é relevante estatisticamente nas faixas etárias dos três e quatro; aos cinco anos as crianças têm um desempenho na interpretação das passivas ao mesmo nível que nas ativas, ou seja, 90% e 93%, respetivamente.

Grupo Etário	Ativa-alvo	Passiva-alvo	P-value
3 anos	0.86	0.64	<0.0001
4 anos	0.91	0.77	0.0001
5 anos	0.93	0.90	0.0662

Tabela 9. Resultados obtidos com o teste Mann-Whitney U na avaliação da diferença entre as frequências de respostas corretas entre a ativa e passiva.

Podemos verificar que, para as crianças de três anos, o valor mediano da percentagem de respostas corretas na ativa é de 86%, e a diferença relativamente aos

64% da passiva é altamente significativa ($p < 0.0001$). O mesmo acontece para o grupo dos quatro anos ($p = 0.0001$), cujas percentagens diferem em 14 pontos. Dentro da faixa etária dos cinco anos, a diferença de 7% entre ativa e passiva revela-se insignificante em termos estatísticos ($p = 0.0662$).

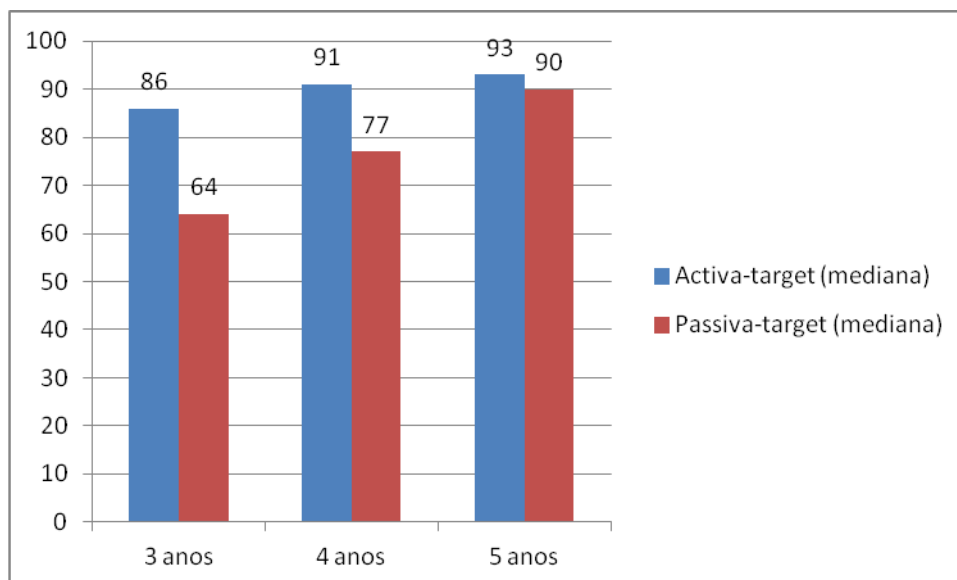


Gráfico 2. Resultados obtidos na avaliação das respostas perante frases ativas e passivas.

No gráfico 2, é visível a evolução que ocorre na interpretação das ativas, mas sobretudo na interpretação das frases passivas. Como se pode constatar, a construção ativa não suscita dificuldades mesmo para as crianças de três anos. Em relação à passiva, o gráfico mostra o progresso que ocorre na interpretação da construção em análise: há uma linha ascendente que revela que quanto mais idade tiver a criança, melhor será o seu desempenho, atingindo 90% de correção nas respostas, aos cinco anos.

Os dados que apresentamos seguidamente confirmam também esta tendência, isto é, se compararmos os grupos entre si, incluindo o grupo de controlo, vemos que há sempre uma diferença estatisticamente significativa entre um grupo e outro, o que pode ser confirmado pelos *p-values* apresentados. Por exemplo, o desempenho do grupo dos três anos é de 64%, enquanto o do grupo de quatro é de 77%, sendo esta diferença relevante ($p = 0.0001$).

Grupo Etário	Passiva	P-value
3 vs 4	0.64 / 0.77	<0.0001
3 vs 5	0.64 / 0.90	<0.0001
3 vs C	0.64 / 1	<0.0001
4 vs 5	0.77 / 0.90	0.0008
4 vs C	0.77 / 1	<0.0001
5 vs C	0.90 / 1	<0.0001

Tabela 10. Resultados obtidos na comparação entre grupos no que respeita à interpretação das frases passivas.

Constatamos assim que o fator idade é fundamental na aquisição da passiva agentiva. Quanto à ativa, a análise da percentagem de respostas certas dadas por cada criança entre grupos etários e em relação ao grupo de controlo originou os seguintes resultados:

Grupo Etário	Ativa	P-value
3 vs 4	0.86 / 0.91	0.2339
3 vs 5	0.86 / 0.93	0.0220
3 vs C	0.86 / 1	<0.0001
4 vs 5	0.91 / 0.93	0.309
4 vs C	0.91 / 1	<0.0001
5 vs C	0.93 / 1	<0.0001

Tabela 11. Resultados obtidos na comparação entre grupos no que respeita à interpretação das frases ativas.

Os valores indicam que não existe diferença significativa entre a percentagem de respostas corretas na ativa entre os grupos 3 vs 4 ($p=0.2339$) e 4 vs 5 ($p=0.309$). Para todas as restantes comparações, os grupos distinguem-se entre si de forma altamente significativa. A comparação entre as faixas etárias dos três e cinco revela um *p-value* moderadamente significativo ($p = 0.022$), mas suficiente para considerar a diferença estatisticamente pertinente. Ainda que de forma muito mais atenuada, também na ativa o fator idade é importante.

A tabela abaixo apresenta, com maior minúcia, essa distinção na interpretação das ativas e das passivas, evidenciando os valores mínimos e máximos obtidos, bem como as médias, em cada uma das faixas etárias.

Grupo Etário	Ativa			Passiva		
	min.	max.	méd.	min.	max.	méd.
3 anos	0.49	1	0.87	0.27	0.90	0.61
4 anos	0.7	1	0.91	0.43	0.95	0.79
5 anos	0.67	1	0.94	0.50	1	0.92

Tabela 12. Resultados obtidos na comparação entre grupos no que respeita à interpretação da ativa e da passiva com valores mínimos, máximos e médias.

Mais uma vez se constata que a média do desempenho das crianças na ativa é de 87% aos três anos, enquanto na passiva atinge os 79% aos quatro anos. No entanto, é importante salientar que, aos três anos, o melhor desempenho em relação à passiva atinge valores ao nível dos 90%. Tal parece indicar que, aos três anos, há crianças que não se confrontam com dificuldades na interpretação da passiva.

Passando agora para uma comparação entre a passiva longa e a passiva curta, obtivemos os resultados expostos na tabela 13. Todos os *p-values* resultaram em valores superiores a 0.05, fornecendo evidência de não existir uma diferença estatisticamente significativa entre a percentagem mediana de respostas corretas entre a passiva curta e a passiva longa, em nenhuma das faixas etárias.

Grupo Etário	Passiva curta	Passiva longa	P-value
3 anos	0.636	0.545	0.0761
4 anos	0.773	0.818	0.5894
5 anos	0.909	0.955	0.1944

Tabela 13. Resultados obtidos na comparação entre grupos no que respeita à interpretação.

Note-se, no entanto, que, enquanto na faixa etária dos três anos, há um melhor entendimento da passiva curta, já nas duas faixas seguintes, a interpretação da passiva longa parece sair favorecida.

É importante também tentar perceber qual a opção escolhida pelas crianças nos casos em que não selecionaram a imagem adequada. A tabela 14 resume os resultados obtidos, considerando as quatro respostas passíveis de ser utilizadas pelas crianças: alvo, inversa, 3º agente e neutra.

Grupo Etário	Condição	Alvo	Inversa	3º Agente	Neutra	P-value
3 anos	Ativa	0.86	0.080	0.023	0	<0.0001
	Passiva	0.63	0.28	0.057	0.023	<0.0001
	P-value	<0.0001	<0.0001	0.0004	0.7192	
4 anos	Ativa	0.91	0.057	0.034	0	<0.0001
	Passiva	0.77	0.18	0.045	0	<0.0001
	P-value	0.0001	0.0001	0.0664	0.3046	
5 anos	Ativa	0.93	0.045	0.011	0	<0.0001
	Passiva	0.91	0.068	0.023	0	<0.0001
	P-value	0.0662	0.0068	0.4988	0.4795	
Controlo	Ativa	1	0	0	0	<0.0001
	Passiva	1	0	0	0	<0.0001
	P-value	0.1597	0.7389	0.2568	0.317	

Tabela 14. Resultados obtidos na comparação entre grupos no que respeita à interpretação das frases ativas e passivas, considerando as quatro respostas possíveis.

Como seria de esperar, de acordo com as diferenças observadas na frequência de cada tipo de resposta dentro de cada faixa etária e dentro da passiva e ativa, o teste de Friedman mostra-nos que existe uma diferença altamente significativa entre as frequências medianas dos quatro tipos de resposta (última coluna da tabela). Ao compararmos dentro de cada grupo as frequências do mesmo tipo de resposta, mas entre condições (ativa vs passiva) verificamos que para os três, quatro e cinco anos existe uma diferença altamente significativa entre as medianas da frequência de respostas Inversa ($p < 0.0001$, $p = 0.0001$, $p = 0.0068$, respetivamente). Altamente significativa é também a diferença entre respostas 3º agente para as crianças dos três anos ($p = 0.0004$).

Para todas as faixas etárias e ambas as condições passiva e ativa, a opção mais utilizada é a inversa como nos indicam as frequências observadas. Tal poderá significar que, quando as crianças desconhecem a interpretação da frase, optam por analisá-la através da manutenção da ordem canónica dos constituintes. Como tal, em primeiro lugar, surgiria o agente e nunca o paciente. Essa interpretação incorreta justifica então a opção pela resposta inversa. Retomaremos esta análise na secção 3.1.1.4.

Passemos agora à comparação entre o desempenho na parte com personagens femininas da tarefa e na parte com personagens masculinas. Ao contrário do que esperávamos, a variável género teve um impacto significativo no grupo de crianças de cinco anos, ou seja, este grupo revelou um melhor desempenho na parte feminina da tarefa do que na masculina.

Grupo Etário	Feminino – passiva	Masculino – passiva	P-value
3 anos	0.61	0.61	0.5692
4 anos	0.82	0.77	0.1659
5 anos	0.95	0.88	0.0043
Controlo	1	1	0.7389

Tabela 15. Resultados obtidos na comparação entre grupos no que respeita ao desempenho na parte feminina e na parte masculina da tarefa.

Contudo, parece-nos que outros fatores poderão estar aqui implicados, nomeadamente os verbos utilizados nas frases femininas e nas frases masculinas. Os verbos *carregar* e *divertir*, que surgem nas frases com as personagens masculinas, foram aqueles que suscitaram mais dificuldades às crianças, como adiante veremos. Como tal, parece-nos não serem relevantes os valores apurados no grupo das crianças de cinco anos.

No gráfico 3, estão representadas as medianas da frequência de respostas corretas obtidas para cada um dos 22 verbos utilizados neste estudo.

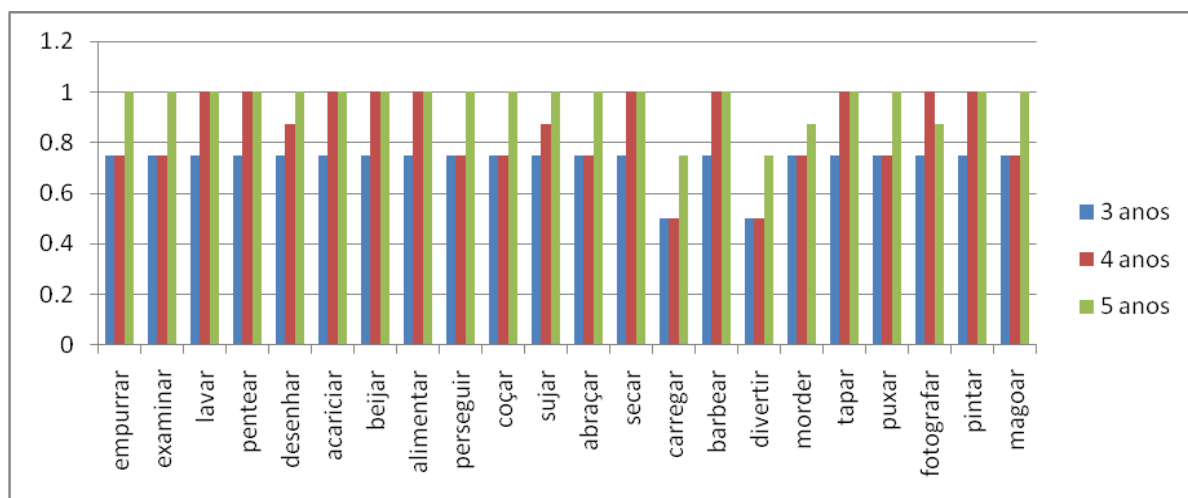


Gráfico 3. Mediana da frequência de respostas corretas obtidas para cada um dos 22 verbos.

Como podemos observar, para o grupo dos três anos, a mediana ronda os 0.75, sendo exceção apenas os verbos *carregar* e *divertir*. A dificuldade com os dois verbos referidos é comum a todas as faixas etárias. Pensamos que é possível explicar os baixos desempenhos pelo facto de a estrutura argumental do verbo *divertir* neste contexto não ser a mais comum (mas sim a construção reflexa), por um lado; e o verbo *carregar* ser geralmente utilizado em situações de não reversibilidade, por outro¹²⁶. Mais facilmente

¹²⁶ Tendo em conta a análise do *corpus* oral C-ORAL-ROM que é apresentada na secção 3.2.2, vemos que o verbo *carregar* surge uma vez na passiva, enquanto o verbo *divertir* não surge nesta construção.

ouviremos a frase “*Os homens carregam os sacos*” do que “*Os homens carregam as mulheres.*” O gráfico parece também indicar que a dificuldade em lidar com aproximadamente 50% dos verbos diminui no grupo de crianças de quatro anos.

3.1.1.4. Discussão dos resultados

Na discussão dos resultados obtidos a partir deste estudo experimental, convém retomar as hipóteses que o orientaram:

Hipótese 1: A interpretação de frases passivas é tardia quando comparada com a interpretação de frases ativas.

Hipótese 2: A compreensão de passivas longas suscita maiores dificuldades do que a compreensão de passivas curtas.

Relativamente à Hipótese 1, o nosso estudo mostra que há um atraso na aquisição de passivas em português europeu quando comparadas com as frases ativas, tal como descrito anteriormente para outras línguas. Assumindo que um desempenho ao nível de 75% de respostas certas é equivalente ao desempenho de um adulto (tal como comumente aceite), aos três anos as crianças já adquiriram a estrutura ativa e, a partir dos quatro, já mostram ter a passiva estabilizada, revelando um desempenho de 77% de respostas corretas.

Os nossos dados suportam a hipótese de que há uma dificuldade generalizada com passivas nos estádios iniciais. Contudo, afigura-se pertinente lembrar que obtivemos também resultados individuais de crianças de três anos com um desempenho superior a 90%. Tal significa que havendo crianças que manifestam algumas limitações de desempenho, outras há que exibem um domínio ao nível do adulto na interpretação da passiva.

A hipótese 2 previa que a compreensão de passivas longas acarretaria maiores dificuldades do que a compreensão de passivas curtas. Como constatámos anteriormente, esta hipótese foi formulada a partir do trabalho de Borer & Wexler (1987), que defendia que as passivas curtas seriam mais fáceis de compreender uma vez que seriam interpretadas como adjetivais. Para os autores, a passiva adjetival não requer movimento-A e, como tal, não é afetada pela ACDH. Quando a criança é confrontada com uma passiva agentiva, não consegue formar uma cadeia-A e, possivelmente, não compreenderá a frase. No entanto, poderá atribuir uma interpretação adjetival à frase e

conseguir interpretá-la. Como não foram observadas diferenças significativas entre a interpretação de passivas longas e de passivas curtas, os nossos resultados não indicam que as crianças estejam a recorrer a uma interpretação adjetival das passivas verbais. Se isso acontecesse, o desempenho nas passivas curtas seria muito melhor, quando comparado com o desempenho nas passivas longas.

Como vimos anteriormente, a comparação entre passivas e estudos em que se testa a inacusatividade mostra, contudo, que não há um problema generalizado com cadeias-A (Snyder, Hyams & Crisma 1995; Guasti 2002; Friedmann & Costa 2010, entre outros). Estes estudos têm sido tidos em linha de conta quando se trata de refutar a hipótese segundo a qual seria o movimento-A que estaria a inibir um desempenho adequado por parte das crianças.

Tendo em conta a tabela 8, nota-se que a resposta mais frequente quando a criança erra na interpretação da frase passiva é a resposta inversa. Uma análise possível é a de que as crianças revelam perceber a atividade descrita pela frase, mas a opção pela imagem inversa evidencia a dificuldade em analisar a frase que mostra uma ordem de apresentação de papéis temáticos que não é a canónica. Assim sendo, podemos referir que existe uma preferência pela ordem canónica como estratégia quando as crianças não entendem a passiva. É neste sentido que se pode afirmar que, para algumas crianças, a passiva poderá analisar-se como ativa. Note-se que, aos três anos, as crianças têm um desempenho ao nível dos 64% de correção o que é substancialmente superior aos 50% correspondentes ao nível do acaso. Parece que as crianças não bloqueiam perante a construção, interpretando antes a frase como ativa.¹²⁷

Também Rubin (2009) levantara a possibilidade de as crianças estarem a interpretar a estrutura passiva como uma estrutura ativa. Para isso, a autora baseou-se nos resultados abaixo do nível do acaso, distinguindo-os dos resultados ao nível do acaso. Para a autora, ambos são distintos e reveladores de interpretações diferentes, como vimos na secção 2.2.3.4, deste trabalho.

Também relativamente aos dados do Português do Brasil, Rubin (2009) refere que as respostas de crianças de cinco e seis anos, num teste sobre aquisição de passivas

¹²⁷ Relembremos o caso do catalão (Armon-Lotem *et al.* 2012), em que, na interpretação das passivas longas, as crianças mostraram uma forte preferência pela interpretação inversa (ordem canónica dos constituintes), o que poderá revelar falta de habilidade para manipular dois argumentos em vez de um. Na interpretação da passiva curta as crianças tiveram 84.62% de acerto enquanto na interpretação da passiva longa a percentagem foi de 33.65 (cf. Secção 2.7)

com verbos agentivos, não mostram diferença significativa entre passivas longas e curtas.

Tendo em conta os resultados disponibilizados pela tabela 13, convém referir que, havendo vários estudos que mostram que as passivas longas são mais raras do que as passivas curtas no discurso oral, quer em português, quer noutras línguas (Crawford 2012: 179), o certo é que as crianças não denunciam, na sua atuação, essas diferenças no *input*. Os resultados semelhantes nas passivas longas e curtas sugerem que não é a frequência de passivas no *input* que determinará o conhecimento da passiva, nem tão-pouco a diferença entre a exposição a passivas longas e curtas.

Ainda relativamente a este primeiro estudo experimental, importa referir que se encontravam reunidas as chamadas condições de sucesso, mencionadas por O'Brien *et al.* (2006), o que pode ajudar a explicar, para o português, os bons resultados das crianças a partir dos quatro com as passivas. As mesmas condições de sucesso não parecem ter evitado que, em catalão, as crianças tivessem tido um desempenho de 33.65% perante passivas longas, e que em lituano esse desempenho tivesse sido de 45.51%, como vimos na secção 2.7.

Na próxima secção deste trabalho, mostramos a segunda experiência que efetuámos, que tem como objetivo aferir o desempenho das crianças perante frases ativas e passivas com verbos agentivos e não agentivos.

3.1.2. Estudo experimental 2: a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos e não agentivos

A concretização deste segundo estudo experimental encontra fundamento na necessidade de se aferir se o facto de estarmos perante construções com verbos não agentivos poderá acarretar implicações para a análise de frases passivas, na esteira de Fox & Grodzinsky (1998). Neste sentido, a hipótese de trabalho que formulamos é a seguinte:

Hipótese 3: A compreensão de passivas com verbos não agentivos suscita maiores dificuldades do que a compreensão de passivas com verbos agentivos.

Para Fox & Grodzinsky (1998), a atribuição do papel temático é feita diretamente pela preposição, com verbos agentivos, o que seria facilmente interpretável pelas crianças. Com verbos não agentivos, haverá um conflito de papéis temáticos que originará complicações na interpretação de passivas longas. Fox & Grodzinsky (1998)

argumentam que são as propriedades temáticas do agente da passiva que explicam as dificuldades das crianças com as passivas, dado que as crianças não conseguem transmitir o papel temático externo do SV para o agente da passiva. Nesta perspetiva, seria de esperar que a interpretação da passiva curta revelasse resultados tão bons como os da ativa. Como vimos, tal não foi corroborado pelos dados obtidos perante a primeira experiência.

3.1.2.1. Participantes

A experiência que levámos a cabo consistiu na aplicação de um teste de compreensão com uma Tarefa de Juízo de Valor de Verdade¹²⁸ (Crain & Thornton 1998) que visa testar a interpretação de ativas e de passivas curtas e longas com verbos agentivos e com verbos não agentivos. A definição de verbos não agentivos que nos interessa para este estudo é uma definição ampla. A característica essencial partilhada pelos verbos incluídos na experiência é a atribuição de um papel temático que não o de agente ao sujeito da frase ativa¹²⁹.

Os testes foram realizados entre janeiro de 2011 e março de 2011, tendo sido testadas 75 crianças (42 do sexo masculino e 33 do sexo feminino) que frequentavam dois jardins de infância do concelho de Lisboa¹³⁰. As crianças foram selecionadas tendo em conta a sua idade e a língua materna. Todas tinham o português como língua materna, eram monolíngues e não estavam diagnosticadas com qualquer patologia que pudesse perturbar o seu desempenho no teste. O grupo de controlo foi constituído por 25 adultos do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 22.

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Média de idades
3;1.25-3;10.28	16	9	25	3;7.16
4;0.04-4;11.16	14	11	25	4;5.18
5;0.27-5;11.19	12	13	25	5;6.15
18;2.14-22;8.25	0	25	25	19;6.14

Quadro 8. Faixa etária, sexo e média de idades dos participantes na Experiência 2.

¹²⁸ Este tipo de tarefa, também muito utilizado em estudos de aquisição, é diferente da que utilizámos na experiência 1. Muitos dos estudos sobre aquisição de passivas apresentam como opção metodológica este tipo de teste (cf. Crain *et al.* 2009; Hirsch & Wexler 2006).

¹²⁹ Num estudo de 1985, Maratsos *et al.* visavam testar a compreensão em passivas com verbos agentivos (ex. *morder*) e passivas com não agentivos (ex. *ver*). Ganger *et al.* (2009) também recorrem à classificação de verbos agentivos e não agentivos para um estudo sobre aquisição de estruturas passivas. Como verbos agentivos utilizam *dropped, eaten, carried, kissed, held, washed, shaken, hugged, kicked* e como não agentivos *watched, forgotten, heard, known, remembered, believed, liked, seen, hated*.

¹³⁰ Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São Domingos de Benfica e Jardim de Infância da Horta Nova.

3.1.2.2. Descrição

O objetivo desta experiência é o de verificar se o desempenho que as crianças demonstram na interpretação de frases passivas está diretamente relacionado com o tipo de verbo que lhes é apresentado: agentivo ou não agentivo. Esta experiência é feita no seguimento de Fox & Grodzinsky (1998), que afirmam que as dificuldades que as crianças exibem com as passivas estão relacionadas com a interpretação do agente da passiva, quando associado à existência de verbos não agentivos. As crianças controlam todos os aspetos da passiva, exceto a transmissão do papel temático externo do predicado ao agente da passiva.

Mais uma vez, achamos conveniente destacar o critério levado em linha de conta para estabelecer a distinção entre verbos agentivos e verbos não agentivos. A característica essencial revelada pelos verbos não agentivos incluídos na experiência é a atribuição de um papel temático que não o de agente ao sujeito da frase ativa.

Na perspetiva de Marques (1998: 76), podem ser reunidos três critérios para a definição de verbo agentivo, nomeadamente a intencionalidade, o papel no desencadeamento do processo e o controlo sobre o resultado do processo. A autora aponta ainda a não obrigatoriedade simultânea dos três critérios. Os verbos agentivos que escolhemos para integrar o nosso estudo experimental, como veremos adiante, cumprem esses critérios.¹³¹

Neste estudo, seis condições foram testadas: frases ativas com verbos agentivos e não agentivos, frases passivas longas e curtas com verbos agentivos e não agentivos. No total, o teste foi constituído por 42 frases-estímulo, distribuídas do seguinte modo: sete ativas com verbos agentivos e sete ativas com verbos não agentivos, sete passivas curtas com verbos não agentivos, sete passivas longas com verbos não agentivos, sete passivas curtas com verbos agentivos, sete passivas longas com verbos agentivos. A lista completa dos itens testados constitui o Anexo 3. Considerámos a hipótese de introduzir frases-estímulo que funcionariam como distratores. Contudo, este aspeto foi ignorado para se evitar um teste demasiado longo (o que seria inadequado tendo em conta a idade das crianças).

¹³¹ Para Marques (1998: 90), os verbos agentivos não são estados e os verbos não agentivos podem ser estados.

A partir dos verbos analisados, Marques (1998: 93) verifica que “as construções ativas com verbos agentivos podem ser atividade ou *achievements*, enquanto as construções ativas com verbos menos claramente agentivos serão preferencialmente *achievements*, embora a leitura de atividade não esteja completamente afastada”.

Todas as frases foram formuladas no presente do indicativo¹³², tal como mostram os seguintes exemplos:

(6) O menino ama o avô. (ativa não agentiva)

(7) O avô é amado pelo menino. (passiva longa não agentiva)

(8) O avô é amado. (passiva curta não agentiva)

Na seleção dos verbos foram tidas em conta várias questões pertinentes. Assim, foram considerados a reversibilidade do verbo, a sua agentividade ou não agentividade; e o conhecimento do mundo¹³³. Todas as frases eram semanticamente reversíveis, de modo a que a interpretação tivesse por base apenas o conhecimento gramatical. O facto de os argumentos serem semanticamente reversíveis permitiu garantir as condições de *plausible assent and dissent* (Crain *et al.* 1996)¹³⁴. Segundo estas condições, um juízo de valor de verdade só é lícito se no contexto for aceitável mais do que uma hipótese de resposta. No nosso estudo experimental, garantimos a presença de dois argumentos com as mesmas características não só ao nível de traços semânticos mas também de género. Deste modo, ambos poderão concorrer para uma mesma posição sintática, sendo então possível a existência de duas respostas diferentes.

Os verbos agentivos e não agentivos utilizados nesta experiência foram os que abaixo se apresentam. Na seleção dos verbos não agentivos, elegemos como critério único o facto de o sujeito da frase ativa não receber o papel temático de agente¹³⁵, pelo que será fácil identificar outros aspetos que em muito diferenciam os verbos selecionados entre si. Os verbos agentivos foram retomados a partir do primeiro estudo experimental.

Verbos Agentivos	Verbos não Agentivos
empurrar	avistar
lavar	odiar
pentear	ver
abraçar	adorar
pintar	detestar

¹³² Apesar de o pretérito perfeito ser um tempo relativamente neutro em termos aspetuais uma vez que não provoca grandes alterações nas propriedades aspectuais básicas do predicado em que ocorre (Cunha 98: 39-41), optámos por formular as frases no presente.

¹³³ Teria sido importante ter verificado o conhecimento das crianças face aos verbos testados, através da aplicação de um teste prévio de conhecimento lexical.

¹³⁴ 'Now let us suppose that we have chosen to make the test sentences True on the adult interpretation for the question to be felicitous, then, the assertion must be In doubt some point during the trial. Therefore, some outcome other than the actual one should be conceivable at some point during the trial. Let us call this feature of the design the Condition of Plausible Dissent (Crain *et al.* 1996: 116).

¹³⁵ No contexto relevante.

tapar	ouvir
fotografar	amar

Quadro 9. Verbos agentivos e não agentivos utilizados no estudo experimental 2.

Todas as crianças foram testadas na totalidade das frases. Despendemos em média 15 minutos com cada criança, numa sessão única. Os testes foram aplicados individualmente em pequenas salas sossegadas.

Como referimos, a experiência 2 consistiu na aplicação de uma Tarefa de Juízo de Valor de Verdade¹³⁶. A situação experimental baseou-se na apresentação de uma imagem à criança a quem era pedido depois que indicasse se a frase ouvida correspondia ou não ao desenho apresentado¹³⁷. Foi geralmente feita uma descrição da imagem, não tendo, contudo, sido mencionados os verbos em análise. Todos os desenhos tinham sempre duas personagens animadas, que podiam ser humanas ou não humanas.

Antes da aplicação do teste, foi efetuada uma familiarização com a tarefa, com as imagens e com as personagens. Esta familiarização torna-se necessária no sentido de facilitar o desempenho da criança, por um lado, e de confirmar que ela percebe o contexto, por outro. Deste modo, garante-se que a sua atuação não fica comprometida.

Cada item de teste foi repetido no máximo uma vez. As crianças não eram corrigidas quando erravam nas respostas. Todas as respostas das crianças foram registadas, tendo sido feito um registo para cada criança. A cada criança foi atribuído um código que permite a sua identificação. Para além disso, as respostas foram codificadas com 1 (Sim) e 2 (Não).

3.1.2.3. Resultados

Na análise levada a cabo, foram utilizados testes não paramétricos para avaliar a significância das diferenças entre as condições em estudo, uma vez que o número de indivíduos em cada grupo analisado é inferior a 30. Ao realizar-se este tipo de testes, está ser a avaliada a diferença entre as frequências de respostas certas de cada indivíduo e a mediana das frequências de respostas certas de todos os indivíduos. Por essa razão, o parâmetro explorado foi a mediana e não a média.

¹³⁶ Apesar de alguma literatura apontar críticas à fiabilidade de alguns métodos experimentais, é importante notar que a Tarefa de Juízo de Valor de Verdade oferece uma medida fiável da competência linguística das crianças (Crain & Thornton 1998).

¹³⁷ Todas as imagens apresentadas constituem o anexo 4.

Assim, para todas as comparações entre grupos, foi aplicado o Teste Mann-Whitney¹³⁸. Quando a comparação é realizada dentro de um mesmo grupo, entre várias condições, foi utilizado o Teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas (considerando o facto de ser a mesma criança a responder às diferentes condições, o resultado dos testes não é independente).

Assumindo um nível de significância de 5%, considerou-se que a diferença entre as proporções é estatisticamente significativa quando o *p-value* < 0.05.

Tal como seria de esperar, o grupo de controlo respondeu acertadamente à totalidade das questões, atingindo um nível de desempenho de 100%.

Em relação às frases ativas agentivas, verifica-se que o desempenho das crianças das três faixas etárias foi ao nível dos 100%. Estes dados estão em conformidade com os dados relativos à experiência 1, ou seja, na interpretação de frases ativas com verbos agentivos as crianças de três, quatro e cinco anos têm um desempenho ao nível do adulto.

No entanto, quando se trata da interpretação de ativas mas com verbos não agentivos, as dificuldades surgem. Aos três e quatro anos, as crianças têm um desempenho que não atinge o nível do adulto, ou seja, 71%. Só aos cinco anos atingem 86% de correção nas respostas. Os *p-values* relativos à comparação entre ativas agentivas e não agentivas são sempre significativos.

Faixa etária	Ativa Agentiva	Ativa não Agentiva	P-value
3 anos	100%	71%	0.002508
4 anos	100%	71%	<0.0001
5 anos	100%	86%	0.00012

Tabela 16. Resultados na interpretação das frases ativas agentivas e não agentivas.

A partir destes dados, podemos constatar que as frases ativas são problemáticas apenas quando as crianças se confrontam com verbos não agentivos.¹³⁹ O gráfico 4 confirma precisamente a não agentividade como fator de perturbação no desempenho das crianças de três e quatro anos:

¹³⁸Como estão a ser comparados grupos com indivíduos distintos, utiliza-se este teste que é adequado para comparar amostras independentes.

¹³⁹ Seria interessante, no futuro, verificar se estas dificuldades relacionadas com questões de agentividade/não agentividade se mantêm com outras estruturas.

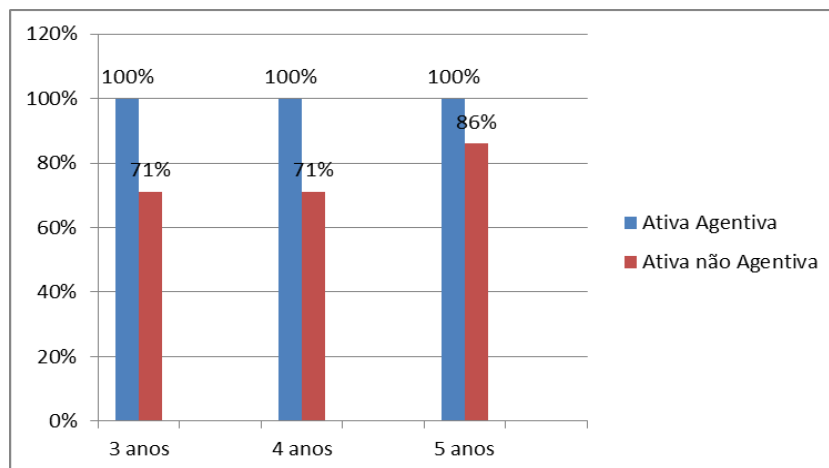


Gráfico 4. Resultados da interpretação das frases ativas agentivas e não agentivas.

Quanto à interpretação de passivas com verbos agentivos, como podemos ver na tabela 17, os dados mostram que, aos três anos, as crianças respondem ao nível do acaso (mais uma vez os dados da experiência 2 corroboram os dados da experiência 1, atingindo a partir dos quatro o nível de resposta considerado de um adulto, 79%). Já em relação à passiva não agentiva, em nenhuma das três faixas etárias foi atingido o desempenho dos adultos: aos cinco anos, as crianças ainda mostram uma percentagem de 64% de acerto, portanto, abaixo dos 75% considerados ao nível do adulto. A diferença entre a interpretação da passiva agentiva e da passiva não agentiva é estatisticamente relevante a partir dos quatro anos: $p=0.00014$.

Faixa etária	Passiva Agentiva	Passiva não Agentiva	P-value
3 anos	50%	50%	0.909
4 anos	79%	50%	0.00014
5 anos	93%	64%	<0.0001

Tabela 17. Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas.

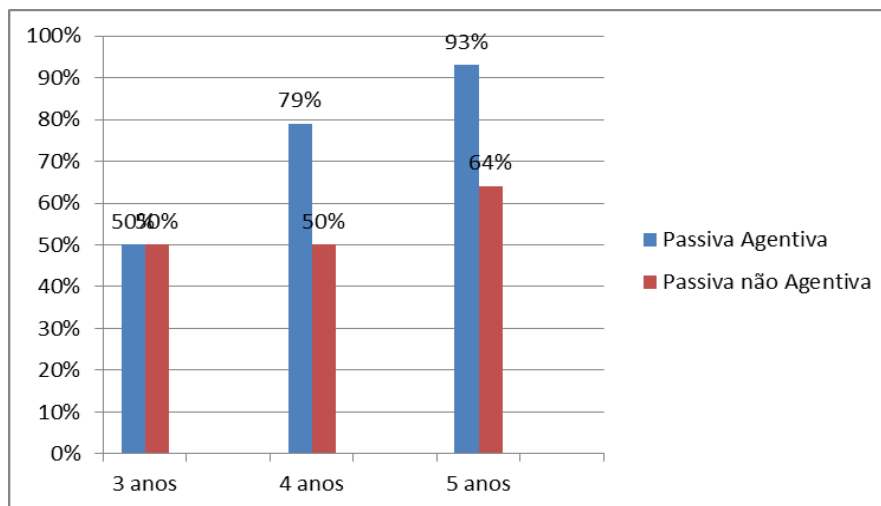


Gráfico 5. Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas.

O gráfico mostra uma evolução na compreensão da passiva agentiva dependente da idade, tal como já revelado pelos dados da experiência 1. No entanto, o fator idade parece não ter o mesmo impacto na interpretação de passivas não agentivas.

Foi também feita uma análise que visava comparar o desempenho na compreensão de passivas agentivas e não agentivas curtas e passivas agentivas e não agentivas longas. Os resultados apontam no mesmo sentido da interpretação de passivas agentivas e não agentivas no geral, como se pode ver na tabela 18:

Faixa etária	Passiva Agentiva Curta	Passiva não Agentiva curta	P-value	Passiva Agentiva Longa	Passiva não Agentiva Longa	P-value
3 anos	43%	57%	0.961	43%	43%	0.8075
4 anos	86%	57%	<0.0001	86%	43%	0.0003037
5 anos	100%	71%	<0.0001	100%	57%	<0.0001

Tabela 18. Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas curtas e longas.

Construído a partir dos dados da tabela 18, o gráfico 6 mostra, de modo claro, que aos três anos as crianças interpretam ao nível do acaso as passivas agentivas curtas e longas, atingindo aos quatro anos resultados muito melhores, 86%. No que concerne à passiva não agentiva curta e longa, em nenhuma das faixas etárias em análise são atingidos resultados superiores a 71%.

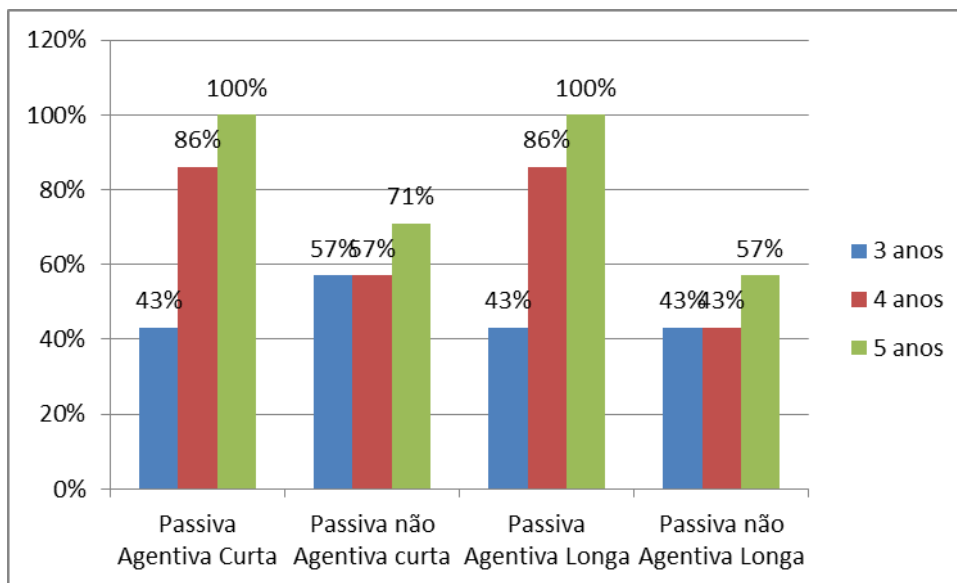


Gráfico 6. Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas curtas e longas.

Quando falamos em passivas agentivas, as crianças têm um desempenho idêntico quer sejam curtas ou longas¹⁴⁰. No entanto, ao analisar a interpretação das passivas não agentivas, notamos que o desempenho das crianças é superior quando o agente da passiva não está expresso. Contudo, as diferenças não são significativas, como se pode ver pelos *p-values* apresentados na tabela 19, onde retomamos parcialmente os dados da tabela 18:

Faixa etária	Passiva não Agentiva curta	Passiva não Agentiva Longa	P-value
3 anos	57%	43%	0.79
4 anos	57%	43%	0.57
5 anos	71%	57%	0.08

Tabela 19. Resultados na interpretação das frases passivas não agentivas curtas e longas.

Apesar de parecer haver melhores resultados na interpretação da passiva não agentiva curta nas três faixas etária, do ponto de vista estatístico os valores não são significativos.

Para verificarmos o desempenho que as crianças tiveram em cada um dos verbos no global, consideremos o gráfico 7, onde estão representadas as medianas da frequência de respostas corretas obtidas para cada um dos sete verbos agentivos utilizados neste estudo, nas três condições: ativa (A), passiva curta (PC) e passiva longa (PL).

¹⁴⁰ Tal como na experiência 1 em que foram testados apenas verbos agentivos.

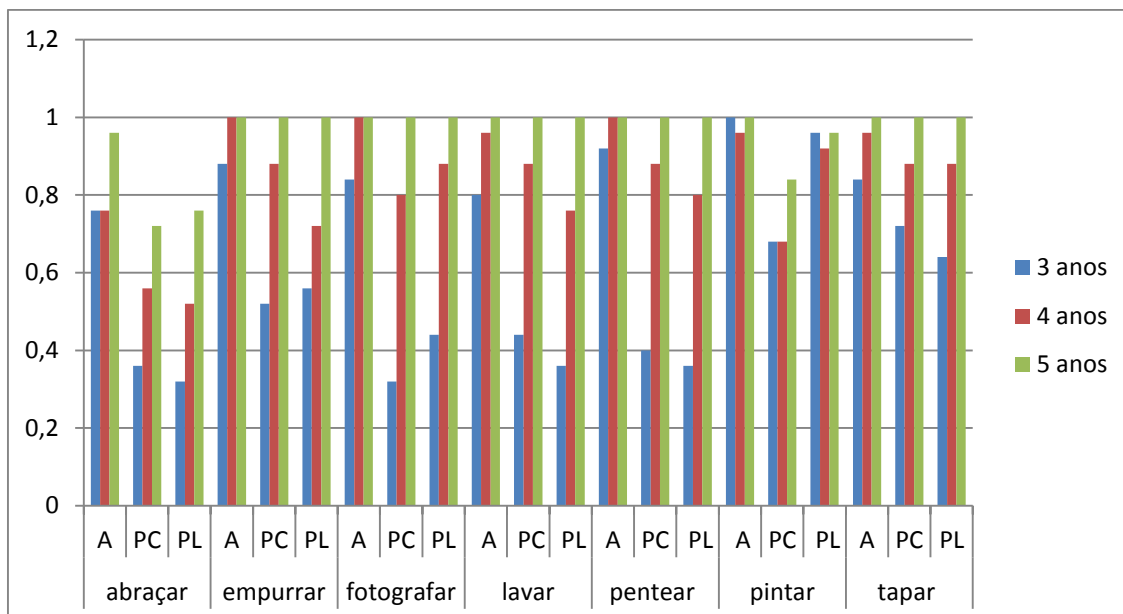


Gráfico 7. Mediana da frequência de respostas corretas obtidas para cada um dos sete verbos agentivos.

No gráfico 8, estão representadas as medianas da frequência de respostas corretas obtidas para cada um dos sete verbos não agentivos utilizados neste estudo.

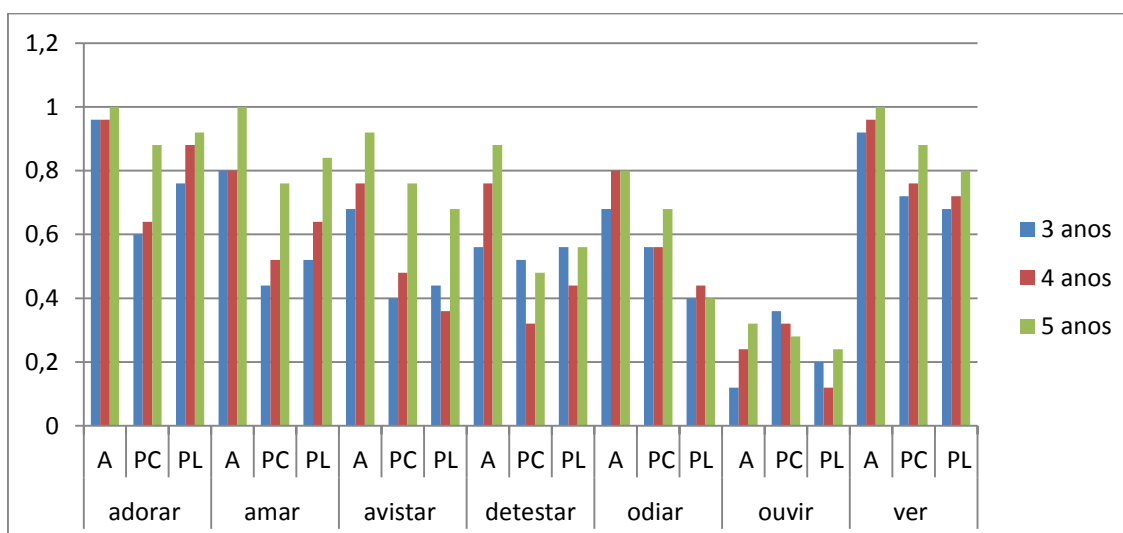


Gráfico 8. Mediana da frequência de respostas corretas obtidas para cada um dos sete verbos não agentivos.

O que verificamos é que há um conjunto específico de verbos que, no geral, não representam dificuldades para a criança, nomeadamente os verbos *adorar*, *ver*, *pintar* e *tapar*. Constatamos que dois dos verbos são agentivos e dois são não agentivos. Torna-se ainda importante destacar os verbos que são problemáticos, não se atingindo em qualquer das faixas etárias a sua compreensão plena: *detestar*, *odiar* e *ouvir*. Mais adiante tentaremos fornecer algumas explicações para estes dados.

A tabela 20 retoma a frequência de respostas certas para cada verbo agentivo e condição.

	abraçar A	abraçar PC	abraçar PL	empurrar A	empurrar PC	empurrar PL
3 anos	0,76	0,36	0,32	0,88	0,52	0,56
4 anos	0,76	0,56	0,52	1	0,88	0,72
5 anos	0,96	0,72	0,76	1	1	1
	fotografar A	fotografar PC	fotografar PL	lavar A	lavar PC	lavar PL
3 anos	0,84	0,32	0,44	0,8	0,44	0,36
4 anos	1	0,8	0,88	0,96	0,88	0,76
5 anos	1	1	1	1	1	1
	pentear A	pentear PC	pentear PL	pintar A	pintar PC	pintar PL
3 anos	0,92	0,4	0,36	1	0,68	0,96
4 anos	1	0,88	0,8	0,96	0,68	0,92
5 anos	1	1	1	1	0,84	0,96
	tapar A	tapar PC	tapar PL			
3 anos	0,84	0,72	0,64			
4 anos	0,96	0,88	0,88			
5 anos	1	1	1			

Tabela 20. Frequência de respostas certas para cada verbo agentivo e condição.

A tabela 21 mostra a frequência de respostas certas para cada verbo não agentivo e condição:

	adorar A	adorar PC	adorar PL	amar A	amar PC	amar PL
3 anos	0,96	0,6	0,76	0,8	0,44	0,52
4 anos	0,96	0,64	0,88	0,8	0,52	0,64
5 anos	1	0,88	0,92	1	0,76	0,84
	avistar A	avistar PC	avistar PL	detestar A	detestar PC	detestar PL
3 anos	0,68	0,4	0,44	0,56	0,52	0,56
4 anos	0,76	0,48	0,36	0,76	0,32	0,44
5 anos	0,92	0,76	0,68	0,88	0,48	0,56
	odiar A	odiar PC	odiar PL	ouvir A	ouvir PC	ouvir PL
3 anos	0,68	0,56	0,4	0,12	0,36	0,2
4 anos	0,8	0,56	0,44	0,24	0,32	0,12
5 anos	0,8	0,68	0,4	0,32	0,28	0,24
	ver A	ver PC	ver PL			
3 anos	0,92	0,72	0,68			

4 anos	0,96	0,76	0,72
5 anos	1	0,88	0,8

Tabela 21. Frequência de respostas certas para cada verbo não agentivo e condição.

Como sabemos, a interpretação da frase ativa pode servir como medida para verificar o desempenho da criança em relação a determinado verbo. Assim, os verbos em que as crianças não tiveram um desempenho ao nível do adulto logo aos três anos foram *detestar, avistar, odiar e ouvir*.

O verbo *ouvir* foi o que se revelou de mais difícil interpretação. Uma vez que sabemos que este verbo é bastante usado¹⁴¹, cremos que a dificuldade que aqui se colocou se deveu a questões metodológicas, ou seja, à pouca clareza da imagem apresentada. No entanto, dado que o grupo de controlo teve também um desempenho de 100% perante este verbo, decidimos mantê-lo, ainda que conscientes de que possa constituir um *outlier*.

Como sabemos, o verbo *ouvir* pode ser considerado como um verbo de perceção. Nem todos os verbos desse tipo têm um estatuto idêntico no uso linguístico: alguns verbos de perceção são mais usados do que outros, revelando um carácter mais polissémico. A hierarquia proposta por Viberg (1983, *apud* Whitt 2010: 251), baseada num estudo tipológico interlinguístico, deixa transparecer precisamente o grau de polissemia atribuído ao verbo *ouvir*¹⁴²:

Sight > Hearing > Touch > {Smell, Taste}

O que poderá não ter ficado explícito no desenho apresentado às crianças foi precisamente a não intencionalidade do ato de audição realizado pela personagem apresentada.

¹⁴¹ O verbo *ouvir* tem uma frequência elevada no *corpus* C-ORAL-ROM.

¹⁴² Para Viberg (1983, *apud* Whitt 2010: 251), torna-se necessário estabelecer uma distinção entre verbos de perceção orientados para o sujeito e verbos de perceção orientados para o objeto. No primeiro caso, temos os verbos transitivos cujo sujeito gramatical é o *perceiver*, sendo o seu papel na ação enfatizado. Estes verbos podem ainda ser divididos em verbos agentivos e verbos de experienciador (*experiencer perception verbs*). O verbo de perceção agentivo orientado para o sujeito pressupõe um ato de perceção intencional:

- i. Karen listened to the music.
- ii. Karen smelled the iris with delight. (Whitt 2010: 251)

Os verbos de experienciador não têm implícito esse carácter volitivo:

- i. Karen heard the music.
- ii. Karen tasted the garlic in the soup. (Whitt 2010: 251)

Relativamente aos verbos orientados para o objeto, sendo intransitivos, “the object of perception, rather than the perceiver himself, is the gramatical subject of object-oriented perception verbs (...) and the agent of perception is sometimes wholly absent form the clause.” (Whitt 2010: 252)

- i. Karen looks healthy.
- ii. The cake tastes good.

Por sua vez, os verbos *avistar*, *detestar* e *odiar* são aqueles que suscitaram mais oscilação nas respostas. Pensamos que, no caso de *detestar* e *odiar*, a carga negativa que estes verbos transportam possa ter influenciado o desempenho das crianças. Em relação ao verbo *avistar*¹⁴³, o facto de ser um verbo raro no *input* da criança pode ter tido implicações.

Ao atentarmos nos verbos não agentivos *amar*, *adorar* e *ver*, constatamos que a interpretação que as crianças fizeram das frases ativas contendo estes verbos teve um nível de acerto a partir dos 80% logo aos três anos, enquanto nas passivas correspondentes, só há estabilidade na interpretação a partir dos cinco anos. São, na verdade, os únicos verbos não agentivos interpretados pelas crianças de cinco anos na passiva. Tal parece mostrar que, se apresentarmos verbos com os quais as crianças estejam familiarizadas e que não apresentem qualquer conotação negativa, o desempenho melhorará. Destacamos, na tabela 22, estes três verbos:

	adorar A	adorar PC	adorar PL
3 anos	0,96	0,6	0,76
4 anos	0,96	0,64	0,88
5 anos	1	0,88	0,92
	amar A	amar PC	amar PL
3 anos	0,8	0,44	0,52
4 anos	0,8	0,52	0,64
5 anos	1	0,76	0,84
	ver A	ver PC	ver PL
3 anos	0,92	0,72	0,68
4 anos	0,96	0,76	0,72
5 anos	1	0,88	0,8

Tabela 22. Percentagem de respostas certas para os verbos *adorar*, *amar* e *ver*.

O que notamos é que, aos cinco anos, as crianças já demonstram um desempenho considerado ao nível do adulto em frases passivas com os verbos *adorar*, *amar* e *ver*.

Nas tabelas 23-25, mostra-se os *p-values* da comparação entre condições utilizando o teste Wilcoxon para cada verbo e para cada faixa etária. O que se nota é que, tal como tínhamos visto, a diferença entre a passiva curta e a passiva longa é geralmente insignificante do ponto de vista estatístico nas três faixas etárias. Já quando se compara, por exemplo, a ativa e a passiva longa, por um lado, e a ativa e a passiva

¹⁴³ Este verbo não surgiu no *corpus* de Santos (2006) nem no *corpus* C-ORAL-ROM.

curta, por outro, o que se nota é que as diferenças são significativas para muitos verbos e nas três faixas etárias:

	3 anos		
	A vs PL	A vs PC	PC vs PL
abraçar	0,0009	0,0124	0,7055
adorar	0,05878	0,0027	0,1573
amar	0,01963	0,006656	0,4142
avistar	0,08326	0,0522	0,7389
detestar	1	0,763	0,6547
empurrar	0,01141	0,006656	0,7055
fotografar	0,007526	0,000312	0,3173
lavar	0,000911	0,006656	0,4795
odiar	0,01963	0,3173	0,1573
ouvir	0,3173	0,01431	0,1573
pentear	0,000183	0,000789	0,7055
pintar	0,3173	0,004678	0,01963
tapar	0,05878	0,08326	0,4142
ver	0,03389	0,05878	0,6547

Tabela 23. P-values da comparação entre condições utilizando o teste Wilcoxon para cada verbo na faixa etária dos três anos.

	4 anos		
	A vs PL	A vs PC	PC vs PL
abraçar	0,03389	0,1317	0,7055
adorar	0,1573	0,004678	0,01431
amar	0,1573	0,03481	0,2568
avistar	0,001565	0,01963	0,08326
detestar	0,02092	0,002282	0,08326
empurrar	0,008151	0,08326	0,1573
fotografar	0,08326	0,02535	0,1573
lavar	0,05878	0,3173	0,1797
odiar	0,006656	0,05778	0,3173
ouvir	0,1797	0,4795	0,02535
pentear	0,02535	0,08326	0,3173
pintar	0,3173	0,008151	0,03389
tapar	0,1573	0,1573	1
ver	0,03389	0,05878	0,5637

Tabela 24. P-values da comparação entre condições utilizando o teste Wilcoxon para cada verbo na faixa etária dos quatro anos.

	5 anos		
	A vs PL	A vs PC	PC vs PL
abraçar	0,02535	0,03389	0,7389
adorar	0,1573	0,08326	0,5637
amar	0,0455	0,01431	0,3173
avistar	0,01431	0,0455	0,3173
detestar	0,004678	0,001565	0,3173
empurrar	1	1	1
fotografar	1	1	1
lavar	1	1	1
odiar	0,003892	0,2568	0,008151
ouvir	0,1573	0,7055	0,6547
pentear	1	1	1
pintar	0,3173	0,0455	0,08326
tapar	1	1	1
ver	0,02535	0,08326	0,4142

Tabela 25. P-values da comparação entre condições utilizando o teste Wilcoxon para cada verbo na faixa etária dos cinco anos.

O que podemos destacar é que à medida que a idade avança, também as diferenças entre ativa e passiva se vão desvanecendo, dado que a interpretação desta estrutura se vai tornando mais acessível para a criança.

Tendo em conta os vários resultados que fomos apresentando ao longo desta secção, podemos apontar algumas conclusões:

- i. o desempenho em relação à ativa não agentiva é consideravelmente pior do que em relação à ativa agentiva, em todas as faixas etárias;
- ii. os resultados obtidos perante a passiva não agentiva revelam-se inferiores aos resultados obtidos perante a passiva agentiva;
- iii. o facto de a passiva ser longa ou curta não é estatisticamente relevante no que diz respeito à interpretação, tendo as crianças manifestado desempenhos geralmente semelhantes;
- iv. relativamente às frases passivas com verbos não agentivos, o que se nota é que, se colocarmos de parte os casos que poderão ser considerados problemáticos por vários motivos (*ouvir, odiar, detestar, avistar*), a não agentividade por si só não parece constituir um fator determinante para a interpretação das frases passivas.

Tal como previsto por Fox & Grodzinsky (1998) e outros autores (Hirsch & Wexler 2006), o nosso estudo mostra que, globalmente, as passivas não agentivas são de mais difícil interpretação do que as passivas agentivas.

Tendo em consideração as conclusões apresentadas, passaremos, na secção seguinte, à discussão dos resultados disponíveis.

3.1.2.4. Discussão dos resultados

Na discussão dos resultados obtidos a partir deste estudo experimental, convém recuperar a hipótese inicialmente formulada:

Hipótese 3: A compreensão de passivas com verbos não agentivos suscita maiores dificuldades do que a compreensão de passivas com verbos agentivos.

Retomando Fox & Grodzinsky (1998), o que os autores propunham era uma justificação para a dificuldade manifestada pelas crianças com passivas não agentivas assente na atribuição do papel temático associado à *by-phrase*. As crianças teriam um melhor desempenho em passivas com verbos agentivos, porque o papel temático de agente é atribuído diretamente pela preposição *by*, não havendo, portanto, transmissão temática. A dificuldade com as passivas não agentivas seria justificada pelo facto de a transmissão do papel temático sobrecarregar a capacidade de processamento da criança. Portanto, são as propriedades temáticas do agente da passiva que contribuem para um melhor ou pior desempenho da criança, segundo os autores.

Em conformidade com Fox & Grodzinsky (1998), o nosso estudo mostra, de facto, que as passivas não agentivas são de mais difícil interpretação do que as passivas agentivas. Neste sentido, a hipótese 3 revela-se como mais adequada tendo em conta os dados que apresentamos. No entanto, ao contrário do que os autores reclamam, o problema não se desvanece com as passivas curtas não agentivas. A interpretação destas passivas devia ser mais fácil, dada a não realização do agente da passiva. Se são as propriedades temáticas do agente da passiva que constituem a origem da dificuldade, vemos que o facto de o agente não estar expresso não retira a dificuldade à interpretação. Nas passivas não agentivas curtas, o agente está implícito, e as crianças continuam a manifestar dificuldades. A tabela 18 mostra, como já vimos, que as crianças têm um melhor desempenho na interpretação de passivas não agentivas curtas. No entanto, o desempenho ao nível do adulto não é registado em qualquer das faixas etárias.

Por outras palavras, e tendo em mente os nossos resultados, vemos que a presença do agente da passiva não é um fator determinante na interpretação da passiva,

isto é, o facto de o agente da passiva estar presente não vai trazer dificuldades adicionais para a interpretação dessa estrutura.

O fator que assume relevância é a não agentividade do predicado. Também para outras línguas se viu que as passivas com verbos não agentivos são mais difíceis, o que nos pode fazer questionar os próprios verbos utilizados nos vários estudos experimentais. Verbos como *amar*, *odiar*, *ver* e *ouvir* são de uso recorrente quando se trata de testar a compreensão de passivas com verbos não agentivos. Relembremos que Maratsos *et al.* (1985), no seu segundo estudo experimental, usaram os verbos *see*, *hear*, *like*, *love*, *hate* e *remember*; Fox & Grodzinsky (1998) testaram *hear* e *see*; e O'Brien *et al.* (2006) usaram *see*, *like* e *hear*.

Parece-nos pertinente questionar se o facto de serem utilizados recorrentemente os mesmos verbos nos vários estudos nas diferentes línguas não terá implicações nos resultados obtidos. Os resultados mais fracos nas passivas com verbos não agentivos, quando comparados com os das passivas com verbos agentivos, poderão dever-se às propriedades específicas daqueles verbos.

Na tentativa de explicar os desempenhos inferiores com verbos não agentivos, Júnior (2012), num dos estudos experimentais que levou a cabo, mostrou precisamente que a impossibilidade de determinar a afetação do SN, com os verbos *ver*, *ouvir*, *admirar* e *respeitar* elevou a dificuldade da tarefa para as crianças. Por sua vez, havendo a traço de afetação com mudança de estado (*assustar*, *magoar*, *irritar* e *animar*), o desempenho das crianças foi tão bom como com verbos agentivos. Nas frases que testámos com verbos não agentivos, não está presente o traço de afetação o que poderá explicar os baixos resultados.

Depois destes resultados é legítimo questionar o fraco desempenho no que respeita à compreensão de passivas com verbos não agentivos. De acordo com os dados que disponibilizámos, parece-nos adequado justificá-los tendo em conta quatro pontos. Em primeiro lugar, a explicação pode ter uma base metodológica. Os desenhos com verbos não agentivos são mais difíceis de descrever e as crianças podem ter maiores dificuldades com essas imagens. Em segundo lugar, os verbos não agentivos são menos comuns no *input* em geral e no *input* fornecido às crianças, em particular¹⁴⁴. Em terceiro lugar, o facto de não estar presente um SN com o traço de afetação poderá tornar a

¹⁴⁴ Daremos conta dos dados do *input* na secção 3.2.

interpretação mais difícil. Finalmente, outras propriedades específicas dos verbos em causa poderão explicar as dificuldades manifestadas.

De qualquer modo, os resultados obtidos em relação à passiva agentiva estão em conformidade com os resultados apurados no primeiro estudo experimental: aos quatro anos, o desempenho situa-se nos 79%. Apesar das diferentes metodologias utilizadas em ambas as experiências, o certo é que foram atingidos os mesmos resultados. Parece então adequado afirmar que questões metodológicas não terão tido influência nos resultados, pelo menos no que diz respeito à aquisição de passivas agentivas.

Não obstante, consideramos que as condições de sucesso referidas por O'Brien *et al.* (2006) não foram totalmente satisfeitas, na medida em que as imagens apresentadas tinham apenas dois intervenientes. Os autores notaram que tipicamente as histórias usadas na Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade para passivas continham apenas duas personagens: uma que atua sobre outra. O'Brien *et al.* (2006) afirmam que o agente da passiva é essencialmente usado quando há dúvidas sobre quem possa ser o agente/ experienciador. Nesse sentido, muitas vezes, o uso do agente da passiva é fundamental. Se não está presente um potencial agente/ experienciador na história, então o recurso à *by-phrase* não é motivado. Este condicionamento pode contribuir para uma *performance* menos favorável com passivas longas. É portanto fundamental a existência de um 3º agente para que as condições de sucesso para o uso da *by-phrase* estejam então reunidas. Apesar de o nosso *design* experimental ter falhado nesse aspeto, os resultados parecem-nos continuar válidos, na medida em que, relativamente às passivas agentivas, os resultados são muitos semelhantes aos encontrados no primeiro estudo experimental, em que se encontravam reunidas as condições de sucesso.

Um dos aspetos interessantes que ressaltam deste segundo estudo experimental assenta nos resultados obtidos relativamente à ativa não agentiva. Na verdade, quando esperávamos que o desempenho estivesse próximo do do adulto, tal não aconteceu, especialmente no grupo das crianças de três e quatro anos. Sabendo também que, de um modo geral, nas passivas não agentivas, os resultados não atingiram o nível do adulto, é fácil concluir que questões relacionadas com a não agentividade poderão causar dificuldades suplementares às crianças.

Alguns autores (Suzuki 2002) preferem justificar a baixa *performance* na interpretação de frases ativas com fatores como a desatenção ou a falta de memória das crianças. No seu estudo sobre a interpretação de ativas e passivas em japonês, no

sentido de neutralizar os efeitos desta variável, o autor preferiu focar a sua análise apenas nos resultados das crianças que tiveram um desempenho ao nível do adulto nas frases ativas. Pelo contrário, no nosso estudo experimental 2, optámos por manter a comparação entre ativas e passivas nas frases não agentivas, porque, por um lado, não é claro porque é que haveria desatenção ou falta de memória apenas nestes casos; por outro lado, se atentarmos nas respostas de uma criança (cod.50) da faixa etária dos 4 anos, verificamos a seguinte prestação individual:

Ativa agentiva	Passiva agentiva	Passiva longa agentiva	Passiva curta agentiva	Ativa não agentiva	Passiva não agentiva	Passiva longa não agentiva	Passiva curta não agentiva
1	0,928571	0,857143	1	0,428571	0,285714	0,285714	0,285714

Tabela 26. Resultados relativos ao desempenho individual de uma criança de 4 anos (cod.50).

Vemos, portanto, que esta criança tem um desempenho ao nível do adulto em todas as condições com verbos agentivos, revelando um desempenho muito pobre em todas as condições com verbos não agentivos. Parece poder concluir-se que a explicação mais satisfatória para os dados encontrados no que diz respeito à interpretação de ativas não agentivas diz precisamente respeito à não agentividade do verbo e não a fatores extralinguísticos.

Continuando a análise, se tivermos em conta os dados das experiências 1 e 2, referentes aos verbos agentivos, não existe uma diferença na interpretação das passivas longas e curtas. No entanto, ao analisar a interpretação das passivas não agentivas, notamos que o desempenho das crianças é melhor quando o agente da passiva não está presente. As diferenças não são, contudo, estatisticamente significativas, como vimos. Os dados apontam, portanto, para uma interação de um fator essencial que contribui para a interpretação da estrutura em análise: agentividade/ não agentividade.

3.1.3. Estudo experimental 3: a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos e não agentivos

Depois de apurados os resultados relativos ao estudo experimental 2, apresentado na secção precedente, sentimos a necessidade de efetuar um outro estudo que tentasse aferir exatamente o mesmo, ou seja, a aquisição de passivas com verbos não agentivos, mas recorrendo a outra metodologia. Neste sentido, decidimos levar

avante este terceiro estudo experimental que tem subjacente novamente a Hipótese 3, mas que recorre a um Teste de Pergunta/Resposta, seguindo Rubin (2009).

O principal motivo que levou à alteração da metodologia prende-se com o facto de a utilização de imagens para testar frases com verbos não agentivos poder exercer efeitos indesejáveis, tal como apontado por vários autores (Júnior 2012). A metodologia utilizada por Rubin (2009) pareceu-nos adequada por ter sido usada também para testar interpretação de estruturas passivas, entre outros motivos.

Assim sendo, os objetivos subjacentes à realização da referida experiência mantêm-se inalterados, isto é, pretendemos verificar se o desempenho que as crianças demonstram na interpretação de frases passivas está diretamente relacionado com o tipo de verbo que lhes é apresentado: agentivo ou não agentivo. Esta experiência concretiza-se no seguimento de Fox & Grodzinsky (1998), que defendem que as dificuldades que as crianças manifestam perante as passivas se relacionam com a interpretação do agente da passiva em frases com verbos não agentivos.

3.1.3.1. Participantes

A experiência encetada consistiu num Teste de Pergunta/ Resposta que visa aferir a compreensão de ativas e de passivas curtas e longas com verbos agentivos e com verbos não agentivos.

Os testes foram realizados em janeiro de 2012, tendo sido testadas 67 crianças que frequentavam um jardim de infância do concelho de Lisboa. As crianças foram selecionadas tendo em conta a sua idade e a língua materna. Todas tinham o português como língua materna, eram monolíngues e não estavam diagnosticadas com qualquer patologia que pudesse perturbar o seu desempenho na tarefa. O grupo de controlo foi constituído por 22 adultos, com idades compreendidas entre os 18 e os 22, sendo a média de idades 18;9 anos.

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Média de idades
3;1.14-3;11.28	6	14	20	3;7
4;0.16-4;11.03	16	7	23	4;5
5;0.00-5;11.30	13	11	24	5;6
18;2.14-22;8.25	2	20	22	18;9

Quadro 10. Faixa etária, sexo e média de idades das crianças e adultos participantes no estudo experimental 3.

3.1.3.2. Descrição

O estudo experimental 3 consistiu na aplicação de um Teste de Pergunta/Resposta. O mesmo tipo de teste foi utilizado em Rubin (2009), tendo sido denominado de “Interrogando o Agente da Ação”. Para a autora, o objetivo do estudo experimental foi o de verificar se as crianças interpretam o primeiro SN de uma frase ativa longa como agente/ causador, através de perguntas feitas sobre o agente/ causador da ação de uma frase passiva.¹⁴⁵

No nosso estudo, três condições foram testadas: frases ativas com verbos não agentivos, frases passivas longas com verbos agentivos e frases passivas longas com não agentivos. No total, o teste foi constituído por 21 frases-estímulo, tendo sido os itens utilizados neste teste parcialmente retomados do estudo experimental 2. Assim, foram testadas 21 frases, das quais sete eram passivas longas com verbos não agentivos, sete passivas longas com verbos agentivos e sete ativas, com os verbos agentivos *empurrar, lavar, pentear, abraçar, pintar, tapar, fotografar*; e os não agentivos: *avistar, odiar, ver, adorar, ouvir, detestar, amar*. Optou-se por não testar a passiva curta uma vez que não houve, no estudo anterior, diferenças significativas relativamente à passiva longa. Para além disso, dado que o investigador perguntava sobre o agente da ação, tal pergunta não seria adequada se um agente da passiva não estivesse presente. Todas as frases foram formuladas no presente do indicativo, tal como mostram os seguintes exemplos¹⁴⁶:

(9) A menina vê a avó. (ativa com verbo não agentivo)

(10) A mãe é amada pela filha. (passiva longa com verbo não agentivo)

(11) O rapaz é tapado pelo pai. (passiva longa com verbo agentivo)

No início do nosso teste, era explicado à criança que, depois de ouvir duas vezes uma frase dita pelo investigador, teria de responder à pergunta proferida. Assim, para a frase “A menina é empurrada pela amiga”, a pergunta colocada seria: “Quem é que empurra?”. Na folha individual de registo, a resposta correta (*a amiga*) foi marcada com 1, enquanto a resposta incorreta foi marcada com 0 (*a menina*). Para além destas duas respostas previsíveis, algumas crianças referiam, por vezes, nomes de amigos ou

¹⁴⁵ Também Sim-Sim (2006) utilizou o mesmo tipo de metodologia para aferir a interpretação que crianças falantes de PE faziam de passivas reversíveis. Obteve, no entanto, resultados diferentes dos de Rubin (Cf. Secção 2.8).

¹⁴⁶ A lista de todas as frases testadas encontra-se no anexo 5.

familiares como sendo quem encetava a ação. Tais respostas foram consideradas incorretas, tendo sido marcadas com 0.

Numa fase inicial, foram testadas três frases de treino (uma ativa e duas passivas) de modo a que as crianças se habituassem ao teste e para que o fator “novidade” não tivesse implicações. As frases do teste foram organizadas de modo aleatório.

As crianças não eram corrigidas quando erravam nas respostas. Todas as respostas foram registadas. A cada criança foi atribuído um código que permite a sua identificação. Todas as crianças foram testadas em todas as frases. Despendemos em média 15 minutos com cada criança, numa sessão única. Os testes foram aplicados individualmente numa pequena sala do jardim de infância.

3.1.3.3. Resultados

Para esta análise foram utilizados os dados de quatro amostras de indivíduos correspondendo a três grupos de crianças que foram classificadas de acordo com as suas faixas etárias e ao grupo de controlo. Nesta análise, e porque o número de indivíduos em cada grupo analisado é inferior a 30, foram utilizados testes não paramétricos para avaliar a significância das diferenças entre as condições em estudo. Ao realizar este tipo de testes estamos a avaliar a diferença entre as proporções de respostas certas de cada indivíduo e a mediana das proporções de respostas certas de todos os indivíduos. Por essa razão, nesta análise o parâmetro explorado é a mediana e não a média.

Assim, dado que estão a ser comparados grupos com indivíduos distintos, foi aplicado o Teste Mann-Whitney U para todas as comparações entre grupos, revelando-se este teste adequado para comparar amostras independentes. Quando a comparação é realizada dentro de um mesmo grupo, entre várias condições, foi utilizado o Teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas (considerando o facto de ser a mesma criança a responder às diferentes condições, o resultado dos testes não é independente).

Assumindo um nível de significância de 5%, foi considerado que a diferença entre as proporções é estatisticamente significativa quando o p-value é < 0.05 .

Como esperado, o grupo de controlo respondeu corretamente à totalidade das questões, atingindo, portanto, um nível de desempenho de 100%.

Tal como havíamos constatado pelos resultados do estudo experimental 2, as crianças revelaram novamente um desempenho pobre no que diz respeito à interpretação da ativa com verbos não agentivos, como se pode ver na tabela 27:

Faixa etária	Ativa não Agentiva
3 anos	29%
4 anos	71%
5 anos	57%

Tabela 27. Resultados na interpretação das frases ativas não agentivas.

Em nenhuma das faixas etárias, as crianças conseguiram ter um desempenho idêntico ao do adulto, tendo o valor mais alto sido alcançado pelo grupo de crianças de 4 anos, 71%. Estes resultados são inferiores aos que foram apurados a partir da experiência 2. Analisámos alguns resultados individuais de crianças de cinco anos (as duas crianças com os piores resultados na ativa), visando explicar esta aparente aleatoriedade dos dados referentes à interpretação da ativa não agentiva. Os resultados da tabela 28 dizem respeito à quantidade de respostas corretas no total de respostas para as sete frases de cada condição:

	Ativa não agentiva	Passiva agentiva	Passiva não agentiva
Criança 30	1/7	6/7	5/7
Criança 38	2/7	5/7	4/7

Tabela 28. Resultados das crianças 30 e 38 na interpretação das frases ativas não agentivas e passivas agentivas e não agentivas.

O que notamos é que as duas crianças começam por acertar na primeira questão do teste (ativa não agentiva), mas depois a criança 30 erra em todas as outras ativas e a criança 38 apenas acerta em mais uma, totalizando duas respostas corretas na condição ativa não agentiva. O mesmo tipo de efeito foi também encontrado nos resultados individuais de crianças de três e quatro anos. Depois de vistos estes resultados, torna-se importante reparar na ordem em que foram apresentadas as frases:

		Criança 30	Criança 38
1	Ativa	1	1
2	Passiva agentiva	0	0
3	Passiva não agentiva	0	1
4	Passiva agentiva	1	1
5	Ativa	0	0
6	Passiva agentiva	1	0
7	Passiva não agentiva	1	0
8	Ativa	0	0
9	Passiva agentiva	1	1
10	Passiva agentiva	1	1
11	Passiva não agentiva	1	0
12	Ativa	0	0
13	Passiva agentiva	1	1
14	Passiva agentiva	1	1
15	Passiva não agentiva	1	0
16	Ativa	0	0
17	Passiva não agentiva	0	1
18	Ativa	0	1
19	Passiva não agentiva	1	1
20	Ativa	0	0
21	Passiva não agentiva	1	1

Tabela 29 - Resultados das crianças 30 e 38 na interpretação das frases ativas não agentivas e passivas agentivas e não agentivas.

Como vemos, todas as frases ativas apresentadas foram antecedidas por frases passivas, com exceção da primeira. Esta distribuição foi inevitável, na medida em que as frases passivas eram o dobro das ativas, uma vez que não testámos frase ativas agentivas. A não inclusão de frases ativas agentivas neste estudo experimental 3 pareceu-nos justificada pelo facto de se ter verificado, a partir dos estudos experimentais anteriores, a inexistência de dificuldades na interpretação de frases ativas com verbos agentivos.

Esta organização dos itens de teste pode ter tido implicações nas respostas de algumas crianças, na medida em que parece que algumas poderão ter conseguido encontrar um padrão de resposta, ou seja, a pergunta recaía sempre sobre o último SN da frase. Assim sendo, as frases passivas seriam geralmente bem interpretadas, mas não as ativas.

Outra justificação possível poderá relacionar-se com questões de atenção e memória. Na verdade, Pinto (2001) alerta para o seguinte facto:

A atenção é um recurso cognitivo limitado e se uma tarefa é bastante complexa, os recursos atencionais necessários para a processar cabalmente ficam mais rapidamente esgotados. A atenção é um recurso limitado, mas não é fixo. Através da prática continuada e sistemática é possível realizar uma tarefa de forma cada vez mais automática. Pinto (2001: 19)

O automatismo a que se refere Pinto (2001), em conjunto com a ordenação dos itens de teste e com a identificação de um padrão de resposta por parte da criança, poderá ter contribuído para os baixos resultados na interpretação da ativa não agentiva. De qualquer modo, optámos por não descartar os resultados, uma vez que, como veremos na próxima tabela, os resultados apurados na comparação entre passivas agentivas e passivas não agentivas vêm confirmar, mais uma vez, a questão da não agentividade dos verbos como fator de elevada importância. Passemos, por isso, para a interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas. Atentemos na tabela:

Faixa etária	Passiva agentiva	Passiva não agentiva	P-value
3 anos	71%	57%	0.0019
4 anos	85%	57%	0.0006
5 anos	86%	43%	<0.0001

Tabela 30. Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas.

Quando comparamos os resultados obtidos na interpretação da passiva agentiva e não agentiva, novamente constatamos que, a partir dos quatro anos, o desempenho se situa ao nível do do adulto, ou seja, 85%, nas passivas agentivas. Em relação à passiva não agentiva, mais uma vez se notam as fragilidades na interpretação. As diferenças entre ambas as condições são sempre significativas, como se pode ver pelos *p-values* da tabela 30.

Estando a questão da não agentividade em destaque, convém comparar o desempenho nas ativas não agentivas e nas passivas não agentivas:

Faixa etária	Ativa não agentiva	Passiva não agentiva	P-value
3 anos	29%	57%	0.046
4 anos	71%	57%	0.4197
5 anos	57%	43%	0.0312

Tabela 31. Resultados na interpretação das frases ativas e passivas não agentivas.

Como vimos em tabelas anteriores, o que se nota é que na interpretação de frases com verbos não agentivos, os resultados serão sempre inferiores a 75%, quer se trate de

construções ativas ou passivas. A não agentividade dos verbos e questões de ordem extralinguística explicarão os resultados apurados. Algumas crianças das três faixas etárias parecem ter sido sensíveis à organização dos itens de teste e terão eventualmente encontrado um padrão de resposta. Em relação à interpretação da passiva não agentiva, os resultados obtidos com esta experiência corroboram os resultados obtidos anteriormente, pelo que não colocamos em causa a adequação do teste experimental utilizado.

3.1.3.4. Discussão dos resultados

Atendendo a que este estudo experimental retomou a hipótese do estudo anterior, a discussão dos resultados, por se sobrepor em alguns aspetos à apresentada na secção 3.1.2.4, será mais abreviada.

A discussão gira em torno da hipótese de a compreensão de passivas com verbos não agentivos eventualmente suscitar maiores dificuldades do que a compreensão de passivas com verbos agentivos. Mais uma vez se confirma esta hipótese. As crianças têm um melhor desempenho em passivas com verbos agentivos. A explicação adiantada por Fox & Grodzinsky (1998), como já vimos, é a de que a dificuldade com as passivas não agentivas é justificada pelo facto de a transmissão do papel temático sobrecarregar a capacidade de processamento da criança. Desta forma, serão as propriedades temáticas do agente da passiva que condicionam o seu desempenho.

No segundo estudo experimental, aquando da discussão dos resultados na secção 3.1.2.4, adiantámos que questões metodológicas poderiam condicionar os resultados, uma vez que os desenhos para representar verbos não agentivos seriam mais difíceis de desenhar e de interpretar. No entanto, depois de feita esta terceira experiência, o que ressalta é que, tendo-se alterado a metodologia, substituindo um Teste de Julgamento de Valor de Verdade por um que não implicou a existência de imagens, os resultados continuam a apontar na mesma direção. Mais uma vez, parece-nos adequado afirmar que o problema, em português europeu, se prende efetivamente com a não agentividade dos exemplos.

Retomando Rubin (2009), o que a autora verificou foi que a diferença entre verbos agentivos e não agentivos não se mostrou significativa em português do Brasil. Nos dados da autora, o fator reversibilidade teve um papel preponderante, na medida em que influenciou significativamente as respostas das crianças: a média nas passivas não

reversíveis é significativamente maior do que a da passiva reversível. Com resultados acima do nível do acaso na passiva não reversível, as crianças revelam saber que nesse tipo de passivas, o primeiro SN não corresponde ao agente. Contudo, os resultados pouco acima do nível do acaso na passiva longa reversível mostram que as crianças ainda não sabem como interpretar o primeiro SN da passiva.

Noutras duas experiências de compreensão levadas a cabo pela autora, as crianças mostram compreender a passiva longa, ao contrário do que aconteceu com o estudo com a metodologia Pergunta/Resposta. Para Rubin (2009), tal parece indicar que o estudo experimental foi difícil para elas, quando contrastado com o do *Act Out* e da Seleção de Imagem. A metodologia utilizada por Rubin (2009) pareceu-nos adequada quando concebemos o nosso estudo experimental. No entanto, depois de apurados os resultados, vemos que talvez não tenha sido a mais indicada para se usar com crianças, porque, para além de exigir muita atenção, as frases surgem totalmente descontextualizadas e as crianças podem mais facilmente identificar um padrão de resposta. Ao contrário de Sim-Sim (2006), que encontra na descontextualização uma garantia de que as crianças apenas lidarão com a estrutura sintática da frase em causa, parece-nos que tal torna mais complicada a tarefa da criança.

Tal como referido na literatura (Crain & Thornton 1998), há várias críticas que se podem imputar aos mais diversos métodos para recolha de dados de aquisição da língua. Ao utilizar o Teste de Pergunta/ Resposta, pareceria que dificuldades relacionadas com a conceção/ interpretação de imagens ficariam ultrapassadas. Eventualmente, sem um suporte visual, a tarefa poderá ter-se tornado mais difícil para as crianças.

Para além destas questões, o importante seria explicar por que motivo os verbos não agentivos implicariam mais dificuldades do que os agentivos. Como vimos, também o facto de serem menos frequentes do que os agentivos no *input* constitui uma explicação, na perspetiva de alguns autores.

3.1.4. Estudo experimental 4: a aquisição de passivas eventivas, resultativas e estativas

Tendo em conta as recentes propostas de tipologia das construções passivas como eventivas, resultativas e estativas (Embick 2004; Alexiadou e Anagnostopoulou 2008; e Duarte e Oliveira 2010), o objetivo deste quarto estudo experimental é apresentar uma análise da aquisição das estruturas passivas, recorrendo a um teste de

compreensão, que permita avaliar se as crianças distinguem os três tipos de passiva e as suas diferentes propriedades.

Em português europeu, as propriedades das passivas são determinadas pelos verbos que as formam (geralmente, *ser*, *ficar* e *estar*) e pelos participípios passados com os quais se combinam. Na ausência da homofonia sintática que se verifica, por exemplo, em inglês, poderá aqui vislumbrar-se uma tendência para a aquisição tardia destes diferentes tipos de passivas em português. Tendo o auxiliar um papel importante, a sua interpretação nem sempre é evidente, mesmo para os adultos, o que poderá tornar a tarefa das crianças ainda mais difícil.

Assim, a concretização deste estudo experimental fundamenta-se na necessidade de se aferir se as crianças são sensíveis à existência de passivas eventivas, resultativas e estativas, através de juízos de aceitabilidade sobre frases com diferentes auxiliares e constituintes que possibilitam a identificação/diferenciação do tipo de passiva: como sintagmas preposicionais com valor instrumental, orações subordinadas finais e a expressão *em x tempo*. Neste sentido, as hipóteses de trabalho que formulamos são as seguintes:

Hipótese 4: As crianças são sensíveis às diferenças entre as passivas eventivas, resultativas e estativas, distinguindo a conjugação de diferentes auxiliares (*ser*, *ficar*, *estar*) com diferentes constituintes.

Hipótese 5: As crianças têm mais facilidade em distinguir passivas eventivas de estativas do que eventivas de resultativas e resultativas de estativas.

A Hipótese 4 relaciona-se com a possibilidade/ impossibilidade de certos tipos de passivas ocorrerem com os constituintes acima referidos. A ocorrência destes constituintes está dependente de questões como eventividade e/ou agentividade representadas na frase.

A Hipótese 5 está diretamente relacionada com a estrutura sintática proposta para cada uma das estruturas na secção 1.2.3 (Embick 2004; Duarte & Oliveira 2010a, Duarte, no prelo). Por um lado, se a estrutura sintática subjacente a uma passiva eventiva é mais complexa do que aquela que está subjacente à estativa, tal levaria a que houvesse um grande contraste que seria mais facilmente reconhecido pelas crianças. Por outro lado, assumimos que é também mais visível o contraste entre uma frase com marcas muito claras de eventividade e agentividade e uma frase sem quaisquer marcas

desse tipo. Assim, quando as crianças se deparassem com uma passiva eventiva combinada com um sintagma preposicional de valor instrumental aceitariam essa frase, mas não uma passiva estativa com esse mesmo sintagma preposicional. Os exemplos (12) e (13) dão conta desse contraste:

(12) O castelo foi construído com uma pá.

(13) *O castelo está construído com uma pá.

Assim, fornecendo o auxiliar *estar* marcas de não eventividade e de não agentividade à frase em (13), quando esta é combinada com um sintagma preposicional de valor instrumental (*com uma pá*), torna-se agramatical, sendo preterida pela criança. Como tal, o juízo de gramaticalidade revelará a aceitabilidade de uma frase como a de (12), em que se combina o verbo *ser* com o referido sintagma preposicional de valor instrumental.

Quer os participípios eventivos, quer os resultativos apresentam uma componente eventiva que falta aos participípios estativos. A componente agentiva, por sua vez, é apenas característica dos participípios eventivos, de acordo com Embick (2004) e Duarte (no prelo). Estes podem ocorrer, em português, com agente da passiva, com advérbios orientados para o agente, com SP instrumentais. Para além disso, podem controlar o sujeito nulo de orações finais. É nessa conjugação de eventividade/agentividade com os contextos referidos que esperamos que se baseiem os juízos de gramaticalidade das crianças.

A tipologia tripartida proposta para o português por Duarte & Oliveira (2010) e Duarte (no prelo) parece-nos adequada para dar conta das diferenças entre os três tipos de passiva, no que diz respeito à eventividade e agentividade. Parece-nos, porém, que os testes apresentados (advérbios orientados para o agente, SP instrumentais e expressão *em x tempo*) poderão não funcionar em todas as situações, dependendo dos verbos e valores implicados em cada frase. Também por este motivo, será útil verificar como reagem as crianças aos contrastes de gramaticalidade apresentados neste estudo.

3.1.4.1. Descrição

Este estudo experimental visa avaliar o desempenho de um grupo de crianças de cinco e seis anos perante estruturas passivas eventivas, resultativas e estativas, através de uma tarefa de juízo de gramaticalidade.

Ainda que este método de recolha de dados tenha sido amplamente usado com sucesso, não se conhecem estudos da sua aplicação para avaliar o conhecimento sobre passivas, excetuando Crawford (2012). Há, no entanto, algumas vozes críticas em relação ao uso de tarefas de juízos de gramaticalidade com crianças (Kleeck 1982)¹⁴⁷. Crawford (2012), no entanto, reconhece a adequação deste tipo de tarefa, especialmente para a avaliação de passivas com orações subordinadas finais. Também Wexler (1992: 258)¹⁴⁸ refere que os dados obtidos com a utilização desta tarefa “seem to be a reasonable measure of a child’s judgments”.

Tendo em conta os motivos acima enunciados e o facto de não acharmos apropriados os tipos de tarefas usados anteriormente para testar a diferença entre passivas eventivas, resultativas e estativas, recorreremos então à tarefa de juízo de gramaticalidade, com crianças de cinco e seis anos. Parece-nos que crianças com idades inferiores não teriam capacidade para levar a cabo esta tarefa, pelo que as faixas etárias seleccionadas foram as já referidas.

Relativamente à conceção desta experiência, o seu planeamento passou por três fases. Numa primeira fase, testámos 7 adultos licenciados que tiveram de emitir juízos de gramaticalidade sobre frases passivas eventivas, resultativas e estativas em vários contextos diferentes, mais abaixo explicitados. Numa segunda fase, e feitas as alterações necessárias, reformulámos o teste e aplicámo-lo a 47 alunos do primeiro ano do ensino superior. Finalmente, numa terceira fase, o teste foi aplicado a crianças de cinco e seis anos.

Apresentamos na secção seguinte o desenho progressivo deste estudo experimental.

3.1.4.2. Descrição do pré-teste aplicado a adultos

Tendo em conta que as diferenças entre os três tipos de passivas podem ser aferidas através do seu comportamento com determinados constituintes, tal como referido na secção 1.2.3., construiu-se primeiramente um teste que continha frases passivas eventivas, resultativas e estativas, tal como se apresenta no quadro seguinte¹⁴⁹:

¹⁴⁷ *Apud* Crawford (2012: 186).

¹⁴⁸ *Apud* Crawford (2012: 187).

¹⁴⁹ O Anexo 6 apresenta todas as frases testadas.

	Eventiva vs resultativa	Eventiva vs estativa	Resultativa vs estativa
Sintagmas preposicionais de valor instrumental	O espelho foi partido com um martelo. *O espelho ficou partido com um martelo.	O espelho foi partido com um martelo. *O espelho está partido com um martelo.	
Orações subordinadas finais	O espelho foi partido para aborrecer o pai. *O espelho ficou partido para aborrecer o pai. ¹⁵⁰	O espelho foi partido para aborrecer o pai. *O espelho está partido para aborrecer o pai.	
Advérbios orientados para o agente	O espelho foi partido de propósito. *O espelho ficou partido de propósito.	O espelho foi partido de propósito. *O espelho está partido de propósito.	
Expressão do agente	O espelho foi partido pela Maria. *O espelho ficou partido pela Maria.	O espelho foi partido pela Maria. *O espelho está partido pela Maria.	
Expressão <i>em x tempo</i>		O espelho foi partido em cinco minutos. *O espelho está partido em cinco minutos.	O espelho ficou partido em cinco minutos. *O espelho está partido em cinco minutos.

Quadro 11. Contrastes entre passivas eventivas, resultativas e estativas em diferentes contextos.

Assim, apenas as passivas eventivas podem ocorrer com sintagmas preposicionais de valor instrumental, com orações subordinadas finais, com advérbios orientados para o agente, com a expressão do agente e a expressão *em x tempo*. Por sua vez, o que distingue as resultativas das passivas estativas é a possibilidade de ocorrerem associadas à expressão *em x tempo*. Para além do verbo *partir*, foram testados os verbos *construir*, *destruir*, *pintar* e *rasgar*. A seleção dos verbos foi feita tendo em conta, por um lado, as suas características sintático-semânticas, que permitiriam a respetiva compatibilidade com os três tipos de passiva e, por outro, o seu conhecimento por parte das crianças.

Todos os sujeitos das frases são inanimados para garantir que as crianças e adultos não estão a aceitar passivas com orações subordinadas finais por permitirem que o sujeito da subordinante controle PRO na oração subordinada final.

¹⁵⁰ Alguns informantes revelaram aceitar sem dificuldades frases como *O espelho ficou partido para aborrecer o pai*. Contudo, tendo em consideração que a tarefa consistia não em dizer se se aceitava ou não a frase, mas sim em fazer uma escolha entre as duas frases, parece-nos que só a frase gramatical (*O espelho foi partido para aborrecer o pai*.) seria escolhida. Não obstante, reconhecemos que tal poderá ter levantado alguns problemas para as crianças. Além disso, poderá ser necessário repensar os contextos em que os diferentes tipos de passivas podem, aparentemente, surgir, uma vez que constatámos alguma variação na aceitação de tais exemplos.

As frases passivas resultativas apresentam o verbo auxiliar no pretérito perfeito, uma vez que “o operador resultativo típico *ficar* marca a transição do evento para o estado resultante e este tempo, em português, marca exactamente essa transição pela informação terminativa que veicula” (Duarte & Oliveira 2010a: 407). Por sua vez, os estativos ocorrem geralmente no presente, por não existir uma transição e este tempo não marcar qualquer limite. As passivas eventivas não apresentam tais condicionantes ao nível do tempo verbal, pelo que optámos por usar o pretérito perfeito.

Antecipando-se a morosidade que seria suscitada por esta proliferação de contextos diferenciadores (sintagmas preposicionais de valor instrumental, orações subordinadas finais...), optou-se por testar com as crianças apenas os contextos em que os adultos revelassem melhor desempenho. Contudo, os resultados mostraram que os sete adultos testados¹⁵¹, com idades compreendidas entre os 26 e os 38 anos, revelaram um desempenho de 100% em todos os contextos e frases.

Como tal, e partindo do princípio de que os vários contextos seriam indiferenciados ao nível da dificuldade, usámos, para a conceção do teste final, apenas as orações finais para diferenciar passivas eventivas de passivas resultativas, tal como Crawford (2012)¹⁵², e recorreremos ao uso de sintagmas preposicionais de valor instrumental para diferenciar a eventiva da estativa; e à expressão *em x tempo* para diferenciar a passiva resultativa da estativa.

Para além dos cinco verbos testados inicialmente, foram acrescentados mais quinze verbos, tendo sido testados 60 pares de frases, mais cinco pares que funcionaram como *fillers*¹⁵³.

apagar	estragar
arranjar	lavar
arrumar	ligar
colorir	molhar
construir	partir
cortar	pintar
cozer	plantar

¹⁵¹ A recolha dos dados foi feita através do recurso à ferramenta Questionário, dos documentos Google, tendo sido todos os registos feitos *online*.

¹⁵² Borer & Wexler (1987) e Fox & Grodzinsky (1998) identificaram as orações finais como um diagnóstico válido para identificar as passivas eventivas, mas nenhum deles usou essa estrutura para aferir o conhecimento que as crianças revelam sobre a passiva.

¹⁵³ Todas as frases testadas constituem o anexo 7.

desenhar	rasgar
despejar	riscar
destruir	trancar

Quadro 12: Verbos testados no estudo experimental 4 (adultos).

Esta segunda versão do teste foi aplicada a 47 alunas do primeiro ano do ensino superior¹⁵⁴, com idades compreendidas entre os 18 e os 37 anos. Os resultados foram os que se mostram na tabela 32:

	Eventiva vs resultativa	Eventiva vs estativa	Resultativa vs estativa
47 adultos	89,5%	91,45%	92,6%

Tabela 32. Percentagem de acerto dos adultos face aos três contextos.

Como vemos, os resultados situam-se nos 90% de acerto, nos três contextos, não se tendo destacado qualquer um pela positiva ou pela negativa. Apresentamos, na Tabela 33, os resultados por verbo, através dos quais já se pode ver que verbos se revelaram mais problemáticos.

	Eventiva vs resultativa	Eventiva vs estativa	Resultativa vs estativa
apagar	100%	98%	91%
arranjar	96%	96%	89%
arrumar	79%	91%	91%
colorir	91%	81%	96%
construir	87%	83%	98%
cortar	87%	96%	94%
cozer	98%	98%	87%
desenhar	87%	89%	96%
despejar	96%	81%	91%
destruir	87%	98%	100%
estragar	89%	96%	98%
lavar	100%	91%	87%
ligar	81%	98%	66%
molhar	81%	100%	96%
partir	89%	100%	98%
pintar	89%	72%	98%
plantar	91%	98%	89%
rasgar	98%	89%	100%

¹⁵⁴ A recolha dos dados foi feita através do recurso à ferramenta Questionário, dos documentos Google, tendo sido todos os registos feitos *online*.

riscar	96%	100%	96%
trancar	68%	74%	91%

Tabela 33. Percentagem de acerto dos adultos face aos três contextos, por verbo.

O que podemos ver é que o desempenho do grupo de adultos esteve, quase sempre, acima dos 90%. Houve alguns casos em que o desempenho foi inferior ao que era esperado, nomeadamente perante os verbos *trancar*, *arrumar*, *pintar* e *ligar*, em alguns dos contextos testados. O gráfico abaixo ilustra isso mesmo:

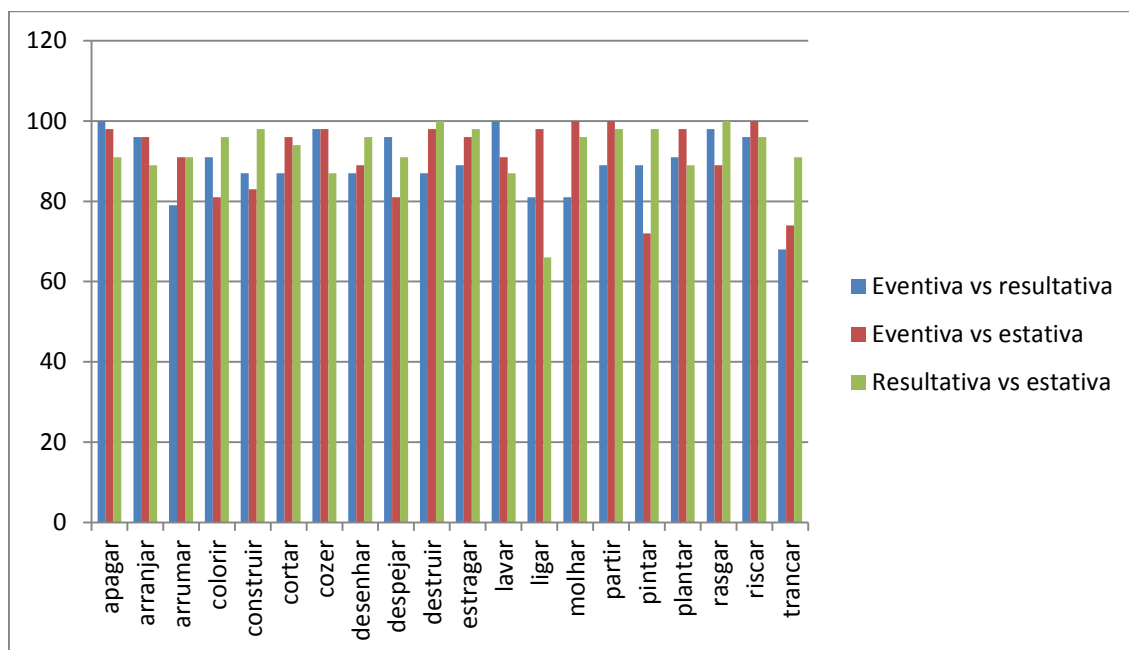


Gráfico 9: Resultados dos alunos do 1º ano do Ensino Superior no teste de juízo de gramaticalidade.

Deste modo, optámos por fazer alguns ajustes no teste a aplicar às crianças. Assim, os verbos *trancar* e *arrumar* foram substituídos pelos verbos *cozer* e *varrer*. No primeiro caso, a alteração está relacionada com a estranheza que o verbo *trancar* pode causar. Por seu lado, o verbo *arrumar* foi substituído pelo verbo *varrer*, uma vez que a passiva eventiva com o sintagma preposicional de valor instrumental não nos pareceu estar claramente formulada, pelo menos para as crianças. Assim, o exemplo (14) foi substituído pelo exemplo (15):

(14) O quarto foi arrumado com a ajuda da vassoura.

(15) O quarto foi varrido com a vassoura.

Os exemplos com os verbos *pintar* e *ligar* mantiveram-se uma vez que, na nossa perspetiva, estavam bem formulados, não tendo sido encontrada uma justificação para os resultados mais baixos.

Foram ainda feitas alterações mais pontuais como a substituição do exemplo (16), pelo exemplo (17), dado que, no exemplo (16), o lápis de cor é um instrumento que integra depois o próprio desenho:

(16) O desenho foi colorido com lápis de cor.

(17) O desenho foi colorido com um pincel.

Os exemplos com o verbo *cozer* foram substituídos por *escovar*, uma vez que a alínea referente ao SP instrumental não estava devidamente construída.

No que diz respeito aos *fillers* usados, foram testadas algumas frases que visavam testar a capacidade para distinguir os verbos que podem surgir em orações passivas eventivas em português europeu dos que não podem ocupar esse lugar. As características do sujeito [+/- HUM] também podem condicionar essa aceitabilidade. Assim, foram testados os seguintes pares de frases:

(18) O João foi chegado.
O João foi ultrapassado.

(19) O menino foi explicado.
O menino foi ouvido.

(20) A Maria foi agradecida.
A Maria foi transportada.

(21) A cantora foi dificultada.
A cantora foi aplaudida.

(22) O professor foi apelado.
O professor foi encontrado.

Os resultados relativos aos juízos de gramaticalidade dos *fillers* dos alunos do 1º ano foram os seguintes:

	Percentagem de respostas corretas
Chegar vs ultrapassar	98%
Explicar vs ouvir	98%
Agradecer vs transportar	89%
Dificultar vs aplaudir	64%
Apelar vs encontrar	91%

Tabela 34. Resultados dos alunos face aos *fillers*.

Os *fillers* usados no teste final aplicado às crianças sofreram duas alterações, nomeadamente a substituição dos verbos *transportar* e *apelar* por *levar* e *brincar*, porque consideramos que os primeiros poderiam não fazer parte do léxico dominado

pelas crianças. Em relação ao par de frases em que os alunos tiveram pior desempenho (*difícultar vs aplaudir*), optámos por não o substituir uma vez que não nos parece que as dificuldades encontradas possam estar relacionadas com o conhecimento/desconhecimento dos verbos, mas sim com as suas propriedades sintático-semânticas. Assim, as frases *fillers* testadas com as crianças foram as seguintes:

- (23) *O João foi chegado.
O João foi ultrapassado.
- (24) *O menino foi explicado.
O menino foi ouvido.
- (25) *A Maria foi agradecida.
A Maria foi levada.
- (26) *A cantora foi dificultada.
A cantora foi aplaudida
- (27) *O professor foi brincado.
O professor foi encontrado.

3.1.4.3. Descrição do teste aplicado às crianças

O teste aplicado às crianças, depois de feitas as alterações necessárias tendo em conta os dois testes aplicados previamente a adultos, continha os 20 verbos que constam do quadro seguinte:

Apagar	Estragar
Arranjar	Lavar
Colorir	Ligar
Construir	Molhar
Cortar	Partir
Coser	Pintar
Desenhar	Plantar
Despejar	Rasgar
Destruir	Riscar
Escovar	Varrer

Quadro 13: Verbos testados no estudo experimental 4 (crianças).

A seleção desses verbos foi feita tendo em conta as suas características sintático-semânticas, bem como o seu conhecimento por parte das crianças. O teste foi constituído por 60 pares de frases passivas eventivas, resultativas e estativas, sobre as quais as crianças tinham de emitir juízos de gramaticalidade.

A aplicação da experiência decorreu do seguinte modo: as crianças visualizaram um vídeo em que eram apresentadas duas personagens/fantoches: um elefante e uma girafa. Posteriormente, foi dito às crianças que ambas as personagens costumavam ser muito amigas e unidas, mas que se haviam zangado uma com a outra, porque julgavam ambas que eram os melhores falantes de língua portuguesa. Assim, o papel da criança seria o de ajudar a decidir quem falava, de facto, melhor português: a girafa ou o elefante. Nesta fase da experiência, perguntava-se se a tarefa tinha ficado compreendida e esclarecia-se que, caso tivessem dúvidas, poderiam voltar a ouvir as frases ditas por cada personagem.

De seguida, passava-se à experiência propriamente dita: as crianças ouviam uma das personagens primeiro e a outra imediatamente a seguir e tinham de indicar a que tinha falado melhor. Os pares de frases foram apresentados de modo aleatório e as personagens iam também surgindo aleatoriamente. As respostas das crianças foram registadas, tendo a aplicação do teste decorrido numa sala tranquila dos jardins de infância, em que se encontravam presentes a criança, o investigador (que manipulava o vídeo) e uma terceira pessoa que anotava as respostas.

Dado que o teste era composto por 65 pares de frases no total, cada criança esteve presente em duas sessões, com cerca de 15 minutos cada uma. As sessões decorreram em dias diferentes, tendo havido entre ambas cerca de uma semana de intervalo.

3.1.4.4. Participantes

Os testes foram realizados em maio de 2013, tendo sido testadas 40 crianças (20 do sexo masculino e 20 do sexo feminino) que frequentavam dois jardins de infância do concelho de Lisboa. As crianças foram seleccionadas tendo em conta a sua idade e a língua materna. Todas tinham o português como língua materna, eram monolíngues e não estavam diagnosticadas com qualquer patologia que pudesse perturbar o seu desempenho no teste.

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo Feminino	Total	Média de idades
5;1.15-5;11.26	7	13	20	5;5
6;0.6-6;5.28	13	7	20	6;3

Quadro 14: Dados relativos à idade e ao sexo das crianças que participaram no estudo experimental 4.

Como vimos, nas experiências 1, 2 e 3 foram testadas crianças de três, quatro e cinco anos, tendo sido usada como metodologia uma Tarefa de Seleção de Imagem, uma Tarefa de Juízo de Valor de Verdade e um Teste de Pergunta/ Resposta, respetivamente. Neste quarto estudo experimental, as crianças selecionadas têm cinco e seis anos. Esta opção está relacionada com o tipo de tarefa usado, que implica mais alguma concentração e conhecimento linguístico que pensamos serem mais difíceis de encontrar em crianças mais novas.

Para além destas crianças, foram testadas outras que foram excluídas do estudo por terem revelado um comportamento que, no nosso entender, comprometeria os dados apurados. Assim, três crianças revelaram, nas suas respostas, uma inclinação para indicar constantemente a girafa como sendo a personagem que melhor falava. Tal preferência poderia enviesar os resultados pelo que os dados relativos a estas crianças não foram considerados. Na verdade, Moriguchi *et al.* (2008) defendem que as competências linguísticas, como a competência pragmática, por exemplo, facilitam o desempenho da criança no sentido de responder corretamente, sem recurso repetido à mesma resposta. Também Fritzley & Lee (2003) sugerem que o desenvolvimento pragmático e o desenvolvimento de competências conversacionais reduzem a probabilidade de respostas enviesadas.

Outras duas crianças optaram consistentemente por uma resposta alternada, ou seja, selecionavam ora a girafa ora o elefante, numa clara demonstração de alternância de resposta, como se não pretendessem/soubessem, de facto, identificar quem melhor falava, pelo que também foram excluídas.

Finalmente, uma criança foi excluída porque, de modo muito consistente, escolheu a segunda frase ouvida, o que parece indicar que a escolha recaía sobre a frase que estava mais presente na memória.

3.1.4.5. Resultados

Nesta secção, começaremos por descrever o desempenho global nos três contextos, para depois descrevermos os resultados que as crianças obtiveram em cada um dos contextos. Apresentamos ainda uma análise do desempenho das crianças por verbos, e também teremos em conta alguns desempenhos individuais. Por fim, mostraremos os resultados referentes ao desempenho nas frases com *fillers*.

Neste teste, 20 crianças de cinco anos tiveram de emitir um juízo de gramaticalidade sobre 60 pares de frases, ou seja, tiveram de indicar qual a frase melhor de entre as duas ouvidas. Como o número de observações, em cada contexto, é inferior a 30, é necessário recorrer à análise da normalidade da distribuição da variável “respostas corretas”, a qual se encontra descrita na tabela 35¹⁵⁵:

Contexto	Shapiro-Wilk Statistic	df	p-value
eventiva vs resultativa	,954	20	,434
eventiva vs estativa	,927	20	,437
resultativa vs estativa	,950	20	,074

Tabela 35. Análise da normalidade da distribuição da variável “respostas corretas”.

Os valores de p (p -value) resultantes da aplicação do teste de *Shapiro-Wilk* são maiores que o valor de significância assumido (5%), logo concluímos que a distribuição das respostas corretas, nos três contextos, segue uma distribuição normal, considerando-se que a diferença é estatisticamente significativa quando o p -value é menor que 0,05.

O pressuposto de homogeneidade de variâncias foi verificado com recurso ao teste de Levene, que se apresenta na tabela 36:

Levene Statistic	df1	df2	p-value
0,167	2	57	,846

Tabela 36. Teste de Levene para verificação de pressuposto de homogeneidade de variâncias.

O resultado do teste p -value = 0,846 > 0,05 indica que, para um nível de significância de 5%, se confirma o pressuposto de homogeneidade de variâncias. Com a observância dos pressupostos de normalidade da população e de homogeneidade de variâncias, a comparação dos resultados obtidos nos diferentes contextos efetuou-se com recurso ao teste paramétrico ANOVA (*One-Way Analysis of Variance*). Este teste utiliza-se na comparação que envolve mais de duas conjunturas ou grupos independentes.

¹⁵⁵ A análise estatística referente a este quarto estudo experimental foi feita com a ajuda do Doutor Francisco Martins.

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	p-value
Between Groups	11,100	2	5,550	,620	,542
Within Groups	510,550	57	8,957		
Total	521,650	59			

Tabela 37. Teste paramétrico ANOVA para comparação dos resultados obtidos nos diferentes contextos.

Os resultados da análise indicam que o contexto não tem um efeito significativo sobre o número de respostas corretas ($F_{(2,57)} = 0,62, p = 0,542 < 0,05$).

No que diz respeito à análise dos dados relativos às 20 crianças de seis anos, e como o número de observações, em cada contexto, é também inferior a 30, é necessário recorrer, mais uma vez, à análise da normalidade da distribuição da variável “respostas corretas”, a qual se encontra descrita na tabela 38:

Contexto	Shapiro-Wilk Statistic	df	p-value
eventiva vs resultativa	,929	20	,145
eventiva vs estativa	,861	20	,008
resultativa vs estativa	,884	20	,021

Tabela 38. Análise da normalidade da distribuição da variável “respostas corretas”.

Considerando-se que a diferença é estatisticamente significativa quando o *p-value* é menor que 0,05, somente no contexto eventiva vs resultativa, o valor de *p* (*p-value*=0,145) resultante da aplicação do teste de *Shapiro-Wilk* é maior que o valor de significância assumido (5%), o que significa que apenas neste contexto a variável “respostas corretas” segue uma distribuição normal. Nos outros dois contextos, a variável não segue uma distribuição normal.

O pressuposto de homogeneidade de variâncias foi verificado com recurso ao teste de Levene, que se apresenta na tabela 39:

Levene Statistic	df1	df2	p-value
5,049	2	57	,010

Tabela 39. Teste de Levene para verificação de pressuposto de homogeneidade de variâncias.

O resultado do teste *p-value* = 0,010 < 0,05 indica que, para um nível de significância de 5%, não se confirma o pressuposto de homogeneidade de variâncias. Como não se verificam os pressupostos de normalidade da população e de homogeneidade de variâncias, a comparação dos resultados obtidos nos diferentes contextos efetuou-se com recurso ao teste não paramétrico H de Kruskal-Wallis que é o

teste equivalente ao teste ANOVA (*One-Way Analysis of Variance*). Este teste, tal como o teste paramétrico, é utilizado na comparação que envolve mais de duas conjunturas ou grupos independentes.

Contexto	N	Mean Rank
eventiva vs resultativa	20	21,50
eventiva vs estativa	20	36,88
resultativa vs estativa	20	33,13

Tabela 40. Comparação dos resultados obtidos nos diferentes contextos, com recurso ao teste não paramétrico H de Kruskal-Wallis.

	Respostas corretas
Chi-Square	8,535
Df	2
Asymp. Sig.	0,014

Tabela 41. Resultados do teste H de Kruskal-Wallis.

Com base nos resultados do teste ($H_{(2)}=8,535, p=0,014 < 0,05$), constatamos que o contexto tem um efeito estatisticamente significativo sobre o número de respostas corretas. No entanto, este teste não nos permite identificar entre que contextos ocorrem as diferenças, mas o gráfico de médias permite conjeturar que essa diferença é significativa entre o contexto eventiva vs resultativa e resultativa vs estativa.

Tendo em conta que as crianças de cinco e seis anos tiveram de emitir um juízo de gramaticalidade sobre 60 pares de frases que contrastavam frases passivas eventivas/estativas, eventivas/resultativas e resultativas/estativas, os resultados foram os que a tabela mostra.

	5 anos	6 anos
eventiva vs estativa	56.75%	71.75%
eventiva vs resultativa	51.5%	53.75%
resultativa vs estativa	54.5%	64.58%

Tabela 42. Resultado dos juízos de gramaticalidade nos três contextos.

No contexto eventiva vs resultativa, a distribuição dos dados encontra-se representada na tabela 43:

Idade	N	Mean	Std. Deviation
5 anos	20	10,30	2,618
6 anos	20	10,75	3,537

Tabela 43. Distribuição dos dados no contexto eventiva vs resultativa.

O pressuposto de homogeneidade de variâncias foi verificado com recurso ao teste de Levene, que se apresenta na tabela 44:

Levene Statistic	df	p-value
2,309	38	,137

Tabela 44. Teste de Levene para verificação de pressuposto de homogeneidade de variâncias.

O resultado do teste $p\text{-value} = 0,137 > 0,05$ indica que, para um nível de significância de 5%, se confirma o pressuposto de homogeneidade de variâncias. Como se verificam os pressupostos de normalidade da população e de homogeneidade de variâncias, a comparação dos resultados obtidos, em função da idade, efetuou-se com recurso ao teste paramétrico Teste t de Student.

t	df	Mean Difference	Sig. (2-tailed)
-0,457	38	-0,45	0,65

Tabela 45. Teste paramétrico Teste t de Student.

O sinal negativo do teste t mostra que o número de acertos das crianças com seis anos é superior ao das de cinco anos. Tendo em conta que o nível de significância do teste t é de 0,650, confirma-se a rejeição da diferença de desempenho nos dois grupos, para $p\text{-value} = 0,05$ ou $p = 0,10$. Deste modo, pode concluir-se que, em média, as crianças de seis anos apresentam um melhor desempenho neste contexto, embora a diferença não seja estatisticamente significativa.

No que diz respeito ao contexto eventiva vs estativa, a distribuição dos dados encontra-se representada na seguinte tabela:

Idade	N	Mean	Std. Deviation
5 anos	20	11,35	3,048
6 anos	20	14,35	2,134

Tabela 46. Distribuição dos dados no contexto eventiva vs estativa.

O pressuposto de homogeneidade de variâncias foi verificado com recurso ao teste de Levene, que se apresenta na tabela 47:

Levene Statistic	df	p-value
4,428	38	,052

Tabela 47. Teste de Levene para verificação de pressuposto de homogeneidade de variâncias.

O resultado do teste $p\text{-value} = 0,052 > 0,05$ indica que, para um nível de significância de 5%, se confirma o pressuposto de homogeneidade de variâncias. Como se verificam os pressupostos de normalidade da população e de homogeneidade de

variâncias, a comparação dos resultados obtidos, em função da idade, efetuou-se com recurso ao teste paramétrico Teste t de Student.

t	Df	Mean difference	Sig. (2-tailed)
-3,605	38	-3,000	0,001

Tabela 48. Teste paramétrico Teste t de Student.

Mais uma vez, o sinal negativo do teste t mostra que o número de acertos das crianças de seis anos é superior ao dos de cinco anos. Uma vez que o nível de significância do teste t é de 0,001, constatamos a não igualdade de desempenho nos dois grupos, para $p = 0,05$ ou $p = 0,10$.

Deste modo, pode concluir-se que, em média, as crianças de seis anos apresentam um melhor desempenho neste contexto, sendo a diferença estatisticamente significativa.

No que se refere ao contexto resultativa vs estativa, a distribuição dos dados encontra-se representada na tabela 49:

Idade	N	Mean	Std. Deviation
5 anos	20	10,90	2,713
6 anos	20	13,65	2,758

Tabela 49. Distribuição dos dados no contexto resultativa vs estativa.

O pressuposto de homogeneidade de variâncias foi verificado com recurso ao teste de Levene, que se apresenta na tabela 50:

Levene Statistic	df	p-value
0,012	38	,912

Tabela 50. Teste de Levene para verificação de pressuposto de homogeneidade de variâncias.

O resultado do teste $p\text{-value} = 0,912 > 0,05$ indica que, para um nível de significância de 5%, se confirma o pressuposto de homogeneidade de variâncias. Mais uma vez, como se verificam os pressupostos de normalidade da população e de homogeneidade de variâncias, a comparação dos resultados obtidos, em função da idade, efetuou-se com recurso ao teste paramétrico Teste t de Student.

T	df	Mean Difference	Sig. (2-tailed)
-3,605	38	-2,750	0,003

Tabela 51. Teste paramétrico Teste t de Student.

O sinal negativo do teste t mostra que o número de acertos das crianças com seis anos é superior ao dos de cinco anos. Sendo o nível de significância do teste t de 0,003, rejeita-se, portanto, a igualdade de desempenho nos dois grupos, para $p = 0,05$ ou $p = 0,10$. Deste modo, pode concluir-se que, em média, as crianças de seis anos apresentam um melhor desempenho neste contexto, sendo a diferença estatisticamente significativa.

3.2.4.5.1 Resultados por verbo

Se nos detivermos no desempenho que as crianças revelaram perante verbos específicos, vemos que as crianças de cinco anos, no contexto eventiva *vs* resultativa, revelaram pouca dificuldade perante o verbo *partir*. O acerto nas questões que envolviam este verbo foi igual a 80%. Por sua vez, o verbo *escovar* foi o que mais complicações causou: apenas 25% das frases que continham o verbo *escovar* foram corretamente respondidas neste contexto. Por outras palavras, perante os exemplos (28) e (29), houve 75% de respostas erradas, o que significa que as crianças não foram sensíveis à combinação (não aceitável) de uma passiva resultativa com uma oração subordinada final:

(28) O casaco foi escovado para ficar limpo.

(29) O casaco ficou escovado para ficar limpo.

O desempenho das crianças em todos os verbos está presente no gráfico 10:

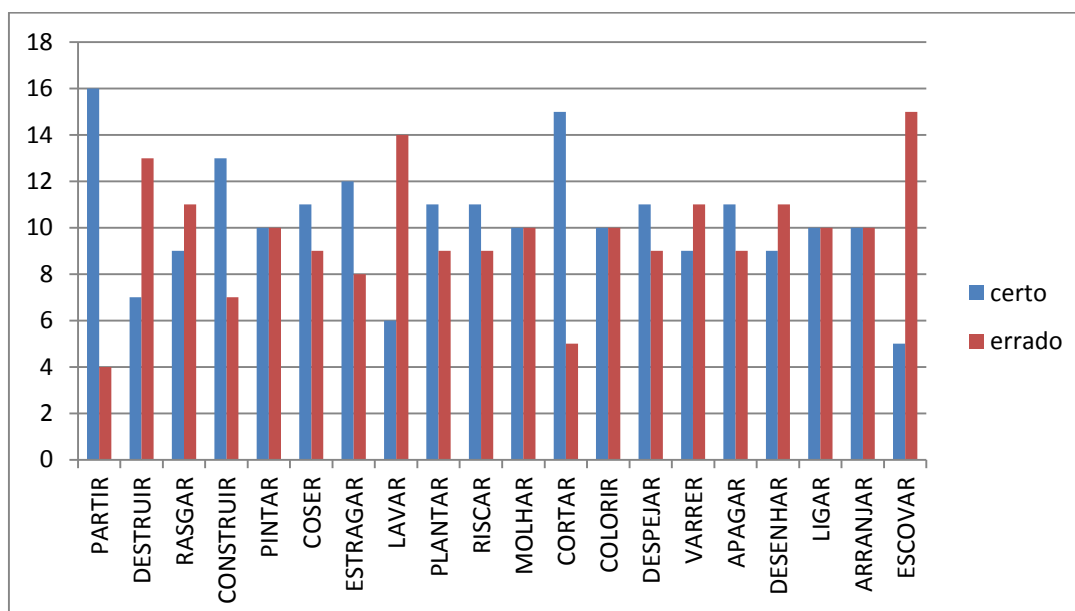


Gráfico 10. Desempenho das crianças de cinco anos, no contexto eventiva *vs* resultativa, por verbo.

No gráfico seguinte, respeitante ao contexto eventiva *vs* estativa, verificamos que o verbo que menos erro ocasionou foi o *riscar*. O acerto nas questões que

envolviam este verbo foi igual a 85%, sendo o verbo *partir* aquele em que as crianças mostraram mais dificuldade, em que se verificaram 35% de acertos.

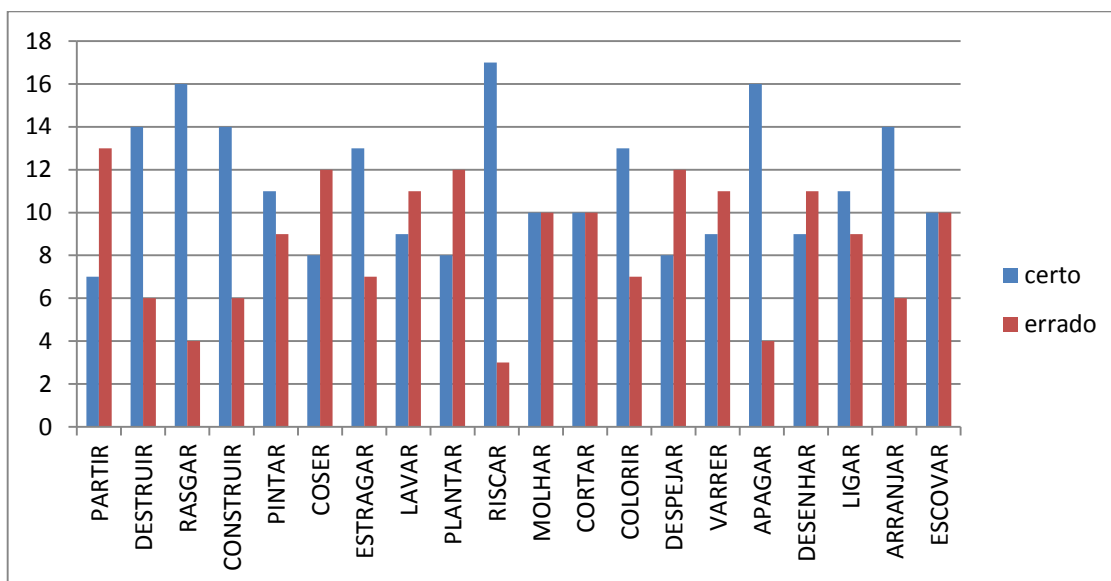


Gráfico 11. Desempenho das crianças de cinco anos, no contexto eventiva vs estativa, por verbo.

No contexto *resultativa vs estativa*, verificamos que o verbo que apresentou mais respostas corretas foi o *desenhar*. O acerto nas questões que envolviam este verbo foi igual a 80%, revelando-se os verbos *coser*, *plantar* e *ligar* aqueles em que as crianças mostraram mais dificuldade, verificando-se apenas 35% de acertos.

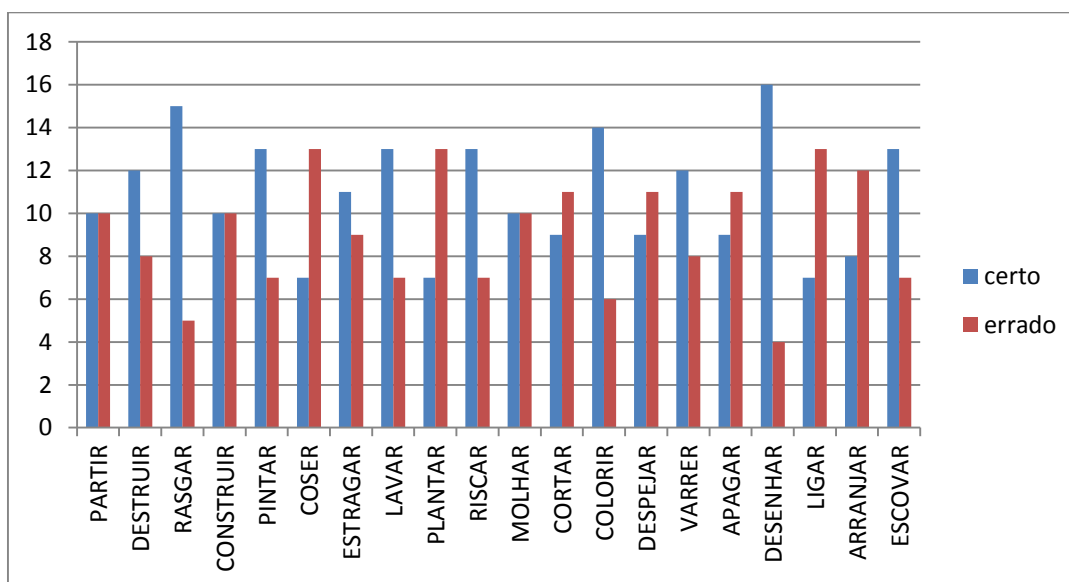


Gráfico 12. Desempenho das crianças de cinco anos, no contexto resultativa vs estativa, por verbo.

Fornecendo uma visão global sobre o desempenho das crianças nos vinte verbos e nos três contextos em análise, o gráfico apresentado seguidamente permite constatar

que nos três contextos o verbo *riscar* foi o que revelou o maior número de respostas corretas, 41, o equivalente a 68,3%.

O verbo que se revelou mais difícil foi *coser*. Houve 26 respostas corretas, o equivalente a 43,3% de êxito.

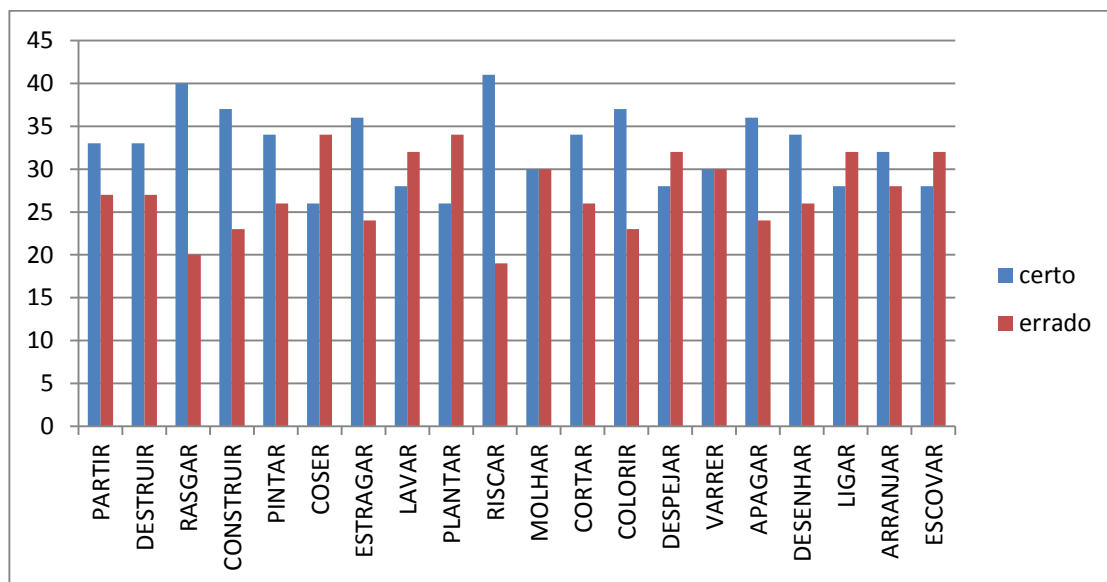


Gráfico 13. Desempenho das crianças de cinco anos, nos três contextos, por verbo.

Para o grupo de crianças de seis anos, no contexto eventiva vs resultativa, verificamos que os verbos que menos dificuldades originaram foram *pintar* e *arranjar*. O acerto nas questões que envolviam o verbo *pintar* e *arranjar* foi igual a 80%, sendo o verbo *lavar* aquele que mais dificuldade causou, apenas 15% das frases que continham o verbo foram corretamente respondidas neste contexto.

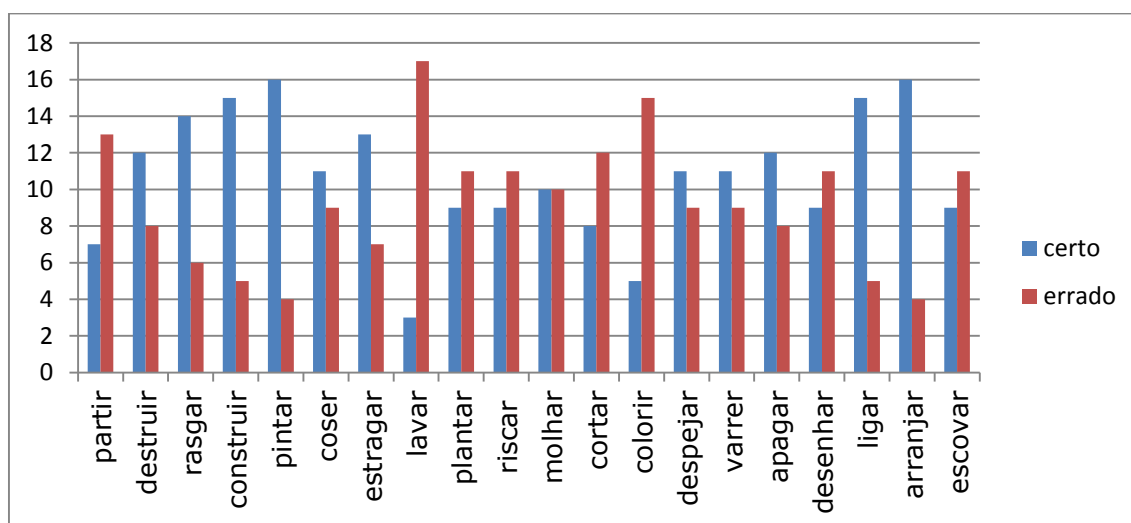


Gráfico 14. Desempenho das crianças de seis anos, no contexto eventiva vs resultativa, por verbo.

No gráfico seguinte, respeitante ao contexto eventiva vs estativa, vemos que os verbos que menos complicações ocasionaram foram *cortar* e *varrer*. O acerto nas questões que envolviam estes dois verbos foi igual a 90%, sendo o verbo *pintar* aquele em que as crianças experimentaram mais dificuldade, tendo-se verificado apenas 15% de acertos.

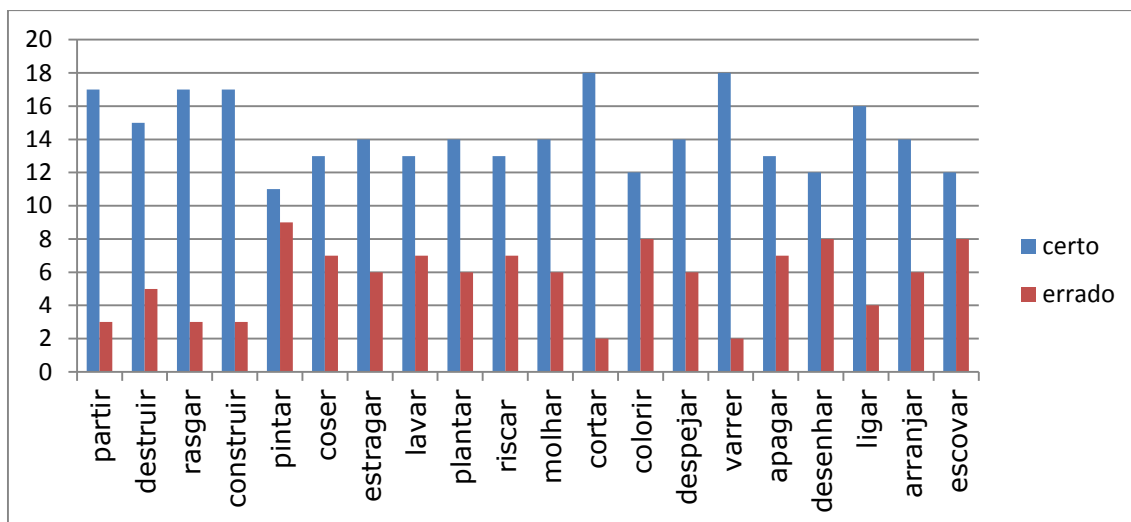


Gráfico 15. Desempenho das crianças de seis anos, no contexto eventiva vs estativa, por verbo.

No contexto resultativa vs estativa, verificamos que o verbo que menos erros apresentou foi *partir*. O acerto nas questões que envolviam este verbo foi igual a 90%, sendo o verbo *despejar* aquele em que as crianças revelaram mais dificuldade, verificando-se 40% de acertos.

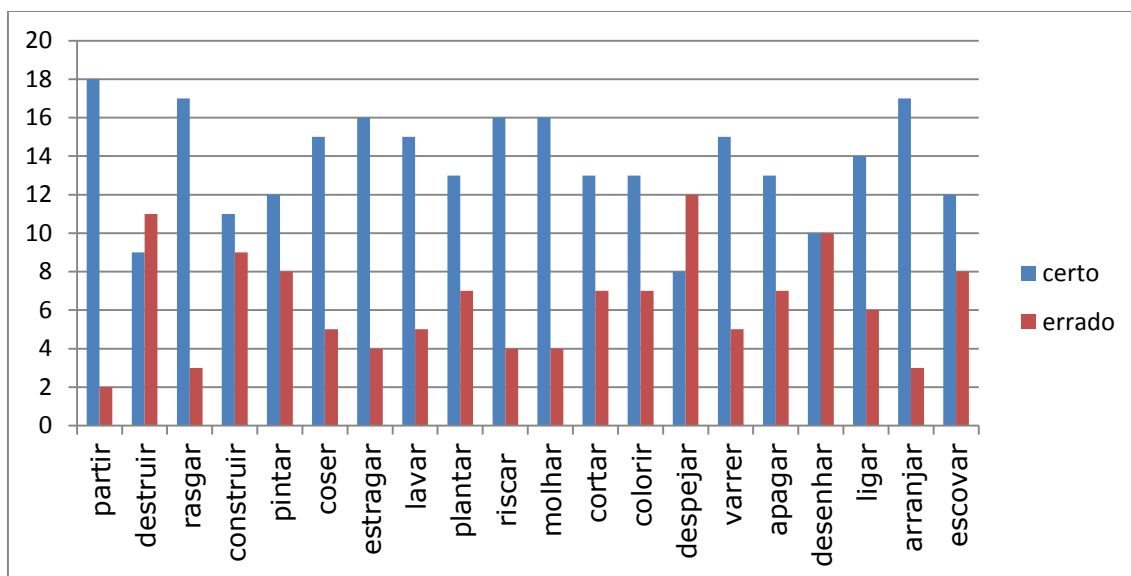


Gráfico 16. Desempenho das crianças de seis anos, no contexto resultativa vs estativa, por verbo.

Numa análise conjunta, apresentada no seguinte gráfico verifica-se que o verbo *rasgar* foi o que revelou o maior número de respostas corretas, 48, o equivalente a 80% das questões que envolviam este verbo. Verificou-se ainda que foi o verbo que se apresentou mais regular.

O verbo que suscitou mais dificuldade foi *colorir*. O valor de respostas corretas, 30, foi análogo ao de respostas erradas, o que equivale a afirmar que se verificou um sucesso de 50%.

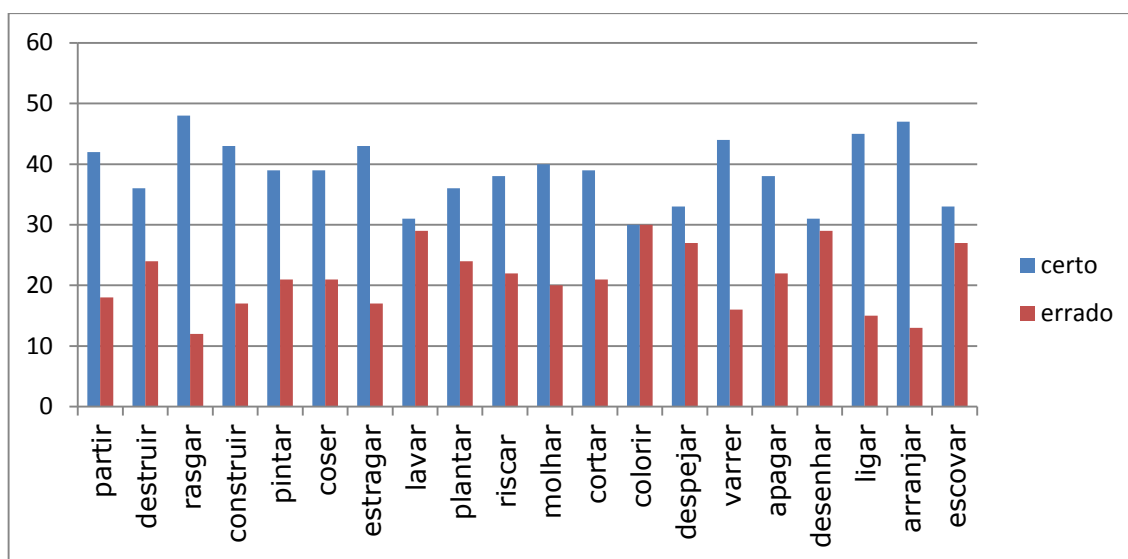


Gráfico 17. Desempenho das crianças de seis anos, nos três contextos, por verbo.

3.2.4.5.2 Alguns resultados individuais

Se deixarmos de lado os resultados de grupo e passarmos para a análise de alguns resultados individuais, o que notamos é que houve crianças em ambas as faixas etárias com um desempenho muito positivo:

	5 anos	6 anos
	c 22	c43
eventiva vs resultativa	80%	80%
eventiva vs estativa	85%	95%
resultativa vs estativa	100%	90%
média	87%	88%

Tabela 52. Alguns resultados individuais de crianças de cinco e seis anos.

Vemos que a criança c22 (5;1.15) obteve uma média de 87% nos três contextos, enquanto a criança c43 (6;4.15) tem uma média de 88%. Houve outras crianças que tiveram um desempenho acima dos 75% noutros contextos, não tendo revelado, no

entanto, consistência no desempenho nos três contextos. O que estes dados individuais parecem mostrar é que há crianças que aos cinco e seis anos já conseguem reconhecer as diferenças existentes entre os três tipos de passivas em análise.

3.2.4.5.3 Resultados perante os *fillers*

No que diz respeito ao desempenho nos *fillers*, notámos que as crianças de cinco anos, de uma maneira geral, revelam bastantes dificuldades em distinguir os verbos que podem surgir numa construção passiva eventiva dos que não podem, como se consegue constatar a partir dos resultados do gráfico 18:

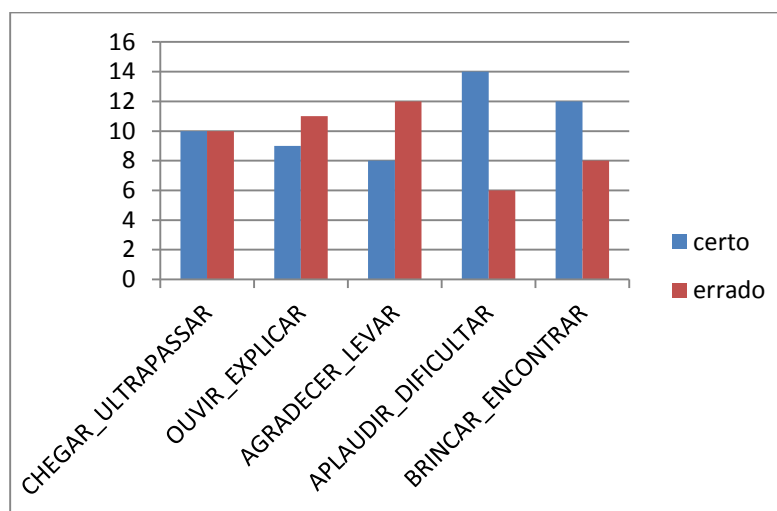


Gráfico 18. Respostas das crianças de cinco anos perante as frases *fillers*.

Relembramos as frases que foram testadas:

- (30) *O João foi chegado.
O João foi ultrapassado.
- (31) *O menino foi explicado.
O menino foi ouvido.
- (32) *A Maria foi agradecida.
A Maria foi levada.
- (33) *A cantora foi dificultada.
A cantora foi aplaudida
- (34) *O professor foi brincado.
O professor foi encontrado.

Mais uma vez, se tivermos em conta resultados individuais, notamos que uma exceção, nesta faixa etária, é a criança c5 (5;9.25) que acertou em todos os pares de frases.

Perante o par de verbos *aplaudir/dificultar*, 14 das 20 crianças revelaram distinguir o verbo que pode surgir na passiva eventiva do que não pode, tal como foi formulado, ou seja, com um SN [+hum]. É curioso constatar que foi precisamente perante este par de frases que os adultos manifestaram maior dificuldade, contrariamente às crianças. Já os pares *ouvir/explicar* e *agradecer/ levar* foram os que se revelaram mais difíceis, tendo mais de metade das crianças de cinco e seis anos errado perante estes pares de frases.

Para o grupo de crianças de seis anos, os verbos mais fáceis de distinguir foram *brincar/encontrar*, tendo havido 18 crianças que reconheceram a transitividade de *encontrar* e a conseqüente possibilidade de passivização:

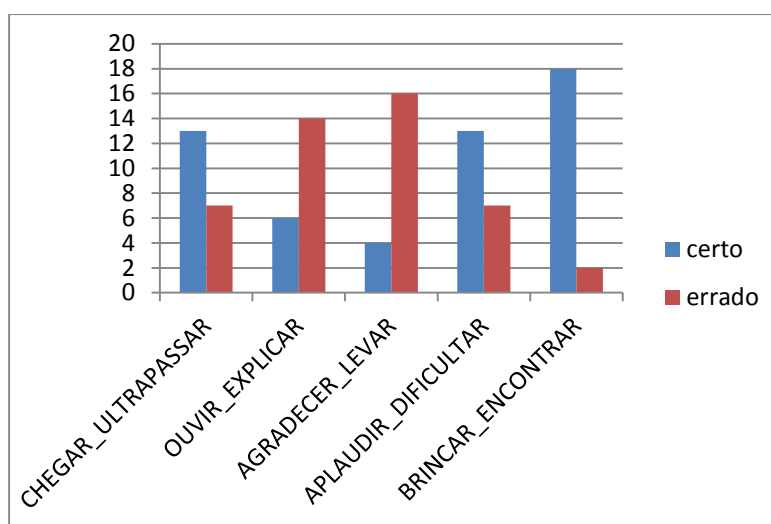


Gráfico 19. Respostas das crianças de seis anos perante as frases *fillers*.

O par de verbos que apresentou menos acertos foi o par *agradecer/levar* em ambas as faixas etárias. De um modo geral, o que se nota é que ainda aos seis anos as crianças revelam dificuldades em distinguir verbos passivizáveis de outros que não podem ocorrer em estruturas passivas eventivas, quando combinados com determinados sujeitos. Uma possível explicação para a dificuldade com o par *agradecer/levar* diz respeito ao facto de o verbo *agradecer*, não podendo surgir numa passiva eventiva, ocorrer facilmente numa passiva resultativa e estativa, como se vê através dos exemplos:

(35) A Maria ficou agradecida.

(36) A Maria está agradecida.

Uma hipótese é que as crianças tenham estendido a utilização do verbo *agradecer* à frase passiva eventiva, uma vez que pode surgir na passiva resultativa e na estativa.

Em relação ao par de frases *ouvir/explicar*, a situação parece ser diferente. Um SN [+hum] não pode surgir numa passiva eventiva, resultativa ou estativa com o verbo *explicar*, mas um SN com o traço [-hum] sim, como se vê nos exemplos:

(37) O exercício foi explicado.

(38) O exercício ficou explicado.

(39) O exercício está explicado.

Mais uma vez, as crianças poderão ter ignorado o traço [+/-hum] associado ao SN para aceitar a frase como gramatical. Fica, no entanto, por explicar, a preferência por essa frase quando ao mesmo tempo foi apresentada uma frase gramatical (*O menino foi ouvido*). No entanto, se relembrarmos as dificuldades manifestadas na experiência 2 perante o verbo não agentivo *ouvir*, talvez encontremos a resposta. Na verdade, as frases (ativas e passivas) que continham esse verbo foram as que levantaram mais dificuldade.

Resta salientar que, a nível individual, a criança c37 (6;2.20) se distingue por ter acertado em todos os exemplos.

3.1.4.6. Estudo experimental 4: discussão dos resultados

A discussão que importa estabelecer a partir deste quarto estudo experimental relaciona-se com a forma como foi percebida a diferença entre passivas eventivas, resultativas e estativas, através da análise do desempenho de um grupo de crianças de cinco e seis anos num teste de juízo de gramaticalidade.

O verbo auxiliar assume um papel importante na distinção dos três tipos de passivas, bem como a possibilidade de ocorrência destas três estruturas em contextos que possibilitam a sua identificação/diferenciação, como sintagmas preposicionais com valor instrumental, orações subordinadas finais e a expressão *em x tempo* (Duarte & Oliveira 2010a).

Torna-se útil lembrar que, tendo em conta este estudo experimental, a primeira hipótese que levantámos diz respeito à sensibilidade das crianças face às diferenças entre os três tipos de passivas: eventivas, resultativas e estativas, distinguindo a conjugação de diferentes auxiliares (*ser, ficar, estar*) com diferentes contextos.

A segunda hipótese que levantámos relaciona-se com a probabilidade de haver maior facilidade em distinguir passivas eventivas de estativas, do que eventivas de resultativas e resultativas de estativas. Esta distinção baseia-se no impacto que a

estrutura sintática subjacente a cada um dos tipos de passiva (Embick 2004; Duarte & Oliveira 2010a; Duarte, no prelo) pode ter ao nível da respetiva interpretação. Pensamos que o facto de a estrutura sintática subjacente a uma passiva eventiva ser mais complexa do que aquela que está subjacente à estativa levará a que haja um maior contraste que será mais facilmente reconhecido pelas crianças. Além disso, será também mais forte o contraste entre uma frase com marcas muito claras de eventividade e agentividade (eventivas) e uma frase sem quaisquer marcas desse tipo (estativas). Esta distinção torna-se mais evidente quando às frases se associam sintagmas preposicionais com valor instrumental e orações subordinadas finais, por exemplo.

Os resultados mostram que o contexto não tem um efeito significativo sobre o número de respostas corretas, aos cinco anos. Nessa idade, a distinção entre os pares eventiva/estativa, eventiva/resultativa e resultativa/estativa está ao nível do acaso.

Aos seis anos, o contexto tem um efeito estatisticamente significativo sobre o número de respostas corretas, havendo um melhor desempenho nos contextos eventiva/estativa e resultativa/estativa. Recuperamos estes resultados, repetindo-os na tabela 53:

	5 anos	6 anos
eventiva vs estativa	56.75%	71.75%
eventiva vs resultativa	51.5%	53.75%
resultativa vs estativa	54.5%	64.58%

Tabela 53. Resultados das crianças de 5 e 6 anos nos 3 contextos.

O que os dados parecem mostrar é que, para as crianças de cinco anos, os diferentes auxiliares aliados a sintagmas preposicionais com valor instrumental, orações subordinadas finais ou a expressão *em x tempo*, por exemplo, não são suficientes para impor a interpretação correta quando são confrontadas com o contraste entre passivas eventivas, resultativas e estativas.

Contrariamente, para as crianças de seis anos, é mais fácil distinguir uma passiva eventiva de uma estativa, seguidamente, uma passiva resultativa de uma estativa e, por fim, uma passiva eventiva de uma resultativa. Importa salientar que, independentemente dos contextos, as crianças de seis anos não conseguem atingir um desempenho considerado ao nível do do adulto, 75%. Temos, contudo, de ter em conta, que a diferença entre a média de idades do grupo de cinco anos e do de seis é de dez meses.

Se a diferença fosse maior, provavelmente o melhor desempenho das crianças de seis anos teria sido mais visível.

É importante retomar agora os dois aspetos que estarão a determinar o contexto passiva eventiva/passiva estativa como aquele que apresenta um contraste mais visível. Por um lado, temos questões relacionadas com a representação da estrutura sintática, por outro, temos questões relacionadas com eventividade e agentividade. Ambas as questões estão interligadas.

No que respeita à passiva estativa, o particípio comportar-se-ia como um adjetivo, não estando incluído *v* na sua estrutura, nem eventividade. Já a passiva eventiva implica a existência de um agente. Por sua vez, a passiva resultativa implica eventividade, mas não agentividade, o que constitui explicação para o facto de ter subjacente menos estrutura verbal do que a passiva eventiva e mais do que a passiva estativa. Portanto, parece que o contraste entre a representação sintática da passiva eventiva e da passiva estativa explicará o maior número de acertos por parte das crianças. A isto alia-se a existência, como já dissemos, do sintagma preposicional de valor instrumental, que foi usado neste teste precisamente para testar a diferença entre estes dois tipos de passivas.

A distinção entre os vários tipos de passivas é feita através das propriedades dos nós funcionais ou dos verbos flexionados, através das suas propriedades de selecção. Essas propriedades são retomadas abaixo (Duarte & Oliveira 2010a: 406):

- i. *ser*: selecciona como complemento uma projecção funcional VoiceP, cujo núcleo selecciona uma projecção funcional AspP com o traço [+Fient];
- ii. *ficar*: selecciona tipicamente como complemento uma projecção funcional AspP com o traço [+Fient];
- iii. *estar*: selecciona tipicamente como complemento uma projecção funcional AspP com o traço [+Stative].

A distinção torna-se mais evidente quando perspectivada não apenas a partir do auxiliar com que se constrói (*ser/ficar/estar*), mas também com os tipos aspectuais de predicacões (Duarte & Oliveira 2010a: 402).

As crianças, ao aceitarem a passiva eventiva com a oração subordinada final, reconhecem a existência do argumento implícito que não reconhecem na passiva

estativa. Relembremos que Fox & Grodzinsky (1998) argumentam que a passiva verbal pode ocorrer com orações finais, uma vez que PRO da oração final é controlado pelo argumento implícito da passiva verbal. Também Gordon & Chafetz (1990) usaram orações subordinadas finais para distinguir entre passivas verbais e adjetivais.

Tendo sido o par eventiva/ estativa o que obteve melhor resultado, o que se seguiu foi o par resultativa/ estativa. Parece que a não eventividade e não agentividade da passiva estativa são marcas muito fortes que tornam mais visível a sua distinção relativamente a outros tipos de passivas. Por sua vez, o par eventiva/ resultativa é aquele perante o qual, aos seis anos, as crianças ainda parecem responder ao nível do acaso. Para além da estrutura sintática da passiva resultativa, o que a distingue da passiva eventiva é a sua não agentividade. A oração subordinada final não terá constituído uma marca suficientemente distintiva entre passiva eventiva e passiva resultativa, ou as crianças não foram capazes de reconhecer que o seu uso era exclusivo das passivas eventivas.

O português é uma língua que disponibiliza diferentes tipos de passivas, sendo, por isso, aceitável que, a nível semântico, estas cubram questões aspectuais diferentes e que, a nível sintático, a sua manifestação seja diferente. Na verdade, apenas neste quarto estudo experimental testámos as chamadas passivas adjetivais, tendo os três estudos anteriores testado as passivas verbais. Se, para outras línguas, há evidência de que as crianças têm melhor desempenho com as passivas adjetivais, esperaríamos que os resultados que obtivemos no último estudo fossem consideravelmente melhores. Contudo, que seja do nosso conhecimento, os estudos experimentais feitos para as outras línguas não contemplam a distinção entre passivas resultativas e estativas com recurso à expressão *em x tempo*, por exemplo. Talvez a própria interpretação da expressão tenha sido mais difícil do que seria de prever.

Também é necessário ter em conta que, como vimos na secção 3.1.4.5.1, houve alguns verbos que se revelaram mais difíceis em determinados contextos e outros que foram mais fáceis. No fundo, é necessário refletir sobre a sensibilidade revelada perante estes verbos.

Como vimos na secção 2.2.6.1, Huttenlocher *et al.* (2004) defendem que as crianças representam padrões sintáticos a um nível abstrato, independentemente dos itens lexicais implicados. A partir de um estudo experimental com recurso ao método da repetição sintática, concluíram que as crianças adquirem uma representação sintática

abstrata da passiva por volta dos três/quatro anos que não é restringida pelo tipo de verbo. Segundo os autores, o estudo mostra que as crianças têm uma representação sintática da passiva desde muito cedo.

Uma vez que notámos, no nosso quarto estudo experimental, alguma variação perante os verbos testados, parece-nos difícil que o tipo de verbo não tenha implicações na aquisição sintática da estrutura passiva.

Esta variação entre verbos mostra que não é apenas a aquisição do auxiliar que está envolvida, mas também do particípio passado. Não é possível afirmar que estamos perante uma aquisição item a item, eminentemente lexical. Contudo, pela sensibilidade perante certos traços semânticos, podemos inferir que há a aquisição de uma estrutura semântica que permite fazer generalizações para alcançar a estrutura sintática.

O conceito de *bootstrapping* semântico, já apresentado na secção 2.3.4 poderá revelar-se útil. Em termos muito gerais, este conceito pode definir-se como sendo uma ação levada a cabo por um sistema que desencadeia outra ação que o afeta a ele próprio. Correa (1999) define, com muita clareza, o contributo do *bootstrapping* semântico:

Segundo a hipótese do *bootstrapping* semântico, a criança seria biologicamente programada para assumir uma correlação entre sintaxe e semântica, ainda que a primeira não seja redutível à segunda, e seria capaz de derivar representações semânticas a partir de informação lexical e contextual. (Pinker, 1987) (o que é posteriormente revisto, para representações conceptuais, requerendo uma mediação linguística para a formação de representações semânticas (Pinker, 1989)). Tais representações, correlacionadas a padrões sintáticos, desencadeariam de GU as propriedades relevantes para a identificação das relações sintáticas em questão. Correa (1999: 356)

Ao aproveitarmos a hipótese do *bootstrapping* semântico para a interpretação dos resultados a que chegámos relativamente às diferenças entre verbos, não pretendemos dar ênfase ao modo como o significado de itens lexicais pode ser adquirido, mas sim ao modo como o sistema de processamento da língua pode ser operacionalizado a partir de representações semânticas. O que se prevê é que assim que a criança reconhece a riqueza aspectual dos particípios será capaz de processar a frase passiva.

Para além disso, a criança primeiro recorrerá a frases que apresentam a ordem canónica dos constituintes (frases ativas com verbos agentivos transitivos) para construir as suas representações, uma vez que geralmente associa uma posição sintática

particular a um papel temático específico; só depois vai ser possível extrapolar, identificando objetos e sujeitos que não estão apresentados de acordo com a ordem canónica.

Dado que na passiva o sujeito é um tema e não um agente, numa fase inicial a criança interpretará a passiva reversível como ativa, tal como previsto pela hipótese de *bootstrapping* semântico. Se retomarmos também os resultados do nosso estudo experimental 1, vemos que, nos casos em que a criança não selecionou a opção correta, escolheu precisamente a opção inversa, revelando que estava a interpretar a passiva como ativa.

Porém, uma crítica apontada ao *bootstrapping* semântico diz respeito à dificuldade em apresentar uma explicação para o modo como processos perceptuais originam representações conceptuais e como estas se relacionam com representações semânticas numa determinada língua (Correa 1999: 357).

3.1.5. Resumo da secção

Com a aplicação de quatro estudos experimentais que visavam testar a aquisição de passivas em português europeu, pretendemos fornecer uma visão abrangente do modo como as crianças percebem esta estrutura que é tida como de aquisição tardia para um número razoável de línguas.

No primeiro estudo experimental, mostrámos que há um atraso na aquisição de passivas (com verbos agentivos) em português europeu quando comparadas com as frases ativas. Aos três anos as crianças já adquiriram a estrutura ativa e, a partir dos quatro, já mostram ter a passiva estabilizada, revelando um desempenho de 77% de respostas corretas. Parece haver uma dificuldade generalizada com passivas nos estádios iniciais (três anos). Torna-se, porém, importante lembrar que, se tivermos em conta resultados individuais de crianças de três anos, vemos crianças com um desempenho superior a 90%, o que significa que eventuais atrasos não podem ser generalizados. Julgamos que uma análise de resultados individuais é importante, na medida em que revela dados que não podem ser ignorados ao nível da aquisição.

Para além disso, constatámos também que as passivas curtas, ao nível da aquisição, não são mais fáceis que as passivas longas, não tendo havido uma diferença significativa entre ambas, contrariamente à previsão de Borer & Wexler (1987), que

defendiam que as passivas curtas seriam mais fáceis de compreender uma vez que seriam interpretadas como adjetivais.

No segundo estudo experimental, alargamos o âmbito da pesquisa e considerámos também os verbos não agentivos, uma vez que a literatura reportava que as construções passivas com estes verbos seriam mais difíceis de interpretar. Assim, o nosso estudo mostra que, de facto, as passivas não agentivas são de mais difícil interpretação quando comparadas com as passivas agentivas. Para Fox & Grodzinsky (1998), a interpretação das passivas curtas com verbos não agentivos estaria facilitada pela não realização do agente da passiva. Contudo, os nossos dados não corroboram esta hipótese, uma vez que não há diferença significativa na interpretação de passivas longas e curtas, tal como visto na experiência 1. Assim, não será a presença do agente da passiva a determinar a dificuldade da passiva não agentiva, sendo a não agentividade do predicado o fator que se mostra mais relevante.

O terceiro estudo experimental testou, à semelhança do segundo, a aquisição de passivas longas e curtas com verbos agentivos e não agentivos. A diferença entre ambos os estudos assenta na metodologia utilizada. Enquanto no segundo se recorreu a uma Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade, no terceiro, utilizou-se a metodologia Pergunta/Resposta (Rubin 2009). Alterada a metodologia, os resultados foram os mesmos, ou seja, as crianças têm um melhor desempenho em passivas com verbos agentivos. Aos cinco anos, ainda não conseguem interpretar ao nível do adulto as passivas (e as ativas) não agentivas.

Com o quarto estudo experimental, tendo em conta os mais recentes desenvolvimentos teóricos no que à tipologia de passivas diz respeito (Duarte & Oliveira 2010a; Duarte, no prelo), o nosso intuito foi avaliar o desempenho que um grupo de crianças de cinco e seis anos revela perante estruturas passivas eventivas, resultativas e estativas. Pretendeu-se aferir se as crianças são sensíveis à existência de passivas eventivas, resultativas e estativas, através da conjugação de diferentes auxiliares (*ser, ficar, estar*) e do constituintes que possibilitam a sua diferenciação, como sintagmas preposicionais com valor instrumental, orações subordinadas finais e a expressão *em x tempo*. Para além disso, pretendemos ver em que medida conseguiam distinguir passivas eventivas de estativas, eventivas de resultativas e resultativas de estativas.

Os resultados indicam que, aos cinco anos, o contexto não tem um efeito significativo sobre o número de respostas corretas. Nessa idade, a distinção entre os pares eventiva/ estativa, eventiva/ resultativa e resultativa/ estativa está ao nível do acaso. Aos seis anos, porém, vemos que o contexto tem um efeito significativo sobre o número de respostas corretas.

3.2. Análise da estrutura passiva com base em dois *corpora*

Nesta secção, é nosso intuito estudar em dois *corpora* o uso das diferentes construções passivas e verificar, especificamente no *corpus* de aquisição, as hipóteses levantadas sobre a aquisição de passivas. A nossa análise recairá sobre dois *corpora* distintos que cumprirão, também, funções diferentes.

Assim, na secção 3.2.1, analisaremos um *corpus* de aquisição (Santos 2006), contabilizando e tipificando as estruturas passivas que surgem na fala espontânea da crianças e dos adultos em interação. Visamos, igualmente, determinar se existe uma ordem na emergência dos três tipos de passivas e em que medida os dados do *input* fornecem um contributo para determinar não só a ordem da emergência das passivas eventivas, resultativas e estativas, mas também o seu número de ocorrências.

Na secção 3.2.2, o *corpus* analisado é o C-ORA-ROM, um *corpus* oral do português, com cerca de 300 mil palavras, sendo nosso intuito examinar os dados fornecidos à luz da tipologia tripartida das construções passivas e aferir a possibilidade de se estabelecer uma relação entre estes dados e os resultados que obtivemos nos quatro estudos experimentais previamente apresentados.

3.2.1. A estrutura passiva no *corpus* de Santos (2006)

Nesta secção, é nosso intuito basear a análise em dados do discurso espontâneo, através do recurso a um *corpus* de aquisição: Santos (2006). Para a análise das estruturas passivas, há muitos estudos que se baseiam neste tipo de dados (Demuth 1989), pelo que vamos seguir uma abordagem que outros autores já seguiram previamente. Contudo, há algumas questões que merecem ser referidas, nomeadamente os fatores extra-linguísticos que poderão intervir e a possibilidade de ausência de determinadas construções num dado *corpus*.

Numa dada situação comunicacional, há a interação de fatores extralinguísticos que poderão ser difíceis de controlar, o que poderá condicionar o desempenho da criança. Alguns desses fatores podem ser o ambiente circundante, o à-vontade perante a

situação, etc. Ainda que possam ter algum impacto, esses fatores devem ser controlados. Essencialmente para os adultos, esta situação representa uma situação dirigida e, como tal, o léxico pode também estar, de alguma forma, condicionado.

Outra questão a considerar quando se trabalha com dados reais diz respeito à ausência de certas estruturas no *corpus*. As implicações desse facto têm de ser analisadas cuidadosamente. A sua omissão poderá ser justificada pelo desconhecimento da estrutura em causa, por exemplo, ou pela sua inadequação no contexto, ou ainda pela simples preferência por outra estrutura, pelo que não se poderá generalizar a ideia de que se a construção não for produzida tal significará que a criança a desconhece. De qualquer modo, parece-nos que o estudo baseado em dados de *corpora* é precioso, pelas pistas e resultados que estes podem fornecer.

Um *corpus* de aquisição que disponibilize o discurso dos adultos que interagem com as crianças será valioso pela análise global que pode oferecer. O *corpus* que iremos analisar apresenta os dados de interação adulto(s)-criança, o que nos permitirá estudar, para o português, não só a existência de estruturas passivas produzidas pelas crianças, como também a existência dessa estrutura no discurso a elas dirigido.

Alguns estudos defendem que o discurso dirigido às crianças não é exatamente o mesmo que é produzido em outras circunstâncias. Há evidência que aponta para outras propriedades universais do *input* dirigido às crianças, como as que são enunciadas a seguir:

- i. O uso predominante de frases simples
- ii. Um alto grau de variação na entoação
- iii. Sequências de enunciados com uma constante intenção comunicativa (substituição lexical e paráfrases, adição, apagamento ou reordenação de constituintes (Slobin *et al.* 2008: 19).

Para Eisenbeiss (2006: 4) “such ‘variation sequences’, together with syntactic simplification and strong prosodic patterns, can highlight constituent boundaries as well as morphological contrasts and provide evidence for word order flexibility, syntactic processes and the optionality of particular constituent types”. No entanto, a autora reconhece que são necessários mais estudos interlinguísticos no sentido de se determinar quais destas propriedades são verdadeiramente universais e qual o seu real contributo para o processo de aquisição da linguagem.

Alguns estudos sobre passivas no discurso dirigido a crianças revelam-se pertinentes. Gordon & Chafetz (1990: 236), por exemplo, investigaram a quantidade de passivas num *corpus* desse tipo. A análise de 86,655 linhas de discurso dirigido a três crianças mostra a existência de 313 passivas. Em média, os adultos produzem 36 passivas por mil enunciados (*utterances*), portanto 0,36% de todo o *input*. As passivas mais comuns foram passivas curtas com verbos agentivos, tendo sido apenas produzidas quatro passivas longas. As passivas com verbos não agentivos também foram muito raramente produzidas (Gordon & Chafetz 1990: 236). Os autores identificaram a presença de 63% de passivas adjetivais e 37% de passivas verbais.

Kline & Demuth (2010) defendem que uma alta frequência de passivas no *input* promove uma aprendizagem implícita rápida e facilita a compreensão de passivas. Esta abordagem implica que a aquisição da linguagem ocorre de modo diretamente relacionado com ordem, *input* e “procedural memory”. Como vimos na secção 2.6.3, Crawford (2012) rebate esta proposta.

3.1.1.1. Os dados

Pretendemos, nesta secção, analisar as estruturas passivas na fala espontânea da criança e do adulto em interação, recorrendo a um *corpus* de aquisição (Santos 2006). Este *corpus* abrange o discurso de três crianças e tem as características indicadas no quadro 15¹⁵⁶:

Criança	Idade	MLU _w ¹⁵⁷	Nº de ficheiros	Nº de enunciados da criança
INM	1;5.9 - 2;7.24	1.315-2,370	15	5101
TOM	1;6.18 - 2;9.7	1.286-2.954	16	6800
INI	1;6.6 - 3;11.12	1.527-3.815	21	6591

Quadro 15. Idades e produções das crianças representadas no *corpus* de Santos (2006).

Para esta análise, todo o *corpus* foi considerado, tendo sido feito o levantamento de todos os enunciados que continham estruturas passivas, não só das produções das crianças, como também da fala dos adultos. O intuito é, também, verificar se os dados dos adultos se relacionam de alguma forma com os das crianças, no que diz respeito à estrutura passiva.

¹⁵⁶ O quadro 15 foi retirado de Lobo *et al.* (2012).

¹⁵⁷ A medida geral mais comum para medir o desenvolvimento linguístico é o MLU (Mean Length of Utterance).

Como o *corpus* não está anotado com informação morfossintática, não foi feito o levantamento de todos os lemas dos verbos que ocorreram na voz ativa. Fez-se o levantamento dos verbos que surgiram em construções passivas, tendo sido consideradas as construções de *ser*, *estar* e *ficar*, com particípios passados. Depois deste primeiro levantamento, foi feita uma nova seleção de construções, tendo em conta as propriedades destas construções.

Como já referimos, o objetivo é analisar as passivas eventivas, resultativas e estativas que estão presentes no *corpus*, por um lado, e, por outro, identificar qual a ordem de emergência das várias estruturas. Para além disso, será também interessante ver que verbos surgem associados a cada um dos tipos de passivas.

Uma das crianças (TOM) destaca-se pela precocidade com que produziu passivas estativas, comparativamente a outra criança, nomeadamente INM. Nas produções de TOM, surgiram os três tipos de passivas, tendo a passiva estativa sido produzida aos 1;9.14, a eventiva aos 2;6.6 e a resultativa aos 2;9.7:

(40) a@ (a)pagada. (1;9.14)

(41) (es)tá pa(r)tido. (1;10.8)

(42) +< xx mas # tem # de se(r) # lavado [?]. (2;6.6)

(43) /] # e depois # eles ficam aqui pendu(r)adas # e (de)pois comeu o osso.
(2;9.7)

A tabela 54 mostra a quantidade de passivas produzidas por cada criança:

	Eventivas	Resultativas	Estativas	TOTAL
INM	0	0	2	2
TOM	1	1	22	24
INI	1	2	41	44

Tabela 54. Número de passivas produzidas por cada criança.

O gráfico 20 evidencia a diferença ao nível da quantidade de passivas eventivas, resultativas e estativas:

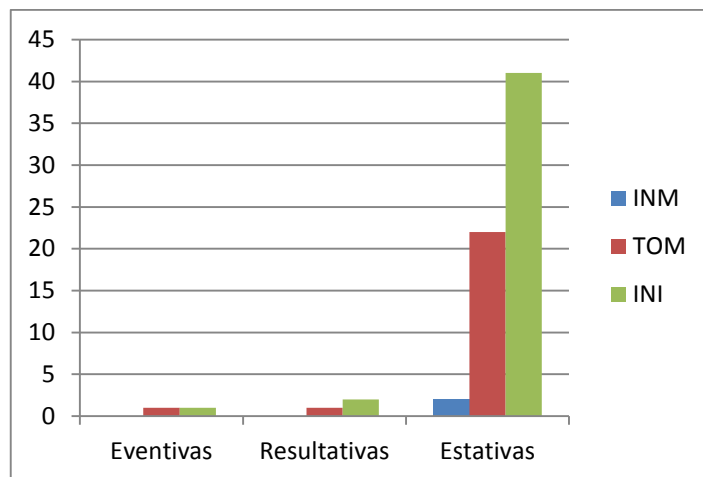


Gráfico 20. Número de passivas produzidas por cada criança.

Uma das crianças (INM) não produz qualquer passiva eventiva ou resultativa até aos 2;7 meses, tendo produzido apenas duas passivas estativas. O que se nota é que, nos estados iniciais, as passivas estativas são as mais frequentes no discurso produzido pelas crianças, surgindo as eventivas e as resultativas com uma baixa frequência. Vinte e uma das passivas estativas produzidas pela INI surgem depois dos três anos, o que explica a diferença dos dados em relação às restantes crianças, cujos registos não incidem sobre os três anos. De qualquer modo, os dados são muito divergentes ao nível da quantidade.

Em relação aos verbos que surgiram nestas construções, as produções de TOM foram construídas com os seguintes verbos:

	estativa	eventiva	resultativa
abrir	1	0	0
acordar	2	0	0
agarrar	1	0	0
apagar	1	0	0
assustar	4	0	0
esconder	6	0	0
estragar	3	0	0
lavar	0	1	0
molhar	1	0	0
partir	3	0	0
pendurar	0	0	1

Tabela 55. Identificação de verbos produzidos por TOM e respetiva quantidade.

Na tabela 56, estão os verbos utilizados por INM:

	estativa
cansar	1
limpar	1

Tabela 56. Identificação de verbos produzidos por INM e respetiva quantidade.

Na tabela 57, estão os verbos utilizados por INI:

	estativa	eventiva	resultativa
abrir	2	0	0
apertar	3	0	0
arrumar	1	0	0
avariar	3	0	0
complicar	1	0	0
deitar	1	0	0
desapertar	1	0	0
descalçar	2	0	0
enfeitar	1	0	0
esconder	1	0	0
escrever	2	0	0
estragar	4	1	0
fechar	2	0	0
ler	2	0	0
meter	0	0	1
molhar	1	0	1
partir	5	0	0
pendurar	2	0	0
prender	1	0	0
riscar	1	0	0
sentar	2	0	0
tapar	3	0	0

Tabela 57. Identificação de verbos produzidos por INI e respetiva quantidade.

Os verbos usados nas produções das três crianças, como *esconder*, *estragar*, *molhar*, *pendurar*, *limpar*, dizem respeito, geralmente, ao contexto em que se encontram inseridas, ou seja, as crianças falam sobre algo que está presente no contexto e/ou que acabou de acontecer, como podemos ver no excerto abaixo (INESI2-8-23):

*MJF: olha # mas está aqui outra coisa também muito importante para eles.

*MJF: o que é isto?

*INI: uma [?] cadeiri(nha) [?].

*MJF: uma cad +/.

*INI: a (ca)deiri(nh)a [?] <(es)tá pa(r)tida> [//] (es)tá pa(rtida).

Os dados relativos às produções das crianças podem ser comparados com a quantidade de passivas produzidas pelos adultos presentes nas diversas sessões com as

crianças. Se as crianças são mais produtivas em relação às passivas estativas, o mesmo se passa em relação aos dados dos adultos¹⁵⁸.

Na verdade, também estes revelam uma clara preferência pela produção de passivas estativas, constituindo estas mais de 80% do total de passivas produzidas, como se pode constatar na tabela abaixo apresentada:

Produção do(s) adulto(s) que acompanha(m)	Eventivas	Resultativas	Estativas	TOTAL
INM	5 (4%)	15 (13%)	96 (83%)	116
TOM	3 (3%)	9 (9%)	86 (88%)	98
INI	4 (2%)	7 (5%)	155 (93%)	166

Tabela 58. Quantidade de passivas produzidas pelos adultos em interação com as crianças.

O gráfico 21 representa os dados relativos aos enunciados que foram produzidos pelos adultos que acompanhavam as crianças durante as gravações e mostra claramente a diferença entre a quantidade de passivas eventivas, resultativas e estativas produzidas:

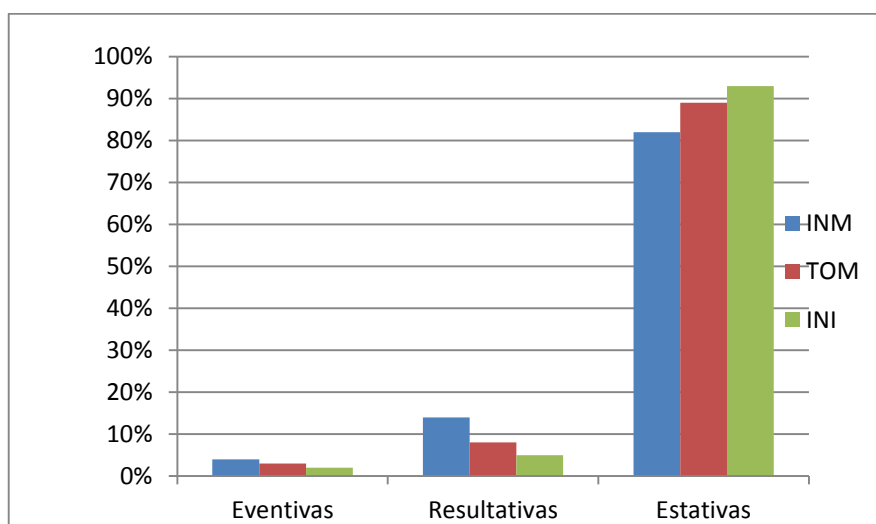


Gráfico 21. Quantidade de passivas produzidas pelos adultos em interação com as crianças.

Uma análise da tabela deixa visível a diferença entre a quantidade de passivas eventivas, resultativas e estativas. Enquanto as duas primeiras não ultrapassam os 4% e os 13%, respetivamente, as passivas estativas são muito produzidas pelos adultos em interação com as crianças. Além disso, se estabelecermos uma comparação entre o

¹⁵⁸ Os verbos presentes nas frases passivas produzidas pelos adultos no *corpus* de Santos (2006) constituem o anexo 9.

número de passivas produzido por cada criança e o número de passivas que recebem do *input*, vemos que não há sempre uma relação direta entre os dados, ou seja, a criança que produz um número mais reduzido de passivas (INM) não é a que recebe menos passivas no *input*. Por outro lado, a criança que produz um número mais elevado de passivas (INI) é aquela cujo *input* tem disponíveis mais estruturas desse tipo. No entanto, esta relação poderá também estar relacionada, como já dissemos, com o facto de a INI ser a única criança cujos registos incluem gravações para além dos três anos. A tabela 59 mostra a proporção de passivas produzidas e de passivas presentes no *input* dos adultos em interação com as crianças:

	Passivas produzidas	Passivas no <i>input</i>
INM	2	116
TOM	24	98
INI	44	166

Tabela 59. Comparação entre passivas produzidas pelas crianças e passivas produzidas no *input*.

Os verbos que ocorreram nas produções dos adultos constituem o anexo 9, Alguns dos verbos presentes são verbos como *desfazer*, *despentear*, *esconder* e *estragar*. Tal como acontece com os verbos produzidos pelas crianças, a maior parte dos verbos usados diz respeito, geralmente, ao contexto em que se encontram inseridos os participantes, isto é, os adultos referem-se àquilo que está a acontecer no contexto em que se encontram.

3.1.1.2. Discussão dos dados

Como sabemos, os dados de produção espontânea apresentam limitações, uma vez que é muito difícil, em situações de discurso espontâneo, registar-se todas as construções que gostaríamos de estudar e com uma alta frequência. Tal não significa que a construção não seja efetivamente produzida; poderá acontecer, por exemplo, que não se tenha proporcionado o seu uso no contexto discursivo em análise.

Por este motivo, é importante haver um cruzamento entre os dados de fala espontânea e os dados que podemos recolher através de contextos experimentais, tal como fizemos, uma vez que se complementam.

Os dados da fala espontânea analisados permitiram-nos verificar que, tendo em conta a ordem de emergência dos diferentes tipos de passivas, poderemos estabelecer uma ligação com os dados dos estudos experimentais, no sentido em que, e retomando os resultados do primeiro estudo experimental, constatámos que as crianças apenas

compreendem as passivas eventivas agentivas a partir dos quatro anos. Na verdade, só este tipo de passivas (eventivas) foi testado nos três primeiros estudos experimentais, mas parece ser possível deduzir que, numa fase prévia à aquisição das passivas eventivas, estará a aquisição das passivas estativas. As passivas resultativas parecem ser adquiridas também após as passivas estativas, dado que a sua frequência no *corpus* de Santos (2006) é muito baixa.

Também Israel *et al.* (2000) mostram que as primeiras passivas a ser produzidas pelas crianças são as estativas (adjetivais), passando apenas mais tarde as crianças a usar passivas eventivas. Para os autores, os participios estativos são aprendidos porque geralmente produzidos no contexto a que dizem respeito. As passivas estativas parecem ser mais salientes para as crianças, pelo menos numa fase inicial de aquisição da linguagem.

Tal como no estudo de Israel *et al.* (2000), verificámos que as crianças produziram participios estativos desde cedo e só mais tarde (passado um período considerável, por vezes mais de um ano) começaram a produzir participios com leitura eventiva. Além disso, é também de notar, nas três crianças, a semelhança na ordem de aquisição destas estruturas: primeiro surgem as estativas e só depois as passivas eventivas e resultativas.

Para explicar os dados encontrados, Israel *et al.* (2000) defendem uma perspetiva construcionista, em que a criança, em vez de ativar princípios formais inatos, adquiriria a passiva através de um domínio gradual dos aspetos que a caracterizam, ao nível da forma e ao nível do significado. Parece-nos que esta base teórica não é suficientemente consistente para explicar, por si só, a emergência destes vários tipos de construções passivas. Tendo havido, no *corpus* de Santos (2006), crianças a produzir passivas estativas muito precocemente (TOM 1;9 meses), julgamos poder estar implicado algo mais para além do domínio progressivo dos aspetos que caracterizam a estrutura passiva.

A aquisição desta estrutura parece estar relacionada com a estrutura sintática subjacente a estas construções. Como vimos na secção 1.2.6, a passiva estativa seleciona tipicamente como complemento uma projeção funcional AspP com o traço [+Stative]; a eventiva seleciona como complemento uma projeção funcional VoiceP, cujo núcleo seleciona uma projeção funcional AspP com o traço [+Fient]; a resultativa seleciona tipicamente como complemento uma projeção funcional AspP com o traço

[+Fient] (Duarte & Oliveira 2010a). Dada a existência de uma estrutura menos complexa associada à passiva estativa, tal poderá explicar a sua utilização mais frequente quando comparada com as passivas eventivas e resultativas.

Para tentar explicar o número mais elevado de passivas estativas face às passivas eventivas e resultativas no discurso das três crianças analisadas, há também que considerar os dados do *input*, ou seja, as estruturas produzidas pelos adultos. A análise desses dados mostra que a percentagem de passivas estativas é incomparavelmente superior à de eventivas e resultativas. Estes dados parecem mostrar que as passivas estativas são mais frequentes no discurso dirigido às crianças e são as estruturas mais ouvidas aquelas que mais precocemente são produzidas.

Se tivermos em conta que, muitas vezes, o discurso que se destina a crianças é mais simples do que aquele que é usado na interação entre adultos, tal poderia constituir uma justificação para o maior número de passivas estativas. Contudo, não nos parece que tenha sido esse o caso, dado que, na análise efetuada, vemos que as estruturas passivas estativas não foram usadas em detrimento das passivas eventivas para facilitar o discurso direcionado à criança, mas porque, naquele contexto específico, assim se exigia (dada a necessidade de se fazer referência a algo relativo ao próprio contexto).

É relevante questionarmo-nos, neste ponto, sobre a quantidade de *input* que é necessária para que uma criança consiga estabelecer o parâmetro relevante para a aquisição da passiva na sua língua. A nossa amostra (três crianças) é reduzida e julgamos que os dados são relativamente semelhantes no que diz respeito à produção de passivas. Não temos disponíveis para o português europeu outros estudos sobre a aquisição da estrutura passiva que apresentem dados relativos a *corpora* de produção espontânea, pelo que uma análise de base comparativa não pode ser feita, neste momento. Contudo, relativamente ao inglês, Crawford (2012) argumenta que os estudos sobre a aquisição da passiva indicam que não é a frequência absoluta da passiva no *input* que vai determinar que o desempenho da criança seja próximo do do adulto. Exemplifica esta ideia, referindo que o bom desempenho que as crianças revelam perante passivas longas e passivas com verbos não agentivos, que são as mais raras no *input*, sugere que as crianças têm conhecimento de construções que são muito raras no *input*.

Para além disso, há também evidência de que a aquisição de outras construções com ordem não canónica de constituintes (frases *wh-* com extração de objeto, como

Who does Piggy wash?), não são afetadas pela reduzida ocorrência no *input* (Hirsch & Hartman 2006). Estes dados parecem sugerir que a baixa frequência de passivas no *input* não condiciona diretamente um eventual atraso.

Outro aspeto importante dos estudos de aquisição de passivas diz respeito à diferença entre passivas longas e curtas. Como vimos nos estudos experimentais, não há diferença significativa entre a compreensão de uma ou outra estrutura, pelo que, ao contrário de outras línguas, as passivas longas não acarretam mais dificuldades do que as passivas curtas. No *corpus* de Santos (2006) não há qualquer registo de passivas longas no discurso das crianças, nem no dos adultos. Se relacionarmos essa ausência de passivas longas com o facto de (de acordo com os estudos experimentais) a partir dos quatro anos as crianças dominarem quer passivas longas quer passivas curtas (com verbos agentivos), tal faz-nos deduzir que essa ausência de passivas longas no *input* não condicionará a aquisição dessa estrutura, sendo a criança capaz de interpretar o complemento agente da passiva.

Para além disso, é compreensível que não existam passivas longas, uma vez que as passivas representadas em maior número são as passivas estativas, precisamente aquelas que, à partida, não serão compatíveis com o complemento agente da passiva, porque não possuem nem eventividade nem agentividade.

Tendo em consideração os resultados obtidos através do estudo experimental 4, descrito na secção 3.1.4, as crianças de seis anos reconhecem essencialmente a distinção entre eventiva e estativa, o que significa que esses serão o tipo de passivas em que as diferenças são mais acentuadas e, por isso, mais facilmente reconhecidas. Podemos deduzir que as crianças sabem reconhecer a incompatibilidade de uma passiva estativa com um SP de valor instrumental, uma vez que sabem que este tipo de passiva não tem eventividade e agentividade. Além disso, não recebem *input* desse tipo (estativa+SPinstrumental).

3.2.2. A estrutura passiva no *corpus* C-ORAL-ROM

Nesta secção, é nosso intuito cumprir dois objetivos distintos. Por um lado, pretendemos analisar os dados fornecidos por um *corpus* oral à luz da tipologia tripartida das construções passivas. Por outro lado, queremos averiguar se existe uma relação entre a frequência dos verbos usados na passiva que surgem neste *corpus* e o desempenho que as crianças tiveram perante os verbos testados nos estudos

experimentais levados a cabo e descritos na secção 3.1. Na verdade, pretendemos ver se o *input* linguístico a que a criança está sujeita poderá condicionar o seu desempenho perante determinados verbos. O próprio número total de passivas que ocorrem no *corpus* é importante, porque o facto de as crianças ouvirem a produção de passivas, independentemente dos verbos, também constitui *input* para estabelecerem uma regra para a produção desta estrutura, com outros predicados verbais.

Existe alguma divergência quanto ao papel do *input* na aquisição das passivas. Assim, enquanto Demuth (2009; 2010) e Gabriel (2001) defendem a sua pertinência, outros autores (Menuzzi 2001; Crawford 2012) remetem-no para segundo plano. Interessa-nos aqui apresentar dados de dois tipos (fala espontânea de adultos e fala de adultos dirigida a crianças) para fornecer algumas pistas quanto à importância do *input*.

Em sesotho, por exemplo, a aquisição de passivas verbais numa fase precoce manifesta-se ao mesmo tempo que existe uma grande predominância da passiva quer na língua adulta, quer no *input* do adulto para a criança (Demuth 1990). É, aliás, através do *input* que Demuth justifica a utilização de passivas em estádios iniciais. Esta explicação foi, como vimos, criticada (Crawford 2012).

Também Gabriel (2001), a partir de dados do português do Brasil, afirma que o padrão de desenvolvimento das passivas é determinado pelas propriedades do *input*. Reanalizando os dados desta autora, Menuzzi (2001) defende que esse desenvolvimento ocorre independentemente do *input*.

Os dados de *corpora* poderão constituir tendências e mostrar padrões cuja análise poderá ser útil, dado que a evidência dos factos atestados estimula novas descrições e hipóteses teóricas.

3.1.2.1. *Corpus C-ORAL-ROM*

O *corpus* que servirá de base à análise é o C-ORAL-ROM, resultado de um projeto que visa incrementar os recursos linguísticos na área da língua falada, constituindo um *corpus* multilingue de língua falada espontânea, para quatro línguas românicas (Espanhol, Português, Francês e Italiano, com cerca de 300 mil palavras cada língua, abrangendo discurso formal e informal).

A nossa escolha recaiu sobre este *corpus* uma vez que se trata de um *corpus* oral complexo que abrange um conjunto transversal de falantes. Para além disso, não são em número elevado os *corpora* orais disponíveis para português europeu. Assim, este

corpus será trabalhado em dois sentidos: veremos como a tipologia tripartida das passivas dá conta dos dados provenientes deste *corpus* e tentaremos analisar se existe uma relação entre a frequência dos verbos que surgem na passiva e o desempenho que as crianças tiveram perante os verbos testados nos estudos experimentais.

3.1.2.2. Metodologia

Para a nossa análise, o *subcorpus* do português foi etiquetado com o anotador Eric Brill (Brill 1993), tendo sido posteriormente efetuada uma extração de concordâncias, utilizando o concordanciador – MonoConc Pro (Barlow 2000). Essa extração contemplava todas as construções com os auxiliares *ser*, *estar* e *ficar* + a etiqueta PPA (particípio passado que não entra na formação de tempos compostos). Assim, foram extraídas 1212 ocorrências de *ser* + PPA, 552 ocorrências de *estar* + PPA e 107 ocorrência de *ficar* + PPA.¹⁵⁹ Por vezes, poderá haver algumas palavras entre o auxiliar e o PPA. Numa primeira fase, procedeu-se à verificação de todos os contextos extraídos do *corpus*, tendo sido postos de parte alguns exemplos que se revelaram difíceis de categorizar. Alguns exemplos com formas claramente adjetivais tinham sido etiquetados no *corpus* como participios passados (PPA) e foram consequentemente incluídos na pesquisa realizada com base na categoria PPA:

(44) a população estava carenciada de um evento destes

Também foram postos de parte aqueles exemplos que correspondem a expressões lexicalizadas, que já perderam o seu sentido composicional, como os que se apresentam em (45):

(45) porque eles não não não são não estavam muito virados para aí

3.1.2.3. Critérios utilizados para a seleção de contextos

Tendo havido a necessidade de analisar e classificar um número elevado de contextos, tornou-se importante estipular um conjunto de critérios que facilitarão essa tarefa. Um dos grandes problemas está relacionado com a ambiguidade que caracteriza muitos contextos. Na verdade, por vezes, torna-se complicado aferir se determinado exemplo deve ser inserido no conjunto das passivas eventivas, no conjunto das passivas resultativas, no conjunto das passivas estativas, ou até mesmo se deve ser considerado

¹⁵⁹ Na extração de contextos do *corpus*, foram apenas selecionadas instâncias com *ser*, *ficar* e *estar*, apesar de autores como Cunha & Cintra (1984: 383) referirem que existem outros auxiliares que podem formar a passiva.

uma passiva. Muitas vezes, tal advém da ambiguidade semântica ou até sintática da construção. Outras vezes, o contexto fornecido não é suficiente para nos apercebermos da totalidade do sentido. Há ainda situações em que o verbo auxiliar não é suficiente para definir determinada construção e há que recorrer a uma contextualização mais abrangente, tendo em conta outras questões.

A resolução que nos pareceu mais eficaz passou pela utilização de testes, que consistem na manipulação de frases. Esta manipulação controlada de dados torna-se eficiente quando se trata de trabalhar sobre contextos pouco claros. Atentemos no exemplo (46):

(46) em casos que são indiscutivelmente abrangidos por uma necessidade de clarificação [990_ est]¹⁶⁰

Para se estabelecer se se tratará de uma construção passiva eventiva ou estativa, podemos recorrer a alguns testes sobre a construção ativa transitiva em (47):

(47) a necessidade de clarificação abrange esses casos

Recorremos geralmente ao critérios de Duarte & Oliveira (2010), apresentados na secção 1.2.3, nomeadamente a compatibilidade de cada um dos tipos de passivas com sintagmas preposicionais de valor instrumental; orações subordinadas finais; complementos agente da passiva; advérbios orientados para o agente; e expressão *em x tempo*. Como vimos, a passiva eventiva é compatível com os todos os contextos descritos, a passiva resultativa apenas com o último e a passiva estativa é incompatível com todos.

Paralelamente, valemo-nos de mais alguns testes referidos na literatura, para confirmarmos que a construção transitiva associada à passiva não é eventiva, mas sim estativa, neste caso particular:

Teste 1. Inclusão do evento da principal no intervalo temporal da subtemporal (Cunha 2004):

(48) quando a necessidade de clarificação abrangeu muitos casos, o executivo resolveu a situação

¹⁶⁰ Perante a necessidade de codificar todos os exemplos extraídos, optámos por manter o número que automaticamente lhes é associado, acrescentado as iniciais dos ficheiros em que foram por nós colocados: evt, res, est.

Teste 2. Incompatibilidade de estados com as expressões *parar de* e *acabar de* (Duarte (2003: 149-150):

(49) *a necessidade de clarificação parou de abranger esses casos

(50) *a necessidade de clarificação acabou de abranger esses casos

Teste 3. Compatibilidade de estados com a expressão *passar a* (Cunha 2004):

(51) a necessidade de clarificação passou a abranger esses casos

Teste 4. Agentividade do sujeito (nos eventos)

(52) #a necessidade de clarificação abrange deliberadamente esses casos¹⁶¹

Tendo em conta os testes, percebemos, com maior clareza, que a frase em (46) constitui uma frase passiva estativa. As estruturas em análise respondem positivamente aos testes para a deteção da estatividade, no sentido em que, entre outros, estabelecem uma relação de inclusão com a oração principal quando ocorrem em subordinadas temporais introduzidas por *quando* e são incompatíveis com operadores aspetuais como *parar de* ou *acabar de*.

Para além destes casos em que é necessário decidir o tipo de estrutura passiva que está em causa, outros há que dizem respeito às construções que incluem a modificação em grau, através da inserção de advérbios como *muito*, por exemplo, nas passivas eventivas, resultativas e estativas. Na nossa perspetiva, a possibilidade de inserção do advérbio não invalida a construção enquanto passiva, independentemente do auxiliar usado (*ser*, *ficar* ou *estar*), como vimos aliás na secção 1.2, sobre a tipologia das construções passivas, em que problematizámos a questão da inserção de um advérbio de grau nas construções passivas e vimos que o uso da modificação em grau não estava apenas reservado para as passivas eventivas. Atentemos nos exemplos (53) a (55):

(53) o traje académico não é muito usado [5_evt]

(54) das cidades algarvias tiveram ficaram muito adulteradas [26_res]

(55) acho que o timing está bem escolhido [163_est]

Pode haver alguma variação ao nível da aceitabilidade destas passivas como eventivas, resultativas ou estativas, respetivamente, mas nenhum dos exemplos nos parece verdadeiramente problemático.

¹⁶¹ O # mostra a não agentividade do sujeito.

3.1.2.4. Os dados

Depois de efetuada essa verificação e de terem sido postos de parte alguns casos que não foram considerados pelas razões acima expostas ou porque se levantaram dúvidas de outra ordem, foram contabilizados, num total de cerca de 300 mil palavras que constituem o *corpus* (57.640 verbos (Bacelar *et al.* 2005)), os seguintes exemplos de passivas eventivas, resultativas e estativas:

Tipo de estrutura	Quantidade de ocorrências	Porcentagem
Passiva eventiva	688	57%
Passiva resultativa	80	6%
Passiva estativa	451	37%
Total	1219	100%

Tabela 60. Quantidade de passivas no *corpus* C-ORAL-ROM.

Através da informação de frequência fornecida pela análise do *corpus*, podemos afirmar que, dada a sua dimensão, o número de estruturas passivas é relativamente baixo. Ainda assim, esse número permite-nos analisar como se distribuem as passivas existentes. O tipo de estrutura com mais expressão no *corpus* é a passiva eventiva, com 57% do total de passivas; seguidamente surgem as passivas estativas, com 37% do total; e finalmente as passivas resultativas, que representam apenas 6% do total de passivas produzidas.

As passivas eventivas são as únicas que, à partida, ocorrem com agente da passiva expresso. Assim, de entre as 688 passivas eventivas, 107 apresentam um complemento agente da passiva, o que representa 16% do total de passivas desse tipo. Estas 107 ocorrências dizem respeito a 83 verbos, que constituem o anexo 10.

No que diz respeito à quantidade de verbos diferentes que ocorreram nos vários tipos de passivas, os dados são os que se apresentam na tabela 61:

Tipo de estrutura	Quantidade de ocorrências	Quantidade de verbos diferentes que ocorreram
Passiva eventiva	688	322
Passiva resultativa	80	58
Passiva estativa	451	231

Tabela 61. Quantidade de passivas e de verbos diferentes no *corpus* C-ORAL-ROM.

Como podemos constatar, no caso das passivas resultativas e estativas, mais de metade dos verbos que ocorrem são diferentes; no caso das passivas eventivas, houve também grande diversidade nos verbos utilizados, ainda que essa variação tenha sido

menor quando comparada com a das restantes estruturas. Os verbos que ocorrem nas passivas eventivas, resultativas e estativas constam dos anexos 11, 12 e 13, respetivamente.

Neste *corpus*, também estão atestados exemplos de passivas resultativas e estativas que ocorrem com o agente da passiva, tal como em espanhol e em alemão. Se, por um lado, se assume que a ocorrência do complemento agente da passiva em estruturas resultativas e estativas é considerada agramatical, por outro lado, verifica-se, no *corpus* analisado, a existência de exemplos que mostram a sua utilização nesse contexto (ainda que em número reduzido no que se refere à passiva resultativa). Os exemplos (56) e (57) representam passivas resultativas com agente da passiva expresso e os exemplos (58) a (67) as passivas estativas:

(56) fiquei seduzido por aquilo que já era muito velho [75_res]

(57) e eles ficaram presos por esta minha maneira de ver a arte [92_res]

(58) a minha intervenção está bastante prejudicada pela intervenção da senhora deputada Odete Santos [354_est]

(59) é prática o que está recomendado pela directiva [363_est]

(60) a música como todo o resto está completamente sufocada pela pelo marasmo comercial [450_est]

(61) o ofício que eu queria citar estava assinado pela minha chefe, pela presidente [543_est]

(62) na altura estava atraído pela economia [468_est]

(63) é assim estava avisado um pouco pelos guias [177_est]

(64) o divórcio acontece por mútuo consentimento está também provado pelos técnicos [355_est]

(65) porque está comprado logo pelo restaurante [71_est]

(66) eu sinto que está aqui muito marcada pelas pregações que nós ouvimos [322_est]

(67) a puberdade está marcada por um crescimento muito rápido [325_est]

Estes dados podem ser lidos à luz de diferentes explicações. Há autores que defendem que estes exemplos não constituiriam verdadeiras passivas adjetivais, mas passivas verbais que ocorrem com *estar* e *ficar* em vez de *ser*. Como vimos, Meltzer-Asscher (2011) defende que estes complementos agente da passiva modificam o estado diretamente, na ausência de um evento.

A perspectiva mais inovadora é apresentada por Gehrke & Sánchez-Marco (2012: 2) que postulam a existência de um argumento externo na passiva adjetival. Com este tipo de passivas, o sintagma-*por* modifica um *event kind* pelo que o seu complemento também permanece no *kind domain*. É por isso que os SN que aí ocorrem têm um carácter mais genérico.

Os exemplos que retirámos do *corpus* analisado não são em número suficiente no sentido de nos permitirem fazer uma análise detalhada, pelo que seria necessário analisar um *corpus* mais extenso de modo a termos uma maior quantidade de dados que permitissem um nível de análise mais abrangente. De qualquer modo, parece-nos pertinente realçar que, sendo a presença do agente da passiva visível nas passivas resultativas e estativas em português, dizem muitas vezes respeito a SN mais genéricos, como previsto por Gehrke & Sánchez-Marco (2012).

Na secção 3.1.4.2, vimos que os sete adultos testados numa primeira fase do estudo experimental 4 não aceitaram passivas estativas e resultativas com agente da passiva expresso, como em (68) e (69). Apenas a passiva eventiva foi aceite.

(68) *O espelho ficou partido pela Maria.

(69) *O espelho está partido pela Maria.

Na secção 3.2.1, no *corpus* de aquisição analisado, não surgiu qualquer estrutura passiva estativa ou resultativa com um agente da passiva explícito.

3.1.2.5. Discussão dos dados

Retomando os dados apresentados na secção anterior, o que se confirma é que, tal como já apontado para outras línguas, a existência de passivas no discurso oral é muito baixa (Perotino 1995; Biber 1999). A estrutura em análise surge essencialmente no discurso escrito, facto que explicará possivelmente a baixa frequência que encontramos no *corpus* C-ORAL-ROM. No total ocorreram 1219 frases com estrutura passiva.

No âmbito deste trabalho, não analisamos minuciosamente os verbos que ocorreram nas diferentes estruturas. No entanto, podemos apontar algumas tendências que se verificaram e que dizem respeito à prevalência de alguns tipos de verbos. Assim, podemos afirmar que, nas frases passivas resultativas, se notou uma particular ocorrência de verbos com características que os permitem inserir no grupo de verbos

psicológicos¹⁶². Os verbos psicológicos são aqueles que expressam a experiência de uma emoção ou sentimento. Os exemplos (70) - (73) dão conta de alguns desses usos de verbos psicológicos com experienciador sujeito:

(70) porque está sozinho fica muito assustado [100_res]

(71) eu fiquei completamente estarecida [22_res]

(72) a mulher ficou toda perturbada com isso [61_res]

(73) fiquei muito surpreendido com os seus comentários [78_res]

Os verbos psicológicos ocorrem em passivas resultativas, mas também em passivas estativas. Alguns exemplos dessas ocorrências são os seguintes:

(74) estava encantada com o efeito das ervas [58_estar]

(75) estava preocupado com um assunto [542_estar]

Comparativamente com as passivas resultativas e estativas, a passiva eventiva ocorre muito raramente com verbos psicológicos. Assim, verbos como *preocupar*, por exemplo, dificilmente aceitam uma construção transitiva com sujeito agente (76), pelo que a passiva eventiva é também agramatical (77)¹⁶³:

(76) ?O João preocupa deliberadamente a Maria.

(77) *A Ana foi preocupada pelo João.

Verbos deste tipo (com afetação do sujeito) não foram tidos em conta aquando da conceção dos nossos vários estudos experimentais, por vários motivos, embora tenham sido incluídos verbos psicológicos com experienciador sujeito (como *amar* e *detestar*)¹⁶⁴. Relembremos que Júnior (2012) mostrou que as crianças têm um melhor desempenho com verbos que permitem um traço de afetação com mudança de estado do SN. Assim, nos estudos experimentais desenvolvidos pelo autor, as crianças obtiveram melhores resultados com verbos como *assustar* e *magoar* (com traço de afetação) do que com *ver*, *ouvir*, *admirar* (sem traço de afetação).

Dada a perspetiva comparativa que assumimos, a nossa análise recairá essencialmente sobre as estruturas passivas que contemplam os verbos que foram

¹⁶²Neste trabalho, não fazemos referência aos vários tipos de verbos psicológicos existentes (Belletti & Rizzi 1988; Mendes 2004).

¹⁶³ Os exemplos são de Mendes (2004: 69).

¹⁶⁴ No decorrer da investigação, apercebemo-nos de que teria sido muito útil ter realizado primeiramente o estudo sobre o *corpus* e só depois ter passado para os estudos experimentais. Muito provavelmente, aquilo que poderia ter sido revelado com esta outra perspetiva seria, com certeza, muito interessante.

integrados nos nossos estudos experimentais. Assim, fizemos um levantamento, no *corpus*, das ocorrências dos verbos que havíamos testado nas experiências 1 a 4. A tabela 62 mostra a listagem dos verbos agentivos usados no primeiro estudo experimental, a frequência do lema (com etiqueta V) e a ocorrência em construções passivas eventivas, resultativas e estativas no *corpus* C-ORAL-ROM:

	Frequência lema V C-ORAL-ROM	Frequência Passiva eventiva	Frequência Passiva resultativa	Frequência Passiva estativa	Total de passivas no C-ORAL-ROM
abraçar	3	0	0	0	0
acariciar	0	0	0	0	0
alimentar	6	0	0	0	0
barbear	1	0	0	0	0
beijar	0	0	0	0	0
carregar	8	1	0	0	1
coçar	1	0	0	0	0
desenhar	12	0	0	0	0
divertir	6	0	0	0	0
empurrar	4	1	0	0	1
examinar	2	0	0	0	0
fotografar	1	0	0	0	0
lavar	23	1	0	0	1
magoar	3	0	0	0	0
morder	0	0	0	0	0
pentear	1	0	0	0	0
perseguir	2	1	0	0	1
pintar	14	0	0	0	0
puxar	16	0	0	0	0
secar	6	2	0	0	2
sujar	5	0	0	0	0
tapar	13	1	1	0	2

Tabela 62. Frequência dos verbos usados no estudo experimental 1, no *corpus* C-ORAL-ROM.

Muito facilmente nos apercebemos que, apesar de alguns dos verbos serem usados no *corpus* com relativa frequência, como é o caso de *desenhar*, *lavar*, *pintar*, *puxar* e *tapar*, terão sido usados numa estrutura ativa (ou numa participial sem verbo auxiliar), uma vez que, quando olhamos para os dados relativos às ocorrências em estruturas passivas, o valor nunca é superior a 2. Aliás, para a maioria dos verbos não foi registada qualquer ocorrência em estruturas passivas. Deste modo, torna-se difícil, senão impossível, tentar estabelecer uma relação entre as ocorrências registadas e o desempenho das crianças. Por este motivo, nos abstemos de realizar essa tarefa.

De qualquer modo, é importante lembrar aqui os resultados do estudo experimental 1: apenas as crianças de três anos não conseguiram ter um desempenho superior a 75%, pelo que daqui se pode deduzir que as crianças de quatro e cinco anos compreenderam as estruturas passivas longas e curtas com verbos agentivos implicadas na tarefa. Percebendo os riscos da generalização que fazemos, podemos afirmar que, mesmo com uma quantidade de passivas reduzidas no *input*, as crianças, a partir dos quatro anos, conseguem interpretar essa estrutura.

Outro dado interessante é o facto de, neste primeiro estudo experimental, não haver diferenças significativas entre a compreensão de passivas curtas e longas. Esperaríamos então que, ao nível do *input*, pudesse haver um número semelhante dos dois tipos de passivas: longas e curtas. Porém, no *corpus* C-ORAL-ROM, apenas 16% das passivas eventivas apresentam um agente da passiva¹⁶⁵. Portanto, os dados do C-ORAL-ROM não preveem os resultados apurados no estudo experimental, porque independentemente de haver muito poucos exemplos de passivas longas no *corpus*, não se nota esse efeito nos desempenhos das crianças. Perante estes dados, a hipótese de a frequência no *input* explicar um possível padrão na aquisição da passiva (pelo menos no que diz respeito à distinção entre passivas longas e curtas) parece-nos pouco provável.

Tentamos também estabelecer uma comparação entre os verbos utilizados nos estudos experimentais dois e três (surgem agrupados, porque se trata dos mesmos verbos) e os verbos que surgiram no *corpus* em análise. A tabela 63 mostra a listagem dos verbos agentivos e não agentivos usados no segundo e terceiro estudos experimentais (alguns repetem-se em relação ao primeiro estudo experimental), a frequência do lema (com etiqueta V) e a ocorrência em construções passivas eventivas, resultativas e estativas no *corpus* C-ORAL-ROM:

¹⁶⁵ A lista de verbos que ocorrem nas passivas eventivas com agente da passiva expresso no *corpus* C-ORAL-ROM constitui o anexo 10.

	Frequência lema V C-ORAL-ROM	Frequência Passiva eventiva	Frequência Passiva resultativa	Frequência Passiva estativa	Total de passivas no C-ORAL-ROM
abraçar	3	0	0	0	0
adorar	47	0	0	0	0
amar	20	0	0	0	0
avistar	0	0	0	0	0
detestar	11	0	0	0	0
empurrar	4	1	0	0	1
fotografar	1	0	0	0	0
lavar	23	1	0	0	1
odiar	9	0	0	0	0
ouvir	167	2	0	0	2
pentear	1	0	0	0	0
pintar	14	0	0	0	0
tapar	13	1	1	0	2
ver	950	6	0	7	13

Tabela 63. Frequência dos verbos usados nos estudos experimentais 2 e 3, no corpus C-ORAL-ROM.

A análise da tabela permite, mais uma vez, confirmar a quase nula existência de estruturas passivas com os verbos usados, com exceção do verbo *ver*, que surge associado a 13 ocorrências de estruturas passivas. Em relação à frequência total dos lemas, destacam-se os verbos *ouvir* e *ver*, com 167 e 950 ocorrências, respectivamente.

Se retomarmos os resultados do segundo estudo experimental relativos a estes verbos, o que se nota é que, enquanto os resultados do desempenho das crianças relativamente ao verbo *ouvir* nunca são superiores a 40% de acerto em construções ativas ou passivas, com o verbo *ver*, o desempenho das crianças é bem melhor, não havendo dificuldade com as estruturas ativas que contêm este verbo. Em relação à passiva curta, a sua interpretação está ao nível do adulto a partir dos quatro anos, e a passiva longa, a partir dos cinco anos.

No *corpus*, o verbo *ouvir* surge apenas em duas construções passivas eventivas e o verbo *ver* ocorre em seis frases passivas eventivas e sete passivas estativas, o que equivale a uma percentagem inferior a 2% do total de ocorrência dos verbos em ambos os casos. Independentemente dessa alta frequência no *corpus*, o verbo *ouvir* não é facilmente interpretado pelas crianças em estruturas passivas.

Seguidamente, apresentamos a comparação entre os verbos usados na experiência 4 e os dados do *corpus*:

	Frequência lema V	Frequência Passiva eventiva	Frequência Passiva resultativa	Frequência Passiva estativa	Total de passivas
apagar	5	0	0	0	0
arranjar	64	0	0	1	1
colorir	1	0	0	0	0
construir	46	3	0	0	3
cortar	28	0	0	1	1
coser	1	0	0	0	0
desenhar	12	0	0	1	1
despejar	1	0	0	0	0
destruir	20	4	2	0	6
escovar	0	0	0	0	0
estragar	20	0	0	0	0
lavar	23	1	0	0	1
ligar	94	0	0	1	1
molhar	8	0	1	0	1
partir	44	0	0	1	1
pintar	14	0	0	0	0
plantar	6	0	0	0	0
rasgar	1	0	0	0	0
riscar	2	0	0	0	0
varrer	6	0	0	0	0

Tabela 64. Frequência dos verbos usados no estudo experimental 4, no *corpus* C-ORAL-ROM.

Novamente, a análise da tabela mostra a reduzida quantidade de estruturas passivas com os verbos usados. O verbo que ocorreu mais vezes em passivas foi o verbo *destruir*, representado a passiva 30% do uso total do verbo. Nos resultados do quarto estudo experimental, porém, este verbo não se destaca dos outros no que diz respeito ao desempenho das crianças.

Da análise precedente fica a confirmação de dois aspetos importantes: o primeiro diz respeito ao número muito reduzido de passivas, no geral, o que parece confirmar a ideia de que a estrutura passiva é uma construção que ocorre essencialmente no discurso escrito, tal como já foi apontado por diversos autores (Perotino 1995; Biber 1999); o segundo relaciona-se com o tipo de estrutura passiva que ocorre em maior número. No *corpus* analisado, o tipo de passiva mais frequente é a passiva eventiva, seguindo-se a passiva estativa e, por fim, a resultativa.

Este dado pode ser importante se tivermos em consideração que, no quarto estudo experimental, os resultados apontam para uma diferença mais estatisticamente significativa entre as crianças de cinco e seis anos, no contexto eventiva *vs* estativa, o que significa que esses serão o tipo de passivas em que as diferenças são mais acentuadas e mais facilmente reconhecidas. Assim, frases como as de (78) e (79) serão mais facilmente distinguidas pelas crianças, pelo que reconhecerão que apenas a passiva eventiva pode ocorrer com um SP instrumental:

(78) O espelho foi partido com um martelo.

(79) *O espelho está partido com um martelo.

A partir desta evidência, não nos parece forçado admitir que essa diferença pode ser relacionada com o facto de as passivas eventivas e estativas serem as mais frequentes na língua e, como tal, mais conhecidas pelas crianças. Reconhecemos, porém, que um estudo mais amplo seria necessário, de modo a tornar mais consistente esta formulação.

3.2.3. Resumo da secção

Nas secções anteriores, analisámos dois *corpora* orais e efetuámos uma análise das estruturas passivas aí encontradas.

Da análise do *corpus* de Santos (2006), é importante reter alguns aspetos. O primeiro refere-se à ordem de emergência dos diferentes tipos de passivas: primeiramente as crianças produzem passivas estativas e só depois passivas eventivas e resultativas. O tipo de passivas que as crianças produzem mais cedo e em maior quantidade é precisamente aquele que é mais produzido pelos adultos em interação com elas, ou seja, a passiva estativa. O segundo relaciona-se com a idade bastante precoce em que estas construções começam a ser produzidas (antes dos dois/três anos).

Neste sentido, a possibilidade da existência de princípios formais inatos fornece pistas para explicar estes dados. Sintaticamente, a própria passiva estativa é aquela que apresenta uma estrutura menos complexa: seleciona tipicamente como complemento uma única projeção funcional. Além disso, semanticamente, é a único tipo de passiva que não acarreta nem eventividade nem agentividade.

Do mesmo modo, o impacto do *input* também não pode ser ignorado, uma vez que o número elevado de passivas estativas produzidas pelas crianças (face às passivas eventivas e resultativas) pode ser um reflexo da quantidade desse tipo de passivas presentes no discurso do adulto.

Em relação à análise do C-ORAL-ROM, o primeiro ponto que merece destaque é o reduzido número de passivas encontradas no *corpus*, o que nos leva a acreditar que, muito possivelmente, a passiva será uma estrutura mais presente na modalidade escrita do que na modalidade oral da língua.

Em relação ao tipo de estrutura produzida, a passiva eventiva foi a que ocorreu mais vezes, seguindo-se a passiva estativa e, por fim, a passiva resultativa. Consideramos que, dada a baixa quantidade de passivas no *corpus*, é de ressaltar que, relativamente ao português, as crianças, a partir dos quatro anos, consigam interpretar essa estrutura.

No *corpus* C-ORAL-ROM, apenas 16% das passivas eventivas apresentam um agente da passiva. Não obstante, as crianças não exibem diferenças significativas no que respeita à distinção da compreensão de passivas curtas e longas, de acordo com o nosso estudo experimental 1, por exemplo. Assim sendo, os dados do C-ORAL-ROM não preveem os resultados que apurámos no nosso estudo experimental. Por outras palavras, independentemente de haver muito poucos exemplos de passivas longas no *corpus*, o que é certo é que esse efeito não se nota no desempenho das crianças.

Em suma, os dados fornecidos pelo *corpus* C-ORAL-ROM são importantes para mostrar que, apesar de a estrutura passiva não ser frequente no discurso e de haver um número ainda mais reduzido de passivas longas no oral, o certo é que as crianças conseguem interpretar a passiva com verbos agentivos a partir dos quatro anos, não revelando diferenças significativas entre a interpretação de passivas longas e curtas. Já os dados fornecidos pelo *corpus* de Santos (2006) parecem apontar numa direção inversa, no sentido em que o *input* parece assumir um papel importante, visto que o número elevado de passivas estativas produzidas pelas crianças pode ser uma consequência da quantidade desse tipo de passivas presentes no discurso do adulto que com ela interage.

Considerações finais

Tendo em conta os objetivos delineados para esta investigação, que incide sobre a aquisição da estrutura passiva em português europeu, desenvolvemos uma análise desta estrutura, considerando não só estudos experimentais, mas também dados de *corpora*. Pensamos ter cumprido os principais objetivos a que nos propusemos inicialmente: por um lado, efetuámos uma descrição de vários estudos experimentais que levámos a cabo para o português europeu no que à aquisição da estrutura passiva diz respeito. Por outro lado, esperamos ter contribuído para a discussão sobre a tipologia da estrutura passiva, com contextos extraídos de *corpora* e com dados dos estudos experimentais em aquisição.

O tratamento da estrutura passiva situa-se numa interface linguística que abrange a sintaxe, a semântica e o léxico, essencialmente. Por este motivo, recorremos a várias explicações teóricas que, pensamos, dão conta da multiplicidade de aspetos que têm de ser considerados. Deste modo, conseguimos articular dados fulcrais que só ganham se forem analisados sob múltiplas perspetivas. Os diferentes dados recolhidos, quer através dos estudos experimentais, quer através dos *corpora*, foram analisados e sobre eles foram formuladas algumas hipóteses, que ora foram confirmadas, ora foram infirmadas. Esta abordagem foi produtiva e permitiu abarcar as principais características desta estrutura.

O estudo agora apresentado contribui, pensamos, para um conhecimento mais aprofundado da estrutura passiva em português europeu, não apenas porque descreve minuciosamente as várias propostas de tipologia que se encontram na literatura, mas essencialmente porque apresenta resultados relativos à sua aquisição, numa dimensão muito mais ampla do que aquelas que foram apresentadas anteriormente por outros autores. Os dados e resultados que disponibilizamos podem ser confrontados com os dados que já existem para outras línguas, numa perspetiva comparativa que só enriquecerá as línguas implicadas.

Ao longo deste trabalho, fomos apresentando sínteses dos pontos mais interessantes e dos principais resultados, pelo que esta secção visa essencialmente retomar brevemente alguns destes aspetos e apresentar algumas propostas sobre

trabalhos que, pela pertinência do seu contributo, poderão constituir um caminho para se continuar a investigar nesta área. Começamos, então, pelo primeiro tópico.

No que diz respeito à aquisição da estrutura em análise, sendo a perspectiva mais divulgada aquela que aponta atrasos na aquisição desta estrutura, há cada vez mais trabalhos que apontam no sentido inverso. Uma das propostas mais conhecidas é a que se relaciona com maturação de cadeias-A, de Borer & Wexler (1987), que, como vimos, é refutada, tendo também em conta os dados que apurámos para o português europeu, pois nem todo o movimento-A é problemático. Assim, dado que não há uma diferença significativa no desempenho manifestado pelas crianças em relação às estruturas passivas longas e curtas, não se pode assumir, como pretendiam Borer & Wexler (1987), que as crianças acertam apenas na passiva curta, porque lhe atribuem uma leitura adjetival.

Também a justificação assente na dificuldade de interpretação do sintagma-*por*, proposta por Fox & Grodzinsky (1998), se mostra inadequada, tendo em conta que, como referimos, os nossos dados apontam para a inexistência de diferenças significativas entre a interpretação de passivas curtas e passivas longas. Os autores previam que apenas as passivas longas com verbos agentivos seriam interpretadas pelas crianças. O certo é que as passivas com verbos não agentivos são problemáticas, no geral, independentemente de serem longas ou curtas.

Um dado interessante diz respeito ao facto de também a compreensão das frases ativas se revelar mais difícil quando estas são construídas com verbos não agentivos. A questão da agentividade assume, portanto, uma maior relevância do que aquela que lhe tem sido atribuída. É por isso que tem de ser aprofundado o seu estudo.

Quando se pede a uma criança que interprete uma estrutura passiva, não estamos, na verdade, a pedir-lhe uma tarefa fácil. É necessário saber se as passivas estão disponíveis na sua língua e quais os verbos que aceitam essa construção. É necessário descobrir exatamente quais são os transitivos de entre o vasto grupo. Para além disso, é importante reconhecer os auxiliares que se combinam com o participio para formar determinado tipo de passiva e quais os contextos discursivos que permitem a passiva. Estas são apenas algumas das particularidades da construção. Algumas outras poderiam ser acrescentadas.

Alguns autores defendem que, apesar de toda esta complexidade, as crianças conseguem ter um desempenho positivo desde que estejam reunidas as condições de sucesso. Estas condições dizem respeito a um contexto adequado que propicie naturalmente a devida interpretação da estrutura passiva, nomeadamente a existência de dois possíveis agentes/experienciadores.

O nosso primeiro estudo experimental contempla estas condições de sucesso, na medida em que cada imagem apresentada disponibiliza dois possíveis agentes/experienciadores para o evento descrito. Ainda assim, o desempenho das crianças dos três anos situou-se ao nível dos 64% de acerto. Não foram, portanto, respostas ao nível do acaso, o que demonstra que pelo menos algumas crianças de três anos já têm conhecimento da construção. Para além disso, houve crianças de três anos que tiveram um desempenho de 90%. A falar-se de um atraso na aquisição da passiva com verbos agentivos em português europeu, tal não poderá ser generalizado.

Na verdade, alguma investigação na área da aquisição da linguagem tem mostrado que as crianças com desenvolvimento linguístico normal adquirem grande parte da morfossintaxe por volta dos quatro anos (Guasti 2002). Do mesmo modo, alguns estudos, que investigam de que forma as crianças processam informação morfossintática, mostram que, aos quatro anos, o seu desempenho não difere grandemente do dos adultos (Clahsen & Felser 2006). Assim, se pensarmos que aos quatro anos as crianças falantes de português europeu conseguem interpretar passivas com verbos agentivos, não devemos referir, parece-nos, a existência de um atraso.

O segundo e terceiro estudos experimentais revelam que não é a estrutura passiva propriamente dita que dificulta a interpretação de certos enunciados, mas sim a combinação com verbos não agentivos. No terceiro estudo, quer nas ativas, quer nas passivas com estes verbos, o desempenho nunca atingiu o nível do adulto pelo que se pode considerar que a natureza dos verbos não agentivos origina um desempenho limitado.

Estas limitações também são visíveis quando tentamos perceber o modo como as crianças percebem as estruturas passivas com diferentes tipos de auxiliares nomeadamente, *ser*, *ficar* e *estar*. Os contrastes entre passivas eventivas e estativas, eventivas e resultativas, e resultativas e estativas também não são facilmente compreendidos pelas crianças, quando usamos diferentes auxiliares conjugados com

diferentes contextos que foram estabelecidos na literatura como testes adequados para dar conta das diferenças entre as estruturas.

Estando, aos cinco anos, as respostas ao nível do acaso, aos seis já se nota um desenvolvimento estatisticamente significativo no reconhecimento que as crianças fazem do contraste, nomeadamente, entre as passivas eventivas e estativas e resultativas e estativas. O que está aqui em causa parece ser, por um lado, o processamento da estrutura subjacente a cada uma das construções; quanto mais complexa a estrutura, mais difícil seria a sua interpretação. Assim, a estrutura subjacente à passiva estativa seria a menos complexa, seguindo-se a da resultativa e, por fim, a da eventiva, que já implicaria a representação da eventividade e da agentividade. A oposição entre uma construção com marcas muito claras de eventividade e agentividade (eventivas) e uma construção sem quaisquer marcas desse tipo (estativas) seria a mais forte e, como tal, a mais facilmente reconhecida.

No nosso entendimento, ainda que, aos seis anos, as crianças não tenham atingido o nível do adulto nesta tarefa, tal não implica que não reconheçam e não compreendam cada uma das estruturas. O que parece não ter sido fácil foi o reconhecimento do contraste entre elas.

Neste sentido, importa retomar, muito resumidamente, alguns aspetos sobre a tipologia tripartida, diferenciando essencialmente as passivas resultativas das estativas, porque é neste ponto que reside a novidade em relação àquilo que anteriormente era defendido na literatura. As construções com *estar* traduzem um aspeto estativo, isto é, descrevem um estado, aproximando-se, por isso, das construções com *ficar*. Estas porém diferenciam-se porque apresentam dinamismo e revelam a mudança do “estado de coisas”. Por este motivo, as passivas resultativas aproximam-se das passivas eventivas, porque mantêm a eventividade que também as caracteriza. A agentividade, porém, está apenas presente nas passivas eventivas. Nas estativas, nota-se a ausência de ambas as propriedades.

Para além desses aspetos, foram ainda apontadas outras diferenças entre passivas eventivas e passivas resultativas e estativas, como o facto de selecionarem um verbo auxiliar diferente que ocorre conjuntamente com o particípio passado no complexo verbal e a presença de um SN complemento agente da passiva.

Os dados do *corpus* de aquisição de Santos (2006) são úteis no sentido de completar os resultados do quarto estudo experimental e dos restantes. Os dados de produção mostram que ainda antes dos dois anos há crianças a produzir passivas estativas, sendo as eventivas e as resultativas produzidas ainda antes dos três. Ora, se as crianças conseguem produzir os três tipos de passivas, é certo que também as conseguem compreender, salvo se houver outros aspetos que possam estar a interferir com tal objetivo, quer sejam aspetos estritamente linguísticos, como os verbos implicados, quer sejam aspetos extralinguísticos.

Sendo o português uma língua que apresenta diferentes tipos de passivas, estas cobrem, a nível semântico, diferentes questões aspectuais e, a nível sintático, a sua manifestação é diferente. Estando implicados fatores de diferentes ordens, que apresentam, muitas vezes, diferenças ínfimas, parece natural que o processamento destas diferentes estruturas ocorra de forma gradual e nem sempre tão rapidamente quanto pensaríamos.

Neste sentido, mais estudos sobre a aquisição da estrutura tripartida da passiva contribuirão, com certeza, para refinar a teoria, com o intuito de se estabelecer características mais específicas para cada um dos tipos de passivas. Recordemos que houve alguma variação relativamente a alguns juízos de informantes sobre a possibilidade de passivas resultativas ocorrerem com orações subordinadas finais, por exemplo.

Ao longo deste trabalho, assumimos uma perspetiva essencialmente descritiva. Tal opção justificou-se, em larga medida, pela quase ausência de trabalhos sobre a aquisição de estruturas passivas em português europeu. Assim, o nosso objetivo primordial foi descrever a interpretação que as crianças fazem da estrutura em análise, ainda que não descurando a respetiva interpretação teórica. Mesmo ao nível da descrição da estrutura, as novas propostas que começam a surgir não só para o português como também para outras línguas mereciam por si só uma descrição, para além de que estas propostas representam uma grande diversidade de abordagens para o mesmo fenómeno linguístico. Essa diversidade terá depois reflexos nos próprios estudos de aquisição, quer através do seu impacto na realização de estudos experimentais, quer na nova abordagem que se dá à descrição de dados empíricos.

Tendo a opção sido por uma perspetiva predominantemente descritiva, reconhecemos que se possa sentir a ausência de uma exploração de possibilidades de formalização das matérias apresentadas.

No que diz respeito à tipologia, assumimos a adequação da tipologia tripartida proposta por Duarte & Oliveira (2010) e Duarte (no prelo), na medida em que dá conta dos dados encontrados em português europeu. No entanto, identificámos os seus limites quando nos referimos a algumas questões pertinentes, como a ocorrência de passivas resultativas e estativas com sintagmas-*por* encontradas a partir da análise do *corpus* C-ORAL-ROM. Outra questão diz respeito à variação existente em relação à aceitabilidade de passivas resultativas com orações subordinadas finais, por exemplo. Neste sentido, os dados de *corpora* mostraram-se fundamentais, porque são eles prova daquilo a que efetivamente recorremos quando usamos a língua em situações reais.

Esses dados mostram que, de facto, no discurso oral, recorremos mais frequentemente a passivas eventivas do que estativas. As passivas resultativas são produzidas a um nível residual (6%). Mesmo se agrupássemos as passivas resultativas com as estativas, o seu número de ocorrências corresponderia a 43% do número total de passivas, pelo que se destaca claramente o número de eventivas presentes no discurso oral (57%).

Tendo sido diversificado o conjunto de aspetos analisados, este trabalho aponta pistas que seria importante desenvolver em trabalhos futuros. Um dos pontos que consideramos mais estimulantes diz respeito à quantidade de verbos que podem funcionar como verbos auxiliares (*ser, ficar, estar*) na estrutura passiva. Tal diversidade não é encontrada para muitas línguas, pelo que, nesse aspeto, o português pode acrescentar material diferente e resultados inovadores.

Não temos conhecimento de outros testes desenvolvidos para o português europeu que visem aferir o desempenho perante passivas eventivas, resultativas e estativas. Uma vez que apenas recorremos a uma tarefa de juízo de gramaticalidade, o ideal seria que fossem desenvolvidos outros estudos, quer de produção, quer de compreensão, que recorressem a diferentes metodologias. A perspetiva comparativa que se poderia estabelecer a partir daí só contribuiria para um melhor conhecimento da estrutura.

Pensamos, também, ter sobressaído da nossa análise a necessidade de continuar a desenvolver estudos sobre as implicações da utilização de diferentes tipos de verbos, nomeadamente de verbos não agentivos, quer em estruturas passivas, quer nouro tipo de estruturas. Tendo sido estes os verbos que maiores dificuldades suscitaram às crianças, a identificação das causas de tal dificuldade seria uma contributo maior para a análise da estrutura passiva. Estudos experimentais e estudos de *corpora* constituem recursos fundamentais para a prossecução de tais objetivos.

Outro dos aspetos em que este trabalho apresenta resultados que consideramos relevantes é o da não universalidade dos atrasos verificados, ou seja, há crianças que, mesmo aos três anos, mostram reconhecer a estrutura passiva, tendo desempenhos acima dos 75%. Tal significará que poderá haver outros fatores que estarão a interferir com a interpretação das restantes crianças, que poderão ou não ser fatores linguísticos.

Por este motivo, é importante que as análises sejam alargadas não só a uma maior quantidade de crianças que estão a adquirir o português como língua materna, mas também a crianças e adultos que têm o português como segunda língua. Seria interessante constatar se há efeitos de interferência da primeira língua na segunda, por exemplo. Além disso, o estudo de populações com desenvolvimento atípico da linguagem também pode originar interessantes tópicos de investigação, no âmbito da estrutura passiva, tendo em conta que esta estrutura é usada em testes de diagnóstico de desenvolvimento da linguagem, entre outros motivos.

Bibliografia

- Afonso, Maria Alexandra (2009). *Elementos para a Construção de um Teste de Rastreamento de Perturbações do Desenvolvimento Sintático*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Aitchison, Jean (1998). *The Articulate Mammal: An Introduction to Psycholinguistics* (4^a ed.). London: Routledge.
- Alexiadou, Artemis (2005). A note on non-canonical passives: the case of the get-passive. In Hans Broekhuis, Norbert Corver, Riny Huybregts, Ursula Kleinhenz & Jan Koster (eds.) *Organizing Grammar: Linguistic Studies in Honor of Henk van Riemsdijk*. Berlin: Mouton de Gruyter. 13–21 (disponível em <http://alturl.com/v5b9b>)
- Alexiadou, Artemis & Elena Anagnostopoulou (2008). Structuring participles. In Charles Chang & Hannah Haynie (orgs.) *Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project. 33-41 (disponível em <http://alturl.com/4c8yo>)
- Allen, Shanley E. M. & Martha B. Grago (1996). Early passive acquisition in inuktitut. *Journal of Child Language*, 23, 129-155. (disponível em <http://alturl.com/29oi5>)
- Armon-Lotem, Sharon, Ewa Haman, Kristine M. Jensen de López, Magdalena Smoczynska, Kazuko Yatsushiro, Marcin Szczerbinski, Ineta Dabasinskiene, Anna Gavarro, Erin Hobbs, Laura Kamandulyte, Napoleon Katsos, Sari Kunnari, Chrisa Michaelidou, Lone Sundahl Olsen, Xavier Parramon, Uli Sauerland, Reeli Torn-Leesik, Heather van der Lely & Angeliek van Hout (2012). A large scale crosslinguistic investigation of the acquisition of passive. *Language Acquisition*.
- Babyonyshev, Maria, Ronald Fein, Jennifer Ganger, David Pesetsky & Kenneth Wexler (2001). The maturation of grammatical principles: evidence from russian unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 32, 1, 1-44. (disponível em <http://web.mit.edu/linguistics/people/faculty/pesetsky/genneg.pdf>)
- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda (2002). O lugar do *corpus* na investigação linguística. In Amália Mendes & Tiago Freitas (orgs.) *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística; Edições Colibri.
- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda, José Bettencourt, Rita Veloso, Sandra Antunes, Florbela Barreto & Raquel Amaro (2005). The portuguese *corpus*. In Emanuela Cresti & Massimo Monegna (eds.) *C-ORAL-ROM: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 163-207. [com DVD]
- Baker, Mark (1988). *Incorporation*. Chicago: Chicago University Press.

- Baker, Mark (1996). On the structural position of themes and goals. In Johan Rooryck & Laurie Zaring (eds.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 7-34. (disponível em <http://alturl.com/gyby6>)
- Baker, Mark, Kyle Johnson & Ian Roberts (1989). Passive arguments raised. *Linguistic Inquiry*, 20, 2, 219-251. (disponível em <http://alturl.com/trx6q>)
- Barbosa, Pilar (1995). *Null subjects*. Doctoral dissertation. MIT Press.
- Barlow, George Michael (2000). *MonoConc Pro 2.0*. Athelstan.
- Barreiro, Anabela (1998). *Propriedades Sintáctico-Semânticas dos Participios Passados em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Bates, Elizabeth & Brian MacWhinney (1982). Functionalist approaches to grammar. In Eric Wanner & Lila Gleitman (eds.) *Language Acquisition: The State of the Art*. New York: Cambridge University Press.
- Becker, Misha (2006). There began to be a learnability puzzle. *Linguistic Inquiry*, 37, 3, 441-456. (disponível em <http://www.unc.edu/~mbecker/papers/beckerLI06.pdf>)
- Belletti, Adriana (1982). Morphological passive and pro-drop: the impersonal construction in Italian. *Journal of Linguistic Research*, 2, 1-34.
- Belletti, Adriana & Carla Contemori (2010). Intervention and attraction. On the production of subject and object relatives by Italian (young) children and adults. In João Costa, Ana Castro, Maria Lobo & Fernanda Pratas (eds.) *Language Acquisition and Development: Proceedings of Gala 2009*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing. 39-52.
- Belletti, Adriana & Luigi Rizzi (2010). Ways of avoiding intervention: object relatives, passive and control. In Robert Berwick & Massimo Piattelli-Palmarini (eds.) *Rich Grammars from Poor Inputs*. Oxford: Oxford University Press. (disponível em <http://alturl.com/xbu64>)
- Bencini, Giulia M. L. & Virginia Valian (2008). Abstract sentence representation in 3-year-olds: evidence from comprehension and production. *Journal of Memory and Language*, 59, 97-113.
- Biber, Douglas, Stig Johansson, Geoffrey Leech, Susan Conrad & Edward Finnegan (1999). *Longman Grammar of Spoken and Written English*. London: Longman.
- Bloom, Lois, Karin Lifter & Jeremie Hafitz (1980). Semantics of verbs and the development of verb inflection in child language. *Language*, 56, 386-412.

- Bock, J. Kathryn & Zenzi M. Griffin (2000). The persistence of structural priming: transient activation or implicit learning? *Journal of Experimental Psychology: General*, 129, 177-92.
- Boeckx, Cedric (1998). *A Minimalist View on the Passive* (MIT Working Papers in linguistics). Cambridge: Massachusetts Institute of Technology.
- Borer, Hagit (1998). Deriving passive without theta roles. In P. Farrell & S. Lapointe (eds.) *Morphological Interfaces*. Stanford: CSLI Publications.
- Borer, Hagit & Kenneth Wexler (1987). The maturation of syntax. In T. Roeper & E. Williams (eds.) *Parameter-setting and Language Acquisition*. Dordrecht: Reidel
- Bosque, Ignacio (1999). El sintagma adjetival. Modificadores y complementos del adjetivo. Adjetivo y participio. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte Barreto (coord.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (vol. 1, cap. 4). Madrid: Espasa Calpe. 217-310.
- Bresnan, J. (1982). Control and complementation. *Linguistic Inquiry*, 13, 343-434.
- Brill, Eric (1993). *A Corpus-based Approach to Language Learning*. Tese de Doutoramento. Institute for Research in Cognitive Science Technical, University of Pennsylvania.
- Brooks, Patricia J. & Michael Tomasello (1999). How children constrain their argument structure constructions author(s). *Source: Language*, 75, 4 (Dec.), 720-738.
- Brooks, Patricia J. & Michael Tomasello (1999). Young children learn to produce passives with nonce verbs. *Developmental Psychology*, 35, 29-44.
- Bruening, Benjamin (2013). By-phrases in passives and nominal. *Syntax*, 16, 1, 1-41. (disponível em <http://alturl.com/2eone>)
- Bruhn de Garavito, Joyce (2009). Eventive and stative passives: the role of transfer in the acquisition of *ser* and *estar* by german and english L1 speakers. In Joseph Collentine *et al.* (eds.) *Selected Proceedings of the 11th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project. 27-38. (disponível em www.lingref.com, document #2200)
- Budwig, Nancy (1990). The linguistic marking of nonprototypical agency: an exploration of children's use of passive. *Language Development*, 28, 1221-1252.
- Burzio, Luigi (1986). *Italian Syntax*. Dordrech: Reidel.
- Carlson, Gregory (1977). A unified analysis of the english bare plural. *Linguistics and Philosophy*, 1(3), 413-458.

- Carrilho, Ernestina (1994). *A Topicalização e a Construção de Objecto Nulo no Desenvolvimento Sintáctico do Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira & Maria Clara Paixão de Sousa (2011). Construções de “SE-passivo” na história do português e a posição de sujeitos e complementos. In *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 153-167.
- Cerejeira, Joana (2009). *Aquisição de Interrogativas de Sujeito e de Objecto em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Chomsky, Noam (1957). *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton & Co.
- Chomsky, Noam (1959). A review of B. F. Skinner's verbal behavior. *Language*, 35, 1, 26-58. (disponível em <http://www.chomsky.info/articles/1967----.htm>)
- Chomsky, Noam (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Chomsky, Noam (1981). *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris Publications.
- Chomsky, Noam (1986). *Knowlegde of Language*. New York: Praeger.
- Chomsky, Noam (1999). *O Programa Minimalista* (tradução, apresentação e notas de Eduardo Paiva Raposo). Lisboa: Editorial Caminho.
- Chomsky, Noam (2001). Derivation by phase. In Michael Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: a Life in Language*. Cambridge: MIT Press. (disponível em <http://alturl.com/kxsfi>)
- Clahsen, Harald & Claudia Felser (2006). Grammatical processing in language learners. *Applied Psycholinguistics*, 27, 3-42.
- Collins, Chris (2005). A smuggling approach to the passive in English. *Syntax*, 8, 81-120.
- Collins, Chris & Hoskuldur Thráinsson (1996). VP-internal structure and object shift in Icelandic. *Linguistic Inquiry*, 27, 391-444.
- Correa, Letícia Maria Sicuro (1999). Aquisição da linguagem: uma retrospectiva dos últimos trinta anos. *DELTA*, 15, 339-383. (disponível em <http://alturl.com/9eqh9>)
- Correia, Deolinda (2003). *Passivas e Pseudo-Passivas em Português Europeu - Produção Provocada e Compreensão*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Costa, João (2001). Postverbal subjects and agreement in unaccusative contexts in european Portuguese. *The Linguistic Review*, 18, 1-17.
- Costa, João & Ana Lúcia Santos (2003). *A Falar como os Bebés. O Desenvolvimento Linguístico das Crianças*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Costa, João & Naama Friedmann (2009). Hebrew and arabic children going romance: on the acquisition of word order in semitic and romance. In Enoch O. Aboh, Elizabeth van der Linden, Josep Quer & Peter Sleeman (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2007*. Amsterdam: John Benjamins. 51-66.
- Costa, João & Naama Friedmann (2012). Children acquire unaccusatives and A-movement very early. In Martin Everaert, Marijana Marelj & Tal Siloni (eds.) *Theta System*. New York: Oxford University Press. 354-378.
- Crain, Stephen & Cecile McKee (1986). The acquisition of structural restrictions on anaphora. In *Proceedings of North Eastern Linguistic Society 16*. Amherst: GLSA, University of Massachusetts. 94-110.
- Crain, Stephen & Janet Fodor (1993). Competence and performance in child language. In Esther Dromi (ed.) *Language and Cognition: A Developmental Perspective*. Norwood; New Jersey: Ablex Publishing. 141-171.
- Crain, Stephen & Rosalind Thornton (1998). *Investigations in Universal Grammar: A Guide to Experiments on the Acquisition of Syntax and Semantics*. Cambridge: The MIT Press.
- Crain, Stephen, Rosalind Thornton & Keiko Murasugi (2009). Capturing the evasive passive. *Language Acquisition*, 16, 123-133.
- Crain, Stephen, Weijia Ni, Donald Shankweiler, Laura Conway & David Braze (1996). Meaning, Memory and Modularity. In *Proceedings of the North Eastern Linguistic Society 26 Sentence Processing Workshop*. Cambridge: The MIT Press. 27-44.
- Crawford, Jean (2004). An Adversity Passive Analysis of Early Sesotho Passives: Reanalyzing a Counterexample to Maturation. Poster presented at the *29th Annual Boston University Conference on Language Development*. (disponível em <http://www.bu.edu/buclid/files/2011/05/29-CrawfordBUCLD2004.pdf>)
- Crawford, Jean (2009). Sesotho passives: the long and short of it. In J. Chandlee, M. Franchini, S. Lord, & G-M. Rheiner (eds.) *Proceedings of BUCLD 33*. Boston: Cascadilla Press. 109-120.
- Crawford, Jean (2012). *Developmental Perspectives on the Acquisition of the Passive*. Tese de Doutoramento. University of Connecticut. (disponível em <http://alturl.com/te3up>)

- Cunha, Celso & Lindley Cintra (1997). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (13ª ed.). Lisboa: João Sá da Costa.
- Cunha, Luís Filipe (2004). *Semântica das Predicações Estativas para uma Caracterização Aspectual dos Estados*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- De Villiers, Jill & Peter de Villiers (1985). The acquisition of English. In Dan Isaac Slobin (ed.) *The Cross-linguistic Study of Language Acquisition* (vol. 1 - The data). Hillsdale; New Jersey: Lawrence Erlbaum. 27-140.
- Deen, K. U. (2011). The acquisition of the passive. In Jill de Villiers & Tom Roeper (eds.) *Handbook of Generative Approaches to Language Acquisition* [Studies in Theoretical Psycholinguistics 41]. [s.l.]: Springer. 155-188.
- Demuth, Katherine (1989). Maturation and the Acquisition of the Sesotho Passive. *Language*, 65, 56-80.
- Demuth, Katherine (1990). Subject, topic and the Sesotho passive. *Journal of Child Language*, 17, 67-84.
- Demuth, Katherine, Francina Moloji & Malillo Machobane (2010). 3-year-olds' comprehension, production, and generalization of Sesotho passives. *Cognition*, 115, 238-251.
- Driva, Evangelia & Arhonto Terzi (2007). Children's passives and the theory of grammar. In A. Gavarro and M. J. Freitas (eds.) *Generative Approaches to Language Acquisition*. Newcastle: Cambridge Scholar Publishers. 188-198.
- Duarte, Inês (1986). Construções passivas, teoria temática e teoria do caso. *Actas do II Colóquio de Estudos Linguísticos - Teoria da Linguagem/Teoria da Literatura*. Universidade de Évora.
- Duarte, Inês (2003). A família das construções inacusativas. In Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. (6ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Duarte, Inês & Fátima Oliveira (2010a). Particípios resultativos. In Ana Maria Brito, Fátima Silva, João Veloso & Alexandra Fiéis (eds.) *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística. 397-408.
- Duarte, Inês & Fátima Oliveira (2010b) Sobre particípios e construções resultativas em português. Documento apresentado no XXXIX Simpósio Internacional de la *Sociedade Española de Linguística*. Santiago de Compostela: Sociedade Española de Linguística. (disponível em <http://alturl.com/ibkbr>)

- Duarte, Inês (no prelo). Construções ativas, passivas, incoativas e medias. In Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Eisenbeiss, Sonja (2006). Documenting child language. In Peter K. Austin (ed.) *Language Documentation and Description* (vol. 3). London: Soas. 106-140. (disponível em http://academia.edu/190475/Documenting_Child_Language)
- Embick, David (2004). On the structure of resultative participles in english. *Linguistic Inquiry*, 35, 3, 355-392.
- Estrela, Antónia (2011). A construção passiva: usos e desvios. In Madalena Teixeira, Maria Inês Silva e Leonor Santos (orgs.) *Novos Desafios no Ensino do Português*. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém. 92-98.
- Estrela, Antónia (2012). A passiva em português europeu: questões de aquisição. In Maria Isabel Pereira & Giovana Ferreira-Gonçalves (Orgs.) *Verba Volant*, 3, 2, 1-21.
- Estrela, Antónia (2012). A passiva: uma estrutura de aquisição tardia. In Maria Armada Costa, Cristina Flores & Nélia Alexandre (orgs.) *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- Ferreira, F. (1994). Choice of passive voice is affected by verb type and animacy. *Journal of Memory and Language*, 33, 715-736.
- Fox, Danny & Yosef Grodzinsky (1998). Children's passive: a view from the by-phrase. *Linguistic Inquiry*, 29, 2, 311-332.
- Fox, Danny, Yosef Grodzinsky & Stephen Crain (1995). An experimental study of children's passive (MIT Working Papers). *Linguistics*, 26, 249-264.
- Friedmann, Naama (2007). Young children and A-chains: the acquisition of hebrew unaccusatives. *Language Acquisition*, 14, 4, 377-422.
- Friedmann, Naama, Adriana Belletti & Luigi Rizzi (2009). Relativized relatives. Types of intervention in the acquisition of A-bar dependencies. *Lingua*, 119, 67-88.
- Friedmann, Naama & João Costa (2010). The child heard a coordinated sentence and wondered: On children's difficulty in understanding coordination and relative clauses with crossing dependencies. *Lingua*, 120, 6, 1502-1515.

- Friedmann, Naama & João Costa (2011). Acquisition of SV and VS order in hebrew, european portuguese, palestinian arabic and spanish. *Language Acquisition*, 18, 1, 1-38.
- Fritzley, Victoria Heather & K. Lee (2003). Do young children always say yes to yes-no question? A metadepvelopmental study of the affirmation bias. *Child Development*, 74, 1297-1313. (disponível em <http://alturl.com/kuyhu>)
- Gabriel, Rosângela (2001). *A Aquisição das Construções Passivas em Português e Inglês: Um Estudo Translinguístico*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Ganger, Jennifer, Sabrina Dunn & Peter Gordon (2009). Passive exposure improves comprehension of passive voice in 4-year-olds. Poster presented at the *Society for Research in Child Development Biennial Meeting*, Denver. (disponível em http://www.pitt.edu/~jganger/Ganger_GordonSRCD2009poster.pdf)
- Garavito, Joyce Bruhn de (2009). Eventive and Stative Passives: The role of transfer in the acquisition of *ser* and *estar* by german and english L1 speakers. In Joseph Collentine *et al.* (eds.) *Selected Proceedings of the 11th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project. 27-38. (disponível em <http://www.lingref.com/cpp/hls/11/paper2200.pdf>)
- Garavito, Joyce Bruhn & Elena Valenzuela (2005). Exploring the relationship between transfer and input in the acquisition of the spanish passives. In Laurent Dekydtspotter, Rex A. Sprouse & Audrey Liljestrang (eds.) *Proceedings of the 7th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference (GASLA 2004)*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project. 13-23.
- Gehrke, Berit (2011). *Stative passives and event kinds*. In Reich, Ingo *et al.* (eds.) *Proceedings of Sinn & Bedeutung* (15). Saarbrücken: Universaar – Saarland University Press. 241-257.
- Gehrke, Berit & Cristina Sánchez-Marco (2012). The role of by-phrases in adjectival passives. *Workshop on Aspect and Argument Structure of Adjectives and Participles*, University of Greenwich (June 22-23). (disponível em http://parles.upf.edu/llocs/bgehrke/home/WAASAP_cristinaberit.pdf)
- Gehrke, Berit & Nino Grillo (2007). Aspects on passives. In Sylvia Blaho, Luis Vicente & Erik Schoorlemmer (eds.) *Proceedings of Console XIV*. 121-141.
- Gehrke, Berit & Nino Grillo (2009). How to become passive. In explorations of phase theory: features, arguments, and interpretation at the interfaces. In Kleanthes K. Grohmann (ed.) *Interface Explorations*. Berlin & New York: de Gruyter. 231-268.

- Gonçalves, Anabela & Madalena Colaço (1991). Para um tratamento uniforme do(s) verbo(s) 'ser' no português europeu. In *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 125-143.
- Gordon, Peter & Jill Chafetz (1990). Verb-based versus class-based accounts of actionality effects in children's comprehension of passives. *Cognition*, 36, 227-254.
- Granger, Sylviane (1983). *The Be + Past Participle Construction in Spoken English with Special Emphasis on the Passive*. Amsterdam, New York & Oxford: Elsevier Science Publishers.
- Granger, Sylviane (1997). Automated retrieval of passives from native and learner corpora: precision and recall. *Journal of English Linguistics*, 25, 4, 365-374.
- Granger-Legend, Sylviane (1976). Why the passive? In Jacques Van Roey (ed.) *English-French Contrastive Analyses*. Leuven: Acco. 23-57.
- Grillo, Nino (2008). *Generalized Minimality*. Syntactic underspecification in Broca's aphasia. Utrecht: LOT. (disponível em <http://alturl.com/kbzct>)
- Grimshaw, Jane (1981). Subcategorization and grammatical relations, subjects and other subjects. In Annie Zaenen (ed.) *Proceedings of the Harvard conference on the representation of grammatical relations*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club. 35-56.
- Grimshaw, Jane (1990). *Argument Structure*. Cambridge: The MIT Press.
- Grimshaw, Jane & Sten Vikner (1993). Obligatory Adjuncts and the Structure of Events. In Eric Reuland & Werner Abraham (eds.) *Knowledge and Language*. Kluwer Academic Publishers. (disponível em <http://alturl.com/rirjg>)
- Guasti, Maria Teresa (2002). *Language Acquisition: The Growth of Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- Haegeman, Liliane (1985). The get-passive and Burzio's generalization. *Lingua*, 66, 53-77.
- Haegeman, Liliane (1994). *Introduction to Government and Binding Theory* (2^a ed.). Oxford: Blackwell Publishing.
- Halle, Morris & Alec Marantz (1993). Distributed morphology and the pieces of inflection. In Kenneth Hale & Samuel Jay Keyser (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: The MIT Press. 111-176 (disponível em <http://www.uni-leipzig.de/~muellerg/dm8.pdf>)

- Hasegawa, Nobuko (1988). Passives, verb raising, and the affectedness condition. In *Proceedings of WCCFL 7*. Stanford: Stanford Linguistics Association; Stanford University, Stanford. 99-113.
- Hirsch, Christopher & Jeremy Hartman (2006). Some (wh-) questions concerning passive interactions. In Adriana Belletti, Elisa Bennati, Cristiano Chesi, Elisa DiDomenico & Ida Ferrari (eds.) *Proceedings of the Conference on Generative Approaches to Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge Scholars Press. (disponível em <http://web.mit.edu/hartmanj/www/hirsch%20and%20hartman.pdf>)
- Hirsch, Christopher & Kenneth Wexler (2006). By the way, children don't know by. In D. Bamman, T. Magnitskaia & C. Zaller (eds.) *BUCLD 30: Proceedings of the 30th annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville: Cascadilla Press. 249-261. (disponível em <http://alturl.com/ta75f>)
- Hirsch, Christopher & Kenneth Wexler (2007). The late acquisition of raising: what children seem to think about seem. In S. Dubinsky & W. D. Davies (eds.) *New Horizons in the Analysis of Control and Raising*. New York: Springer.
- Hirsch, Christopher, Robyn Orfitelli & Kenneth Wexler (2007). When seem means think: the role of the experiencer-phrase in children's comprehension of raising. In A. Belikova, L. Meroni & M. Umeda (eds.) *Proceedings of the 2nd Conference on Generative Approaches to Language Acquisition North America (GALANA)*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project. 135-146.
- Hirsch, Christopher, Robyn Orfitelli & Kenneth Wexler (2008). The acquisition of raising reconsidered. In Anna Gavarró & Maria João Freitas (eds.) *Language Acquisition and Development: Proceedings of GALA 2007*. Cambridge: Cambridge Scholars Press.
- Hopper, Paul J. & Sandra A. Thompson (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56, 2, 251-299.
- Horgan, Dianne M. (1975). *Language Development: A Cross-Methodological Study*. Tese de Doutorado. University of Michigan.
- Huttenlocher, Janellen, Marina Vasilyeva & Priya Shimpi (2004). Syntactic priming in young children. *Journal of Memory and Language*, 50, 182-195.
- Hyams, Nina & William Snyder (2005). *Young Children Never Smuggle: Reflexive Clitics and the Universal Freezing Hypothesis*. Paper at *BUCLD (Boston University Conference on Language Development)* (disponível em <http://alturl.com/sk652>)
- Israel, Michael, Christopher Johnson & Patricia J. Brooks (2000). From states to events: the acquisition of english passive participles. *Cognitive Linguistics*, 11, 1/2, 103-30. (disponível em <http://alturl.com/cyrmnt>)

- Jackendoff, Ray (1972). *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press.
- Jaeggli, Osvaldo (1986). Passive. *Linguistic Inquiry*, 17, 587-622.
- Júnior, João Claudio de Lima (2012). *Revisitando a Aquisição de Sentenças Passivas em Português Brasileiro: Uma Investigação Experimental com Foco na Compreensão*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (disponível em <http://alturl.com/fnz3s>)
- Kay, Paul & Charles J. Fillmore (1999). Grammatical constructions and linguistic generalizations: the what's X doing Y? construction. *Language*, 75, 1, 1-33.
- Keenan, Edward (1985). Passive in the world's languages. In Timothy Shopen (ed.) *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridge University Press. 243-281. (disponível em <http://alturl.com/4am4b>)
- Keller, Frank & Antonella Sorace (2003). Gradient auxiliary selection and impersonal passivization in German: an experimental investigation. *Journal of Linguistics*, 39, 1, 57-108.
- Kirby, Susannah (2010). Passives in first language acquisition: what causes the delay? *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, 16, 1. (disponível em <http://repository.upenn.edu/pwpl/vol16/iss1/13>)
- Kline, Melissa & Katherine Demuth (2010). Factors facilitating implicit learning: the case of the Sesotho passive. *Language Acquisition*, 17, 220-234. (disponível em http://www.mit.edu/~mekline/Papers/KlineDemuth2010_preprint.pdf)
- Koopman, H. & D. Sportiche (1991). The Position of Subjects. *Lingua*, 85, 2/3. 211-258.
- Kratzer, Angelika (1994). *The Event Argument and the Semantics of Voice*. Ms. University of Massachusetts, Amherst.
- Kratzer, Angelika (1996). Severing the external argument from its verb. In Johan Rooryck & Laurie Zaring (eds.) *Phrase Structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer. 109-138
- Kratzer, Angelika (2000). Building statives. In Lisa J. Conathan, Jeff Good, Darya Kavitskaya, Alyssa B. Wulf & Alan C.L. Yu (eds.) *Proceedings of the Twenty-sixth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: University of California; Berkeley Linguistics Society. 385-399.
- Lempert, Henrietta (1990). Acquisition of passives: the role of patient animacy, perceptual salience, and lexical accessibility. *Journal of Child Language*, 17, 677-696.

- Levin, B. & M. Rappaport (1986). The formation of adjectival passives. *Linguistic Inquiry*, 17, 4, 623-661.
- Lima, Ricardo Joseh & Maraci Coelho Rubin (2008). Efeitos de intervenção no sistema de Agree: o caso das passivas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, (vol. 6), 10 (março). (disponível em <http://alturl.com/p639i>)
- Lobo, Maria, Ana Lúcia Santos & Carla Soares (2012). Aquisição de estruturas clivadas no português europeu: produção espontânea e induzida. In Armada Costa, Carla Flores & Nélia Alexandre (eds.) *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. (disponível em <http://alturl.com/otpuk>)
- MacWhinney, Brian (1995). *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk*. Hillsdale: Erlbaum.
- Maratsos, Michael (1974). Children who get worse at understanding the passive: a replication of Bever. *Journal of Psycholinguistic Research*, 3, 65-74. (disponível em <http://alturl.com/pa2qd>)
- Maratsos, Michael, Danny Fox, Judith E. Becker & Mary A. Chalkley (1985). Semantic restrictions on children's passives. *Cognition*, 19, 167-191.
- Marchman, Virginia A., Elizabeth Bates, Antionette Burkardt & Amy. B. Good (1991). Functional constraints in the acquisition of the passive: toward a model of the competence to perform. *First Language*, 11, 65-92.
- Marinis, Theodoros (2007). On-line processing of passives in L1 and L2 children. In A. Belikova, L. Meroni & M. Umeda (eds.) *Proceedings of the 2nd Conference on Generative Approaches to Language Acquisition North America (GALANA)*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project. 265-276. (disponível em <http://alturl.com/kahou>)
- Marques, Maria Margarida Castro Lopes Barbedo (1998). *Passivas com Verbos Psicológicos da Família de Preocupar*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Martins, Ana Maria (2005). Passive and impersonal *se* in the history of portuguese. In J. Kebatek, C. D. Pusch & W. Raible (eds.) *Corpora and Historical Linguistics: Investigating Language Change through Corpora and Database*. Tübingen: Gunter Narr Verlag. 411-430.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (6ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

- Meints, Kerstin (1995). Prototypes and the acquisition of the english passive. In Boris Kokinov (ed.) *Perspectives on Cognitive Science* (vol. 4). Sofia: NBU Press. 67-77.
- Meltzer-Asscher, Aya (2011). Adjectival passives in hebrew: evidence for parallelism between the adjectival and verbal systems. *Natural Language and Linguistic Theory*, 29, 815-855.
- Mendes, Amália (1994). *Análise Sintáctica dos Verbos Psicológicos do Português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mendes, Amália (2004). *Predicados Verbais Psicológicos do Português – Contributo para o Estudo da Polissemia Verbal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendikoetxea, Amaya (1999a). Construcciones inacusativas y passivas. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte Barreto (coord.) *Gramatica Descriptiva de la Lengua Espanõla* (vol. 2, cap. 25). Madrid: Espasa Calpe. 1575-1633.
- Mendikoetxea, Amaya (1999b). Construcciones com se: medias, pasivas e impersonales. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte Barreto (coord.) *Gramatica Descriptiva de la Lengua Espanõla* (vol. 2, cap. 26). Madrid: Espasa Calpe. 1631-1721.
- Menuzzi, Sergio (2001). The acquisition of passives in english and brazilian portuguese: regularities despite the input. In João Costa e Maria João Freitas (eds.) *Proceedings - GALA 2001 (Generative Approaches to Language Acquisition)*. 172-179.
- Miguel, Afonso (2006). *Sobre a Referência Indeterminada de Sujeito e Agente da Passiva em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Moino, Ruth Elisabeth Lopes (1989). Passivas nos discursos oral e escrito. In Fernando Tarallo, *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Moriguchi, Yusuke, Mako Okanda & Shoji Itakura (2008). Young children's yes-bias: how does it relate to verbal ability, inhibitory control, and theory of mind? *First Language*, 28. 431-442. (disponível em <http://alturl.com/kc9yj>)
- Muller, Gereon (1998). *Incomplete Category Fronting*. Dordrecht: Kluwer.
- Murasugi, Keiko (1994). Head-internal relative clauses as adjunct pure complex NPs. In Shuji Chiba et al. (eds.) *Synchronic and diachronic approaches to language: A festschrift for Toshio Nakao*. Tokyo: Liber Press. 425-437.
- O'Brien, Karen, Elaine Grolla & Diane Lillo-Martin (2006). Long passives are understood by young children. In D. Bamman, T. Magnitskaia & C. Zaller (eds.) *Proceedings of the 30th Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville: Cascadilla Press. 441-451.

- Orfitelli, Robyn (2012). *Argument intervention in the acquisition of A-movement*. Tese de Doutorado. University of California.
- Pereira, Alexandre (2004). *SPSS - Guia Prático de Utilização para Ciências Sociais e Psicologia* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, T. C. (2008). *Influência do Jardim-de-Infância no Desenvolvimento Morfosintático das Crianças*. Monografia de Licenciatura Bi-etápica em Terapia da Fala. Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Peres, João Andrade & Telmo Mória (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Perlmutter, David (1978). Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. In Jeri J. Jaeger *et al.* (eds.) *Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: BLS. 157-189.
- Perotino, Silvana (1995). *Mecanismos de Indeterminação do Agente: o Fenômeno da Apassivação na Aquisição da Linguagem*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.
- Pierce, Amy E. (1992a). The acquisition of passives in Spanish and the question of A-chain maturation. *Language Acquisition*, 2, 55-81.
- Pierce, Amy E. (1992b). *Language Acquisition and Syntactic Theory: A Comparative Analysis of French and English Child Grammars*. Dordrecht: Kluwer.
- Pinker, Steven (1984). *Language Learnability and Language Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Pinker, Steven, David S. Lebeaux & Loren Ann Frost (1987). Productivity and constraints in the acquisition of the passive. *Cognition*, 26, 195-267.
- Pinto, Amâncio da Costa (2001). Memória, cognição e educação: implicações mútuas. In B. Detry & F. Simas (eds.) *Educação, Cognição e Desenvolvimento: Textos de Psicologia Educacional para a Formação de Professores*. Lisboa: Edinova. 17-54. (disponível em <http://alturl.com/heio7>)
- Plunkett, Kim (1995). Connectionist approaches to language acquisition. In Paul Fletcher & Brian MacWhinney (eds.) *The Handbook of Child Language*. Cambridge: Blackwell. 36-72.
- Pustejovsky, James (1991) The syntax of event structure. *Cognition*, 41, 47-81.
- Raposo, Eduardo Paiva (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

- Raposo, Eduardo Paiva & Juan Uriagereka (1996). Indefinite SE. *Linguistic Inquiry*, 14, 749-810.
- Reinhart, Tanya (2002). The theta system: an overview. *Theoretical Linguistics*, 28, 229-290.
- Rizzi, Luigi (1990). *Relativized minimality*. Cambridge: MIT Press.
- Rizzi, Luigi (2001). Relativized minimality effects. In M. Baltin & C. Collins (eds.). Oxford: Blackwell. 89-110.
- Roberts, Ian (1987). *The Representation of Implicit and Dethematized Subjects*. Dordrecht, Holland; Providence, USA: Foris Publications.
- Rodero, Aline Garcia (2010). Passivas adjetivas: participios estativos e resultativos formados na sintaxe. *Revista Estudos Linguísticos* [São Paulo, Brasil], 38, 167-181.
- Roeper, Thomas & Angeliek van Hout (1999). The impact of nominalization on passive, -ble and middle: Burzio's generalization and feature movement in the lexicon. *MIT Working Papers in Linguistics*, 35, 185-211.
- Rubin, Maraci Coelho (2004). *A Passiva na Síndrome de Down*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Brasil).
- Rubin, Maraci Coelho (2009). Compreensão da passiva das crianças típicas. In *Anais do 6º Encontro Celsul - Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul* (disponível em <http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/58.pdf>)
- Santos, Ana Lúcia (1999). *O Participio Absoluto em Português e em Outras Línguas Românicas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Santos, Ana Lúcia (2006) *Minimal answers; Ellipsis, Syntax and Discourse in the Acquisition of European Portuguese*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Scarpa, Ester Mirian (2001). Aquisição da linguagem. In Fernanda Mussalim & Anna Christina Bentes (orgs.) *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez. 203-232. (disponível em <http://alturl.com/og4ai>)
- Schmitt, Cristina & Karen Miller (2007). Making discourse dependent decisions: the case of the copulas *ser* and *estar* in spanish. *Lingua*, 117, 1907-1929. (disponível em <http://php.scripts.psu.edu/users/k/x/kxm80/publications/ser%20estar.pdf>)
- Silva, Everton Lourenço da (2010). O advento da morfologia distribuída. *ReVEL*, 8, 14, 2010. (disponível em <http://alturl.com/ocehd>)

- Silva, Helena Mateus da (1994). Do agente da passiva e da sua ocultação. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 421-435.
- Sim-Sim, Inês (1998). Linguagem e cognição. Um olhar sobre teorias explicativas. In Inês Sim-Sim (org.) *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta. 291-338.
- Sim-Sim, Inês (2006). *Avaliação da Linguagem Oral: Um Contributo para o Conhecimento do Desenvolvimento Linguístico das Crianças Portuguesas* (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sinclair, John MacHardy (1991). *Corpus, Concordances, Collocation*. Oxford: Oxford University Press.
- Slobin, Dan I., Melissa Bowerman, Penelope Brown, Sonja Eisenbeiß & Bhuvana Narasimhan (2008) Putting things in places: developmental consequences of linguistic typology. In Jurgen Bohnemeyer & Eric Pederson (eds.) *Event representation in Language and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press. (disponível em <http://alturl.com/qeyts>)
- Snyder, William, Nina Hyams & Paola Crisma (1995). Romance auxiliary selection with reflexive clitics: evidence for early knowledge of unaccusativity. In Eve V. Clark (ed.) *The Proceedings of the Twenty-sixth Annual Child Language Research Forum*. Stanford: CSLI.
- Suzuki, Takaaki (2002). Perspective-taking and comprehension of passive sentences by Japanese-speaking children. *Journal of Psycholinguist Research*, 31, 2, 131-44.
- Terzi, Arhonto & Evangelia Driva (2007) Children's passives and the theory of grammar. In Anna Gavarro & Maria João Freitas (eds.) *Generative Approaches to Language Acquisition 2007*. Cambridge Scholar Publishers. 188-198.
- Thatcher, Katherine, Holly Branigan, Janet McLean & Antonella Sorace (2008). Children's Early Acquisition of the Passive: Evidence from Syntactic Priming. *Child Language Seminar 2007* University of Reading (disponível em <http://alturl.com/c3v25>)
- Tomasello, Michael (1995). Language is not an instinct. *Cognitive Development*, 10, 131-156.
- Tomasello, Michael (2000). The item based nature of children's early syntactic development. *Trends in Cognitive Sciences*, 4, 156-163.
- Truswell, Robert (2007). Extraction from adjuncts and the structure of events. *Lingua*, 117 (Issue 8, August), 1355-1377. (disponível em <http://alturl.com/mjuiy>)

- Villalva, Alina (1994). *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Villalva, Alina (2009). A Categoria ‘Particípio’ e Questões Adjacentes. Comunicação apresentada no *VI Congresso Internacional da Abralín* (João Pessoa, Brasil). (disponível em http://www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/ppassado.pdf)
- Volpato, Francesca, Laura Verin & Anna Cardinaletti. (2011). The Comprehension of Passive Sentences by Italian Preschool Age Children. Relazione presentata al 37° *Incontro di Grammatica Generativa* (Università degli Studi di Roma ‘La Sapienza’, 24-26 febbraio). (disponível em <http://alturl.com/qcmpj>)
- Wanner, Anja (2009). *Deconstructing the English Passive*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Wasow, Thomas (1977). Transformations and the lexicon. In Peter Culicover, Thomas Wasow & Joan Bresnan (eds.) *Formal Syntax*. New York: Academic Press. 327–360.
- Weinberg, Amy (1987). Comments on Borer and Wexler. In Thomas Roeper & Edwin Williams (eds.) *Parameter Setting*. Dordrecht: Reidel. 173-188.
- Weiner, Judith & William Labov (1983). Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, 19, 29–58.
- Wexler, Kenneth (1992). Some issues in the growth of control. In R. Larson, I. Iatridou, I. Lahiri & J. Higginbotham (eds.) *Control and grammar*. Dordrecht: Kluwer. 253-95.
- Wexler, Kenneth (2004). Theory of Phasal Development. MIT Working Papers in Linguistics.
- Whitt, Richard Jason (2010). Evidentiality, polysemy and the verbs of perception in english and german. In Gabriele Diewald & Elena Smirnova (eds.) *Linguistic Realization of Evidentiality in European Languages*. Berlin ; New York: Mouton de Gruyter. 249-278.
- Zribi-Hertz, Anne (1982). La construction “se-moyen” du français et son statut dans le triangle: moyen, passive réfléchi. *Linguisticae Investigationes*, VI, 2, 345-401.
- Zubizarreta, Maria Luisa (1985). The relation between morphophonology and morphosyntax: the case of romance causatives. *Linguistic Inquiry*, 16, 247-289.